

Glaucia Crema Noguera

JORNALISMO, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

A evolução da cobertura ambiental na *Gazeta Mercantil* – 1972 e 1992

FACULDADE CÁSPER LÍBERO
PROGRAMA DE MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

São Paulo
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Glaucia Crema Noguera

JORNALISMO, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

A evolução da cobertura ambiental na *Gazeta Mercantil* – 1972 e 1992

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Comunicação da
Faculdade Cásper Líbero, como exigência
parcial para obtenção do título de Mestre

**Orientadora:
Profa. Dra. Dulcília H. Schroeder Buitoni**

São Paulo
2007

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Membro: _____

Membro: _____

São Paulo, ____ de _____ de 2007.

DEDICATÓRIA

À Minha Família

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho só foi possível graças à colaboração de muitos.

A Deus, que dá sentido a tudo.

Aos meus pais José e Olga e a minha irmã Gisele pelo amor e pelo exemplo. A todos os meus familiares pelo apoio de sempre, apesar da prolongada ausência nestes períodos de pesquisa.

À Priscila, Alessandra, Fernanda, Karen, Massami, Renata, Silvia, Veronica, Vanessa, Sarah e Mariana pela família que são. Obrigada por todo o carinho, ajuda e, principalmente, compreensão que demonstraram durante todo o tempo.

À Professora Dulcília Buitoni, que assumiu a orientação desse trabalho quando já estava em andamento. Pelo conhecimento compartilhado e pela inestimável ajuda.

À Professora Heloísa Matos, a primeira a acreditar na pertinência dessa pesquisa. Obrigada pelas indicações que hoje embasam parte desse estudo.

Aos coordenadores, docentes e funcionários da Pós-graduação da Faculdade Cásper Líbero.

Ao Centro de Extensão Universitária por apoiar este trabalho e proporcionar as condições para que pudesse ser realizado.

À Helga Bekman, coordenadora do Centro de Informações e Documentação da *Gazeta Mercantil*, que facilitou o acesso aos arquivos e enriqueceu este trabalho com boas dicas. Agradeço também o apoio de Fernando Rodrigues de Souza e Fernando Alves dos Santos.

Aos entrevistados Ademar Cantero, Francisca Stella Fagá, Regina Scharf pelo tempo dispensado e pela valiosa contribuição que deram a esta pesquisa.

A Cristina Figueiredo, pela grande ajuda prestada durante a captação de material de arquivo.

Ao professor Carlos Costa, que me encorajou a seguir em frente neste estudo quando ele ainda era um projeto.

Ao José Venâncio de Resende, pela atenção dispensada e pelo material de apoio gentilmente cedido.

Enfim, a todos os que contribuíram de alguma maneira para o desenvolvimento desta pesquisa, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Há aproximadamente quarenta anos as questões relacionadas ao meio ambiente foram incorporadas à pauta dos meios de comunicação. De lá para cá, estudos acadêmicos e experiências práticas sobre a ação irresponsável do homem na natureza proporcionaram um rápido enriquecimento do tema. Os novos conceitos surgidos foram gradualmente apropriados pelo discurso da mídia e, em algumas publicações, o assunto deixou de ser secundário para ganhar lugar de destaque.

O presente trabalho analisa como essa evolução ocorreu no caso concreto do jornal *Gazeta Mercantil*, situando-se, assim, no ponto de cruzamento entre quatro esferas da investigação acadêmica: comunicação, meio ambiente, política e economia. Os anos de 1972 e 1992, que abrigaram as Conferências de Estocolmo e do Rio de Janeiro, respectivamente, foram selecionados como momentos de comparação.

A partir da pesquisa realizada nos arquivos do próprio jornal foi possível um incremento significativo no número de matérias publicadas sobre o tema. Levantamentos históricos, entrevistas e análise do discurso foram utilizados para verificar semelhanças e diferenças em relação a diversos aspectos da cobertura, entre eles: os eixos temáticos adotados em um e em outro período, o perfil das fontes mais ouvidas e a variedade de conceitos empregados nas matérias.

Palavras-chave: jornalismo, jornalismo econômico, meio ambiente, desenvolvimento econômico, relações internacionais, *Gazeta Mercantil*.

ABSTRACT

It was near forty years ago when environmental questions were first discussed in the media. Since then, academic researches and practical experiments over the irresponsible human acting on nature had lead to an enhancement of the subject. New-emerged concepts were promptly adopted by the media discourse, having even acquired the main role in some publications.

This work analyses how this evolution was given in the newspaper *Gazeta Mercantil*, leading to a discussion that involves four areas of the academic research: communication, environment, economics and politics. The years of 1972 and 1992, which held the Conferences of Stockholm and Rio de Janeiro, correspondingly, were chosen to have the samples taken from for analysis.

After researching the newspaper archives, one could attest to the considerable increase in the amount of publicized news about the subject. Historical research, interviews, discourse analysis were used to verify similarities and differences within the two periods in such aspects as themes approached, most-interviewed fonts profiles, and the use of technical concepts in the text.

Keywords: Journalism; Economical journalism; environment; economic development; international relationship; *Gazeta Mercantil*.

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1 A questão ambiental entre 1972 e 1992: marcos e desafios	19
1.1 O Clube de Roma e os limites para o crescimento econômico	20
1.2 Desenvolvimento, preservação e divergências entre os países	25
1.3 Enfim, o desenvolvimento sustentável	29
Capítulo 2 Jornalismo econômico e meio ambiente	31
2.1 A imprensa econômica no Brasil	32
2.1.1 <i>O enfraquecimento do debate político e a consolidação do jornalismo econômico</i>	<i>38</i>
2.1.2 <i>A Gazeta Mercantil no topo do segmento econômico.....</i>	<i>49</i>
2.2 O jornalismo ambiental	55
2.3 O meio ambiente na <i>Gazeta Mercantil</i>	59
2.3.1 <i>Uma editoria de Meio Ambiente</i>	<i>60</i>
Capítulo 3 A cobertura sobre meio ambiente da Gazeta Mercantil em 1972 e 1992	68
3.1 A escolha da análise de discurso como procedimento	68
3.1.1 <i>O entrelaçamento dos planos discursivo e situacional nas mídias</i>	<i>71</i>
3.2 Definição do objeto de estudo: a constituição do <i>corpus</i>	103
3.2.1 <i>Fases de seleção do corpus da pesquisa</i>	<i>102</i>
3.3 A análise do <i>corpus</i>	109
3.4 Considerações sobre os dados obtidos	122
3.4.1 <i>Fontes</i>	<i>125</i>
3.4.2 <i>Forças</i>	<i>137</i>
3.4.3 <i>Posicionamento do jornal</i>	<i>147</i>
3.4.4 <i>Conceitos-chave</i>	<i>149</i>
3.4.5 <i>Imagens</i>	<i>163</i>
Considerações finais	165
Bibliografia	171
Anexos	179

ÍNDICE DE FIGURAS

Tabela 1 – Fontes segundo <i>status</i> – por número de aparição	127
Tabela 2 – Média de fontes por matéria	129
Tabela 3 – Comparação entre fontes – segundo origem	130
Tabela 4 – Comparação entre fontes ouvidas, citadas e mencionadas	132
Tabela 5 – Principais fontes conforme número e local de menção – 1972	134
Tabela 6 – Principais fontes conforme número e local de menção – 1992	135
Tabela 7 – Forças mencionadas em 1972 – por número de ocorrências	138
Tabela 8 – Forças mencionadas em 1992 – por número de ocorrências	138
Tabela 9 – Conceitos-chave mencionados em 1972 – por ordem de ocorrência	150
Tabela 10 – Conceitos-chave mencionados em 1992 – por ordem de ocorrência	150
Tabela 11 – Eixos temáticos – 1972 e 1992	161
Ficha 01/72 - Subdesenvolvimento também é poluição, diz Araújo Castro	180
Ficha 02/72 - Subdesenvolvimento como forma de poluição	181
Ficha 03/72 - Será o controle da poluição realmente incompatível com o desenvolvimento econômico?	183
Ficha 04/72 - Delegado do Brasil na Conferência de Estocolmo: países ricos são responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente	185
Ficha 05/72 - Poluição e desenvolvimento: os equívocos	187
Ficha 06/72 - Proposta criação de fundo para combater poluição ambiental	189
Ficha 07/72 - Hoje termina a conferência da ONU: criou-se fundo de US\$ 100 mil para proteger o meio ambiente	190
Ficha 08/72 - Vitória do bom senso em Estocolmo	191
Ficha 09/72 - Presidente do BIRD afirma que só o desenvolvimento pode combater as diversas formas de poluição	192
Ficha 10/72 - Divergências entre China e o Ocidente poderão modificar Declaração aprovada na Conferência da ONU sobre meio ambiente	194
Ficha 01/92 - Brasil conclui quarta-feira as teses que vai levar à negociação	195
Ficha 02/92 - Governo brasileiro define suas propostas	197
Ficha 03/92 - Parceria, não monitoramento	199
Ficha 04/92 - Fracassa em Canela proposta brasileira de vincular dívida à questão ambiental	201
Ficha 05/92 - O alto custo do equilíbrio ambiental	203

Ficha 06/92 - Reunião preparatória em Nova York concentra debates em temas econômicos	205
Ficha 07/92 - Os EUA e a eficácia da ECO-92	206
Ficha 08/92 - Reunião preparatória termina, mas subsistem divergências entre países ricos e pobres	208
Ficha 09/92 - Novo relatório do Banco Mundial indica caminhos para o crescimento sustentável	210
Ficha 10/92 - O que Bush pode fazer pela ECO-92	212
Ficha 11/92 - O custo do desenvolvimento sustentável	214
Ficha 12/92 - ECO-92: O compromisso que se espera	215
Ficha 13/92 - Gestões para um consenso na ECO-92	217
Ficha 14/92 - A venda de cota de emissão de gases	218
Ficha 15/92 - Meio ambiente e vontade política	219
Ficha 16/92 - Um pesado jogo político se esconde por trás dos discursos e aplausos.	221
Ficha 17/92 - Proteção ambiental é compatível com combate à pobreza, diz Camdessus	223
Ficha 18/92 - Três crianças a cada minuto	224
Ficha 19/92 - ONU terá mecanismo para acompanhar e monitorar situação ambiental no mundo	226
Ficha 20/92 - A busca de uma fórmula capaz de atender aos países pobres e ricos	228
Ficha 21/92 - A ajuda da CEE ao desenvolvimento	230
Ficha 22/92 - A segurança global do planeta	231
Ficha 23/92 - Aprovada a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	233
Ficha 24/92 - EUA preparam-se para oposição solitária	235
Ficha 25/92 - Brasil precisa de US\$ 400 milhões por ano para cumprir a Agenda 21.	236
Ficha 26/92 - Novos modelos de produção e consumo	238
Ficha 27/92 - Países em desenvolvimento conquistam autonomia para exploração sustentável	239
Ficha 28/92 - Comissão da ONU poderá garantir que países ricos cumpram seus compromissos	241
Ficha 29/92 - Países em desenvolvimento questionam regras previstas na Convenção da Basiléia	243

Ficha 30/92 - Relatório das Nações Unidas apresenta levantamento da situação ambiental no mundo	244
---	-----

Introdução

Grande parte das questões relacionadas ao meio ambiente são, no fundo, de ordem econômica. Há pelo menos três décadas, quando o movimento ambientalista passou a ganhar força, encontrar o ponto de equilíbrio entre a conservação da natureza e o avanço econômico, industrial e tecnológico tem sido um dilema comum nos debates sobre o tema. A imprensa, gradualmente, foi se apropriando de tal polêmica, reforçando a idéia de que mais do que forças opostas, desenvolvimento e preservação eram excludentes, transformando-se em uma das principais promotoras de encontro entre os diversos atores e setores envolvidos no assunto e, sobretudo, auxiliando na construção do converso discurso.

Também a partir da década de 1970, tais divergências passaram a ganhar dimensões mais amplas, extrapolando os setores sociais regionais (ambientalistas *versus* empresariado) e passando a reger também as relações entre as nações. A necessidade da adoção de regras internacionais era confirmada à medida que se constatava que os efeitos das tragédias ambientais não se confinavam às fronteiras de um país, estado ou cidade e, ultrapassando-as, transformavam problemas locais em mundiais¹.

Embora o cenário ambiental pedisse um comprometimento por parte dos países, o econômico os afastava, já que as tentativas de traçar uma política de conduta ambiental comum esbarravam nas diferenças de interesses dos envolvidos. Delineava-se então, nesta época, uma oposição que se fortaleceria posteriormente: de um lado os países desenvolvidos que, em uma etapa avançada em relação à conscientização frente aos problemas ambientais, manifestavam sua preocupação em que preservar as áreas verdes (concentrada, em sua maioria, nas áreas mais pobres do planeta); de outro os em desenvolvimento, que, em fase favorável ao crescimento na geração de riqueza, demonstravam interesse em investir no aumento da produção industrial, mesmo que isso

¹ A partir de meados da década de 1970, é possível encontrar os primeiros documentos (editados em português) que fazem menção aos efeitos da poluição e de seus impactos mais amplos em termos territoriais. *Limites do Crescimento*, do Clube de Roma, (que será explicado com maiores detalhes ao longo deste trabalho), é um deles. Fala, por exemplo, que a poluição causada em determinado trecho de um rio não fica restrito àquela localidade, mas é levada a outras áreas, prejudicando também populações vizinhas. Na prática, essa teoria foi confirmada em inúmeras ocasiões como no caso de Chernobil. Um relatório divulgado pelo Greenpeace em abril de 2006 aponta que as conseqüências do acidente nuclear ocorrido em 1986 foram sentidos em um raio de 45.260 quilômetros. Os efeitos também se perpetuaram ao longo do tempo e estima-se um total de 200 mil mortes entre 1990 e 2004.

acarretasse danos ambientais. Em nome da soberania nacional, estes pediam ainda a não-interferência dos primeiros.

Tais divergências foram gradualmente agravadas na década seguinte pelo rompimento das barreiras comerciais entre as nações que, além de propiciar a formação de blocos econômicos e – em muitos casos – a unificação de legislações, pediu por mudanças nas práticas empresariais frente o meio ambiente. Isso porque, parte dos países desenvolvidos adotou rígidas medidas aduaneiras, dificultando a entrada de produtos que não atendessem aos padrões ambientais de produção².

Do que foi dito nos dois parágrafos anteriores, nota-se a estreita relação existente entre as políticas internacionais – as decisões tomadas em âmbito governamental – e o nível de conscientização e comprometimento do empresariado local à causa ambiental, já que as primeiras só poderiam ser cumpridas com a adesão dos segundos³. Assim, torna-se patente o impacto diretor que os acordos assinados entre as nações possuem nos negócios industriais, já que é neste âmbito – e não no governamental – que as cláusulas dos documentos serão colocadas em prática, como, por exemplo, a diminuição da emissão de poluentes.

Já nesta época, evidenciava-se que a questão ambiental era demasiadamente complexa⁴ – envolvendo um número significativo de atores e setores sociais – para ser tratada como um assunto que, como costumava acontecer, se restringisse à Biologia. O mais correto seria considerá-lo um sistema integrado, no qual estivessem incorporados aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos entre outros. Essa noção está relacionada, em grande medida, ao crescimento da conscientização da abrangência dos

² Fatores geopolíticos e econômicos cruzam-se nesse ponto. Alguns estudiosos questionam o interesse internacional na preservação do meio ambiente, reconhecendo nele uma simples estratégia e tentativa de assegurar reservas naturais para um futuro escasso em recursos não-renováveis. Não entraremos nesse mérito para efeitos dessa pesquisa.

³ Não só o empresariado, mas como toda sociedade em nível local, em diferentes níveis de comprometimento. Enfatizamos o setor social por se tratar do enfoque deste trabalho.

⁴ Emprestamos o termo de Edgar Morin presente na obra *Os sete saberes necessário à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001. Ao explicar o que chama de “complexidade do conhecimento”, o autor recorre à etimologia do termo. “*Complexus* significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos de todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. Os desenvolvimentos próprios a nossa era planetária nos confrontam cada vez mais e de maneira cada vez mais indelével com os desafios da complexidade”.

efeitos negativos do uso irresponsável da natureza: uma vez que as conseqüências seriam sentidas por todos, as ações implantadas para a atenuação dos problemas deveriam ser igualmente coletivas, envolvendo o poder público, privado e a sociedade civil em seu sentido mais amplo.

É possível afirmar ainda que esta visão sistêmica – tanto de atores como de efeitos – possibilitou, anos mais tarde, a constituição de uma “terceira via” nos debates. A descoberta do ponto de intercessão entre natureza e economia e a participação mais ativa dos representantes desta última criaram as bases para o surgimento e utilização do conceito de desenvolvimento sustentável, capaz de conciliar o *avanço econômico* e *preservação da natureza*.

O objetivo deste trabalho é analisar como se deu essa evolução conceitual e, conseqüentemente, como é retratada a relação entre os países na cobertura sobre meio ambiente realizada pelo jornal econômico *Gazeta Mercantil*. O jornal mantinha, desde a década de 1970, uma cobertura significativa a respeito do assunto e foi o primeiro a criar, em 1989, uma editoria fixa para abordar as questões ambientais.

Para a realização da pesquisa proposta, foram selecionados dois períodos – 1972 e 1992 – não de maneira aleatória, mas sim pela importância de ambos para as questões ambientais, como já foi dito anteriormente. O primeiro momento foi marcado pela publicação de *Limites do Crescimento*, um documento preparado a partir dos estudos realizados pelo Clube de Roma⁵ no qual estavam claramente contrapostos o desenvolvimento econômico e ambiental, ressaltando que a opção por um excluiria, necessariamente, o outro e vice e versa. O diagnóstico alarmante mesclado ao discurso escatológico e controverso do relatório não foi bem recebido por alguns estudiosos e governantes, mas, independentemente das ideologias em questão, foi apontado como o primeiro estudo consistente sobre as questões meio ambientais, quebrando um longo período de escassez de informação. Isso porque até o final da década de 1960, os debates permaneciam confinados a pequenos círculos de estudiosos europeus e sua presença na mídia é praticamente imperceptível.

⁵ Grupo organizado em 1968 por economistas e intelectuais de todo o mundo. Dentre os objetivos fundacionais do Clube estavam a avaliação minuciosa do processo de desgaste ambiental e a difusão sobre os perigos da devastação para um futuro próximo. Essas idéias serão desenvolvidas no primeiro capítulo deste trabalho.

Naquele mesmo ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) estimulou a realização de outros estudos a respeito do assunto, montando equipes próprias de trabalho para analisá-lo sob uma perspectiva, por assim dizer, mais realista. A organização da Conferência de Estocolmo, meses depois, tinha claramente o objetivo de ser uma resposta à visão difundida pelo Clube de Roma. Na ocasião, o então Ministro do Interior Costa Cavalcanti, representante do Brasil no evento, expôs que a meta do governo federal era “*desenvolver-se primeiro e pagar os custos da poluição mais tarde [já que] um país que não alcançou o nível satisfatório mínimo para promover o essencial não está em condições de desviar recursos consideráveis para a proteção do meio ambiente*”. Vale lembrar que naquele ano, o Brasil atingia o auge de seu Milagre Econômico e as medidas adotadas em âmbito governamental para a promoção do desenvolvimento priorizaram o avanço da industrialização, sem preocupações com os danos ambientais envolvidos. O posicionamento brasileiro recebeu duras críticas, mas era a garantia dada ao empresariado nacional de que, pelo menos em um primeiro momento, suas atividades não seriam prejudicadas por controles onerosos da poluição ou restrições de outros gêneros.

Duas décadas mais tarde, o meio ambiente voltou a receber destaque por conta da ECO-92, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro entre 3 e 15 de junho. O evento, que reuniu chefes de Estado dos cinco continentes e teve como principal mérito o fato de ter “popularizado” o conceito de *desenvolvimento sustentável*, entendido aqui como “conjugação responsável entre avanço econômico e preservação ambiental, sem prejuízos para as gerações futuras” e “desenvolvimento que vai ao encontro das necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer suas necessidades”.

A definição havia surgido cinco anos antes por conta dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que originou o relatório *Nosso futuro comum*. Mostrava-se um contraponto interessante a tudo o que já havia sido discutido e algo que agradava, de maneira geral, aos representantes das nações. O desenvolvimento econômico não era mais visto como um obstáculo à vida, mas deveria ser criterioso e responsável. Parecia ser a solução para o mundo, já que encontrava o

ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais.

A ECO-92 foi considerada um marco para a imprensa brasileira. Segundo Michelloti (2005), a cobertura do evento ficou a cargo de uma grande equipe de jornalistas, repórteres e articulistas e figurou nas seções de Política, Economia, Nacional e cadernos especiais. Vê-se, portanto, que o assunto não esteve restrito a uma única editoria, sendo um indicativo de que começava a ser tratado em suas diversas facetas.

Nota-se aí um entrecruzamento de dados e cenários: por um lado, o mundo passou a debater os assuntos do meio ambiente amparando-se em estudos mais consistentes. No entanto, a maior parte dos documentos eram editados em países desenvolvidos, trazendo previsões alarmantes acerca do futuro do planeta. Por outro lado, as nações em desenvolvimento, como no caso do Brasil, atravessava um período de otimismo desenvolvimentista que os fizeram refutar qualquer manifestação que colocasse em jogo seu processo de crescimento. É a retratação desta diferença de propostas que se pretende analisar nas páginas da *Gazeta Mercantil*.

Com o que foi exposto até o momento, é possível justificar também a opção pela *Gazeta Mercantil* como objeto de análise. Em 1972, apesar da incipiente preocupação editorial⁶, o veículo já se constituía como a principal fonte de informações econômicas e porta-voz dos anseios de empresários extremamente satisfeitos com os índices de crescimento econômico. Consolidou a posição de liderança no segmento nas décadas seguintes, vindo a perdê-la após a crise administrativa e financeira do final dos anos 1990. Foi também, conforme mencionado anteriormente, pioneira na abordagem sistemática dos assuntos relacionados ao meio ambiente.

A exclusão da Conferência Rio+10, ocorrida em Johannesburgo em 2002, poderia causar certo estranhamento, uma vez que este projeto também insere a questão ambiental como elemento de um processo da mídia contemporânea. No entanto, também propositalmente, preferiu-se não trabalhar com as matérias publicadas naquele

⁶ Nesta época, o ponto forte do jornal ainda era a publicação de protestos e balanços e esta era sua principal fonte de renda. O número de jornalistas que atuavam na apuração de matérias era pequeno, mas, a partir de 1970, começou a ser incrementado. Aproveitava-se, para isso, do crescimento na oferta de temas econômicos impulsionado pela suspensão da cobertura política.

ano, já que no início desta década, a *Gazeta Mercantil* atravessou a pior crise de sua história, que resultou em demissões em massa e esvaziamento da redação. A suspeita é de que isso possa ter influenciado na qualidade das edições e que, portanto, não seria um retrato fiel do pensamento do jornal.

Acreditamos que a distância de 20 anos entre o primeiro e o segundo período selecionados é suficiente para alcançar o objetivo desta pesquisa, ou seja, detectar as diferenças e semelhanças nos discursos construídos pela *Gazeta Mercantil*. A introdução de novos termos relacionados ao meio ambiente (como, por exemplo, *biodiversidade* e *desenvolvimento sustentável*) neste intervalo de tempo oferecerá importantes elementos para análise.

Além disso, estando posicionado 34 anos após o primeiro período proposto e 14 depois do segundo, o estudo tem a vantagem de poder apoiar-se em subsídios teóricos consistentes e, ao mesmo tempo, poder contar com depoimentos de personalidades que vivenciaram a dinâmica no veículo nos dois períodos selecionados.

Valendo-se do caráter interdisciplinar desta pesquisa, buscamos referenciais teóricos em campos diversificados do conhecimento que serão descritos juntamente com os capítulos que formarão esse trabalho:

O **capítulo 1** trará um levantamento sobre alguns eventos que inauguram os debates em torno ao meio ambiente na década de 1970, mais especificamente no ano de 1972. Procuraremos mostrar quais foram as repercussões dos ideais defendidos pelo Clube de Roma, reunidos no documento *Limites do Crescimento*, e as principais iniciativas para combater a visão alarmista difundida pelo grupo. Veremos como as relações internacionais foram abaladas pela oposição entre os conceitos de desenvolvimento econômico e preservação ambiental, assim como o posterior surgimento da noção de desenvolvimento sustentável.

O **capítulo 2** mostrará como o cenário político brasileiro propiciou a consolidação do jornalismo econômico no País. As informações históricas sobre este período estarão fundamentadas nos estudos de Skidmore e Baer e as especificidades da imprensa serão apoiadas nas obras de Bernardo Kucinski, Aylê-Salassiê Filgueiras Quintão, José

Venâncio Resende e Cláudio Lachini. Dentro da trajetória do jornalismo econômico, situaremos o surgimento da *Gazeta Mercantil* nos anos 1920, sua posterior aquisição pela família Levy e desenvolvimento editorial e gráfico. Procuraremos mostrar como a publicação aproveitou-se de novos nichos para diferenciar-se no mercado, sendo que um deles foi o do Meio Ambiente. Grande parte das informações incluídas neste capítulo, no qual também consta um breve histórico do jornalismo ambiental no Brasil, provém de entrevistas fornecidas por ex-membros do corpo editorial da *Gazeta Mercantil*.

O **capítulo 3** será dedicado ao objeto de estudo principal desta pesquisa: a cobertura da *Gazeta Mercantil* sobre meio ambiente realizada nos anos de 1972 e 1992. Justificaremos os procedimentos metodológicos realizados para a seleção do *corpus* e, fundamentados nos elementos da análise de discurso sugerido por Charaudeau e Maingueneau, examinaremos as matérias selecionadas com o intuito de verificar a evolução presente na cobertura do tema.

Capítulo 1 |

A questão ambiental entre 1972 e 1992: marcos e desafios

Os últimos anos da década de 1960 e os primeiros da seguinte são considerados decisivos na trajetória do movimento ambientalista. As catástrofes ocorridas durante este período, como a que envolveu o petroleiro Torrey Canyon⁷, na costa da França, em 1967, atraíram a atenção de apoiadores da causa ecológica e reforçaram uma mobilização que vinha ganhando proporções havia aproximadamente cinco anos. Foi a partir de 1962, por ocasião da publicação de *Primavera Silenciosa*⁸ – obra em que a bióloga norte-americana Rachel Carson alertava para os perigos oriundos do uso indiscriminado de defensivos agrícolas –, que se nota um aumento da conscientização em relação a estes temas.

Politicamente, o período foi marcado por contestações que partiram principalmente da juventude e, entre alguns desses grupos, o meio ambiente foi adotado como simpática bandeira. Nesta mesma época, a famosa imagem da Terra vista do alto foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação e, para alguns, mais do que um símbolo do êxito da chegada do homem à Lua e do início da exploração espacial era uma prova da finitude do planeta. As denúncias de devastação que se propagavam ao redor do mundo tornavam-se mais frequentes na medida em que passavam a dispor de estudos nos quais embasar-se⁹. A partir da comprovação científica dos efeitos maléficos da poluição em seres vivos e de seu acúmulo na natureza houve uma alteração no foco dos debates: o meio ambiente deixou de ser um assunto restrito ao seu próprio âmbito para ser

⁷ O acidente, ocorrido em 18 de março de 1967, derramou cerca de 120 mil toneladas de óleo puro no Canal da Mancha, matando mais de 50 mil aves da região. Era o maior desastre ecológico registrado até então.

⁸ Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1962. Nas palavras da autora, "permitimos que esses produtos químicos fossem utilizados com pouca ou nenhuma pesquisa prévia sobre seu efeito no solo, na água, animais selvagens e sobre o próprio homem". Após a publicação, alguns produtos foram proibidos e outros tiveram seu uso restringido.

⁹ Uma série de obras foi publicada na seqüência: *Antes que a natureza morra*, de Jean Dorst; *A Enciclopédia da ecologia*, de Charbonneau e outros; *Morte e sobrevivência da Terra*, de Richard Falk; *Inflação da técnica/Declínio da tecnologia na civilização moderna*, de Eugene Schwartz; *População/Recursos/Ambiente*, de Paul Ehrlich; *A economia do século XXI*, de Herman Daly; *A crise silenciosa/A tragédia do desmatamento e da erosão*, de Stewart Udall (1966); *A grande ameaça*, de G. Rattray Taylor; *Crimes contra a natureza*, de Hans Joaquin Netzer; *Uma Terra somente/Preservação de um pequeno planeta*, de Bárbara Ward. No Brasil destacam-se *Recursos naturais do Brasil/Conservacionismo*, de Antônio Teixeira Guerra (1969); *Poluição/A morte dos nossos rios*, de Samuel Murgel Branco (1972); *Fim do futuro? Manifesto ecológico brasileiro*, de José Lutzenberger (1975), *Catecismo da ecologia*, de Vasconcelos Sobrinho.

introduzido em outras esferas, como na economia, no direito e na política. É inclusive nestas instâncias externas que os estudiosos buscarão as causas da degradação ambiental, definindo, assim, seu aspecto multisetorial, que pelo seu alcance começa a ganhar espaço nos veículos de comunicação.

A década de 1970 foi marcada por debates centrados no ambiente biofísico, considerando a ação humana como a agente dos problemas ambientais, tais como a degradação, a contaminação e a desertificação. Também nesta época, várias hipóteses surgiram na tentativa de explicar a maneira irresponsável com que o indivíduo transforma a natureza. O crescimento econômico foi apontado como um dos principais motivadores dessa conduta. (DESCHAMPS, 2004)

1.1 | O Clube de Roma e os limites para o crescimento econômico

Este era o cenário internacional quando em abril de 1968, presididos por Aurelio Peccei, economista e empresário industrial italiano, cerca de 30 intelectuais (cientistas, economistas, humanistas, industriais...) de diversas nacionalidades reuniram-se na Accademia dei Lincei, em Roma, a fim de debater aqueles que julgavam ser os principais dilemas da humanidade. Os temas levantados naquela ocasião giravam basicamente em torno à manutenção e ao futuro da vida sobre o planeta, pontos que não haviam ainda recebido suficiente espaço na imprensa e no debate público. Além disso, pelo fato de englobar variáveis de diversos setores sociais (como a industrialização, o desmatamento em larga escala e a redução de terras cultiváveis), a abordagem, ao mesmo tempo em que se mostrava complexa, carecia de informações precisas em que se pudesse basear.

Dentre os dilemas apontados estavam a pobreza em meio à abundância; deterioração do meio ambiente; perda de confiança nas instituições; expansão urbana descontrolada; insegurança de emprego; alienação da juventude; rejeição de valores tradicionais; inflação e outros transtornos econômicos e monetários. (MEADOWS, 1972:11)

O Clube de Roma foi criado, para ser, segundo o próprio grupo, “uma associação informal e internacional”, interessada em refletir sobre diversos temas de implicações mundiais (economia, política, sociedade entre outros) e sugerir caminhos. A idéia do

Clube era que os dados colhidos e organizados nestes estudos pudessem servir de base para outras investigações, como alerta ao grande público e, mais especificamente, como elemento para conscientização daqueles que, ocupando cargos de responsabilidade, teriam, certamente de tomar importantes decisões sobre os temas. Em 1972, publicou-se *Limites do Crescimento*, o mais conhecido e comentado documento editado pelo grupo. De acordo com texto, esperava-se que

“ao propormos cada relação como sendo uma hipótese, e acentuarmos sua importância no sistema mundial total, possamos dar origem a debates e pesquisas que, finalmente, irão aperfeiçoar os dados de que dispomos. Esta ênfase é especialmente importante nas áreas em que diferentes setores do modelo atuam uns sobre os outros (como a poluição e a duração da vida humana), onde a pesquisa interdisciplinar tornar-se-á necessária” (MEADOWS, 1972:119)

O documento é, na verdade, o resumo das principais conclusões tiradas após um minucioso estudo feito pela equipe. A pesquisa – que adotou um modelo matemático, “formal e escrito do mundo” e que teve parte realizada no Massachusetts Institute of Technology (MIT) –, tinha como objetivo projetar o futuro da vida humana sobre a Terra.

Contando com o apoio financeiro da Volkswagen Foundation e dirigido por Dennis Meadows, a primeira etapa consistiu na definição dos principais fatores que, segundo o Clube de Roma, atuariam como limitadores para crescimento do planeta. Os cinco apontados foram:

- população (o rápido crescimento demográfico);
- produção agrícola (a desnutrição generalizada);
- recursos naturais (esgotamento dos recursos naturais não-renováveis);
- produção industrial (o ritmo acelerado da industrialização);
- poluição (o crescimento da deterioração ambiental).

A partir deles, foram estabelecidas as estruturas dos ciclos positivos e negativos de realimentação. Muitas vezes chamados ‘círculos viciosos’, os ciclos garantem a continuidade de um processo, fazendo-o crescer ou retroceder¹⁰.

¹⁰ Um exemplo de ciclo positivo de realimentação mencionado em *Limites do Crescimento* é a conhecida espiral de salário-preço: os salários aumentam causando um aumento de preços, que levam as exigências de salários mais altos e assim por diante.

Estas cinco variáveis, juntamente com os ciclos de retroalimentação presentes em cada uma, foram trabalhadas em computadores de última geração, que buscavam traçar hipóteses relacionando, de maneira sistêmica, o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, industrial, agrícola e populacional¹¹.

Os modelos estabelecidos baseavam-se, portanto, no aumento exponencial dos elementos limitantes, numa visão que posteriormente foi chamada neomalthusiana. A título de exemplificação citamos uma das hipóteses criadas pelo estudo: considerando que não haja alterações importantes nas relações físicas, econômicas ou sociais que vem sendo estabelecidas em sete décadas, desde 1900. Por este modelo, alimentos, produção industrial e população cresceriam exponencialmente até que a diminuição rápida de recursos force uma diminuição no crescimento industrial. Devido a atrasos naturais no sistema, tanto a população como a poluição continuam a crescer durante algum tempo, depois do apogeu de industrialização. O crescimento populacional seria interrompido devido à diminuição de alimentos e serviços médicos disponíveis.

A proposta estabelecia uma clara relação entre o impulso econômico e o controle da poluição. De acordo com as conclusões do estudo, o crescimento exponencial do primeiro significaria um colapso do sistema mundial, já que a escassez dos recursos naturais pressionaria os demais fatores.

Embora tenha sido alvo de críticas, o estudo do Clube de Roma foi o primeiro a mencionar o valor econômico do controle da poluição, uma medida que atualmente é cada vez mais utilizada. Conforme o relatório, o preço seria diretamente proporcional à intensidade dos padrões de descarga de contaminantes.

Desde a introdução e por várias vezes ao longo do estudo, reforçam-se os problemas que a limitação de dados naquele momento e a falta de conhecimento mais profundo sobre os principais contaminantes poderiam causar ao resultado final do relatório. Não

¹¹ O documento ainda propõe as seguintes hipóteses: “Processamento-padrão do modelo mundial”, “Modelo mundial com reservas duplicadas”, “Modelo mundial com reservas ‘ilimitadas’”, “Modelo mundial com reservas ‘ilimitadas’ e controle de poluição”, “Modelo mundial com reservas ‘ilimitadas’, controle de poluição e aumento da produção agrícola”, “Modelo mundial com reservas ‘ilimitadas’, controle de poluição e um ‘perfeito’ controle de natalidade”, “Modelo mundial com reservas ‘ilimitadas’, controle de poluição, produção agrícola aumentada e ‘perfeito’ controle de natalidade”

se sabia, por exemplo, até onde chega a capacidade do planeta na absorção de produtos poluentes, assim como havia uma vaga idéia das matérias que poderiam danificar e comprometer a qualidade ambiental. (MEADOWS,1972:69)

Acerca do meio ambiente, o relatório conclui que:

- **Os poucos tipos de poluição que foram realmente medidos durante um certo tempo, parecem estar crescendo exponencialmente.** Crescem mais rapidamente que a população e aumentam por causa do incremento populacional e das atividades daí derivadas (agricultura, industrial e avanços tecnológicos). “No complicado sistema mundial, a maioria dos poluentes é, de certo modo, influenciada pelos ciclos positivos de realimentação, tanto da população quanto da industrialização” (MEADOWS, 1972:69).

Nesse sentido, o processo de desenvolvimento econômico é definido, na realidade, como *o processo de utilização de mais energia para aumentar a produtividade e a eficiência do trabalho humano*. Na época, a riqueza de uma população humana era medida pela quantidade de energia que ela consome por pessoa, ou seja, quanto mais energia se consumia, maior sua taxa de desenvolvimento. Em 1970, o consumo de energia per capita crescia 1,3% anualmente em termos mundiais, sendo que sua principal fonte de obtenção (97%) era a queima de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural) – cujo produto final é a liberação de CO₂ na atmosfera.

Na hipótese de substituição dos combustíveis fósseis pela energia nuclear, haveria nesse processo o inconveniente dos resíduos radioativos e da poluição térmica. A situação levou o grupo afirmar que “o dióxido de carbono, a energia térmica e os resíduos radioativos são apenas três das inúmeras desordens que o homem está introduzindo no meio ambiente, a uma taxa que cresce exponencialmente”. (MEADOWS,1972:75)

- **Os limites máximos dessas curvas de crescimento de poluição eram desconhecidos.** A quantidade de poluentes que poderia ser desprendida até que não se causasse danos irreversíveis permanecia uma incógnita. A falta desses dados deveria ser, segundo o grupo, razão suficiente de cautela na liberação de substâncias contaminantes. “Há tipicamente uma longa demora entre a liberação de um poluente no

meio ambiente e o aparecimento de seus efeitos negativos no sistema ecológico (...) Qualquer sistema de controle de poluição, baseado no estabelecimento de controles, somente quando algum mal já for evidenciado, provavelmente fará com que o problema se torne muito pior, antes de melhorar”. Esta explicação conduziria a um terceiro item, enunciado como:

- A presença de atrasos naturais nos processos ecológicos aumenta a probabilidade de se subestimarem as medidas de controle necessárias. E, por consequência, de atingir, inadvertidamente, esses limites máximos.

- Muitos poluentes se espalham por todo o globo, seus efeitos nocivos aparecem longe dos pontos em que são gerados. Para comprovar a tese, é citado o caso da Groenlândia. Embora esteja bem distante de qualquer fonte de poluição atmosférica pelo chumbo, a quantidade desse poluente depositada nas suas áreas geladas teria aumentado na ordem de 300% desde 1940. Segundo o relatório (1972:81), o DDT, por exemplo, “tem-se acumulado no tecido adiposo dos seres humanos, em todas as partes do globo, desde os esquimós do Alasca aos habitantes de Nova Delhi”.

“Os benefícios das atividades geradoras de poluição são, em geral, muito afastados dos custos, tanto no espaço como no tempo. Portanto, para que decisões justas sejam tomadas, os dois fatores, espaço e tempo, precisam ser levados em consideração. Se os detritos são descarregados rio acima, quem sofrerá rio abaixo? Se fungicidas, contendo mercúrio, são empregados agora, em que proporção, quando e onde o mercúrio aparecerá nos peixes marinhos? Se fábricas poluidoras são localizadas em áreas remotas para isolar os poluentes, onde estarão tais poluentes daqui a dez ou vinte anos?” (MEADOWS,1972:82)

Nota-se que, assim como a complexidade do tema começava a ser incorporada aos discursos que se construía em torno ao meio ambiente, o enfoque econômico estava cada vez mais presente nestes debates.

Embora tenha atingido vendagens recorde, *Limites do Crescimento* foi muito criticado, principalmente pelo tom alarmista e pela maneira como manipulavam os dados para que estes comprovassem suas teses. Por exemplo, se demonstrou que se obteriam previsões

muito mais otimistas se se fizessem diferentes suposições em relação aos mecanismos de retroalimentação da economia.

1.2 | Desenvolvimento, preservação e divergências entre os países

Uma consequência direta da oposição entre as idéias de *desenvolvimento econômico e proteção ao meio ambiente* foi o surgimento das divergências entre os países. De um lado, colocavam-se os desenvolvidos, partidários da manutenção das reservas naturais do planeta; de outro, os em desenvolvimento, motivados em incrementar sua importância na economia mundial por meio da elevação nos níveis de industrialização. A época era especialmente propícia aos segundos, já que nos inícios da década de 1970, vivia-se uma euforia econômica. Basta lembrar que, no Brasil, eram estes os anos do Milagre Econômico.

Paradoxalmente, os projetos desenvolvimentistas dos países do Sul foram patrocinados, muitas vezes, pelas nações já industrializadas. A transferência de recursos neste período mencionado foi tão alto que a dívida externa dos países em desenvolvimento cresceu significativamente. Nos anos de 1970 e princípios de 1980, os bancos do Norte necessitavam de alguém para emprestar as imensas somas de dinheiro depositadas pelas recém enriquecidas nações exploradoras de petróleo e o destino mais comum eram os países pobres, em vias de desenvolvimento. (JACOBS,1991:93)

A divisão entre os blocos de nações foi verificada nos discursos das autoridades que, em 1972 participaram da Conferência de Estocolmo, o primeiro deste porte reservado a tratar de questões ambientais, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). O discurso proferido pelo então ministro do Interior José Costa Cavalcanti, representante brasileiro no evento, insistia na responsabilidade principal dos países desenvolvidos pela degradação ambiental. Dizia que “os países que acumularam consideráveis recursos e riquezas às custas de tantos prejuízos para o resto do mundo deveriam, pois, assumir a principal responsabilidade pela adoção de medidas corretivas e para substituir o que foi danificado”¹².

¹² Publicado na *Gazeta Mercantil* em 7 de junho de 1972.

Neste contexto, uma das bandeiras levantadas pelo movimento ambientalista, difundidas pelo Clube de Roma e apoiadas por algumas nações desenvolvidas foi a do crescimento zero, defendendo índices mínimos de incremento nas atividades econômicas. Para os demais, tal sugestão era vista como uma afronta que enfraquecia o conceito de soberania nacional.

De acordo com Jacobs (1991:116), “infelizmente, o debate sobre o crescimento trouxe mais calor do que luz”, tendo tirado, em muitas ocasiões, “a atenção dos reais problemas da crise ecológica”. Segundo o autor, a ambigüidade dos termos utilizados nesta época pode ser apontada como uma das principais responsáveis pela perpetuação das divergências. Para os economistas e em quase toda a discussão política, o *crescimento econômico* se refere aos incrementos anuais no Produto Interno Bruto de cada nação. Já para os defensores do meio ambiente, *crescimento* pode significar um aumento no consumo dos recursos ambientais.

“O crescimento econômico está representado por incrementos no ingresso nacional, enquanto o desenvolvimento implica algo mais amplo, uma noção de bem-estar econômico que reconhece componentes não-monetários. Estes podem incluir a qualidade do próprio meio ambiente: é evidente que o ingresso nacional não registra os níveis de contaminação nem da beleza das paisagens naturais, as quais afetam o bem-estar”. (JACOBS,1991:127)¹³

Com uma visão complementar a esta, Field (1995:479) afirma ainda a necessidade de diferenciar, antes de qualquer debate, qual é a concepção feita sobre *crescimento econômico* e *desenvolvimento econômico*. Para isso, apresenta duas formas de distinguir esses dois conceitos: uma mais simples e uma mais complexa. Segundo a mais simples, o *crescimento* se refere aos incrementos no nível agregado de produção, enquanto o *desenvolvimento* explica os aumentos gerados na produção per capita. Deste modo, um país poderia crescer, mas não se desenvolver caso seu crescimento populacional exceda sua taxa de crescimento econômico. Já pela via mais complexa, o *crescimento* alude aos incrementos na atividade econômica sem que se apresente uma mudança implícita de melhoria na estrutura e nas instituições econômicas fundamentais de um país, enquanto

¹³ Ainda segundo o autor, o estado de saúde da população, os níveis de educação, a qualidade do trabalho, a intensidade da vida cultural podem ser incluídos com componentes não-monetários.

que o desenvolvimento também inclui um conjunto mais amplo de transformações tecnológicas, institucionais e sociais. As melhorias ocorridas em aspectos como educação, saúde, população, infra-estrutura de transportes e instituições legais fazem parte do processo de desenvolvimento. Este poderia ser considerado um fator de alerta devido ao fato de que quando se fala nos problemas ambientais nos países em desenvolvimento geralmente se está falando de situações nas quais o meio social e tecnológico pode ser muito diferente daquele que apresentam os países industrializados.

“Ao abordar esses assuntos, há uma tendência em dividir o mundo em apenas duas partes: o desenvolvido e o que se encontra em vias de desenvolvimento ou, dito de outra maneira, primeiro e terceiro mundo. Logicamente, qualquer classificação resumida como esta é uma simplificação muito exagerada do mundo real”. (FIELD,1995:479)

Os debates sobre os níveis de crescimento ou desenvolvimento eram avivados por suas ramificações. Jacobs (1991:66), por exemplo, afirma que entre as nações ricas e pobres sempre haverá grandes desigualdades na forma de experimentar a crise do meio ambiente, ao menos que sejam tomadas medidas adequadas para suavizá-las. No Norte, o esgotamento físico de um recurso local não representa necessariamente sua escassez, pois pode ser importado de uma outra parte do mundo. Nos países do Sul, a falta de recursos frequentemente anula essa possibilidade.

“Nem todo mundo sente o impacto da crise ecológica da mesma maneira. Como a maior parte das coisas boas, os benefícios e os custos do meio ambiente estão distribuídos desigualmente. Quanto mais pobre for, maior será a crise que experimentará. (...) A subida no nível do mar causará desdobramentos costeiros em muitas partes do mundo. Mas os cidadãos da Flórida se reinstalarão em terra firme; os de Bangladesh ficarão desabrigados”. (JACOBS,1991:68)

Para os países em desenvolvimento, assumir a responsabilidade histórica pelos danos ambientais é um dever dos países desenvolvidos. Para reforçar essa idéia, relembra-se com freqüência o processo de transferência de indústrias poluidoras do Norte para o Sul, denominado por alguns como “comércio da contaminação”. Outra situação que mostra os países do Sul como vítimas é o chamado *imperialismo tóxico*, a transferência de

dejetos tóxicos de países desenvolvidos para os em desenvolvimento. Conforme a avaliação de Jiménez (1997:42), isso ocorre porque

“as diferenças dos níveis de desenvolvimento entre as regiões do Norte e do Sul são tão significativas que as possibilidades de superá-las chocam com limites não só físico ou ‘externos’, mas também econômicos e políticos”.

É nesse sentido que o autor questiona a possibilidade de um desenvolvimento homogêneo em escala mundial.

Nos anos 1980, o pagamento dos juros da dívida externa pressionou as economias dos países em desenvolvimento. Para o meio ambiente, os empréstimos recebidos na década anterior tiveram um efeito oposto, já que, para poder pagar parte do que deviam, estas nações – produtora de matérias-primas, em sua maioria – tiveram de explorar mais seus recursos naturais. Alguns autores, portanto, atribuem a este fato o aumento nos níveis de degradação ambiental promovida nesses países.

“Para pagar uma dívida externa e seus juros é necessário que haja um excedente (a produção tem de ser maior que o consumo). Este excedente provém em parte de um aumento genuíno da produtividade, mas em parte sai do empobrecimento das pessoas dos países devedores e do abuso da natureza. Enquanto as dívidas crescem, a natureza não pode crescer no mesmo ritmo.” (MARTÍNEZ,2000:425)

No início da década de 1990, como contraproposta à dívida externa, surgiu o conceito de *dívida ecológica*. Utilizando-se desta noção, os países em desenvolvimento passam a pedir compensações financeiras aos países do Norte, alegando que a exploração de seus recursos naturais não foi, assim como não tem sido, devidamente paga.

“O conhecimento exportado da América Latina sobre os recursos genéticos silvestres ou agrícolas foi a preço zero ou muito barato, enquanto a absorção de dióxido de carbono pela nova vegetação ou pelos oceanos é grátis. (...) É possível, pois, falar de uma dívida ecológica que o Norte deve ao Sul e que existe, ainda que não seja fácil quantificar-la, opondo-se à dívida externa. Pode considerar-se que esta última não deve ser paga, ao menos que o Norte pague antes sua dívida.” (MARTÍNEZ,2000:425)

Nessa mesma linha, é propagada a idéia de *comércio ecologicamente desigual*. Uma vez que os valores pagos pelos bens primários são inferiores aos pagos pelos

industrializados, cria-se uma lacuna entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. E esta distância tende a aumentar, já que o valor agregado dos produtos produzidos por estes últimos é também cada vez maior. O meio ambiente, neste caso, é, mais uma vez prejudicado: para participar como maior equidade do comércio internacional, as nações em desenvolvimento aumentam a exploração de seus recursos naturais.

1.3 | Enfim, o desenvolvimento sustentável

Assim que *Limites do Crescimento* foi publicado pelo Clube de Roma em 1972, os não partidários das idéias ali difundidas iniciaram a busca de uma alternativa para a questão do meio ambiente. Dez anos depois, durante a segunda conferência sobre o meio ambiente patrocinada pela ONU, em Nairobi, notava-se uma maior conscientização por parte daqueles países que em Estocolmo haviam se oposto à necessidade de buscar formas de preservação da natureza.

“Em diversos países em desenvolvimento foram criadas instituições mais ou menos efetivas para proteger o meio ambiente, desde institutos de investigação até agências meio ambientais nacionais, algumas das quais, como no caso da República Popular da China, alcançaram inclusive a categoria de ministério” (REDCLIFT E WOODGATE, 2002:100)

Ignacy Sachs, por exemplo, propôs que as ações de impacto ambiental fossem guiadas pela noção de *ecodesenvolvimento*, cunhada por ele mesmo e que colocaria as bases para o que mais tarde seria chamado *desenvolvimento sustentável*. A proposta apresentada por Sachs visava conciliar o aumento da produção reivindicada pelos países em desenvolvimento, como o respeito ao ecossistema de maneira a preservar os níveis necessários para a manutenção da vida humana. No entanto, com a mesma velocidade que passou a ser utilizado nos círculos internacionais relacionados ao meio ambiente, o termo caiu em desuso assim que foi refutado pelos Estados Unidos¹⁴. (NAREDO,1999:58)

¹⁴ O autor lembra o episódio que marcou a derrocada do termo. Em 1974, em um seminário promovido pelas Nações Unidas no México, o *ecodesenvolvimento* foi apresentado e suas diretrizes difundidas entre os participantes. No entanto, dois dias depois, Henry Kissinger, chefe da diplomacia norte-americana, manifestou sua desaprovação em um telegrama enviado ao presidente do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Em 1987, sob a coordenação da Primeira Ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, foi lançado o documento *Nosso Futuro Comum*. A obra inaugurava uma nova etapa nos debates mundiais sobre o meio ambiente, sendo a responsável pela difusão do termo *desenvolvimento sustentável*. Não se tratava mais de contrapor avanço econômico e conservação dos espaços naturais, mas “satisfazer as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas”. Um dos princípios que prega é o da igualdade entre as nações e as gerações, atentando para o fato de que não basta produzir riqueza e conservar os recursos, mas prover sua distribuição, de maneira a diminuir as distâncias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Embora representasse um equilíbrio capaz de satisfazer tanto desenvolvimentistas quanto preservacionistas, o novo termo causava desconfianças. Jacobs (1991:125) alerta para o risco de que a utilização indiscriminada do conceito pudesse encobrir as mesmas práticas de sempre, mas agora sob o rótulo de *desenvolvimento sustentável*. Isso porque, ao não especificar exatamente que grau de proteção ambiental necessário, o termo dá aos governos e à indústria um meio para apontar-se a favor da defesa sem comprometer-se.

Citando O’Riordan (1988), Naredo (1999:59) lembra que “a enganosa simplicidade do termo e seu significado aparentemente manifesto ajudaram a estender uma cortina de fumaça sobre sua inerme ambigüidade” e acrescenta que “parece que as velhas noções de *crescimento* e do *desenvolvimento econômico* que, depois da avalanche de críticas que haviam recebido nos anos 1970 necessitavam ser melhoradas, foram as que mais contribuíram para construir a nova idéia de *sustentabilidade*”.

Capítulo 2 |

Jornalismo econômico e meio ambiente

No capítulo anterior, com o intuito de situar histórica, social e economicamente o momento em que o caráter antagônico dos conceitos de *desenvolvimento econômico* e *preservação da natureza* passou a ser difundido – primeiro em reservados círculos de especialistas e posteriormente ressaltado nos debates sobre políticas internacionais no campo ambiental –, remontamos aos finais da década de 60. Tal resgate permitiu localizar o início da atuação organizada dos grupos apoiadores tanto de uma como de outra causa e o surgimento dos primeiros relatórios e documentos científicos a este respeito. Após um período de aproximadamente vinte anos, a incompatibilidade que situava as duas idéias em extremos opostos parecia ter seu final anunciado com o surgimento da noção de *desenvolvimento sustentável*. Nela, conforme ressaltavam seus idealizadores, estavam contempladas de maneira equilibrada as ânsias desenvolvimentistas e preservacionistas e, por isso, poderia ser utilizada como solução norteadora para toda e qualquer ação no âmbito público ou privado, individual ou coletivo.

A abordagem realizada até este ponto da pesquisa esteve alheia à contribuição da imprensa na construção e no fortalecimento do antagonismo ideológico descrito anteriormente. Esta faceta pode ser considerada de central importância para o desenvolvimento do presente trabalho. Partimos, para isso, da hipótese de que os meios de comunicação e a mídia como um todo possuem a capacidade de influenciar – positiva ou negativamente – na condução dos debates públicos. Não se trata, no entanto, de realizar uma análise sobre este papel de maneira ampla e genérica. Uma vez que nosso particular interesse é examinar a dimensão econômica presente em tais debates, exploraremos a cobertura realizada pela imprensa especializada neste segmento – em especial a *Gazeta Mercantil*.

Este capítulo será constituído de três partes. A primeira será dedicada ao histórico evolutivo da imprensa econômica no Brasil, cuja fase inicial – registrada em meados da década de 60 – ocorre em paralelo a dois outros marcos mencionados nesta pesquisa: às também incipientes inquietações internacionais em torno do meio ambiente e ao apogeu do programa desenvolvimentista implantado durante o período em que o País foi

governado pelos militares. O objetivo, portanto, é mostrar como essas três vertentes se relacionam não apenas por questões de coincidência temporal, mas, principalmente, temática. Além de centrar-se no jornalismo especializado em economia, o levantamento estará limitado aos veículos impressos, descartando, dessa forma, as outras mídias – como o rádio, a televisão e, mais recentemente, a internet – que também desempenharam um importante papel no crescimento do nicho econômico.

Na segunda parte, o foco se voltará ao jornalismo ambiental. Serão mencionados alguns episódios sobre seu início “independente” e sua posterior incorporação à cobertura da imprensa especializada, entre elas a científica e a econômica. O preâmbulo realizado nas duas primeiras partes desembocará no caso concreto da *Gazeta Mercantil*, na atenção que este veículo específico dedicou aos assuntos do meio ambiente e na evolução do tema em suas páginas. Isso será possível a partir da análise de matérias publicadas nos anos de 1972 e 1992.

2.1 | A imprensa econômica no Brasil

Embora existam relatos de sua presença desde meados do século XIX¹⁵, a cobertura da imprensa brasileira sobre assuntos econômicos permaneceu acanhada e despreziosa durante um longo período, que dura aproximadamente a década de 50. Tendo como pano de fundo um país essencialmente agrário e poucos indícios de um imediato investimento industrial¹⁶, as publicações que veiculavam informações financeiras eram

¹⁵ Não há exatidão nos documentos e autores consultados sobre o período em que a temática econômica passou a fazer parte da cobertura dos veículos de comunicação brasileiros e a interessar um público leitor, fosse ele especializado ou não. Apesar da imprecisão no estabelecimento de uma data de início, sabe-se que a presença é antiga. Marialva Barbosa, em *Os Donos do Rio – Imprensa, Poder e Público*, afirma que o primeiro impresso voltado para a indústria, para o comércio e para os negócios de maneira geral foi o *Jornal do Commercio*, fundado em 1827, na então capital brasileira, pelo francês Pierre Plancher, editor que trouxe modernos equipamentos e alguns operários especializados que representavam, na época, o que de mais avançado existia no ramo. Em um primeiro momento, publicava Preços Correntes, Notícias Marítimas e Movimento de Importação e Exportação, passando a dedicar espaço também à política, dado o agravamento da situação do País, nos primeiros anos da Independência. Dessa maneira, participou na campanha que culminaria na abdicação de Pedro I.

¹⁶ Para compreender com maior profundidade o cenário político-econômico desta época, recomenda-se a leitura de *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*, de Werner Baer. Segundo o autor, apesar do deslocamento da família real portuguesa ao Brasil em 1808, “até meados do século XIX não ocorreu nenhum desenvolvimento industrial digno de menção. Por exemplo, de acordo com o censo industrial de 1920, de 13.336 estabelecimentos existentes somente 35 eram anteriores a 1880. As poucas e pequenas fábricas e oficinas existentes produziam chapéu, rapé, sabão, ferro fundido e alguns outros artigos de importância secundária”. A economia brasileira era essencialmente agrária, e o café começou a despontar como principal produto nacional. É neste cenário restrito de material jornalístico e público leitor que o *Jornal do Commercio* se desenvolve. O jornal continua circulando até a presente data.

mantidas por iniciativas pessoais e, dado o amadorismo em sua produção, ainda não podiam ser classificados como inauguradores de um segmento editorial especializado. Apesar da precocidade brasileira na adoção da pauta econômica, as páginas dos veículos eram preenchidas quase exclusivamente com dados simples relacionados à compra e venda de produtos primários e alguns poucos manufaturados, sem aspirações, portanto, de expansão editorial.

A origem da *Gazeta Mercantil* não foi diferente e obedeceu, em linhas gerais, à mesma irregular trajetória. Nas primeiras décadas de sua existência, a publicação não passava de um desprezioso boletim econômico com circulação restrita a São Paulo, cidade onde foi lançado em 3 de abril de 1920. O empreendimento fora idealizado pelo italiano José Francesconi, que, valendo-se da experiência adquirida como bancário, criou a *Agência Comercial e Financeira* para “vender notícias sobre movimentação de mercadorias na cidade de São Paulo”. Era o embrião do que mais tarde viria a ser a *Gazeta Mercantil*. Antes de chegar, no entanto, ao controle da família Levy – sob cuja direção conheceu momentos de ascensão e queda –, seria ainda administrado pelo também italiano Pietro Pardini, assumindo nesta fase o nome de *Boletim Diário de Informações Gazeta Mercantil e Industrial*. (RESENDE, 2003:167)

Apenas anos mais tarde, em 1929, o veículo passou ao controle de Herbert Levy, que permaneceu à frente da publicação até sua morte, aos 90 anos, em 15 de janeiro de 2002. A entrada do empresário no ramo editorial ocorreu por acaso, como tentativa de reerguer o patrimônio familiar, abalado pelo impacto da queda da Bolsa de Nova York. A corretora de títulos administrada por ele e pelos irmãos esteve próxima à falência e, com a diminuição no tamanho dos negócios, Herbert Levy passou a investir – mais tempo do que propriamente dinheiro – na produção de um diário que levava o nome de sua família¹⁷.

Com a incorporação do veículo gerido por Pardini, Herbert Levy estabilizou-se como editor no segmento econômico. A começar pelo título da publicação – o diário passou a

Segundo o atual dono, José Chamillete, sua estabilidade está relacionada ao fato de que o *Jornal do Commercio* jamais desprezou a publicidade legal, considerando-a matéria de alto interesse para seu público qualificado, que nutre especial interesse por balanços.

¹⁷ Era o *Boletim Comercial Levy*. Em 1931, o veículo dava a primeira mostra de seu crescimento, com a criação da *Revista Financeira Levy* para explorar, segundo Resende (2003:167), “o mercado de informações na área de câmbio, títulos, movimento bancário, ações, etc.”

chamar-se *Gazeta Mercantil Comercial Industrial e Financeira* –, o empresário implementou grandes mudanças editoriais, como a introdução de assuntos relacionados ao comércio e à indústria à pauta do jornal. Interessava-lhe as movimentações bancárias, o mercado de ações e o cambial, além de priorizar a veiculação legal de balanços, editais, atas e convocações de empresas. Por vezes, o espaço editorial também era utilizado para a difusão das posições políticas de Levy. Membro da União Democrática Nacional (UDN) – partido pelo qual se elegeria deputado federal suplente em 1946¹⁸ –, o empresário nutria pouca simpatia pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas. As matérias políticas e econômicas freqüentemente atacavam as medidas anunciadas do Palácio do Catete e propunham outras regras para o desenvolvimento do País.

Apesar disso, o impacto da *Gazeta Mercantil* sobre o empresariado e o setor de negócios continuava restrito. No momento de sua aquisição por Levy, o jornal possuía apenas três funcionários e a estrutura física era igualmente limitada, denunciando o pouco requinte em seus métodos de produção (RESENDE, 2003:167). Apesar da mudança de endereço – da Rua da Quitanda, região central da cidade de São Paulo, para a Rua do Gasômetro, no bairro do Brás, zona leste da capital paulista – para instalações mais amplas, até 1950 a impressão do jornal tamanho ofício era feita artesanalmente, com a utilização de mimeógrafos. As tiragens eram baixas e a distribuição, amadora. A substituição do antigo processo pela impressão em máquinas planas possibilitou inovações na diagramação, que passou a ser realizada em seis colunas, num tamanho total de 27x36 centímetros. As mudanças no formato foram acompanhadas pela alteração do nome da publicação, que passou a atender por *Gazeta Mercantil Industrial Financeira e Econômica* – sutilmente suprimiu-se o adjetivo “comercial” para colocar em seu lugar o termo “econômica”.

Apesar da oposição ideológica manifestada por Levy, as políticas adotadas por Vargas desde seu primeiro mandato vinham impulsionando, mesmo que indiretamente, o crescimento da publicação e do segmento editorial econômico como um todo. O ano de

¹⁸ Tempos mais tarde, Levy assumiu a titularidade do cargo e permaneceu na Câmara Federal até 1987, após sucessivas reeleições. Em 1967, foi nomeado Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, durante o governo Abreu Sodré, cargo que ocupou até 1969. Vale mencionar também a atuação direta do dono da *Gazeta Mercantil* no mercado financeiro ao criar, em 1943, o Banco da América. Na década de 70, as operações da instituição de Levy foram fundidas com as do Federal Itaú Sul-Americano, propriedade do amigo Olavo Setúbal. Anos mais tarde, o Banco da América desapareceria, sendo totalmente incorporado pelo Itaú.

1930 é considerado por Bresser Pereira (1987) como um marco para o Brasil, já que o País passou a participar dos processos de “industrialização e amadurecimento do capitalismo, nos quais grande parte do mundo já estava inserida há décadas”. Segundo Quintão (1987:54), “a dinâmica criada na economia com o fortalecimento dos segmentos industriais e urbanos refletiu também na imprensa, que introduziu em suas empresas algumas inovações tecnológicas, com o propósito de se adaptar à nova realidade”¹⁹.

O desenvolvimento do setor manufatureiro criou uma nova dinâmica à cobertura, favorecendo a busca de material jornalístico, e trouxe consigo uma nova categoria de potenciais leitores. O processo de substituição do modelo agrário-exportador, realizado ao longo das duas décadas seguintes²⁰, teve seu auge em meados de 1950, com o modelo desenvolvimentista adotado pelo presidente Juscelino Kubitschek. Estes anos foram, assim, decisivos para a mudança do perfil sócio-econômico brasileiro: a representatividade do café – principal produto brasileiro – no volume das exportações caiu quase pela metade e o País deixava, aos poucos, suas características agrárias.

Mas se por um lado o mercado leitor e o volume de material para publicação aumentavam, o principal obstáculo para a introdução da temática econômica de maneira mais eficaz erguia-se dentro das próprias redações. Contando com espaços reduzidos em suas edições (os veículos, em sua maioria, possuíam poucas páginas para facilitar seu processo arcaico de impressão), os meios de comunicação seguiam priorizando a cobertura política. Os editores dos grandes jornais de cobertura geral entendiam que as

¹⁹ As citações retiradas do livro *O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964* sofreram sutis alterações em relação aos tempos verbais. Escrito em 1987, o livro adota o tempo presente para narrar os acontecimentos que estavam ocorrendo naqueles anos. Nesta pesquisa, devido ao maior distanciamento temporal, adotamos o modo passado, sem prejuízo às idéias transmitidas pelo autor.

²⁰ Lene (2004) resgata as peculiaridades do período ao afirmar que é entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1950 que começaram a ser feitos grandes investimentos públicos em obras de infra-estrutura e na indústria de base, como de bens intermediários e de capital, usinas siderúrgicas, fábricas de produtos químicos, de papel, de vidro e refinarias de petróleo. Também nessa época, o governo norte-americano, terminada a ajuda à Europa (com o Plano Marshall), passou a realizar grandes investimentos em países periféricos. Em relação ao Brasil, no entanto, os Estados Unidos reduzem o ritmo de suas aplicações em represália à política nacionalista de Getúlio Vargas. Com isso, entre 1951 e 1954, período do governo Vargas, os investimentos estrangeiros no Brasil não passam de US\$ 10 milhões.

Vargas dá continuidade à industrialização do país ao inaugurar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e estatizar a geração de energia elétrica, decidido a lutar pelo que chama de interesses nacionais. Ao morrer, em agosto de 1954, deixa uma economia estável e com uma infra-estrutura capaz de permitir uma decolagem industrializante. Esse deslanche vai se dar a partir do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, que abre o país inteiramente para o capital estrangeiro.

matérias oriundas dos setores comercial e industrial tinham caráter promocional e, por isso, deveriam ser tratadas como “matérias pagas”²¹. (QUINTÃO,1987:78)

A relutância por parte dos veículos de interesse geral favoreceu o desenvolvimento dos especializados em economia. Nesta época, revistas como *Visão*²², *Exame*²³ e os títulos do Grupo Banas²⁴ passaram a exercer maior influência entre o empresariado e entre os tomadores de decisão tanto no âmbito privado quanto público.

A *Gazeta Mercantil* também foi beneficiada, apresentando um sensível crescimento na década de 60. A expansão de seu projeto editorial foi realizada por meio de uma mudança de foco no tratamento do material que o próprio jornal costumava publicar: os

²¹ O jornal *O Estado de S. Paulo* foi, entre os veículos da grande imprensa, um dos que primeiro superou essa visão ao programar, em 1949, o Suplemento Comercial e Industrial, de periodicidade semanal e dirigido aos assuntos econômicos. O alemão Frederico Heller e os franceses Gilles Lapouge e Roberto Appy – todos com formação em economia – compunham a equipe de sustentação do projeto e, além de editar as matérias a partir de textos enviados por agências internacionais, assinavam colunas próprias. Essa dinâmica deu ao caderno um caráter mais opinativo que informativo, mais analítico que noticioso. Segundo Quintão (1987), o suplemento não foi apenas o primeiro informativo de negócios do País com circulação regular, mas “um veiculador doutrinário, liberal, anticomunista, com postura política bem delineada na área da economia”, posição que foi assumida em artigos escritos periodicamente por Eugênio Gudin.

²² A revista *Visão* pode ser considerada uma das mais importantes da época. Propriedade do grupo norte-americano Vision Inc., com sede em Nova York, o título foi introduzido no Brasil em 1952, paralelamente à versão mexicana *Visión*. Em seu lançamento, a publicação possuía uma equipe experiente na cobertura de fatos econômicos – como Nahum Sirotsky e Alberto Dines, por exemplo –, que foi sendo, aos poucos, ampliada. Hideo Onaga, Aloysio Biondi e Washington Novaes, que chegou a dirigir a publicação, são alguns dos profissionais que fizeram parte de seus quadros. Sua fórmula e estruturação eram muito similares à *Time*. Segundo Onaga, em depoimento a Resende (2003), a *Visão* era uma revista de política e economia que “passou a ser a revista semanal mais importante do País.” Em meados da década de 60, sua redação foi transferida de São Paulo para o Rio de Janeiro e pouco depois mudou de comando, passando do grupo Vision Inc. para Saïd Farhat, o então diretor comercial. Depois de desentendimentos com a nova direção, Novaes e Biondi deixaram a publicação, que, em seu auge, chegou a ter 100 mil exemplares de tiragem. Em 1974, a revista foi comprada pelo empresário Henry Maksoud. Novaes e Biondi encontraram-se novamente na revista *Fator*, um relançamento da extinta *Senhor* que, segundo Resende (2003:125), “acabou no mesmo ano em que foi criada” em função do AI-5.

²³ A revista *Exame* foi criada em 1967 como suplemento de revistas técnicas da Editora Abril (*Transporte Moderno* e *Química e Derivados*). A publicação tornou-se independente em 1971, com distribuição gratuita e periodicidade mensal, até se tornar quinzenal, em 1976.

²⁴ O principal título do grupo comandado por Geraldo Banas foi *Banas Informa*, lançada em meados da década de 50. O empresário tornou-se conhecido entre os profissionais do setor econômico por ter sido o primeiro a desenvolver textos sobre a vida econômica das empresas, servindo-se das informações publicadas no *Diário Oficial*. Também é reconhecido seu pioneirismo na busca de parcerias internacionais, de associados experientes em matérias econômicas. Associou-se a The Economist Intelligent Unit para oferecer serviços de consultas e pesquisas econômicas no Brasil e em outros grandes centros de negócios e, em 1962, firmou parceria com a norte-americana McGraw Hill para iniciar a produção da revista *Direção*, uma versão brasileira da *International Management*, em 1965 vendida para o grupo Vision Inc.. A publicação de anuários rendeu bons índices de aceitação nos diversos setores empresariais. Segundo Resende (2003), em 1960, o Grupo tinha sob seu comando 51 títulos dessa natureza, voltados a áreas bem específicas da indústria como *Indústria de Autos e Autopeças* e *Indústria de Papel e Celulose*.

balanços obrigatoriamente divulgados pelas empresas como publicidade legal passaram a ser utilizados como fontes de informação para a redação. Os números - que sempre estiveram ali – eram ponto de partida para matérias interpretativas e de análise setorial, oferecidas ao leitor como um diferencial da *Gazeta Mercantil*.

Em 1960, o veículo já reunia alguns dos profissionais responsáveis por essa primeira reforma estrutural, que, dentre outras inovações, implantaria condições para a produção de um conteúdo próprio. Paulo Lima Castro, ex-redator do jornal *O Estado de S. Paulo*, e Antônio Fernandes Neto iniciaram os trabalhos neste sentido. Uma das novidades foi o surgimento da seção “Legislação”, a primeira página do segundo caderno, criada e editada por Fernandes Neto. Tratava-se de uma página diária dedicada a discutir e repercutir assuntos jurídicos de interesse para o empresariado.

O columnismo, uma das marcas do atual jornalismo econômico, foi introduzido justamente nesta fase de transição, em que o segmento superava seu amadorismo por meio da adoção de práticas mais sólidas e duradouras. Um dos sinais desse esforço era o aumento no número de páginas editoriais, mas a novidade da cobertura resultou em uma dificuldade concreta entre os profissionais da imprensa: poucos eram os que, à época, conheciam o assunto com propriedade. A dedicação de um espaço fixo a um especialista na área – não necessariamente jornalista de profissão e, na maioria dos casos, detentor de conhecimentos técnicos – foi a solução encontrada por diversos veículos para sanar a escassez de pessoal. É certo que desta forma se praticava um jornalismo mais analítico do que noticioso, mas por outro lado garantia o aumento da credibilidade do veículo pelas personalidades que era capaz de congrega²⁵.

O recurso mostrou-se propício para o incremento da cobertura. Tanto *Folha de S. Paulo* como *Última Hora*, cujas editorias econômicas foram criadas em 1950 e 1951, respectivamente, adotaram a fórmula. Nos primórdios de sua adoção por parte dos veículos, o columnismo era “exercido por estrangeiros especializados em economia internacional e, em seguida, por brasileiros também com formação econômica

²⁵ Referindo-se a esse elemento tão arraigado à dinâmica do jornalismo econômico desde suas origens, Kucinski (2000:17) atenta para o fato de que a utilização daquilo que denomina “grifes jornalísticas” denuncia uma possível queda na qualidade das reportagens. O leitor passou a se identificar com as personalidades que assinam as colunas “vendendo suas matérias simultaneamente a um grande número de jornais de cidades diferentes de todo o País” e não propriamente com o veículo, tornando frágil o laço entre as partes e colocando em segundo plano a necessidade de bem formar sua equipe de redação.

acadêmica, mas que não têm no jornalismo sua principal atividade profissional” (QUINTÃO,1987:52)

Cabe mencionar ainda o fato de que o jornalismo baseado em colunas de opinião tornava a cobertura menos imparcial e objetiva. Estes espaços foram utilizados, em diversas ocasiões, para manifestar a hostilidade do colunista em relação a determinadas políticas econômicas governamentais. Na *Gazeta Mercantil*, um dos primeiros a assinar colunas foi Ademar Cantero. A coluna intitulada “Atualidade”, como sugere o nome, dedicava-se às questões candentes que envolviam o mundo econômico.

Nesta etapa, que chamamos “transitória”, as redações, com reduzida equipe própria, faziam uso de fontes de informação externas. As notas e “matérias” que publicavam eram geradas em sua maioria “nas agências estrangeiras de informação, nas câmaras do comércio ou no Ministério da Fazenda”. Mesmo que pretendessem realizar uma cobertura exclusiva com assuntos econômicos, os meios de comunicação viam-se obrigados, pela carência de material disponível sobre o setor, a completar suas páginas com reportagens sobre temas variados. Prova disso eram os Jornais do Comércio de propriedade privada que, apesar do título que ostentavam, tratavam também de política e temas de interesse geral²⁶. (QUINTÃO,1987: 48)

2.1.1 | O enfraquecimento do debate político e a consolidação do jornalismo econômico

Na linha do tempo da evolução da imprensa econômica, o ano de 1964 aparece como marco e divisor de águas. Foi a partir desse ano – o da tomada do poder pelos militares – que a economia começa a se delinear como tema obrigatório dos veículos, até sua consolidação nos anos iniciais da década seguinte.

²⁶ Já os Jornais do Comércio editados por associações patronais de alguns estados brasileiros eram os que, naquela época, realizavam a melhor cobertura dos assuntos econômicos, mas sem muitas pretensões de crescimento. Eram regionais e de circulação restrita. Publicavam editais de cartório, protestos, atas de assembleia, balanços e comunicados das empresas. Não acompanharam o crescimento econômico verificado no Brasil nas décadas subsequentes e não mudaram seu perfil editorial para atrair um novo nicho de empresários. Sem essa reformulação não conseguiram sobreviver à concorrência de outros veículos e, ao longo dos anos – principalmente após 1964 - perderam espaço para aqueles que surgiram com uma proposta inovadora para este nicho. Quintão menciona alguns: *Diário Comercial e Monitor Mercantil* (RJ); *Diário do Comércio e Indústria* (SP); *Diário do Comércio* (SP, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife); *Diário Mercantil* (Juiz de Fora); *Jornal do Comércio* (Manaus); *IC Indústria e Comércio* e *Folha do Comércio* (ambos de Curitiba).

A substituição e a mudança de prioridades na pauta não tiveram outra motivação que não o esvaziamento do noticiário político advindo do autoritarismo do Poder Executivo, a dificuldade na obtenção de informações desse gênero e a necessidade de continuar a preencher as páginas dos jornais.

Tendo assumido o poder por outras vias que não as democráticas, os governos militares foram, aos poucos, suprimindo os debates políticos da esfera pública. A perseguição a determinados partidos, as restrições impostas para a atuação daqueles autorizados pelo governo e a concentração das decisões de interesse nacional no âmbito do Poder Executivo deflagraram uma série de manifestações populares que não chegavam a repercutir na grande imprensa. A criação de um estado de exceção após a publicação de seguidos Atos Institucionais foi paulatinamente diminuindo o espaço reservado pelos jornais aos temas políticos, exigindo que os meios de comunicação buscassem outras frentes de informação. As emissoras de televisão e rádio também deixaram de cobrir o assunto, não só por falta de fontes e dados, mas, na grande maioria dos casos, pelo medo de perder a concessão para seu funcionamento. De acordo com Quintão,

“os congressistas recolhiam-se amedrontados aos seus interesses privados diante dos atos institucionais e dos decretos-leis que suspendiam partidos, cassavam os direitos e interesses políticos e parlamentares, promovendo o esvaziamento definitivo de um segmento importante na imprensa: o jornalismo político”. (QUINTÃO, 1987:72)

Neste cenário, a economia dava mostras de ser a única esfera com suficiente legitimidade para suprir a ausência do noticiário político. Nos planos traçados pelo governo federal, o crescimento da riqueza gerada pelo País aparecia como prioridade. Tratava-se de colocar o Brasil entre as principais nações do mundo, melhorando, conseqüentemente, o nível de vida da população e compensando, assim, a supressão das práticas democráticas.

Nos primeiros anos do governo Castelo Branco, no entanto, a realidade econômica brasileira não favoreceu a rápida adesão da imprensa ao tema. O déficit herdado dos governos anteriores e a estagnação inicial colocavam em dúvida as metas de progresso divulgadas. Rejeitando as idéias propagadas por diversos economistas brasileiros e

latino-americanos²⁷ – que contestavam a eficácia dos incentivos às exportações –, os ministros Otávio Gouveia de Bulhões, da Fazenda, e Roberto Campos, do Planejamento, apostavam na competitividade dos produtos brasileiros tanto do setor primário como secundário no mercado internacional. A política foi ainda acompanhada da abertura ao capital estrangeiro. Segundo Baer, de 1964 a 1967

“o ritmo da inflação não mais estava sob controle, tendo-se observado taxas anuais de mais de 100% em meados de 1964. O balanço de pagamentos revelara dificuldades devido à estagnação e desorganização das exportações e ao baixo nível das entradas de capitais privados e públicos”. (BAER, 1975:226)

Mas mesmo as notícias de matiz negativo poderiam ser aliadas do governo, desde que mostrasse as providências que estavam sendo tomadas para a retomada do processo de aceleração. A transferência da capital federal para Brasília, no entanto, trazia um ponto desfavorável, já que havia acentuado a distância que separava os órgãos públicos e ministérios do eixo Rio-São Paulo, o principal centro financeiro do País. Uma das estratégias para facilitar o acesso dos jornalistas às fontes de informação foi a criação das atualmente tão difundidas assessorias de imprensa.

A vantagem era que de lá saíam apenas as informações e os enfoques pretendidos pelo governo. Roberto Campos foi o pioneiro ao contratar o amigo Oliveira Bastos, então editor do carioca *Diário de Notícias*, para realizar em seu gabinete a mediação com os jornalistas, dando visibilidade às iniciativas e sustentação ao Ministério, ganhando espaço e simpatia entre os profissionais e veículos de imprensa. Devido ao trabalho realizado, nos primeiros anos do governo militar, Campos se sobressaiu como fonte de informações econômicas e tem seus discursos frequentemente publicados²⁸.

²⁷ A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), na figura de seu fundador e presidente Raul Prebisch, era um dos principais organismos em prol da industrialização da região. Segundo seus membros e divulgadores, a América Latina não poderia esperar condições favoráveis para melhorar sua participação na economia mundial e deveria adaptar-se por meio da industrialização.

²⁸ Segundo Quintão (1987: 69), a assessoria de Roberto Campos foi além da simples geração de matérias e agendamento de entrevistas, criando o programa “O assunto é política”, veiculado pela TV Rio. Este episódio mostrou claramente a mudança intencional do foco político para a economia. “A estratégia de Bastos foi aos poucos conseguindo substituir o livre debate político e partidário pelo discurso econômico e tecnocrático. Os entrevistados dificilmente eram políticos de partidos, e quando ocorria a presença de alguém vinculado à área política, o Ministério do Planejamento encarregava-se de indicar uma ou duas pessoas da área econômica para debater com o convidado”.

Para os veículos, a dinâmica não era de toda ruim. Uma vez que as redações ainda se ressentiam pela falta de profissionais capacitados, o fornecimento de material oficial era uma solução longe de ser chamada de ideal, mas, pelo menos de momento, válida. Se por um lado as assessorias reforçavam o oficialismo das fontes, por outro iniciavam a profissionalização do relacionamento com a imprensa e a democratização do acesso às informações, sem a dependência do fornecimento por parte de outros jornalistas. No Rio de Janeiro, por exemplo, antes disso, a cobertura era dominada pelos irmãos Rocha (Reinaldo, Ruy e Álvaro). Cada um deles cobria individualmente um, dois ou três subsetores da economia e, no final da tarde, reuniam-se no Ministério da Fazenda para trocar entre si as informações colhidas. Qualquer repórter de economia poderia participar do ‘troca-troca’, desde que tivesse matérias. Aquele que não possuía a mesma estrutura e por isso dispunha de pouca ou nenhuma matéria para trocar, era obrigado a aceitar o jogo de utilizar as matérias sob condições. Quem não se submetesse, arriscava-se a ser o único da imprensa econômica a não publicar o acontecido. (QUINTÃO,1987:68)

Posteriormente, Reinaldo, devido ao seu conhecimento de mercado e dos profissionais atuantes em economia, foi contratado na assessoria de Roberto Campos, fornecendo importantes elementos sobre como deveria ser o trabalho do organismo que começava a ser criado.

A iniciativa teve resultado – a economia passou a ser assunto diário nos principais veículos – e, baseando-se em tal experiência, outros ministros e responsáveis por órgãos governamentais passaram a investir na criação de um setor de Comunicação como tentativa de alcançar mais espaço na imprensa. As assessorias de imprensa oficiais “foram se tornando gradualmente autônomas, conforme o grau de reconhecimento que se lhes dão os respectivos titulares das pastas às quais estão vinculadas. As dos Ministérios, autarquias ou empresas públicas vinculadas diretamente à área econômica e financeira são as que mais rápido crescem e se consolidam”. O discurso oficial, que se servia de conceitos como “segurança” e “desenvolvimento” estava presente em todas elas e era dirigido principalmente à classe média, cuja renda crescia, e aos segmentos sociais com poder de barganha política. (QUINTÃO,1987:70)

Ademar Cantero, editor da *Gazeta Mercantil* em 1972, afirma que o êxito alcançado pelas assessorias de imprensa de órgãos públicos serviu de modelo às empresas particulares. Segundo ele, o fortalecimento dos departamentos de comunicação promoveu a obtenção de pautas.

“O jornalismo começou a atrair a atenção dos empresários e os empresários passaram a despertar a atenção dos jornalistas. As empresas buscavam se profissionalizar em termos de comunicação, criando as assessorias de imprensa, que facilitavam o acesso às pautas e organizavam eventos. Quando passei a editar a seção de Indústria, freqüentava praticamente todos os eventos e de lá saíam as idéias e informações para as matérias. Houve grande movimentação em torno da economia e uma verdadeira proliferação de fontes. Foi quando as empresas também começaram a organizar entrevistas coletivas. A Federação das Indústrias e a CNI [*Confederação Nacional da Indústria*] organizavam várias coisas desse tipo e passávamos, às vezes, 3 ou 4 dias acompanhando os eventos organizados por eles. Eu também consultava o governo, Ministério da Indústria e do Comércio, a Sudene, a Sudam, que tinham todo o interesse em divulgar as informações econômicas e, por isso, tudo avançou muito.”²⁹

No âmbito estatal, as pautas propostas pelas assessorias sugeriam a cobertura das novidades econômicas. O incentivo à poupança interna e os grandes projetos patrocinados pelo Estado, como a Rodovia Transamazônica e a construção da Ponte Rio-Niterói, eram alguns dos assuntos preferidos, que renderam extensas reportagens não apenas nos jornais impressos como também nas demais mídias. A propaganda brasileira veiculada no País e no exterior explorava as dimensões continentais do País, seu mercado consumidor potencial, recursos naturais ainda intocados e uma mão-de-obra bem mais barata em relação à disponível na Europa e nos Estados Unidos³⁰. Nessa época, a dívida externa e as amortizações cresciam em consequência da política adotada, mas essas informações não chegaram ao conhecimento dos profissionais da imprensa.

Na *Gazeta Mercantil*, além de basearem-se no material divulgado oficialmente pelos órgãos públicos, parte das matérias era escrita a partir de informações enviadas por agências internacionais de notícias. Cantero afirma que o fato de possuir uma equipe de

²⁹ Entrevista concedida à autora em 2 de dezembro de 2006.

³⁰ Dentro dessa lógica que foi montada a Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, que tempos mais tarde ganhou o adjetivo “Especial” no nome e a sigla AERP. Este órgão foi o responsável pela criação dos *slogans* utilizados em âmbito governamental neste período como “Pra frente Brasil” e “Brasil: ame -o ou deixe -o”.

reportagem modesta em termos numéricos tornava as agências indispensáveis no processo de composição da edição.

“A rigor, eu era o repórter do jornal porque, até então, eles tinham uma equipe de editores. Não havia sucursais ou correspondentes. Então fazíamos grande uso dos dados do mundo que nos chegavam pela UPI, AP e Ansa”³¹.

No início dos anos 1960, a equipe contava com cerca de seis jornalistas³², média que seria mantida nos anos subseqüentes. Era marcadamente artesanal e sua circulação não ultrapassava os cinco mil exemplares. A publicação de títulos protestados continuava sendo a principal fonte de rendas do veículo e nutria os trocadilhos de Herbert Levy que, em pleno período de governo militar e restrições políticas, em tom de brincadeira, dizia que possuía um “jornal de protesto”. O conteúdo jornalístico, embora tivesse crescido em quantidade e em qualidade, era visto como secundário, uma vez que não gerava renda.

Em 1967, a saída de Castelo Branco e a entrada de Costa e Silva no poder não tiraram da economia o enfoque dos esforços governamentais. A equipe econômica, reformulada, passou a ser conduzida por Antônio Delfim Neto, na Fazenda, e por Hélio Beltrão, no Planejamento. As políticas adotadas na gestão anterior, principalmente em relação ao tratamento das regras impostas ao Brasil pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) foram alvo constante de críticas dos novos ministros. Alguns estudiosos, mesmo de fora do governo, como Celso Furtado, previam a ruína da indústria brasileira caso os investidores estrangeiros continuassem a desfrutar de benefício para sua instalação. Após a posse de Delfim, a economia teve crescimento razoável e a inflação manteve-se na casa dos 24 %. (SKIDMORE, 2004:276)

Além da contenção da inflação a um índice suportável de 20 %, as metas econômicas incluíram outros dois pontos principais: crescimento do PIB entre 8 e 9 % e acréscimo de pelo menos US\$ 100 milhões em reservas estrangeiras. Para cumpri-las, reuniram-se

³¹ Lachini (2000:33) faz lembrar que outra prática comum nos momentos de dificuldade em obter material era a cópia daquilo que já havia sido publicado por outros jornais, o que o autor chama de “contrabando de notícias”.

³² Resende (2003:169) menciona os nomes de Paulo Lima de Castro, Gastão Tomás de Almeida, Antonio Possidonio Sampaio, Geraldo Gomes Gatolini, Meyer Stilmann e Luiz Clério Manente. No final da década em questão, a equipe era formada por Antônio Fernandes Neto – diretor de redação; Gastão Tomás de Almeida – repórter; Teodoro Meissner – Bolsa de Valores; Ademar Cantero – editor de Indústria; Rubens Marujo – Finanças e Investimento; Miriam Casas – Internacional.

três principais frentes de investimento: o Estado, a iniciativa privada e o capital estrangeiro. Estavam lançadas as bases do Milagre Econômico Brasileiro.

“Enquanto o Brasil mergulhava ainda mais profundamente no autoritarismo, sua economia reagia bem à estratégia do governo. Em 1967, um ano de transição, o PIB cresceu 4,7 por cento, menos do que os 5,4 por cento do ano anterior. Este decepcionante crescimento podia ser atribuído à anêmica performance industrial, somente 2,4 por cento (...). Em 1968, contudo, quando se completou o primeiro ano do governo Costa e Silva, os resultados foram excelentes. O crescimento do PIB foi de 11 por cento, continuando a inflação em 25 por cento, a mesma de 1967. O crescimento industrial foi de 13,3 por cento justificando a nova política de crédito mais fácil. (...) Tudo isso resultado dos esforços feitos em 1967 e 1968 para estender os incentivos à exportação, especialmente aos industriais, mediante crédito especial para financiar a produção e redução de impostos sobre os lucros da vendas externas” (SKIDMORE, 2004:276)³³.

Kucinski menciona alguns dos prejuízos causados em função da campanha desenvolvimentista. Segundo ele, “durante um período inicial recessivo de dois anos, no qual a prioridade era combater a inflação e promover a reorganização industrial, quebraram as empresas menos eficientes, que são absorvidas por grandes grupos econômicos, especialmente estrangeiros. Iniciou-se depois o período de sete anos de grande expansão econômica, com crescimento do Produto Interno Bruto da ordem de 10% ao ano, em média, chamado ‘milagre econômico’” (KUCINSKI, 1995:213)

Os números faziam com que as reportagens publicadas no Brasil fossem otimistas em relação aos rumos da economia, corroborando com o discurso oficial de que o País havia atingido um estágio de amadurecimento e chegaria aos níveis sociais e econômicos dos países ricos. A repercussão na imprensa internacional foi rápida. A revista inglesa *The Economist*, em uma matéria especial sobre o Brasil, foi a primeira a utilizar a expressão *Milagre Brasileiro*, rapidamente incorporada ao discurso oficial. O prestígio atingido fora do País foi utilizado ainda para reforçar a importância do assunto entre os jornalistas e os órgãos de imprensa. É também nesta época que intelectuais pró-desenvolvimento se mobilizaram em torno da expectativa de superar o crescimento dos países industrializados e em previsões sobre o futuro do País.

³³ Segundo o autor, “o PIB subiu à média anual de 10,9 % de 1968 a 1974. O setor líder foi a indústria, com 12,6 % ao ano (...) Quanto às reservas, subiram de US\$ 656 milhões em 1969 para US\$ 6,417 bilhões em 1973”.

O cenário de euforia econômica era muito similar ao dos anos 50 – os da corrida rumo à industrialização e à substituição de importações. A diferença, de acordo com Quintão (1987:63), entre os dois períodos é o grau de sofisticação alcançado pelo País em termos de desenvolvimento e o regime político que o sustentavam: o primeiro, populista e o segundo, ditatorial. O período em questão reunia, pois, duas características principais que favoreceram a evolução do jornalismo econômico: em primeiro lugar, os já mencionados índices de desenvolvimento, números e cifras em expansão; em segundo lugar, não menos importante, é o fato de que o progresso era regido por um governo não-democrático, o que impedia o acompanhamento diário de assuntos políticos e forçava a mudança do foco das atenções para a economia. A Lei de Imprensa, aprovada em 1967, contribuiu para o encolhimento da primeira e norteou, em muitos momentos, o jornalismo nacional³⁴.

Portanto, se em meados da década de 60 a temática econômica já havia conquistado lugar na imprensa, no início da seguinte a sua incorporação mostrava-se inevitável. Nesta época, o conceito de desenvolvimento econômico estava amadurecido e as estatísticas oficiais pareciam solicitar e justificar um espaço de destaque nos veículos de comunicação. Os anos 1970 foram, portanto, apontados como os de consolidação do jornalismo econômico e como ponto de partida para sua profissionalização e transformação em especialidade jornalística. Segundo Cantero,

“o empresariado, naquela época, estava muito satisfeito com o *boom* da economia. Não havia nenhum tipo de questionamento sobre essa dinâmica, nem por parte dos governos estaduais. Na época não havia problemas trabalhistas porque não havia greves por causa da repressão. O empresariado estava muito satisfeito porque estava ganhando muito dinheiro. O financiamento para a construção de fábricas tinha toda a facilidade. Não havia crítica ao governo. Na verdade, tudo isso motivou muito a evolução do jornalismo econômico a ponto de que os jornalistas especializados fossem disputados pelas redações”.

³⁴ A Lei de Imprensa, nº 5.250, foi assinada em 9 de fevereiro de 1967 e serviu como principal instrumento de censura à imprensa durante os sucessivos governos militares. Sofreu várias modificações com a Constituição Federal de 1988, mas ainda regulamentava as atividades do setor: inscreveu normas de comunicação coletiva, extinguiu a censura, inseriu o direito de resposta, o dever de informar e o direito de ser informado.

O novo noticiário econômico esquivava-se de questões polêmicas. Na maioria das vezes, abordava, de maneira positiva, as grandes operações financeiras internas ou externas, insistia na abertura de capitais por empresas tradicionais, em novas linhas de produção industrial, ou tratava de questões ligadas à agropecuária. Avançava, assim, em discussões meramente acadêmicas de categorias simbólicas da ciência econômica, como o comportamento dos agregados macroeconômicos, tipo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a composição do Balanço de Pagamentos, da Balança Comercial ou das contas correntes. (QUINTÃO, 1987:79)

Fazendo referência aos anos do governo Costa e Silva, Skidmore (2004:182) afirma que “embora fosse uma crise político-militar que levara à expansão do Poder Executivo, o grande beneficiário desta nova situação foi a política econômica”, uma vez que o poder de legislar por decreto dava ao chefe do Executivo facilidades para executar o Programa Estratégico de Desenvolvimento³⁵.

A exposição realizada até o momento poderia induzir ao erro de que o jornalismo econômico em expansão serviu apenas ao interesse de governantes e a uma pequena parcela de empresários. Kucinski (2000:16) ameniza essa visão parcial ao afirmar que “houve, no entanto, uma benéfica expansão do jornalismo de serviços, nascido dos desdobramentos da crise do ‘Milagre Econômico’ dos anos 70. Primeiro, com a alta do petróleo; depois, com as greves operárias e a profunda recessão dos anos 80, marcada pelos saques a supermercados; finalmente, a alta dos preços. A inflação alimenta o jornalismo de serviços, voltado aos problemas econômicos e financeiros de seus leitores de classe média, tais como prestações da casa própria, aplicações em poupança, impostos e taxas escolares, custo de vida e defesa do consumidor”.

O aspecto didático do jornalismo econômico de serviços tornou-se mais necessário na medida que aumentavam os anúncios de pacotes econômicos. No período de 20 anos compreendido entre 1968 e 1988, o espaço dedicado à economia pelos três principais jornais de São Paulo cresceu continuamente de 1,5 página diária em média para 6,5 páginas, à custa das demais áreas de cobertura. (KUCINSKI, 2000:16)

³⁵ Para fundamentar a afirmação, o autor utiliza um discurso realizado pelo Presidente da República na Escola Superior de Guerra, em dezembro de 1968. Publicado originalmente em *Programa Estratégico de Desenvolvimento: 1968-1970* (Brasília, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1968)

No âmbito específico do jornalismo, o período propicia a criação e o crescimento das publicações especializadas em economia e, conseqüentemente, de uma maior profissionalização³⁶. Segundo Antônio Fernandes Neto, criador do caderno Legislação da *Gazeta Mercantil*, em depoimento a Resende,

“uma reclamação comum dos leitores da *Gazeta Mercantil* na época era sobre a precariedade na distribuição, responsável pelos irritantes atrasos na entrega. Até que Omar Bittar chegou para mudar tudo”. (RESENDE, 2003:171)

Bittar havia sido diretor da Associação Brasileira da Indústria de Base (ABDIB) e chegou à *Gazeta Mercantil* com o compromisso de profissionalizar a organização empresarial da publicação, acontecimento que marcou o fim de sua fase romântica. Ocupando o posto de diretor-superintendente – um cargo de caráter administrativo –, Bittar iniciou, nos primeiros anos da década de 70, as reformas. De acordo com Lachini (2000:19), foi ele o primeiro a propor o norte-americano *The Wall Street Journal* como modelo gráfico e editorial para a *Gazeta Mercantil*.

³⁶ No início da década seguinte, por exemplo, o jornal *Correio da Manhã* lançou o *Diretor Econômico*, publicação considerada o embrião do jornalismo econômico praticado atualmente. Editado por Washington Novaes, Aloísio Biondi e Aloísio Santos, o jornal era rodado diariamente com 16 páginas editoriais e chegou a ficar mais conhecido do que o próprio *Correio da Manhã*. O êxito estava no foco da cobertura: não mais o oficialismo das informações divulgadas pelas assessorias de imprensa do governo, mas uma cobertura própria inserida em uma linha editorial crítica e denunciadora. De acordo com Quintão, enquanto o noticiário da grande imprensa estava preocupado apenas com o discurso da sociedade política, no exercício do Poder do Estado, endereçado à sociedade civil, o *Diretor Econômico* fez o primeiro jornalismo de negócios do Brasil.

As oportunidades de especialização dentro do próprio nicho econômico apareciam com certa frequência, como no caso do mercado de ações. Até 1968, a Bolsa de Valores era um mecanismo desconhecido pela maioria da população brasileira. A partir daquele ano, uma política de incentivo fiscais para as empresas que optaram pela abertura de capital fez crescer consideravelmente o volume de títulos emitidos e de negócios realizados. O *Diretor Econômico* aproveitou-se desse crescimento e passou a informar a população sobre como ser um investidor. A ação dos especuladores fêz ao controle do Estado e o sucesso das Bolsas durou apenas alguns meses. A queda vertiginosa no valor das ações prejudicou grande número de trabalhadores e, no âmbito da comunicação, o próprio *Diretor Econômico* e o jornalismo econômico como um todo.

A revista *Expansão* foi outro exemplo de publicação criada para atuar especificamente no ramo da economia, sendo coordenada por jornalistas como Roberto Müller Filho, Sidnei Basile, Tom Camargo, Celso Ming, Floreal Rodriguez e Cláudio Lachini, alguns dos nomes hoje mencionados por estudiosos como os responsáveis pela transformação do jornalismo econômico brasileiro³⁶.

A publicação, criada pelo norte-americano Hervey Popell e pelo brasileiro Francisco Crestana, trazia *cases* de empresas brasileiras, além de uma boa cobertura noticiosa. Tais diferenciais lhe valeram, em 1972, o Prêmio Esso de Melhor Contribuição à Imprensa. Diante da boa receptividade do público, a *Expansão* tornou-se líder de vendas em um mercado iminente, mas que já contava com veículos especializados como a revista *Exame*. O sucesso levou a Editora Abril a comprar o título, de modo que deixasse de ser concorrente, publicando matérias que não rivalizassem com a *Exame*. Em 1975, no entanto, a *Expansão* foi extinta e sua equipe incorporada às diversas publicações da casa, uma vez que, mesmo sob o controle da Abril, não deixou de rivalizar com a *Exame*.

Em sua chegada, Bittar deparou-se com um jornal que, embora frágil, já demonstrava alguma organização temática interna. O primeiro caderno, por exemplo, estava dividido em editorias, como uma subespecialização dentro do campo econômico, e cada profissional responsabilizava-se pela cobertura diária de uma delas. A concentração em determinado tema dava ao jornalista, com o passar do tempo, conhecimentos acerca de conceitos específicos da área e maior acesso às fontes, o que possibilitava extrapolar a reprodução de *press releases*. A última página do primeiro caderno estava reservada a matérias especiais, à discussão de grandes temas. A *Gazeta Mercantil* era ainda composta por um segundo caderno, comercial, dedicado à publicidade legal, principal fonte de rendas do veículo.

Lachini (2000:26) afirma que as melhorias editoriais e o crescimento do número de matérias produzidas a partir do trabalho de apuração da equipe de redação foram acompanhados da adoção da assinatura de matérias. Visava tornar os autores conhecidos e co-responsáveis pelo que era publicado, sendo uma prática pioneiramente implantada no Brasil pelo veículo de Levy.

No aspecto gráfico, no entanto, por um período de tempo significativo, a *Gazeta Mercantil* manteve recursos visuais limitados. Contando com apenas um fotógrafo, o jornal mantinha um arquivo de imagens para ilustrar as matérias, que, de acordo com Cantero, era alimentado

“pelo material enviado pela FAO e pela ONU, que tinha um programa voltado para a área industrial e mandava muito material. Alguns *press releases* também eram enviados com a respectiva imagem, mas algumas vezes éramos obrigados a reaproveitar as publicadas em veículos internacionais que nos chegavam à redação. Era uma salada”.

Segundo Mário Watanabe, que saíra da revista *Banas*, onde exercia o cargo de redator-chefe, editar as matérias especiais da *Gazeta Mercantil* era desestimulante. “Se eu precisasse de alguma imagem, tinha de pegar uns clichês antigos com o ‘seu Márcio’... Se a matéria fosse sobre ferrovia – por exemplo, uma discussão sobre a economicidade da ferrovia *versus* a rodovia –, tinha de pôr aqueles trenzinhos velhos do clichê do ‘seu Márcio’ para ilustrar a página”.

Apesar dos obstáculos estruturais, a *Gazeta Mercantil*, a exemplo do que ocorria com outras publicações especializadas em economia, tinha a vantagem de não sofrer retaliações por parte do governo. Segundo Lachini,

“é verdade que o jornal, por ser de economia, não tinha censura prévia. Havia uma certa ‘Doutora Suely’, da Polícia Federal, que nunca foi vista mas às vezes ligava para a redação e dizia o que não poderia ser publicado. Era uma preciosa fonte de informações para se saber dos desatinos praticados pela repressão: ao proibir a notícia, dava-a”. (LACHINI, 2000:29)

Em 1972, a *Gazeta* iniciava uma nova etapa de sua trajetória: vendeu-se a rotativa e o prédio da Rua do Gasômetro para que o dinheiro pudesse ser investido na contratação de pessoal. A nova prioridade fez com que a redação se mudasse para o edifício na Rua Barão de Limeira, 425, anexo ao da *Folha de S.Paulo*³⁷, e, segundo Lachini, a palavra de ordem era conseguir talentos capazes de produzir e publicar um jornal que estivesse à altura do ‘Milagre Econômico Brasileiro’. Isto era uma mostra de que os proprietários estavam “entendendo que substituir máquinas por cérebros, ativos fixos por artigos semoventes, não é missão para quem enxerga curto: custa mais caro, dá mais trabalho, envolve intrincadas relações humanas, ambições, pressões e vigilância permanente pela fidelidade à notícia”.

Tempos mais tarde, a abertura política e a gradual redemocratização mantiveram o jornalismo econômico em um papel de destaque, apesar do ressurgimento da especialidade política. As seções de economia passaram a esclarecer a complexidade das questões envolvidas nas tentativas de estabilização da moeda; qual era a situação econômica do País e em que consistiam os planos para a retomada do crescimento. (BASILE, 2002:75)

2.1.2 | A *Gazeta Mercantil* no topo do segmento econômico

Apesar de não englobar o período que nos interessa para este estudo, faremos breves considerações sobre os rumos da *Gazeta Mercantil* entre os anos de 1973 e 1992. Acreditamos que isso revelará aspectos interessantes da conduta do veículo e nos ajudará a compreender seu pioneirismo na cobertura sobre meio ambiente.

³⁷ A partir desta data, a *Gazeta* passou a ser impressa nas máquinas pertencentes ao Grupo *Folha da Manhã*.

Em 1973, após a aprovação por parte da diretoria, Hideo Onaga³⁸, deixou o grupo *Visão* e chegou à *Gazeta Mercantil* com a incumbência de transformá-la em uma publicação mais atraente. Floreal Rodriguez Rosa e Pedro d'Alessio, que há algum tempo já cobriam economia, foram os primeiros jornalistas contratados para a nova equipe. Por falta de concordância com as diretrizes marcadas pela direção, Onaga permaneceu apenas nove meses à frente do projeto. Sua saída coincidiu com o início da crise do petróleo, situação incerta para a publicação que acompanhava o declínio das principais economias do mundo. O projeto, no entanto, não foi abandonado, mostrando à *Gazeta Mercantil* que “os anos de crise são normalmente bons para a imprensa econômica: crescem as necessidades de informações e, naturalmente, as vendas”. (LACHINI, 2000:21)

Roberto Müller Filho assumiu o posto deixado por Onaga e sua primeira atitude foi aliar ao projeto a idéia de um jornal *independente* – em relação às políticas implantadas por determinados governos e às fontes de informação –, *influyente* – não só entre o empresariado, seu principal público-alvo, mas entre os tomadores de decisão como um todo – e *rentável*. Apesar de preocupar-se com o aspecto financeiro para a sobrevivência do jornal, ficou estabelecido que, no máximo, 40 % do total de páginas do jornal poderiam ser preenchido por anúncios. Isso demonstrava, em certa medida, o peso conquistado pela área editorial. Os três pilares propostos agradaram a diretoria e passaram a nortear os trabalhos.

Determinou-se uma transformação gradual, de maneira que as inovações pudessem ser implantadas de tempos em tempos, sem o risco de chocar o antigo leitor e com a possibilidade de conseguir novos adeptos numa escala crescente. Embora o projeto estivesse espelhado no *The Wall Street Journal*, uma publicação de grande prestígio internacional, era unânime entre seus idealizadores a necessidade de fazer um jornal simples, tradicional e de fácil leitura. O tradicionalismo ficou representado pela adoção das ilustrações bico-de-pena já utilizadas pela publicação norte-americana, e a adoção

³⁸ Hideo Onaga, falecido aos 85 anos em 24 de agosto de 2007, tinha experiência em publicações econômicas. Iniciou sua carreira no jornalismo aos 19 anos. Trabalhou como repórter da *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite* de 1942 a 1959 e foi também redator-chefe das revistas *Visão*, *Quatro Rodas* e *Mundo Econômico*, editor de Economia do *Correio da Manhã* e *Folha de S.Paulo*. Após sua saída da *Gazeta Mercantil*, passou pela revista *Indústria e Desenvolvimento*, foi assessor do Ministério da Indústria e do Comércio, do Ministério das Minas e Energia e do presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki.

de gráficos que facilitassem a leitura foi inspirada no *Financial Times*. Estes recursos visuais dispensariam o uso de imagens e de fotografos, dando ainda mais relevância ao texto. Na opinião da direção da empresa, os que estavam atuando no mercado brasileiro não eram bons retratistas.

Uma das provas de que o jornal atingia um grau desejável de maturidade foi dada em 1974, durante a cobertura da renúncia do presidente norte-americano Richard Nixon. Enquanto os demais veículos noticiaram o factual, dando chamadas como “Nixon renuncia”, a *Gazeta Mercantil* estampou em sua primeira página a manchete “Especulasse em Wall Street”. A eliminação da trivialidade teve boa repercussão entre os leitores e a própria imprensa, reforçando a nova identidade da publicação.

As contratações continuavam e a equipe crescia de ano para ano³⁹. Em 1974, 64 jornalistas estavam envolvidos no projeto de inovação da *Gazeta Mercantil*, sendo que um deles era Aloysio Biondi. O meticuloso trabalho de apuração realizado por ele rendeu boas matérias ao jornal e iam ao encontro do que o veículo procurava.

“Desde o início, a direção da *Gazeta Mercantil* manifestou uma grande preocupação com a qualidade e o rigor do conteúdo editorial, bem como com a adoção de normas rígidas de comportamento. Os princípios de isenção, idoneidade, independência fizeram-se acompanhar da recomendação do uso de terno e gravata para a reportagem. Não era obrigatório, é verdade, mas quem estivesse trajado em igualdade ou superioridade de condições ao entrevistado, tinha preferência. A primeira prática adotada foi a de checar as informações, ouvir as partes, dando primazia ao acusado em relação ao acusador, quando fosse o caso, e nunca publicar boatos. As informações obtidas off-the-record só eram publicadas dando-se conhecimento do nome da fonte ao editor-chefe. O *press release* poderia ser o ponto de partida para uma informação, mas seu destino era, invariavelmente, a cesta de lixo” (LACHINI, 2000:35)

³⁹ Segundo Lachini (2000), no final de 1972 a equipe era composta por 20 jornalistas; 49 em 1973; 64 em 1974 e 96 em 1975. Em 1974, os principais editores eram Klaus Kleber (Macroeconomia), Paulo Esmanhoto (editor de Internacional), Miriam Casas (Internacional), Aloysio Biondi (Agropecuária), Ana Márcia Vainsencher (Agropecuária), Bernardo Kucinski (Matérias-primas), vaga que passou mais tarde para Yolanda Stein, Dirceu Brisola (Indústria), Glauco Carvalho (Administração e Serviços), Gabriel de Salles (Finanças e Mercados). No ano seguinte se incorporaram Tom Camargo, antes correspondente em Londres; Matias Molina, fundador da revista Exame que atuava na Folha de S. Paulo; José Carlos Thomé, Lillian Witte Fibe, Célia de Gouvêa Franco e Celso Pinto.

Algumas normas não escritas pautavam a conduta do jornalista e aumentavam a credibilidade do veículo entre suas fontes, que, neste caso, também eram seus leitores. Insistia-se, por exemplo, que o jornalista não poderia ter um segundo emprego e que não deveria investir em ações ou ativos que tivessem alguma relação com a área que estavam cobrindo, como forma de impedir o conflito de interesses.

Ao final de 1974, o primeiro ciclo do projeto estava praticamente esboçado. O jornal estava dividido em 12 editorias: Primeira Página (elaborada pela secretaria de redação e aprovada pelo editor-chefe, tratava de assuntos variados para descaracterizar um jornal paulista), Internacional (feita a partir do material enviado pelos correspondentes e recebido das agências internacionais de notícias), Nacional (era considerada a de maior peso), Opinião (Editorial), Legislação (assuntos jurídicos com enfoque jornalístico), Indústria, Matérias-primas (*commodities* não-agrícolas), Agropecuária, Finanças, Mercados, Administração & Serviços (publicada na última página do primeiro caderno), Insolvências (abria o segundo caderno e não era propriamente uma editoria jornalística. Editava as falências e concordatas).

A busca pela evolução contínua do jornal fez com que a cobertura se segmentasse ainda mais: com a persistência da crise do petróleo – a primeira de 1973-1975 – e o seu impacto sobre o Brasil, criou-se a editoria de Energia. Quase simultaneamente, a cobertura do mercado financeiro foi dividida e Finanças cedeu uma parte de seu espaço à seção de Investimentos. Quando a movimentação política dava sinais de que a abertura realmente se concretizaria, o jornal criou as editorias Trabalho e Política, assuntos que antes não eram abordados. (LACHINI, 2000:99)

A publicação já havia superado sua abrangência local por meio da criação de uma sucursal em Porto Alegre e do envio de dois correspondentes internacionais – em Londres e em Quito –, e a circulação paga havia se estendido para Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Distrito Federal. A área comercial registrava um faturamento cinco vezes maior do que o de 1972 e a conquista de 900 novos clientes.

Restava ao jornal encontrar um modelo para superar a variação de sua receita, já que a veiculação da publicidade legal se concentrava nos meses de janeiro a junho. Nos

demais, era necessário buscar alternativas para incrementar as entradas e permitir investimentos editoriais. A primeira iniciativa neste sentido foi o lançamento de um serviço chamado “Análise de Balanços das Sociedades Anônimas”, oferecido aos anunciantes legais do primeiro caderno, que consistia em uma visão sintética dos principais itens do seu próprio balanço e dos índices financeiros dele extraídos, além de uma comparação item por item dessa análise, situando-o em relação ao mercado.

A experiência para a geração de produtos “filhotes”, atualmente comum entre as empresas de comunicação e que chegam ao mercado como “edições especiais”, foi adquirida na *Gazeta Mercantil* a partir da publicação de encartes. O primeiro, datado de 1974 e intitulado “Os Bancos”, possuía um total de 36 páginas, sendo 15 publicitárias, e propunha uma análise isenta do mercado financeiro brasileiro sem a utilização de matérias pagas.

O sistema de distribuição da *Gazeta* era outro aspecto preocupante para sua diretoria, já que a melhoria no conteúdo poderia resultar estéril caso o veículo não criasse maneiras de chegar com mais eficácia aos leitores. Em 1976, a questão da impressão, primeiro ponto crítico no processo logístico, permanecia inalterada. A redação havia deixado as instalações da *Folha de S.Paulo*, passando ao edifício da Rua Major Quedinho, de propriedade do *Grupo Estado*, mas, como antes, dependia das rotativas do proprietário. A *Gazeta Mercantil*, portanto, só era impressa depois que os veículos da casa saíam da gráfica, o que representava um atraso significativo no horário de distribuição.

A solução proposta por Müller reflete a dimensão da ousadia que orientava a empresa. Pretendia o jornalista implantar no Brasil o mesmo sistema descentralizado utilizado pelo *The Wall Street Journal*. Para chegar a toda extensão dos Estados Unidos, a publicação possuía impressoras em 14 cidades do país, para as quais a transmissão dos dados era realizada da sede da redação via satélite. O sistema teve de ser refutado pela inviabilidade técnica⁴⁰, mas o projeto não foi totalmente descartado.

⁴⁰ Lachini (2000) relata que Herbert Levy estava tão confiante na viabilidade da proposta que, quando soube que o sistema era oneroso e dependia de uma série de concessões para obter sinal de satélite, sugeriu que a *Gazeta* lançasse seu próprio satélite. Foi, no entanto, desencorajado pelo custo que envolveria tal proposta.

Tempos depois, em uma viagem a Las Vegas, Müller conheceu um sistema de transmissão de dados por microondas, que seria aprovado e implantado, num investimento que chegou a um milhão de dólares. A inauguração ocorreu em 6 de novembro de 1979, com o envio de dados da redação de São Paulo à gráfica no Rio de Janeiro, sendo estendido posteriormente para Brasília, Porto Alegre, Salvador e Curitiba. O método permitiu que em cada praça fosse implantado um caderno próprio de publicidade legal, semelhante ao existente em São Paulo, estimulando a participação do empresariado local⁴¹. Após a iniciativa, a *Gazeta Mercantil* tornou-se o terceiro maior jornal de economia do mundo e o primeiro do Hemisfério Sul a adotar o sistema de impressão simultânea.

No final dos anos 70, durante o processo de abertura política do País, a *Gazeta* diversificou seu campo de atuação dentro do jornalismo impresso. “Balanço Financeiro” foi a primeira revista editada pela empresa e nada mais era do que uma maneira de aproveitar semestralmente parte da informação gerada e não utilizada na cobertura diária. O segundo lançamento foi da “Administração & Serviços”⁴², cujo principal propósito era veicular temas de marketing, publicidade, relações públicas, meios de comunicação e gestão de negócios. Os melhores *cases* publicados ao longo do ano eram agrupados, ganhando caráter mais perene, sendo até mesmo utilizado para consulta e coleção. O modelo inovador atraiu a atenção de especialistas até mesmo no exterior.

Em 1985, Müller afastou-se da redação para assessorar o Ministro da Fazenda Dílson Funaro, e Matias Molina, que há dez exercia o cargo de editor, assumiu a chefia de redação, cargo que ocupou até 1995. Este período foi especialmente importante para o jornal, visto que teve sua segmentação aprofundada e chegou a contar com cerca de 20 editorias. A seção Mercados foi ampliada e tornou-se mais completa; Transporte foi criada para registrar o movimento de carga, assim como Tecnologia e Empresas.

Segundo Lachini (2000:98), “na mesma época, o Meio Ambiente também passou a fazer parte do cardápio do dia-a-dia” e, a partir de então, conforme a afirmação de

⁴¹ O profissionalismo e a ética implantados na redação tornou-se uma meta também para o departamento comercial. Como um diferencial, a *Gazeta* passaria a oferecer soluções mais completas aos anunciantes e não apenas um espaço para a veiculação de peças publicitárias ou balanços. De 1976 a 1979, a receita dobrou, passando de 8,3 milhões de dólares para 15,5 milhões.

⁴² Em 1984 mudou de propósito e de nome, passando a ser chamada de “Administração & Marketing” ou simplesmente ADM.

Ungaretti (1998), a *Gazeta Mercantil* passou a traduzir “as questões do universo ambientalista para o universo empresarial. Esta tradução se faz através de uma visão empresarial ambientalizada das questões relativas à sustentabilidade”.

2.2 | O jornalismo ambiental

Até o momento, nossa principal intenção foi traçar, em linhas gerais, o desenvolvimento do jornalismo econômico brasileiro e da *Gazeta Mercantil*. Nos estudos que serviram de suporte teórico às primeiras páginas deste capítulo, não houve menção à questão ambiental, a não ser o breve comentário realizado no último parágrafo do item anterior. Por conta disso, consideramos necessário registrar o fundamento do jornalismo ambiental para buscar os pontos de intercessão desta especialidade com a economia.

Marcondes (2005) indica que o surgimento do jornalismo ambiental está atrelado ao início dos debates sobre a preservação da fauna e da flora e das denúncias sobre a inadequada utilização dos recursos naturais. Havia, portanto, desejo de mostrar à sociedade, aos governos e às empresas que o modelo de desenvolvimento adotado até então era, em longo prazo, insustentável e que as ações deveriam ser tomadas em diversos âmbitos.

“No início acreditava-se que o jornalismo ambiental seria uma vertente do jornalismo científico. Isto porque havia conceitos da biologia, da física, da geografia que precisavam ser dominados para a elaboração de boas reportagens ambientais. No entanto, a questão da sustentabilidade não se restringe a um nicho social. É uma variável presente em todas as decisões humanas e que precisa ser explicitada como tal. (...) O jornalista que pretende compreender este planeta megadiverso não pode simplesmente ter um olhar superficial sobre a realidade, deve compreender suas interfaces e sua cadeia de conseqüências” (MARCONDES, 2005)

Em termos mundiais, a França foi pioneira na criação de uma entidade de jornalismo ambiental. Naquele país, as idéias preservacionistas e a necessidade da conscientização da população encontraram eco após a realização da Conferência da Biosfera, em Paris, no ano de 1968.

No Brasil, Randau Marques foi considerado o primeiro profissional de imprensa especializado na cobertura ambiental. No final da década de 60, trabalhando para um jornal de Franca, interior de São Paulo, denunciou a contaminação de gráfcos através

do contato com o chumbo e a intoxicação de trabalhadores rurais devido ao uso de agrotóxicos nas plantações. As acusações assinadas por Marques tiveram grande repercussão e, por isso, tornou-se, além de conhecido, alvo de perseguições políticas. Sua atividade jornalística foi interrompida quando esteve preso pela Operação Bandeirantes⁴³. De volta às redações, já na *Folha da Tarde*, o jornalista passou a cobrir os assuntos urbanos relacionados ao meio ambiente. A cobertura que realizou sobre o polêmico fechamento de uma fábrica de celulose em Porto Alegre, em 1973, atraiu a atenção de outros jornalistas do Brasil e do exterior.

Foi após a Conferência de Estocolmo, em 1972, que o tema passou a ser incluído, de maneira ainda incipiente, na pauta dos veículos de comunicação. Segundo Belmonte (1997), iniciou-se a partir daquele ano um movimento de conscientização que atingiu poucos profissionais da comunicação em todo mundo. A descoberta do buraco na camada de ozônio e o surgimento da preocupação sobre o impacto das ações humanas para o aquecimento global aumentaram o volume de matérias publicadas. Alguns órgãos da imprensa brasileira reagiram às preocupações dos países do primeiro mundo e voltaram-se para os problemas ambientais da Amazônia. (BELMONTE, 1997)

A revista *Realidade* foi um deles. Produziu uma edição especial sobre o meio ambiente, considerada por Arruda (2006) “um dos melhores exemplos de cobertura ambiental dentre os pioneiros do jornalismo ecológico no Brasil”.

A imprensa do Rio Grande do Sul, estado com forte presença de grupos ambientalistas, foi, no Brasil, a que mais rapidamente se organizou em defesa da causa⁴⁴. O Suplemento Rural do *Correio do Povo* trazia, toda sexta-feira, artigos de Henrique Luís Roessler. A *Folha da Tarde*, do mesmo grupo, também tratava a ecologia não como assunto eventual, mas merecedor de atenção periódica. Segundo Nether (1998), ambos “davam muito espaço para a questão local e nesse aspecto se incluía a questão ambiental”. A conduta é repetida pelo *Zero*, que publica, sem uma periodicidade determinada, até mais

⁴³ Segundo Skidmore, a Operação Bandeirantes (OBAN), criada em 1969, combinava forças da polícia com oficiais de segurança das Forças Armadas e recebia apoio financeiro de conhecidos homens de negócio de São Paulo. Alguns empresários aderiram com entusiasmo, outros, somente sob coação.

⁴⁴ O estado continuava sendo visto como vanguardista em termos de comunicação ambiental. Foi sede da Rede Brasileira de Jornalistas Ambientais e teve entre seus membros os mais destacados jornalistas da área. A RBJA, assim como núcleos que surgiram em diversos estados, teve a responsabilidade de manter o enfoque ambiental em todas as ações de Estado ou da iniciativa privada.

de uma página sobre o assunto. Washington Novaes é outro nome mencionado entre os profissionais da imprensa comprometidos com o meio ambiente, fazendo, em diversas ocasiões, a relação entre a preservação e a economia⁴⁵.

Por não contar nem com profissionais preparados para a cobertura ambiental nem com a conscientização sobre a importância do tema, os veículos, assim como já haviam feito com o jornalismo econômico, apoiavam-se no colunismo e na contribuição esporádica de ambientalistas, militantes de organizações não-governamentais, especialistas e autoridades. Era, portanto, uma maneira de não deixar de abordar o assunto, mas, ao mesmo tempo, não se comprometer com um espaço fixo para a cobertura sujeita a oscilações. Tal característica reforça a fragmentação da cobertura ambiental verificada por Arruda (2006). A autora afirma que “a veiculação de matérias sobre as questões ambientais pelos grandes meios de comunicação de massa depende de eventos especiais, como a Rio 92, para se consolidar como notícia”.

No intuito de popularizar o tema entre os jornalistas e capacitá-los para a cobertura, as associações da área e sindicatos de classe passaram a promover debates. Em agosto de 1989, por exemplo, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) organizaram em São Paulo o seminário "A Imprensa e o Planeta". Três meses depois, ocorreu em Brasília o encontro considerado o mais importante para o jornalismo ambiental brasileiro, que, organizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenarj), reuniu especialistas nacionais e internacionais⁴⁶.

No balanço de Arruda (2006), no entanto, os esforços não tiveram o alcance desejado.

“Mais de três décadas depois do surgimento das primeiras denúncias de desastres ambientais, a cobertura de meio ambiente pela imprensa brasileira parece ter avançado muito pouco. As reportagens se intensificam quando ocorrem tragédias de grandes proporções, mas não se vê um acompanhamento diário e periódico dos desdobramentos

⁴⁵ Atualmente é colunista de diversos jornais como *O Estado de S. Paulo* e supervisor geral do quadro Biodiversidade, que faz parte do Repórter Eco. Foi consultor do primeiro relatório nacional sobre biodiversidade e teve participação nas discussões para a Agenda 21 brasileira.

⁴⁶ Segundo Belmonte, participaram o francês François Terrason, especialista em planejamento ecológico e agricultura, a norte-americana Diane Lowrie, da Global Tomorrow Coalition, a jornalista argentina Patricia Nirimberk, da Fundação Vida Silvestre, o tcheco Igor Pirek, da Agência de Notícias CTK, o educador Pierre Weil, da Universidade Holística Internacional e especialistas brasileiros, como Randau Marques, Paulo Nogueira Neto, Luis Pinguelli Rosa, Sebastião Pinheiro e Fernando Gabeira.

destes eventos em longo prazo. Da mesma forma, é quase inexistente uma cobertura preventiva, que aponte os potenciais riscos ambientais a nos espreitar” (ARRUDA, 2006:33)

O ano de 1992 é visto como uma exceção, quando a movimentação da imprensa para a ECO92 superou a de períodos anteriores. Desta vez, mais do que um evento sobre meio ambiente, tratava-se de uma conferência internacional com sede no Brasil. Este último fator pode explicar, ao menos em parte, o aumento do interesse pelo tema na mídia nacional. Além disso, a simples promoção de um debate sobre o tema demonstra uma maior preocupação, alertando para uma suposta crise.

“Neste contexto de crise mais do que anunciada, o jornalismo é chamado a cumprir seu papel de tradutor de discursos, levando ao público leitor algo além do simples relato dos fatos. Ao jornalismo se pede que processe e dê sentido a toda essa massa de informações que circula pelo planeta, abrindo um espaço para a reflexão e contribuindo para a descoberta de soluções para esta crise.” (ARRUDA, 2006:2)

Alguns motivos para a resistência da mídia ao tema são enumerados por Bueno (2006) e Marcondes (2005). O primeiro aponta a não-capacitação do profissional da imprensa, que ainda não compreende o significado do jornalismo ambiental, permanecendo no erro que deriva de um conceito de meio ambiente que circula entre a maior parte da população. Segundo ele, o jornalista

“assume que meio ambiente é algo distante e que está “lá fora”: são as florestas, os animais em extinção, a marcha dos pingüins, etc. A cobertura da mídia reflete este conceito equivocado e, muitas vezes, opta por pautar temas descolados da nossa realidade concreta, como se o meio ambiente não incluísse cada um de nós e como se cada um de nós não impactasse o meio ambiente em todo lugar e a todo momento. A cobertura da mídia incorpora, portanto, um conceito cosmético, reducionista, positivista de meio ambiente, desvinculando-o do que ocorre ao nosso redor. Ela é insípida, insossa e inodora” (BUENO,2006)

O autor se utiliza de duas imagens na tentativa de explicar as “síndromes” presentes na cobertura jornalística: a da ‘branca de neve’ e a da ‘erva daninha’. “A primeira diz respeito à necessidade que a mídia tem de um beijo de príncipe (um crime ambiental de porte) para acordar de sua omissão recorrente com a problemática ambiental. A segunda tem a ver com a adesão ao argumento da indústria de insumos que estigmatiza como praga tudo aquilo que não tem valor comercial”.

Marcondes (2005) assume uma posição igualmente crítica ao afirmar que o pouco comprometimento tem raízes mais profundas. De acordo com o autor, a própria mídia é uma das principais beneficiárias do modelo de desenvolvimento baseado nos princípios da chamada “sociedade de consumo”, na qual a publicidade desempenha um importante papel. A busca pelo bem-estar a todo custo seria uma das responsáveis pelo uso indiscriminado dos recursos naturais, mas “uma sociedade menos voraz e consumista talvez seja também uma sociedade com menos publicidade”, fato que, a princípio, não interessaria aos veículos de comunicação.

2.3 | O meio ambiente na *Gazeta Mercantil*

O material que reúne informações históricas da cobertura sobre meio ambiente na *Gazeta Mercantil* é relativamente pequeno. Os trabalhos de pesquisa sobre a publicação – e que servem de apoio teórico ao presente trabalho – não se detêm em considerar a importância do assunto no conjunto da publicação. Não classificamos como omissão a não inclusão desses dados, já que os objetivos propostos pelos seus autores eram, então, distintos daqueles que aqui buscamos. Sentimos, pois, a necessidade de incluir este aspecto, aprofundando nas peculiaridades apresentadas na cobertura de cada período estudado, nos principais nomes envolvidos neste processo, nas motivações que levaram, no final dos anos 1980, à criação de uma editoria específica sobre o assunto, entre outros. As informações que serão apresentadas na sequência são resultado das investigações realizadas nos arquivos da *Gazeta Mercantil* e das entrevistas feitas com os profissionais que atuaram na publicação nos anos de 1972 e 1992. Foram ouvidos os ex-editores Ademar Cantero (1972), Francisca Stella Fagá e Regina Scharf (1992).

Em 1972, auge do Milagre Econômico e marco temporal inicial da análise proposta por esta pesquisa, a temática ambiental já fazia parte da pauta da *Gazeta Mercantil*. A cobertura, no entanto, restringia-se a questões pontuais, conforme atesta Cantero, que ingressou no veículo em 1968, passando pelos cargos de repórter e editor.

“Em termos jornalísticos, na época do Milagre, não tínhamos preocupação com o impacto ambiental originado da ação das indústrias. Nem o empresariado. O que o Costa Cavalcanti falou em Estocolmo era exatamente o que pensava o governo e o que pensava o empresariado. Existiam apenas alguns arautos

que já gritavam pela causa ambiental, mas era uma coisa muito pontual⁴⁷”.

Segundo ele, mesmo com a declaração de Costa Cavalcanti, os veículos de comunicação brasileiros permaneceram indiferentes ao tema até a criação das primeiras leis ambientais, que passariam a regulamentar – seguindo uma tendência mundial – a conduta empresarial. A partir de então, o cuidado com a natureza deixou de ser uma questão de consciência pessoal para ter implicações legais, fator de impacto direto para os negócios de seus leitores. Nesta época, discutia-se a viabilidade econômica da instalação de filtros de controle de emissão de poluentes, pesando os benefícios e os custos que esse programa lançado pelo governo traria aos empresários e aos consumidores finais. Segundo Cantero, “o meio ambiente entrava na pauta como uma oportunidade de negócios”.

A *Gazeta Mercantil* contava ainda com poucas páginas editoriais, de maneira que os assuntos relacionados ao meio ambiente eram, quase sempre, deixados a um segundo plano na hierarquia das prioridades da redação. Da mesma maneira que para as outras editorias, a principal fonte de notícias sobre a preservação da natureza eram as agências internacionais, que traziam as resoluções dos países desenvolvidos tomadas neste âmbito. Depois de analisadas pela redação, algumas eram repercutidas entre os empresários brasileiros, “mas de maneira despreziosa”, conforme afirma Cantero:

“Lembro de personalidades que vinham para cá, como o Hermman Kahn, que dizia que a Amazônia deveria ser internacionalizada. Falávamos sobre isso, mas muito em função dos negócios que poderia ou não gerar”.

2.3.1 | Uma editoria de Meio Ambiente

No final da década de 80, o impacto ambiental passava a ser um fator cada vez mais importante nos processos de concessões de financiamentos ao setor industrial. Os empreendimentos que envolviam grandes e irreversíveis danos à natureza encontravam dificuldades crescentes para obter esse tipo de apoio, principalmente por parte dos organismos internacionais.

⁴⁷ Costa Cavalcanti, então Ministro do Interior, foi a Estocolmo como representante do Brasil na Conferência. Em discurso, disse que os países industrializados deveriam assumir a responsabilidade pela poluição e pela devastação ambiental, sem impedir o desenvolvimento dos demais.

O jornalista Antônio Pimenta Neves, então assessor da vice-presidência do Banco Mundial para a América Latina, conhecia de perto um caso que contrariava esta regra. Algumas indústrias siderúrgicas que utilizavam carvão de madeira extraída da Amazônia haviam sido beneficiadas pelo repasse de recursos do Banco Mundial e, portanto, mesmo que de maneira indireta, o órgão contribuía com o avanço de explorações abusivas em relação ao meio ambiente. O problema que este apoio traria não só à natureza, mas à própria reputação do Banco, no entanto, passava imperceptível aos olhos da imprensa.

Em uma conversa informal, o episódio foi relatado por Pimenta Neves aos antigos colegas de *Gazeta Mercantil*, Roberto Müller Filho, à época diretor de redação, e Sidnei Basile, editor-chefe da publicação.

“Ele estava inconformado pelo fato de que a *Gazeta Mercantil*, sendo o maior veículo de economia do País, não tivesse publicado uma linha sequer sobre o assunto. Ele disse que a dimensão do meio ambiente seria cada vez mais importante na vida das empresas, que elas seriam cobradas por isso. Ou seja, deu uma série de argumentos para mostrar que o assunto era importante e que merecia ser tratado como tema prioritário pelo jornal. O fato é que os dois [Basile e Müller] ficaram cheios de brios e decidiram que no dia seguinte a *Gazeta* começaria a cobrir meio ambiente com regularidade”.⁴⁸

A conversa impulsionou a criação de uma editoria de Meio Ambiente e a inclusão do tema na pauta diária, a partir de 1989, ajustou-se a uma antiga orientação do veículo em privilegiar a cobertura setorializada da economia. Com uma página fixa e exclusiva, as questões sobre meio ambiente ganharam destaque na publicação e a nova editoria surgia com a principal finalidade de informar o empresariado sobre como a questão ambiental era tratada no mundo dos negócios, mostrar casos que pudessem servir como exemplos para a comunidade empresarial e indicar riscos pelo descumprimento da legislação específica. A recém-aprovada Constituição Federal continha um capítulo sobre o tema, abrindo caminho para que também os estados e municípios criassem normas locais e mais específicas. Segundo Ramos (1996:43), o despreparo das empresas em adequar-se à situação estava evidente nas próprias páginas da *Gazeta Mercantil*. Percebia-se,

⁴⁸ Francisca Stella Fagá, em entrevista concedida em 2 de agosto de 2007.

“um número crescente de empresas sendo acionadas judicialmente por desrespeito à legislação ambiental. Essas matérias passaram a ocupar a maior parte do espaço dedicado aos assuntos da área de legislação”. (RAMOS, 1996:43)

A composição da equipe ocorreu em função do foco estabelecido para a cobertura. Formada em Direito e em Jornalismo, Francisca Stella Fagá, que já havia trabalhado por vários anos na publicação principalmente na cobertura de assuntos legais – foi repórter e editora da página de Legislação - foi convidada para estruturar e editar a recém-criada seção. O conhecimento e familiaridade com temas jurídicos contribuiu para a escolha da editora. Isso porque um dos grandes objetivos da cobertura era mostrar aos empresários como proceder diante dos novos parâmetros legais que estavam sendo criados na área ambiental.

“O jornal propunha uma cobertura muito pautada pelas normas ambientais. Queria mostrar à comunidade de negócios como as empresas deveriam adequar-se ao conjunto de diretrizes, ao novo arcabouço legal que se estava formando. Nosso desafio era mostrar que impactos as novas regras trariam aos negócios, à sociedade e à sustentabilidade”.

Ainda segundo Fagá, a editoria de Meio Ambiente de estrutura e condições semelhantes às das demais seções. “Claro que não era tão equipada como a de Finanças, o carro-chefe do jornal, ou a de Indústria. Mas era uma editoria com editor, secretário de editoria e repórteres”. Regina Scharf, ainda hoje atuante na cobertura de assuntos ambientais, durante cinco anos fez parte da equipe de reportagem. Chegou à seção de Meio Ambiente em 1989⁴⁹. Formada em Jornalismo, Scharf havia iniciado – sem concluir –, anos antes, o curso superior em Biologia e havia trabalhado como assessora do ex-deputado Fábio Feldmann, que havia protagonizado a redação do capítulo sobre o Meio Ambiente da Constituição Nacional. Não possuía, pois, apenas interesse sobre o tema, mas conhecimentos técnicos e legislativos que propiciavam maior aprofundamento em matérias específicas sobre o controle da poluição, por exemplo, ou a implantação de determinados sistemas de aproveitamento de resíduos. Segundo conta, escreveu muitos textos com propósitos didáticos, de mostrar o passo-a-passo de como adequar os negócios às novas exigências.⁵⁰

⁴⁹ Nesta época, a editoria era composta pela editora Francisca Stella Fagá, a repórter Daniela Chiaretti (que após sua saída da *Gazeta* tornou-se editora da revista feminina *Marie Claire* e atualmente escreve sobre meio ambiente e sustentabilidade no jornal *Valor Econômico*) e a fechadora, Ana Rúbia.

⁵⁰ Regina Scharf atualmente reside nos Estados Unidos e colabora com a revista *Página 22*, publicação sobre dilemas do século XXI mantida pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. A entrevista foi realizada por e-mail, em 9 de

A prioridade da editoria era ouvir empresas, públicas e privadas, sobre o processo de incorporação da dimensão ambiental em suas atividades. O enfoque delineado pelo jornal também exigia que a reportagem consultasse os órgãos ambientais e outras fontes oficiais habilitadas a esclarecer sobre a aplicação das normas então em vigor. Além disso, por ser um assunto recente, poucos eram os pesquisadores – ou pelo menos conhecidos pelo jornal⁵¹ – habilitados a falar sobre meio ambiente, assim como eram poucas as empresas que possuíam programas de gestão ambiental suficientemente relevantes ou as organizações de caráter civil cuja atuação merecesse destaque. Scharf lembra que para compor as matérias,

“falava muito com a Cetesb para saber se as empresas estavam andando nos trilhos, com associações de recicladores e de indústrias, alguns acadêmicos e empresas que tinham causado acidentes ou que tinham algum projeto de gestão ambiental. Fiz toneladas de matérias sobre controle da poluição. O termo era esse: ‘controle’, porque naquela época não se falava em prevenção. (...) Eu sempre buscava frisar o quanto a empresa ganhou por investir em sustentabilidade ou perdeu por gerar passivos. Para mim, esse era o meu principal trabalho”.

Para Fagá, apesar de limitado o universo de fontes bem preparadas para fornecer informações corretas aos leitores, havia na redação uma preocupação contínua pela diversidade, materializada pela atitude ativa da equipe de reportagem. Havia um cuidado especial em apurar a autenticidade e a relevância dos fatos relatados pelas empresas. Materiais de divulgação – *releases* – enviados pelas assessorias de imprensa tanto das empresas como dos órgãos oficiais eram analisados e selecionados criteriosamente e utilizados apenas como referência para iniciar a apuração de matérias. O processo de apuração adotado à época é assim descrito por Scharf:

“A maioria das empresas ouvidas nas matérias era procurada por nós e não o contrário. Ligávamos para o assessor e perguntávamos como a empresa tratava efluentes, resíduos, emissões. E eu visitava a planta, via aquilo acontecendo. Acho até que tinha mesmo um risco de louvar a empresa, mas eu era bem minuciosa, procurava furos, e minha finalidade última era explicar para quem ainda não tinha entrado nessa ciranda como a coisa funcionava, para que as empresas dos leitores seguissem por esses mesmos caminhos. Por algum motivo que me escapa, tínhamos de reportar todos os episódios de

fevereiro de 2007. Nela, Regina descreve assim o teor das matérias técnicas: “Era algo como ‘o efluente passa por um processo aeróbico, anaeróbico, o lixo vai para tal lugar’”.

⁵¹ No próximo capítulo aprofundaremos um pouco mais este aspecto, considerando também a homogeneização das fontes.

enchentes na cidade de São Paulo. Isto era horrível, a matéria era sempre igual, porque a casa queria que eu ouvisse a Defesa Civil, que eram uns 6 ou 7 núcleos distintos, cada vez que chovia um pouco mais. Os *releases* eram enviados por empresas que estavam lançando tecnologias de baixo impacto. Outra boa maneira de fazer contatos e descobrir pautas era participando de eventos sobre esse tema.

Pelo fato de basear sua cobertura em material próprio, produzido internamente pela equipe, situações opostas marcaram a rotina da editoria. Dentre as empresas procuradas pela reportagem, havia tanto aquelas que, possuindo alguma ação ambiental positiva, nas palavras de Fagá, “assediavam o jornal porque queriam aparecer”, como aquelas que, conscientes ou não de seu descaso com a natureza, recebiam um pedido de entrevista como uma ameaça, fechando-se e resistindo em atender às solicitações da mídia.

A diversidade de significados dos novos termos que surgiam nesta época – como a de *sustentabilidade*, por exemplo –, era outra fonte de desafios para o jornal. Assim que o conceito se difundiu e se popularizou por meio da imprensa, a tendência era enxergá-lo em toda e qualquer ação ambiental: desde programas de reciclagem de lixo implantado entre os funcionários de uma empresa até projetos de reflorestamento e recuperação de áreas nativas. A palavra de ordem era selecionar os temas e as abordagens pelo critério da relevância. Para ser considerada relevante, uma iniciativa na área ambiental deveria estar associada ao coração dos negócios da empresa, integrar a sua estratégia e o seu modelo de negócios. Iniciativas isoladas e de impacto limitado muitas vezes “vendidas” aos repórteres pelas assessorias de imprensa com o propósito de reforçar a imagem de comprometimento de seus clientes com o meio ambiente, eram descartadas. Neste sentido, Fagá afirma que a intenção do jornal não era “fazer uma cobertura que contrapunha o bem e o mal”, mas uma cobertura “baseada nos fatos, sem juízos de valor, sempre ouvindo os dois lados”

Na concepção de Fagá, o componente comercial também foi relevante no momento de decidir pela criação da editoria. Para a direção do veículo, a página sobre meio ambiente poderia ser uma boa fonte de receita publicitária, já que existiriam empresas interessadas em divulgar em espaços publicitários as ações ambientais que promoviam. Os Relatórios, espécie de suplementos especiais publicados periodicamente pela *Gazeta*

Mercantil, eram bastante procurados pelas empresas-anunciantes quando a abordagem fazia referência ao meio ambiente. Fagá recorda que, nesta época, diversos cadernos deste tipo foram dedicados ao tema.

“Lembro-me, em especial, de um de seis páginas, sobre a despoluição do rio Tietê e outro sobre a preservação da Mata Atlântica. Estes Relatórios eram do tamanho dos que traziam temas de finanças ou comércio, o que comprova que o meio ambiente não era tratado no jornal como algo secundário.”

Como desdobramento do potencial publicitário apresentado pela editoria, mencionamos ainda a participação da *Gazeta Mercantil* na promoção de seminários e em premiações a empresas ambientalmente responsáveis.

Além da ênfase às questões legais, outros dois grupos de matérias obtinham espaço privilegiado na pauta de Meio Ambiente da *Gazeta Mercantil*: os acordos/ações internacionais e o crescimento do movimento ambientalista. Este último, apesar de não tão evidente na época, era uma das principais fontes de pressão exercidas sobre o empresariado e recebiam um tratamento diferenciado.

As matérias internacionais tornaram-se um diferencial da cobertura da *Gazeta Mercantil*. Os convites recebidos pela redação para conhecer *in loco* tecnologias e soluções “limpas” desenvolvidas por países como Noruega, Suíça, Holanda e Japão⁵² originaram reportagens especiais e exclusivas. Notava-se que os anfitriões nutriam um particular interesse em divulgar suas descobertas a autoridades e a empresários brasileiros, uma vez que viam nestes dois grupos potenciais clientes.

Às vésperas da ECO 92, o jornal publicou entrevista concedida por Gro Harlem Brundtland, organizadora do então recém-lançado *Nosso Futuro Comum* e uma das

⁵² Segundo Fagá, “na Suíça, o assunto eram os traumas de empresas envolvidas em acidentes ambientais, como esses acontecimentos marcaram a vida das pessoas e como elas conseguiram contornar a situação. Na Holanda, o fato de ser o país com o maior índice de concentração de bicicletas era sempre lembrado. Ali houve uma reunião importante do Conselho das Indústrias, na qual foram firmados os compromissos que a comunidade empresarial assumiria como preparação para a ECO-92. O Japão convidou um grupo de jornalistas da América Latina, mas tenho certeza que o Brasil era o mais importante para eles. Todas as sugestões de cobertura que eu fiz foram aceitas. Queria ver Minamata, que era o grande caso, o grande marco na questão ambiental, e eles incluíram a cidade na programação das visitas”. Minamata ficou conhecida mundialmente a partir de meados da década de 50, quando foram registrados os primeiros casos de intoxicação e deformação pelo consumo de peixes contaminados. O mercúrio estava sendo lançado ao mar pela Chisso Chemical Corporation, uma indústria química japonesa.

personalidades mais procuradas pela imprensa para esclarecer sobre o meio ambiente e na época primeira-ministra da Noruega. Em entrevista exclusiva à editora da *Gazeta Mercantil*, ela traçou com exclusividade as previsões sobre as dificuldades que enfrentaria durante a ECO-92, principalmente em relação a países como os Estados Unidos, antecipando um aspecto que passaria a ser explorado também pelos demais veículos de comunicação.

A cobertura privilegiava os fatos, segundo Fagá, mas nem por isso dispensava o conhecimento dos documentos redigidos por comissões internacionais. Os novos conceitos e recomendações sobre a preservação do meio ambiente orientavam a cobertura dos fatos. Mas a influência não era tão forte a ponto de encontrar ressonância no cotidiano da publicação. De acordo com a editora, *Limites do Crescimento e Nosso Futuro Comum* serviam, pois, como referências e termômetro das discussões realizadas fora do País, sem grande interferência nas questões práticas específicas do empresariado brasileiro, principal alvo na cobertura do jornal. As ações teóricas serviam como pano de fundo dessa movimentação, embora não fossem explicitadas nas matérias.

“Na linha das idéias difundidas pelo *Nosso Futuro Comum*, cobrimos a grande questão das desapropriações indiretas na área de Mata Atlântica. Eram enormes áreas cujos proprietários, não podendo desmatar para construir, entraram na Justiça pedindo indenização. Argumentavam que era uma forma de desapropriação indireta, porque não podiam fazer pleno uso de sua propriedade. As indenizações previstas, caso ganhassem, eram milionárias e se o Governo do Estado de São Paulo fosse pagar tudo iria à falência. Esse caso ilustra como os pressupostos que estão discutidos no *Nosso Futuro Comum* eram tratados pelo jornal. Na verdade, o que mostrávamos era a dimensão concreta desses problemas”.

A visão e o relato de Scharf se aproximam em grande medida do de Fagá.

“O melhor exemplo disso foi a cobertura da ECO-92, quando a única orientação que recebi foi a de cobrir ‘o resto do mundo’. A rigor, poderia escrever sobre qualquer coisa.”

No entanto, é possível afirmar que os conceitos divulgados pelos documentos – como *Nosso Futuro Comum* – permeavam a cobertura do jornal. Assim também os novos termos, como *sustentabilidade*, uma nova fórmula capaz de garantir a preservação do meio ambiente, sem impor obstáculos aos projetos empresariais. De um dos anúncios veiculados pela publicação após a criação da editoria de Meio Ambiente constam os

seguintes dizeres: “Todos falam de ecologia. A integração do desenvolvimento ao meio ambiente está na *Gazeta Mercantil*”.

A proximidade com as fontes proporcionou aumento no volume de material coletado e, conseqüentemente, o espaço dedicado pelo jornal ao tema. Entre 3 e 15 de junho daquele ano, dias em que se realizava a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, a editoria ocupava de três a quatro páginas, equiparando-se às mais importantes da publicação. De acordo com Fagá, a *Gazeta Mercantil* sabia “da importância das decisões tomadas durante a Conferência e dávamos matérias sobre os acordos assinados. Mas tínhamos sempre a preocupação de mostrar o impacto que isso teria na vida dos negócios, tendo clareza de que os efeitos poderiam demorar”.

Nos dias do evento, parte da equipe deslocou-se para o Rio de Janeiro. Segundo recorda Scharf, Francisca Fagá responsabilizou-se em cobrir as questões relacionadas aos Estados Unidos, Sérgio Adeodato, Nora Gonzalez – esta última cedida em caráter temporário à editoria de Meio Ambiente – e a própria Regina cobriram assuntos diversos. José Casado responsabilizou-se pelas matérias especiais enquanto Vicente Villardaga permaneceu em São Paulo para o fechamento das páginas. Para este evento, a *Gazeta* possuía

“uma equipe grande, mas, ao contrário de outros veículos, tínhamos pouquíssima estrutura. Lembro de repórteres de outros jornais com os primeiros celulares e *notebooks*. Alguns veículos tinham pequenas redações montadas no Riocentro, local da Conferência. Nós não nos falávamos durante o dia. Íamos para a rua e trazíamos o que sentíamos que era mais importante”.

Meses depois de finalizada a ECO-92, a *Gazeta Mercantil* passou por uma crise financeira cuja conseqüência mais imediata foi a reestruturação da redação e das seções. Foi nesta ocasião que Sidnei Basile e Roberto Müller Filho deixaram a equipe e, tempos depois, em 1994, a editoria de Meio Ambiente foi descontinuada e o tema passaria a compor a pauta do jornal apenas em caráter esporádico.

Capítulo 3 | A cobertura sobre meio ambiente da *Gazeta Mercantil* em 1972 e 1992

Nos capítulos anteriores, a partir de um resgate histórico, procuramos mostrar como os contextos político e econômico possibilitaram o surgimento de uma mídia especializada, influenciando, até mesmo, a linha editorial destas novas publicações. Nesta retomada, a trajetória da *Gazeta Mercantil* foi enfocada de maneira especial, no intuito de compreender como este veículo adequou-se às exigências de um mercado em formação e como, em pouco tempo, passou de divulgador de notas de protesto a modelo de negócio, passando a ditar os padrões para publicações deste nicho.

Este capítulo tem por objetivo esclarecer sobre os procedimentos metodológicos adotados nesta investigação, reforçando, pois, a escolha do objeto de estudo, o período de análise, a seleção do *corpus* de pesquisa.

3.1 | A escolha da análise de discurso como procedimento

A análise de discurso foi a metodologia escolhida para fundamentar e conduzir as considerações que traçaremos acerca das 40 matérias que compõem o *corpus* desta pesquisa. A opção pelo método essencialmente qualitativo justifica-se pelas possibilidades que apresenta ao pesquisador, permitindo, também – a nosso ver –, boa integração entre a sustentação teórica e a observação direta do objeto. Pretendemos, assim, no caso específico deste trabalho, verificar como a *Gazeta Mercantil* retratou a relação existente entre economia e meio ambiente e a evolução de seu discurso em um período de 20 anos. Antes de iniciarmos a análise propriamente dita, traremos a conceituação sobre o que entendemos por discurso e sua aplicação ao particularíssimo campo dos meios de comunicação.

Van Dijk (1990), autor pertencente à corrente que propõe uma observação crítica dos discursos produzidos, descreve a análise de discurso como

“um campo de estudo relativamente novo, interdisciplinar, surgido a partir de algumas outras áreas das humanidades e das ciências sociais, como a lingüística, os estudos literários, a

antropologia, a semiótica, a sociologia e a comunicação oral”⁵³.

Em seu uso corrente e ordinário, o termo *discurso* evoca a intervenção de um orador diante de um público, sendo, pois, neste sentido que o utilizamos quando afirmamos que “o Presidente da República discursou no dia de sua posse” ou que “o discurso do apresentador do programa de televisão não muda”. Trata-se de uma concepção mais aberta, identificando-se como o uso da língua falada. Quando transferido para o campo lingüístico, a palavra assume maior profundidade conceitual e passa a ser utilizada em diferentes sentidos.

Diante, portanto, de diversas possibilidades de autores e de linhas de ação, julgamos conveniente justificar a preferência pelos estudos de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau. Para isso, traçaremos um breve histórico sobre a concepção de discurso das diversas correntes lingüísticas.

Segundo Herrero Cecilia (2006), a concepção mais simplória do discurso entendido como diálogo aproxima-se do que Saussure chama *parole*, ou seja, tudo o que a pessoa pode dizer ou escrever. Em um segundo momento, já sob um novo olhar, a noção de *discurso* restringe-se, sendo entendida como um tipo de organização do enunciado. Benveniste, por exemplo, sugere que a diferença entre *discurso* e *história* seja uma questão de ponto de referência, que no caso do discurso está no presente e no caso do segundo está no passado.

Ainda de acordo com o autor, a terceira noção de *discurso* identifica-se com a de *enunciado* e com a de *texto*. Trata-se da mensagem verbal – oral ou escrita – produzida

⁵³ Para o autor, a retórica pode ser considerada como o embrião da análise de discurso. Aristóteles, por exemplo, classificou as diferentes estruturas de discurso e mostrou sua eficácia nos processos de persuasão em contextos públicos. Os estudos nesse campo desenvolvem-se com mais força no início do século XX, quando se descobre o potencial da retórica. A partir daí, nascem as correntes formalista russa, tendo Roman Jakobson como um dos principais representantes, e a estruturalista francesa, de Ferdinand de Saussure. O modelo lingüístico proposto por este último distinguiu entre o sistema de linguagem (*langue*) e o uso da língua (*parole*) e entre uma expressão e um nível de conteúdo das unidades básicas (os signos) dos sistemas das línguas. Depois de Saussure, o estruturalismo francês desenvolveu sua própria metodologia. Importante também foi o trabalho de Propp, que analisou a estrutura dos contos russos e posteriormente a poesia, os *faits divers* e vários outros gêneros folclóricos. Em palavras de Van Dijk, “a maioria dos restantes desenvolvimentos da análise de discurso se mantém perto da lingüística e da antropologia e só possui uma relação indireta com este estruturalismo semiótico. Grande parte da análise de discurso surgiu da antropologia estrutural, exemplificada na análise dos mitos e dos relatos folclóricos de Propp e de Lévi-Strauss”.

por um locutor em um ato de comunicação. Essa mensagem está organizada como um texto, ou seja, tratará de um tema determinado com coesão e coerência. O texto é percebido como um encadeamento mais ou menos amplo de proposições que constituem uma unidade semântica global. Existe ainda a lingüística anglo-saxônica, que costuma empregar o termo para designar a dimensão interativa do intercâmbio oral que se produz na conversação. Neste contexto, análise de discurso equivale a análise de conversação.

A escola francesa é apontada por Herrero Cecilia em um quinto momento. Nela, segundo o autor, reconhece-se duas tendências, que adotam perspectivas e métodos de análises distintos. A primeira delas, intitulada por Herrero Cecilia *analítica*, é representada pelos estudos de Pêcheux e seu grupo de colaboradores e busca mostrar a relação existente entre a língua e a ideologia, analisando fundamentalmente as diversas modalidades de expressão do discurso político. A metodologia empregada se apóia na lingüística estrutural, aplicando-a a serviço de uma teoria da ideologia.

Pêcheux utilizou o conceito de “formação discursiva”⁵⁴ de Foucault, estabelecendo uma relação entre as formações ideológicas com as formações discursivas que determinam a maneira de dizer e a maneira de pensar frente a outros grupos sociais ou outras formações discursivas. O conceito de “formação discursiva” veio a relacionar-se mais tarde com o conceito complementar de “interdiscurso”. Desde o final dos anos 1970, a tendência analítica foi assumindo novos rumos, insistindo nas relações entre “intradiscurso” e “interdiscurso” e nas formas de “heterogeneidade enunciativa e heterogeneidade constitutiva”. O conceito de “ideologia” foi sendo substituído pelo conceito de “doxa” (opinião dominante) e as “representações” do imaginário social⁵⁵.

⁵⁴ Segundo Foucault (1987:136), “formação discursiva” implica “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística as condições de exercício da função enunciativa”.

⁵⁵ Mais informações sobre a noção de formação discursiva podem ser obtidas no artigo “Uma metodologia para a pesquisa do domínio social histórico”, de Marília Novais da Mata Machado. Segundo ela, a definição foucaultiana de discurso se refere ao conjunto de enunciados provenientes de uma mesma formação discursiva. “Pêcheux levou a noção para a análise do discurso, inicialmente construída no âmbito de uma tomada de posição puramente estruturalista e cujo objeto fora definido como as relações entre “máquinas” discursivas estruturais. Segundo Pêcheux: A noção de *formação discursiva* tomada de empréstimo a Michel Foucault começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada (...): uma formação discursiva não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras formações discursivas). A noção de *interdiscurso* foi,

Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, os dois autores aqui adotados, pertencem à chamada tendência *integrativa*, que ganha força a partir da década de 1980. A corrente pretende, segundo Maingueneau (1997), “articular o discurso com o os encadeamentos intratextuais e como participação de um dispositivo de enunciação inscrito em um lugar”. O lugar é aqui um espaço social, onde o discurso está funcionando de maneira institucionalizada, no qual os interlocutores têm de assumir certos papéis segundo as prescrições da situação de comunicação.

Assim como a anterior, a tendência integrativa faz uso do conceito de *formação discursiva* de Foucault, relacionando-o também com o conceito de *interdiscurso*, mas enfocando ambos os conceitos em relação com a atividade de enunciação e com as teorias sobre enunciação. A análise de discurso é então uma análise do funcionamento comunicativo que se produz através das distintas *formações discursivas* ou *práticas sócio-discursivas* de comunicação que os falantes colocam em jogo dentro do complexo dinamismo comunicativo existente na sociedade.

A idéia de que existe uma estreita relação entre a *organização textual* do enunciado e a *situação de comunicação* onde o enunciado se produz permeará, a partir de agora, as considerações acerca da cobertura realizada pela *Gazeta Mercantil*. Charaudeau (2006) reforça a interação entre ambas ao afirmar que, embora fabricado pela língua,

“o discurso está sempre voltado para outra coisa além das regras de uso da língua. Resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido”. (CHARAUDEAU, 2006)

Assim, o trabalho do analista de discurso pode partir tanto de um lugar institucionalizado de enunciação (uma consulta médica, uma aula em um colégio, etc..) como de um campo discursivo específico (político, científico, etc.). Caberia a ele a observação na tentativa de compreender e explicar

então, introduzida na análise do discurso para designar o espaço exterior específico de uma formação discursiva e, pouco mais tarde, Pêcheux modificou os procedimentos de análise do discurso que vinha utilizando, reconhecendo que as palavras mudam de sentido quando passam de uma formação discursiva a outra”.

“como funciona a máquina de fabricar sentido social, engajando-se em interpretações cuja relatividade deverá aceitar e evidenciar. Apresentar como verdade absoluta uma explicação relativa e acreditar nela seria arrogância. Fazê-lo sem acreditar seria cinismo. Entretanto, entre arrogância e cinismo, há lugar para uma atitude que, sem ignorar as convicções fortes, procure compreender os fenômenos, tente descrevê-los e proponha interpretações para colocá-los em foco no debate social.” (CHARAUDEAU, 2006)

Segundo Pêcheux (1987), “a análise de discurso não pretende instituir-se como especialista da interpretação, dominando ‘o’ sentido do texto; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito”.

A obra de Violette Morin, intitulada *L'écriture de presse*⁵⁶ (1966), e a de Eliseo Verón, na qual traça apreciações sobre a cobertura da mídia em relação ao acidente da plataforma nuclear de Three Mile Island (1981)⁵⁷, são citadas por Van Dijk (1990:33) como exemplos de integração bem-sucedida entre a análise estrutural do discurso jornalístico com um estudo das limitações das produções das notícias e seus aspectos ideológicos subjacentes. O discurso das mídias é por ele definida como “a maneira pela qual os meios de comunicação expressam a nova informação em seus informes jornalísticos”.

Compartilhando da mesma visão, Verón (1974:16) afirma que certos aspectos do texto estão relacionados à maneira como são produzidos. Em seu estudo sobre revistas semanais de informação, escreve sobre a importância da observação detalhada dos mecanismos técnicos de ‘fabricação’ da notícia, já que estes “constituem um elemento indispensável para compreender o que encontraremos na superfície textual”. Mais adiante dirá que “as condições de produção merecem esse nome, uma vez que deixam suas marcas no discurso. (...) O próprio texto não é outra coisa senão o lugar de constituição de suas próprias determinações”.

⁵⁶ Título original publicado em 1966. Para este trabalho foi consultada a tradução espanhola “*El tratamiento periodístico de la información*”, de 1974. Assim como neste caso, todas as citações de obras com original em língua espanhola foram traduzidas livremente pela autora.

⁵⁷ Trata-se do livro *Construire l' événement, Les médias et l' accident de Three Mile island*. Paris: 1981.

Charaudeau vê nessa peculiaridade do discurso uma carga extra de dificuldade conferida àqueles que procuram estudá-lo. Para o autor, a análise do discurso das mídias torna-se, por isso, mais árdua do que a análise do político.

“Isso porque, enquanto se admite no mundo político, de maneira geral, que o discurso aí manifestado está intimamente ligado ao poder e, por conseguinte, à manipulação, o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação. Entretanto, as mídias são utilizadas pelos políticos como um meio de manipulação da opinião pública – ainda que o sejam para o bem-estar do cidadão; as mídias são criticadas por constituírem um quarto poder; entretanto, o cidadão aparece com frequência como refém delas, tanto pela maneira como é representado, quanto pelos efeitos passionais provocados, efeitos que se acham muito distantes de qualquer pretensão à informação”.

(CHARAUDEAU, 2006:17)

Maingueneau considera que o texto não pode ser tratado como um

“estoque inerte que basta segmentar para dele extrair uma interpretação, mas se inscreve em uma cena enunciativa cujos lugares de produção e de interpretação estão atravessados por antecipações, reconstruções de suas respectivas imagens, imagens estas impostas pelos limites da formação discursiva”

(MAINGUENEAU, 1997:91)

3.1.1 | O entrelaçamento dos planos discursivo e situacional nas mídias

Considerando que os enunciados das mídias são resultado da confluência entre os elementos textuais e as condições de produção, a análise de discurso de textos jornalísticos proposta neste trabalho pretende, da mesma forma, incorporar essa mútua influência. Trata-se, portanto, de buscar o que se esconde por trás do que é dito – ironias, estereótipos, sensacionalismos – e também do que não é dito, já que a ausência de um tema em determinada publicação nos fala muito sobre suas opções editoriais. A eles unem-se as peculiaridades da dinâmica produtiva, capazes de influenciar a estruturação dos textos e podendo se tornar um fator determinante na constituição do discurso dos veículos de comunicação.

A incorporação dos dois planos possibilitará uma análise – assim acreditamos – mais correta e honesta, visto que menores serão as possibilidades de adotar posições extremas: ou qualificar de *manipuladora* toda e qualquer ação midiática ou de

responsabilizar a rapidez da dinâmica de produção do noticiário pelos erros e exageros jornalísticos. Buscar o equilíbrio entre as duas visões equivale dizer que os enunciados transmitidos pela mídia nem sempre são portadores de intencionalidade manipulatória, mas por outro lado, mesmo quando não carreguem esse objetivo, podem assim atuar, causando determinados efeitos negativos nos receptores. Portanto, não se trata apenas de apontar responsáveis pela boa ou má qualidade das mensagens, mas, sim, assinalar os efeitos que poderiam ter sido causados⁵⁸.

Charaudeau (2006:47) afirma que

“é nosso direito indagar sobre os efeitos interpretativos produzidos por algumas manchetes de jornais (ou mesmo sobre determinada maneira de comentar a atualidade) quando estas, em vez de inclinar-se para saberes de conhecimento (“o presidente da comissão entrega o relatório ao primeiro-ministro”), põem em cena saberes de crença que apelam para a reação avaliativa do leitor (“o presidente da comissão entrega uma bomba ao primeiro-ministro”)⁵⁹. (CHARAUDEAU, 2006:47)

Para desenvolver essa noção, foram selecionadas três características gerais que permitem melhor compreender as condições de produção nas quais estão inseridos os

⁵⁸ O aprofundamento da questão interpretativa pode ser considerado uma das principais contribuições dos estudos de Charaudeau. Antes de restringir essa dimensão ao âmbito da produção da mensagem, o autor a extrapola possibilitando a projeção do mesmo fenômeno na esfera de recepção. Na prática, a novidade representa o rompimento de Charaudeau com o tradicional esquema de comunicação, concebido como um circuito fechado de movimentação da mensagem. Neste, a transmissão seguia um caminho sem intervenções: iniciada por um emissor e levada a cabo por um determinado canal de transmissão, a notícia seguia incólume até chegar ao receptor, que também a acolhia sem realizar nenhuma interferência em seu conteúdo. O antigo modelo – ainda utilizado – não considera a influência de variantes externas como o contexto da produção da mensagem e as intervenções interpretativas em diversos níveis, as possíveis falhas nos canais de comunicação e, o mais importante, a interação do receptor com a mensagem. Este também a interpreta, modificando seu sentido original e dando espaço para diferentes impressões sobre um mesmo conteúdo. Esta pesquisa, apesar de citar em diversas ocasiões essa característica da comunicação, não tem por objetivo deter-se na análise dos fatores que envolvem a esfera da recepção. As opções temática e metodológica que a embasam, além da própria natureza desta investigação, não permitem tal abordagem, já que ela mesma demandaria uma metodologia própria e maior aprofundamento. Por isso, a pesquisa enfocará a instância da produção dos discursos e se limitará a relatar os *efeitos pretendidos* (pensados pelo produtor da informação – neste caso, a *Gazeta Mercantil*), excluindo propositadamente os *efeitos produzidos* (as sensações realmente causadas nos receptores). A diferenciação entre efeitos visados e produzidos é constantemente mencionada por Charaudeau. Mais uma vez, tomamos conceitos-chave deste autor.

⁵⁹ Charaudeau refere-se aqui a dois tipos de saberes: o primeiro, chamado *saber de conhecimento*, é constituído por aquilo que procede de representações racionalizadas da existência dos seres e dos fenômenos sensíveis do mundo; o segundo, o de *crença*, resulta da atividade humana quando esta se aplica a comentar o mundo, isto é, a fazer com que o mundo não mais exista por si mesmo, mas sim através do olhar subjetivo que o sujeito lança sobre ele.

modernos meios de comunicação. O objetivo de cada um dos itens é mostrar como se dá a influência do contexto de produção no texto jornalístico e vice-versa.

- *O discurso das mídias é um recorte da realidade*

A história humana é constituída de uma sucessão de acontecimentos. Todos os dias, inúmeros eventos ocorrem numa mesma família, numa mesma cidade, num mesmo país, em todo o mundo. Mas nem todos viram notícia. Para que atinjam essa categoria, o fato deve conter algumas características específicas como: relevância pública, adequação aos interesses e necessidades dos leitores e proximidade de tempo e espaço entre o ocorrido e os receptores da mensagem. Lippmann (1922:338) manifesta a impossibilidade de executar a tarefa jornalística se se prescindisse desses e de outros filtros ao afirmar que

“nem se todos os repórteres trabalhassem todas as horas do dia não poderiam testemunhar todos os acontecimentos do mundo. O número de repórteres não é grande o suficiente e nenhum deles tem o poder de estar em mais de um lugar ao mesmo tempo” (LIPPMANN, 1922:338)

A pauta dos veículos de comunicação está condicionada principalmente pelos fatores “tempo” – quantos eventos podem ser cobertos ao longo de um dia pela equipe de reportagem envolvida no processo – e “espaço” – quantos centímetros estarão disponíveis para uma matéria escrita.

Uma vez que selecionam os acontecimentos que serão notícia, os textos jornalísticos contribuem na configuração da sociedade em que estão inseridos. Segundo Contreras (2004:35), isso não ocorre pela “possível influência que os conteúdos possam exercer na audiência (como a imitação de comportamentos violentos, etc.), mas sim por outros efeitos mais profundos, que se manifestam a longo prazo”. Dentre eles, de acordo com o autor, está a capacidade que os meios de comunicação possuem para legitimar pessoas, instituições, atitudes e comportamentos, ou até para “confiná-las em um gueto”.

De maneira mais genérica, Foucault (1973:11) desenvolve uma análise a respeito do discurso que poderia, em parte, ser aplicada ao jornalismo.

“Suponho que em toda a sociedade a produção do discurso está, ao mesmo tempo, controlada, selecionada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjugar os poderes e perigos, dominar o acontecimento aleatório e esquivar sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 1973:11)

O autor continua sua explanação descrevendo o que chama de “procedimentos de exclusão”, aqueles que proíbem, separam ou afastam alguns temas dos debates tanto públicos quanto privados.

A partir de casos mais concretos relacionados ao trabalho da imprensa, Contreras esclarece que a mídia não é um fiel espelho da realidade, embora procure transmitir essa sensação ao leitor. Ela não é capaz, por exemplo, de refletir com exatidão os acontecimentos de todo o mundo. De acordo com o autor:

“parece muito mais plausível afirmar que os meios de comunicação contribuem para construir a realidade social. Isso ocorre pela simples relevância que dão a uns eventos e não a outros, ou seja, oferecendo cada dia sua visão sobre aquilo que consideram ‘a atualidade’”. (CONTRERAS, 2004:53)

Na mesma linha, Charaudeau (2006:139) afirma que a hipótese da *agenda setting*⁶⁰ pode explicar tais fenômenos. Isso porque se admite que, “ao selecionar informações e apresentá-las como o que realmente aconteceu”, as mídias “impedem que outros acontecimentos cheguem ao conhecimento do cidadão”.

Sobre o mesmo tema, o autor fornecerá outros elementos, corroborando a tese de que, “ao decidir o que deve ser discutido, as mídias convencem a opinião pública de que o debate social é o que elas apresentam”. Segundo ele, os veículos não só selecionam, mas também provocam os acontecimentos, como quando unem em uma mesma reportagem entrevistas que divergem sobre um determinado assunto. Colhendo os

⁶⁰ O conceito de *agenda-setting* foi cunhado por Shaw e McCombs e publicado pela primeira vez em 1972. Segundo McCombs, “*agenda-setting* é considerada mais do que a clássica asserção de que as notícias nos dizem sobre o que pensar. As notícias igualmente nos dizem como pensar acerca disso. A seleção de objetos para a atenção e a seleção dos enquadres pensados acerca destes objetos são o ponto forte do papel do *agenda-setting*.” McCOMBS, Maxwell E. *The evolution of agenda-setting research: twenty-five years in the marketplace*. Journal of Communication, 43 (2) (SPRING, 1993: 62).

pontos de vista antagônicos e dispendo-os numa seqüência de acusações e réplicas, as reportagens fornecem a sensação de um debate, sem que as partes tenham sequer estado próximas. (CHARAUDEAU, 2006:191)

“As mídias não se contentam em relatar as falas que circulam nesse espaço, elas contribuem de maneira muito mais ativa para a realização do debate social, dispendo num lugar particular – que é o delas, e que elas dominam – dispositivos que proporcionam o surgimento e o confronto de falas diversas”. (CHARAUDEAU, 2006:188)

Temos aqui, portanto, o primeiro ponto de partida para a análise que se seguirá: os veículos de comunicação – não isolada, mas juntamente a outras instâncias sociais – participam na construção de *uma* realidade, que, sendo apenas um dos possíveis recortes *da* realidade total, é restrita e aleatória⁶¹. Uma pessoa que não esteja inserida na produção jornalística poderia estabelecer outros critérios de seleção dos fatos, nem mais nem menos adequados, mas com os quais enfocaria outros aspectos do mundo que a rodeia. Alguns autores, como Foucault, vêem, portanto, nesta dinâmica da mídia elementos de arbitrariedade, pois seleciona e dirige o debate público para aquilo que, por conta própria, julga mais importante.

“Como será possível comparar razoavelmente a coação da verdade com separações como essas, separações que são arbitrarias desde o começo ou que pelo menos se organizam em torno a contingências históricas; que não apenas são modificáveis mas estão em perpétuo deslocamento; que estão sustentadas por um sistema de instituições que as impõe e as acompanham em sua vigência e que finalmente não se exercem sem coação e sem uma certa violência?” (FOUCAULT, 1973:15)

⁶¹ Neste ponto, torna-se importante afirmar que, apesar da possibilidade da existência de diversas verdades lógicas, uma só é a verdade ontológica. Partimos do pressuposto de que a realidade do ser é anterior ao ato da linguagem, ou seja, existe independentemente do discurso. Baseando-se na filosofia aristotélica, Llano declara a grandeza dos seres ao diferenciar a verdade lógica da verdade ontológica. Enquanto a primeira pertence ao conhecimento humano, a segunda existe independentemente da aproximação do observador e do trabalho intelectual que este possa executar. Afirma, portanto, que a verdade mais profunda sobre as coisas estão fora da mente humana, ou seja, que as coisas não são verdadeiras apenas na medida em que podem ser captadas pelo intelecto, mas são anteriores a ele. Segundo ele, “o ser das coisas não depende do conhecimento que delas possa ter o homem. A verdade que se diz das coisas é, de certo modo accidental a elas, ou seja, não as constitui”. Ou ainda, citando Aristóteles: “Se ajusta à verdade o que pensa que o separado está separado e que o junto está junto e erra aquele cujo pensamento está em contradição com as coisas. Então, quando existe ou não existe o que chamamos de verdadeiro ou falso? Devemos, dessa maneira, considerar o que é que dizemos. Pois você não é branco porque nós pensamos que você é verdadeiramente branco, mas porque você é branco nós, os que afirmamos, nos ajustamos à verdade” (ARISTÓTELES. *Metafísica*, IX, 10, 1051b 3-9).

Já Contreras acredita que o problema esteja mais relacionado com foco do que com arbitrariedades. Citando Longrace⁶² (1976:10), se o discurso não fosse desta maneira direcionado e pretendesse abarcar todos os acontecimentos,

“o resultado seria como se nos apresentassem um pedaço de papel negro e nos dissessem: essa é uma imagem de camelos negros que atravessam areias negras à meia-noite. Essa desigual proeminência de alguns elementos sobre os outros é necessária para a cognição humana. Percebemos algo quando se sobressai da área ao seu redor” (LONGRACE, 1976:10)

Dentre os muitos critérios de seleção utilizados pelos meios de comunicação, enumeramos quatro que consideramos principais no processo de definição de assuntos que serão incluídos ou excluídos de pauta. São eles: a linha editorial e ideológica do veículo, sua periodicidade, a proximidade entre o local do acontecimento e o local de recepção da mensagem e o tipo de mídia usada para a transmissão da informação. Estes mesmos critérios jornalísticos definirão, em grande medida, a linguagem que será empregada nos textos. O caminho inverso também se mostra interessante: a partir da identificação do vocabulário utilizado e da estruturação do material escrito pode-se chegar a conclusões sobre o perfil do veículo.

A linha editorial da publicação é o primeiro filtro utilizado nesta seleção. As decisões sobre política externa tomadas pelo governo, por exemplo, não interessarão a jornais esportivos, pelo menos enquanto tais resoluções não influenciem diretamente a esfera do esporte. O assunto ganhará relevância para este segmento no momento em que o governo decretar restrições à entrada de imigrantes no País, afetando, assim, a contratação de jogadores estrangeiros para a disputa do campeonato nacional de futebol.

Em publicações de interesse geral, a adoção de editoriais tem a finalidade de focar a cobertura. Utilizando-se deste recurso, os veículos criam espécies de segmentos dentro da uma realidade mais ampla, que, além de auxiliarem os profissionais da imprensa no momento de confecção de pautas, servem ao público como sinalizadores, apontando a todo o tempo qual deverá ser sua trajetória ao longo do processo de recepção. Assim

⁶² Citação pode ser encontrada em TOMLIN, R.S, FORREST, L., MING PU M., HEE KIM, M. Semântica del discurso”, in *El discurso como estructura e proceso. Estudios sobre el discurso I. Una introducción multidisciplinaria*. Gedisa Editorial: Barcelona, 2000. Originalmente publicada em LOGRACE, R.E. *An anatomy of speech notions*. (PETER DE RIDDER, 1976:10).

como as publicações segmentadas, as editoriais executam um recorte dentro de uma realidade já selecionada pelos meios de comunicação.

De acordo com Verón (1974:12), as editoriais e, dentro delas, o recurso dos “chapéus”

“produzem um primeiro ordenamento do material de leitura e contribuem, de uma maneira significativa, a determinar o efeito de sentido de cada texto. Nos encontramos aqui com verdadeiros sistemas de classificação da realidade social” (VERÓN, 1974:12)

Para Charaudeau (2006:145), a distribuição dos textos em rubricas pertence à “máquina midiática” e revela a maneira pela qual cada organismo de informação constrói seu espaço público.

“Considera-se que as ‘seções’ e as ‘rubricas’ correspondem às categorias de pensamento da opinião pública: a informação política internacional e nacional, a informação econômica, como o espaço em que fala de tudo o que tem relação com o poder na vida social; a informação social, como o espaço em que se fala dos pequenos dramas humanos (...). É claro que isso causa problemas à instância midiática: em que seção ou rubrica (política, economia, internacional, sociedade) deverá ser tratado um determinado fato que tem a ver, ao mesmo tempo, com uma decisão política, com incidências econômicas e sociais e que depende da política de outros países?” (CHARAUDEAU, 2006:145)

Parte da identidade do veículo de comunicação, de sua linha editorial, pode ser conhecida pela análise das editoriais que possui. Isso porque a criação de uma seção fixa supõe a existência de uma estrutura que lhe mantenha ativa por meio da geração contínua de material. O início da editoria de Meio Ambiente na *Gazeta Mercantil* pode ser compreendida sob esta ótica, visto que o jornal poderia ter mantido a cobertura esporádica do tema, alocando-a em outras editoriais afins (Nacional, Internacional ou Indústria), como vinha fazendo. A importância conferida ao tema pela publicação, no entanto, fez com que ele fosse incorporado à dinâmica do jornal e, logo, à realidade de seus leitores.

Conforme a linha editorial que adote, o jornal estará determinando também o perfil de seu público leitor e, conseqüentemente, a linguagem que empregará para que o processo comunicativo seja efetivo. Em uma publicação dirigida a técnicos de uma determinada área, por exemplo, não surpreende o emprego de termos próprios do jargão daqueles

leitores em suas matérias. Pelo contrário, uma publicação voltada ao segmento popular não atingirá sua meta se não utilizar vocabulário, construções gramaticais e conceitos simples.

A linha ideológica dos veículos pode ser citada como outro fator determinante para o recorte que confere ao mundo e para a linguagem de que se vale. Em uma publicação sindical, por exemplo, o enfoque dado a uma manifestação trabalhista certamente será distinto daquele conferido por uma publicação patronal. Neste jogo de mostrar e esconder, cada um destaca o que lhe convém para reforçar as causas que defende: reajuste salarial, por um lado, e manutenção dos vencimentos, por outro. Os termos lingüísticos colocam-se a serviço dessas intenções comunicacionais. Em veículos assumidamente partidários ficam “legitimados” o emprego constante de adjetivos e expressões qualificadoras.

Consideramos que esta abordagem ideologicamente comprometida não chega a ser incorreta ou desonesta, desde que o leitor seja avisado sobre isso e saiba o que poderá ou não encontrar naquelas páginas. Muitos, até mesmo, adquirem o veículo justamente porque conhecem o tom do discurso e porque, a partir desse olhar, aguardam uma leitura dos fatos. Dentro dessa lógica não seria admissível que um veículo ocultasse sua linha de pensamento ou que vendesse como informação aquilo que não é.

Segundo Bucci (2000:107), é tarefa do próprio veículo ajudar o leitor a distinguir qual é a natureza de cada uma, alcançando, assim, sua adesão e confiança⁶³.

“Separando uma coisa da outra, joga-se limpo. (...) De um lado, editores e repórteres procuram, até onde sua consciência alcança, não contaminar o relato dos fatos com visões opinativas; de outro, a audiência é orientada a distinguir os relatos baseados em observações empíricas relativamente impessoais dos exercícios de argumentação” (BUCCI, 2000:107)

A periodicidade também é decisiva na definição das pautas dos veículos e de sua linguagem. Regra geral, a cobertura realizada por jornais diários é mais abrangente do

⁶³ Bucci (2000:107) afirma ainda que os posicionamentos, os apoios declarados a determinados candidatos em épocas eleitorais ou às causas específicas não são condenáveis desde que ocupem o seu devido lugar no contexto da publicação, deixando clara a separação entre o que é opinião do veículo e o que é informação.

que aquela apresentada por uma revista semanal de informações. Enquanto os primeiros podem acompanhar o desenrolar de um determinado fato, publicando diariamente novos dados sobre ele, as segundas devem, dentro daquilo que já foi selecionado pelos primeiros, executar uma nova seleção, escolhendo os temas mais relevantes daqueles sete dias e que serão alvo de suas análises.

O desafio das mídias, nesse caso, consiste em, segundo Charaudeau (2006:133), “dar conta de acontecimentos que se situam numa co-temporalidade enunciativa”, isto é, devem tentar aproximar ao máximo dois momentos extremos: o instante do surgimento do acontecimento e o instante do consumo da notícia⁶⁴. Quanto maior for este intervalo, menor será a relevância da notícia publicada, explicando, em parte, a preferência das revistas semanais pelos temas ocorridos nos últimos dias da semana. Mesmo assim, seu desafio é acrescentar algo de novo, diminuindo a sensação de caducidade que a notícia poderia causar no leitor. Explica também a vocação das publicações mensais em publicar as chamadas “matérias frias”, ou seja, mais perenes, capazes de resistir ao tempo e acompanhar o leitor até a edição seguinte.

De acordo com Verón (1974:11), os gêneros informativos de diferentes periodicidades se co-determinam, em uma relação de verdadeira dependência.

“O exemplo mais trivial aparece na relação entre os semanários e os diários: os primeiros pressupõem, na maioria dos casos, a leitura dos segundos. Os semanários não se dirigem a um leitor que ignora o ocorrido durante a semana” (VERÓN, 1974:11)

Justamente por isso, segundo ele, a função primordial do semanário seria uma abordagem interpretativa e ideológica, numa espécie de metalinguagem “cujo referente não é o fato em si mesmo (caso da notícia), mas a atualidade dos discursos produzidos pelo diário”. A referência feita por Verón aos semanários pode servir também para detectar algumas especificidades dos jornais. À medida que institui às revistas semanais a competência para interpretação dos fatos, restringirá aos jornais o papel de informar de maneira mais objetiva.

⁶⁴ De acordo com o autor, a cadeia completa seria composta pelos seguintes instantes: *Instante do surgimento do acontecimento*> instante de produção midiática> instante da saída do produto midiático> *instante do consumo da notícia*.

Atualmente, após o advento da Internet, essa divisão de funções entre os formatos midiáticos já não pode ser afirmada com segurança. Capaz de trazer a novidade em tempo real, a rede mundial de computadores teria tomado o lugar dos diários impressos, esvaziando-os de seu posto original, ameaçando fazê-lo desaparecer dentro de um curto período de tempo. A alternativa, neste caso, seria aumentar o alcance das publicações diárias, deixando-as com conteúdo e linguagem muito próximos dos atuais semanários. Esse fator modernamente incorporado à dinâmica jornalística não causará nenhum impacto na presente análise, uma vez que ela se inicia em 1972 e se estende até 1992. No período de vinte anos entre os dois marcos temporais, a Internet não rivalizava com os diários na cobertura dos fatos, o que possibilita referir-nos à tradicional divisão de funções.

Percebe-se, além disso, a relação existente entre o tipo de linguagem empregada e a periodicidade da publicação. Quanto maior for o intervalo adotado de uma edição para outra, maiores são as possibilidades de inovação no estilo de escrita, afastando-se do tradicional modelo observado nos jornais diários: aberturas que se aproximam da linguagem literária, espaço para adjetivações e ironias, entre outros, cuja intensidade na utilização dependerá ainda de sua linha editorial⁶⁵. Nestes últimos, a não ser em matérias especiais, predomina a técnica da pirâmide invertida⁶⁶.

Em quarto lugar, as escolhas também se dão em função do canal midiático disponível para a transmissão das notícias. Aquelas veiculadas em telejornais diários, por exemplo, são produzidas em função do tempo que ocupará no conjunto do programa e em função da duração do telejornal na grade de programação da emissora. Em decorrência dessa limitação temporal, a cobertura restringe-se apenas aos assuntos considerados verdadeiramente prioritários. Apesar das diferenças de meios, a regra adapta-se, mas é empregada também nos meios impressos. Neste caso, porém, a limitação mais do que temporal é espacial, uma vez que o número de páginas dos veículos é previamente

⁶⁵ A título de exemplo, citamos as revistas de Turismo e as Femininas, cujo tema permite maior utilização de tais elementos.

⁶⁶ O modelo da pirâmide invertida inventada como prevenção às falhas e quedas de sinal de comunicação durante a Segunda Guerra Mundial preconiza que as informações mais importantes da matéria devem estar contidas logo na abertura, com a resposta às perguntas “Quem?”, “O quê?”, “Quando”, “Como”, “Onde”, “Por quê?”. A fórmula foi perpetuada em parte por adequar-se às modernas necessidades dos meios de comunicação impressos. Estes, além de enfrentarem a concorrência de outras mídias, buscam maneiras de atrair a atenção de leitores, cada vez mais propensos ao consumo de notícias rápidas.

determinado⁶⁷. O espaço destinado a cada matéria, portanto, é sempre pouco para comportar todas as informações colhidas pelo repórter em seu trabalho de apuração, obrigando-o a priorizar as mais importantes, utilizando-se, para isso, do modelo da pirâmide invertida⁶⁸. Segundo Sánchez (1990:174), por mais que os programas utilizados pelas redações tenham permitido ao jornalista escrever sobre a página diagramada, tornando esse modelo desnecessário, seu uso foi mantido.

“Na prática é freqüente que o leitor se limite a ler apenas a abertura da informação e existem autores que consideram que as manchetes são as únicas sentenças lidas por grande parte dos consumidores de diários.” (SÁNCHEZ, 1990:174)

Este fato pede uma consideração sobre a Internet. Com possibilidades ilimitadas de espaço e de uma cobertura em tempo real pela facilidade de atualização de conteúdo, os portais informativos também possuem suas peculiaridades no tratamento e seleção dos fatos justamente pelo exposto acima. A predominância de um público jovem exige notícias curtas, rápidas, mas em constante processo de transformação.

Quando aplicados ao caso concreto da *Gazeta Mercantil*, os quatro critérios descritos até o momento como níveis objetivos de escolha das informações podem agregar novos pontos de vista a esta tentativa de delinear o perfil da cobertura sobre o meio ambiente realizada pelo periódico. Sendo um veículo econômico dirigido a empresários, parte-se do princípio de que todas as matérias publicadas em ambos os períodos estudados abordavam assuntos relevantes para este público. O simples fato de, já em 1972, trazer matérias sobre meio ambiente demonstra que o tema era aceito como parte da vida e da dinâmica empresarial e que, além disso, já alcançava a dimensão econômica do que então era genericamente chamado de ecologia.

⁶⁷ Em jornais diários, a flexibilidade para o número de páginas é maior, e essa especificação ocorre, normalmente, em função da receita publicitária disponível para a edição. No caso das revistas semanais ou mensais, resiste-se em alterar o número de páginas, não somente pelo custo do papel, mas também como artifício para criação de uma identidade com o leitor. A produção gráfica também influencia neste ponto, já que não é possível encartar uma ou duas páginas à edição, mas apenas cadernos múltiplos de oito.

⁶⁸ De acordo com Escribano (2003:15), a disposição estrutural remonta aos tempos em que os tipógrafos não conheciam exatamente o espaço que o jornal poderia disponibilizar a cada assunto. “Por isso, uma organização que desse mais importância aos dados de maior interesse facilitava a eliminação, se fosse necessário, das últimas linhas do texto sem perder a relevância informativa”.

A periodicidade diária e o fato de estar vinculada a um meio de comunicação impresso conferem algumas características específicas à cobertura sobre meio ambiente da *Gazeta Mercantil*. A constância adotada pelo veículo para noticiar tais acontecimentos permite, por exemplo, uma abordagem mais integral: enquanto as matérias publicadas em cadernos, suplementos ou revistas semanais necessitam – de uma maneira ou outra – recordar e resumir ao leitor todos os desmembramentos apresentados ao longo da semana, por um determinado episódio, as seções temáticas diárias se beneficiam da possibilidade de acompanhar os fatos de maneira contínua. Estas últimas, provavelmente, antes de noticiarem o fechamento de uma fábrica poluidora, por exemplo, já terão publicado reportagens sobre as sucessivas sanções aplicadas a ela por órgãos fiscalizadores e continuarão a seguir o caso, trazendo a reação dos proprietários a respeito do fechamento até a decisão final da justiça.

Charaudeau, no entanto, recorda que tal particularidade dos jornais diários possui duas faces. Se, conforme já mencionado, por um lado permite aproximar os dois extremos da cadeia que compõe a dinâmica comunicacional e assim aumentar a relevância da matéria publicada, por outro potencializa o risco da saturação de um assunto. De acordo com o autor, para evitar a repetição temática da cobertura, a perda de interesse por parte do leitor e a queda nos números de venda ou audiência, os veículos de comunicação adotam como estratégia a constante renovação de conteúdo. Esse fato pode soar contraditório quando confrontado com o que se vem expondo. O que ocorre, na verdade, é uma oscilação entre os dois extremos: ao mesmo tempo em que podem imprimir constância na cobertura de determinados assuntos, os diários sentem a necessidade de mudar constantemente seus pontos de foco.

“Daí esse desfile de notícias, uma eliminando a outra, rapidamente relegadas no armário de achados e perdidos ou daí saindo sempre que a atualidade exige. (...) Isso explica a dificuldade das mídias em dar conta do passado e em imaginar o futuro.” (CHARAUDEAU, 2006:134)

A atenção da mídia em torno de um tema e o seu repentino esquecimento tão logo surja um novo assunto de igual ou maior relevância deriva da necessidade que possuem os meios de compagnar o binômio *continuidade/variação* em sua cobertura. Como o *corpus* desta pesquisa é constituído por um número reduzido de matérias publicadas em 1972 e 1992, não dispomos de dados suficientes que nos permitam avaliar o impacto

desse fenômeno comunicacional nas páginas da *Gazeta Mercantil*. A supressão deste aspecto foi proposital, pois tal verificação exigiria um esforço investigativo adicional e uma metodologia diferente da que optamos. Por conta disso, limitamo-nos ao que foi possível constatar pela leitura dos textos integrantes do *corpus* e pelas entrevistas realizadas com pessoas envolvidas na produção do jornal.

Conforme dito anteriormente, o principal objetivo da *Gazeta Mercantil* ao criar a editoria de Meio Ambiente era informar aos empresários-leitores sobre as novas exigências ambientais estabelecidas por lei. Nada mais natural, portanto, que a publicação de uma normativa governamental recebesse a atenção do veículo durante um período limitado e que outro tema viesse a ocupar seu lugar assim que outra regra fosse decretada. Mas a cobertura sobre o tema extrapolava o âmbito legislativo. Parte das matérias tratava das políticas internacionais e dos movimentos ambientalistas.

Nos meses de maio e junho de 1992⁶⁹, a atenção do veículo voltou-se especialmente para dois assuntos de caráter “momentâneo”: a ECO92, que ocorreria entre os dias 3 e 15 de junho daquele ano, e o surto de cólera deflagrado naquele período. As matérias colocadas sob o chapéu “Tietê” também tiveram grande destaque em função da lista dos principais poluidores do rio recém-divulgada pelo Governo do Estado de São Paulo. Esta relação de empresas sustentou a pauta da *Gazeta Mercantil* durante um período. Segundo Fagá,

“A Secretaria do Meio Ambiente preparou uma lista com o nome dos principais poluidores por poluição orgânica e não-orgânica. Para uma empresa, ter o nome ali era um péssimo negócio. Elas não queriam aparecer e reclamavam sobre os critérios utilizados para a montagem da lista. E nós procurávamos as empresas para fazer matéria: queríamos saber o que elas iriam fazer para diminuir a poluição, quanto iam investir, que equipamentos iriam utilizar”.

Apoiados nestes dados, afirmamos que a *Gazeta Mercantil* não esteve imune às oscilações e às concentrações na cobertura. No caso da ECO-92, os antecedentes e o evento propriamente dito receberam grande destaque em suas páginas. A repercussão das decisões tomadas durante aqueles dia de Conferência esteve, no entanto, em

⁶⁹ Neste ponto da análise, não fazemos referência às edições de 1972. Conforme explicação anterior, o jornal, nesta época, entrava em um processo de modernização. Alguns recursos gráficos e semânticos como os chapéus, por exemplo, não eram ainda utilizados.

evidência durante aquele mês, caindo sensivelmente nos posteriores. A despoluição do Rio Tietê é outro exemplo que, pelo tempo previsto para sua realização, leva a supor a diminuição da frequência de aparições. É comum que, quando se trata de um projeto extenso, que levará anos para ser concluído, a imprensa se comporte de maneira irregular: fala-se muito sobre o assunto na época de seu lançamento, mas sem a preocupação em dar continuidade ao tema. Agindo assim, o jornalismo perde oportunidades de exercer sua função “fiscalizadora”, deixando também o leitor desamparado.

O movimento invariável da mídia em busca do equilíbrio entre a qualidade da informação, a satisfação de seus leitores e as pressões comerciais está igualmente presente na definição da abrangência de sua cobertura: dedicar-se aos acontecimentos locais ou estender sua atuação a eventos globais.

Segundo Charaudeau (2006:137), a ambigüidade espacial percebida na esfera da comunicação é reflexo de um antagonismo próprio do ser humano – e, portanto, dos leitores – na constituição de sua identidade. O autor acredita que o imaginário dos homens é constituído tanto por ingredientes “locais” (a família, os amigos, os vizinhos) quanto “globais”, símbolo do seu desejo de expansão.

“As mídias estão presas a esses dois imaginários, que determinam dois tipos de público: aqueles que se apegam à aldeia (a imprensa regional, com a caça, a pesca, a política local) e aqueles que sonham com o planeta (a imprensa nacional, com a política interna e externa, os esportes, os acontecimentos sociais)”. (CHARAUDEAU, 2006:137).

Na tentativa de atrair um maior número possível de leitores – tantos os da aldeia quanto os planetários – , os veículos buscam fórmulas capazes de combinar elementos de um e de outro. Da mesma maneira que os meios de comunicação regionais sabem que uma rígida restrição da cobertura aos acontecimentos locais pode – cedo ou tarde – significar seu fracasso editorial, os nacionais criam estratégias para incluir em suas páginas uma porcentagem de notícias de interesse restrito a uma determinada localidade.

A afirmação de Charaudeau de que a proximidade física entre o local do acontecimento e o local de recepção do fato confere à notícia um caráter de particular interesse torna-se realidade nas páginas da *Gazeta Mercantil*. Durante a ECO-92, o veículo reservou

amplo espaço ao tema. Além de ser um evento mundial e de fundamental importância para o futuro das decisões políticas neste âmbito, a conferência era realizada no Brasil, o que significa, na prática jornalística, facilidade de acesso a todos os tipos de fontes e abundância de material. Além disso, previa-se que as decisões tomadas no Rio de Janeiro interessariam diretamente aos negócios do empresariado nacional.

▪ *O jornalismo é uma atividade de natureza interpretativa*

No item anterior, utilizando palavras de Lippmann e outros autores, mencionamos a limitação física e temporal imposta aos meios de comunicação em seu trabalho de apuração dos fatos e, como efeito direto, a construção de sua enunciação sobre recortes da realidade. Afirmamos agora que de maneira análoga opera a mente humana: a capacidade de conhecimento que possui é igualmente restrita, impossibilitando, assim, que um mesmo indivíduo capte todos os nuances da realidade que o rodeia⁷⁰. Acerca deste fenômeno, Gilson afirma que

“dizer que todo conhecimento é a captação da coisa tal como esta é não significa, em absoluto, que o entendimento capte a coisa tal como esta é, mas que unicamente quando assim o faz existe o conhecimento. Isto também não significa que o entendimento esgote em um só ato todo o conteúdo do objeto. O que o conhecimento capta de um objeto é real, mas o real é inesgotável e ainda que chegasse a discernir todos os seus detalhes ainda lhe faltaria conhecer o mistério de sua própria existência” (GILSON, 1952:160)

Faz-se também necessário considerar que, pelo fato de possuir inteligência, o homem, ao aproximar-se da realidade, interpreta-a, atuando como um comentador do mundo. Neste contínuo e ininterrupto processo de deduções e induções – no qual não é possível estipular seu início ou fim, pois todo pensamento humano é interpretação –, as informações captadas no momento da observação são relacionadas e confrontadas com aquelas anteriormente acumuladas e com as preferências do observador. Poderíamos

⁷⁰ Conforme mencionado em nota anterior, trata-se de um problema abordado pela Filosofia do Conhecimento. A verdade lógica apóia-se nos elementos captados por meio do contato sensível com a realidade material das coisas. A riqueza de detalhes e a profundidade dessa realidade é tal que o resultado é a impossibilidade de sua plena captação pela mente humana.

afirmar, por isso, que o conhecimento é fruto da combinação entre a experiência sensível primeira e os elementos já existentes na mente humana.

Especificamente no campo comunicacional, uma outra verdade une-se a estas: a atividade jornalística é fundamentalmente mediadora. Sua função é, pois, fazer chegar a um determinado público leitor os relatos sobre as ocorrências registradas em um dado período de tempo (um dia, uma semana, um mês), hierarquizando-os de acordo com sua ordem de prioridades. Contreras (2004:54) recorda, porém, que

“não há nada na realidade que obrigue os profissionais da informação a colocá-la em primeira página. Se oferecem uma determinada notícia é porque consideram que tal fato, em circunstâncias concretas de sua cidade e seu país, pode interessar a um público amplo. Chega-se a esta decisão depois de um processo de valoração que passa por vários filtros e que intervêm, às vezes, numerosas pessoas”. (CONTRERAS, 2004:54)

As implicações do envolvimento de “numerosas pessoas”⁷¹ ao longo do processo de transmissão de mensagens é o eixo em torno do qual serão desenvolvidas as considerações desse item. Trata-se de uma noção básica sobre a atividade jornalística, mas de fundamental importância, já que são esses profissionais – com valores, opiniões e sentimentos – que intermediarão o fato ocorrido com o leitor.

Terminada a etapa da demarcação dos assuntos que farão ou não parte da pauta, cabe ao repórter apurar o fato, entrevistar, observar, reunir dados, relacioná-los e transferi-los para o papel. Neste exercício, por mais que se despoje de suas preferências e

⁷¹ A divisão de funções é outra característica do veículo de comunicação transformado em empresa. A especialização, amplamente difundida em outras esferas do mercado de trabalho, também foi ganhando espaço nas redações. Cada tarefa ali realizada, da montagem da pauta diária ao envio da edição para a gráfica, há um grande número de profissionais envolvidos, muitos influenciando diretamente no conteúdo. Por isso, mesmo que leve a matéria o nome do repórter que liderou o processo, não se pode dizer que ela possua um único autor. O enfoque pode ter sido determinado pelo pauteiro, o título, a legenda ou parte do conteúdo podem ter sido modificados no momento da edição e ainda é possível que o revisor aponte mais algumas alterações necessárias para aprimorar tanto seu aspecto sintático como semântico. Para Lage (2001:37), o fracionamento da produção que permite a participação de muitos e a mescla de diferentes pontos de vista repercutem negativamente no resultado final, como o “esvaziamento da responsabilidade pessoal de cada jornalista diante do público, em favor da coletivização do resultado”. Compartilhando da mesma opinião, Charaudeau (2006:74) acrescenta que não apenas o fato de ter sido submetido ao crivo de muitas pessoas imprime ao texto traços de impessoalidade. No trecho abaixo, fica clara sua posição de que, além dos profissionais, a instância de produção como um todo exerce forte influência sobre o texto. “Nunca se sabe realmente quem pode responder por uma informação, mesmo quando é assinada por um determinado jornalista, de tanto que os efeitos da instância midiática de produção transformam as intenções da instância de enunciação discursiva tomada isoladamente.”

experiências pessoais em nome da objetividade da informação, o jornalista continuará sendo um observador limitado pelas propriedades do intelecto humano. Nasce daí um paradoxo: a busca da objetividade não elimina a realidade da limitação da mente humana; uma vez limitado, o conhecimento é facilitado pelas disposições do observador, seus valores, opiniões e sentimentos.

A experiência cotidiana de que um mesmo acontecimento pode receber tantas versões quantas forem as pessoas que o presenciam é uma constante no trabalho da imprensa que surge como um desdobramento do que vem sendo dito. Segundo Contreras (2004:54), “o ingrediente interpretativo explica que diferentes meios coloquem maior ênfase em um acontecimento do que em outro ou que se apresente um mesmo fato, sem faltar com a veracidade, de maneiras diferentes.” Com isso, o autor reforça que, a não ser que diga o que de fato não aconteceu, as versões nem sempre poderão ser indicadas como mais ou menos correta. A verdade está, pois, em abarcar com a maior perfeição possível a realidade. Segundo Charaudeau (2006:88), a questão está centrada no discurso, pois afinal é ele quem produz os valores de verdadeiro (o exato) ou de falso (o errado).

“Dizer o exato significa que há coincidência entre o que é dito e os fatos do mundo exterior à linguagem. Além disso, essa coincidência pode ser verificada seja pela percepção humana, no mesmo instante da ocorrência do fato, seja por um saber que pode ser sustentado com o auxílio de experiências (...) Dizer o erro, inversamente, seria a impossibilidade de verificar a coincidência (...) Dizer o que aconteceu significa que não há coincidência temporal entre o dito e o fato e que o relato que se instaura entre os dois só pode ser de reconstituição. Assim, o problema que se coloca é o da veracidade da reconstituição, do seu grau de verossimilhança, que pode ir do mais provável ao improvável, e mesmo ao inventado.” (CHARAUDEAU, 2006:88)

Contreras (2004:54) também afirma que a subjetividade neste nível não é incompatível com a transmissão da verdade. Uma vez que o comprometimento do jornalista com a veracidade dos fatos é tido como pressuposto, as diferenças de relato não afetarão sua qualidade⁷².

⁷² Não quer dizer que os erros de apuração são aceitáveis (por exemplo, o repórter relatar um número maior ou menor de mortes por negligência).

“Por esta razão, os cidadãos de uma sociedade pluralista escolhem os meios de informação que melhor se adaptam a suas preferências. O destinatário espera que cada meio se diferencie dos demais pelo modo peculiar de tratar a informação”. (CONTRERAS, 2004:54)

Para Bucci, a proximidade cultural entre “o homem que é repórter, o homem que é notícia e o homem que é destinatário da informação” torna a objetividade uma meta utópica no trabalho da imprensa. Ainda segundo o autor, mesmo conhecendo esta contradição, tanto os profissionais da mídia quanto os leitores acreditam poder atingir a objetividade. Esta crença é o que fundamenta “o pacto de confiança que a imprensa mantém com a sociedade”.

Tal ponto de vista é compartilhado por Charaudeau (2006:59), que a esta objetividade sem condicionais chama “grau zero da informação”. Para ele, apenas as informações puramente factuais, “àquelas que se encontram nas páginas de anúncios dos jornais”, o anúncio da temperatura em um ponto da cidade ou do placar de uma partida esportiva, estariam isentas “de todo implícito e de todo valor de crença”⁷³. E acrescenta um aspecto até agora não explorado quando afirma que

“no que concerne às informações de caráter explicativo, essas também não podem pretender uma espécie de grau zero, que implicaria a pretensão de ser a única explicação válida” (CHARAUDEAU, 2006:59)

Afirmar a falácia da objetividade absoluta não supõe interromper sua busca. O jornalismo que de tão comprometido com o leitor restringisse sua cobertura ao relato de matérias “grau zero”, pelo simples fato de que estas lhe ofereceriam maior objetividade, estaria se afastando de sua função primordial. Antes, ao contrário, precisamente pelo envolvimento com o cidadão e pelo trabalho que desenvolve para que este possa exercer seu direito à informação, os veículos de comunicação sabem que é igualmente honesto buscar em todos os assuntos o grau mais elevado possível de objetividade. Conforme salienta Bucci (2000:93),

“o jornalismo não existe para dar a temperatura de uma avenida, ou o placar das partidas do campeonato paulista, ou a cotação das ações. Ele não foi inventado para isso, embora

⁷³ Para Bucci, “o anúncio pelo rádio de que no momento preciso a temperatura na Avenida Paulista, em São Paulo, é de 26 graus, é estritamente objetivo. E se basta. Da mesma forma, dizer que o placar de um jogo é zero a zero também é uma informação objetiva. E também se basta” (BUCCI, 2000:93)

também faça isso. Ele existe para pôr as idéias em confronto, para realizar o debate público.” (BUCCI, 2000:93)

Deve-se ainda considerar que, em muitos casos, as informações sobre os fatos chegam aos repórteres por meio de entrevistas, testemunhos e impressões. Este recurso, ao mesmo tempo em que possibilita ao repórter relatar aquilo que não tenha presenciado, exige do profissional uma reinterpretação, adicionando um elemento no que vínhamos considerando até o momento: além de ser uma atividade interpretativa, também é próprio do jornalismo basear, em muitas ocasiões, seus relatos em interpretações de terceiros.

- ***O jornalismo tem uma dimensão comercial***

Apesar de importantes, a linha editorial, a periodicidade, a abrangência e o caráter interpretativo dos atores envolvidos na produção das mensagens não são os únicos elementos que explicam as diferenças entre os conteúdos dos veículos de comunicação. Segundo Contreras, a estes princípios editoriais – que darão ao veículo uma determinada visão do mundo – soma-se seu caráter comercial.

Desde quando passou a ser adotada em veículos de comunicação, a prática da gestão empresarial, além de inaugurar o período de profissionalismo na imprensa, acarretou uma série de obrigações comerciais. A pontualidade, antes uma necessidade da própria natureza da informação que rapidamente se tornava obsoleta dada a dinâmica dos fatos, passou a ser vista como diferencial estratégico de negócio. Cumprir ou não o horário de chegada nos pontos de venda passou a significar alguns leitores a mais ou a menos e conseqüentemente um incremento ou decréscimo nas receitas comerciais. Se, por um lado, a exigência do horário contribuiu para o melhor atendimento dos seus consumidores – que se resguardavam dos atrasos e interrupções na periodicidade da publicação –, por outro passou a ser considerada vilã. Isso porque, para cumprirem os prazos, os meios de comunicação tiveram de, em alguma medida, abdicar do rigor na apuração, dando margem à publicação de dados incorretos por carência de verificação. Nesta lógica, a conquista de leitores também passou a ser regida não apenas pela qualidade editorial, mas por outros artifícios que a comprometiam.

Por se tratar de um assunto complexo, que envolve diversos aspectos de abordagem, nos fixaremos naquelas características comerciais que mais diretamente podem influenciar no tipo de linguagem utilizada.

Conforme dito em parágrafos anteriores, o tempo disponível para apuração da edição é um deles. Desde que é incorporada à pauta até o momento em que é impressa e distribuída, a notícia cumpre um longo e complexo itinerário, de modo que os atrasos ocorridos em qualquer uma das etapas internas da redação farão ressentir as seguintes, na impressão e na logística de entrega. Tendo em vista as dimensões do Brasil, esta última segue uma detalhada programação e assume um papel fundamental no conjunto do processo.

A velocidade faz parte da dinâmica das redações. Em publicações diárias⁷⁴, o repórter normalmente executa mais de uma pauta⁷⁵ por edição. Este era o caso da *Gazeta Mercantil* em sua editoria de Meio Ambiente. Em 1992, a seção era composta por um número reduzido de profissionais e, de acordo com Fagá, possuía uma estrutura como a de qualquer outra do jornal. “Não tão equipada como a de Finanças, que era o carro-chefe da *Gazeta*, ou de Indústria, mas era uma editoria com Editor, Secretário de Editoria e Repórteres”.

O fato explica, em parte, o acúmulo de funções e a necessidade de um mesmo jornalista assinar mais de uma reportagem. As ocorrências são registradas ao longo de todo o ano, mas se evidenciam durante a cobertura da ECO-92. Naquela ocasião, contando com praticamente a mesma equipe⁷⁶, o número de páginas dedicadas diariamente à Conferência do Rio de Janeiro subiu de uma para três ou quatro, dependendo do volume de material recolhido pelos profissionais naquele dia.

⁷⁴ Daremos maior ênfase a este tipo de publicação por ser a categoria onde se encaixa a *Gazeta Mercantil*.

⁷⁵ Em muitas ocasiões não se trata de pautas diferentes, mas de uma mesma desmembrada em diversas retrancas, que exige do repórter um trabalho maior de apuração. O fenômeno foi recentemente agravado em função do enxugamento das redações. O mercado da comunicação iniciou a década atual em meio a uma profunda crise financeira, originada dos investimentos realizados pelos principais grupos do setor em novos negócios, como telefonia celular (Grupo Estado), televisão por assinatura (Grupo Abril e Globo) e internet (Grupo Folha), sem o retorno esperado. A situação foi agravada com o estouro da bolha dos portais de informação, setor que vinha atraindo – por conta dos altos salários – grandes demandas de jornalistas migrados de veículos impressos. Por conta da crise generalizada nos anos imediatamente seguintes à crise da internet, os jornais e revistas não reabsorveram esses profissionais.

⁷⁶ Segundo Francisca Fagá, alguns jornalistas de outras editorias auxiliaram na cobertura do evento.

Com base nessas informações, utilizamos um trecho de Charaudeau para contrastar as condições consideradas ideais para o trabalho da imprensa e a prática cotidiana da profissão.

“O tratamento é a maneira de fazer, o modo pelo qual o sujeito informador decide transpor em linguagem (e também iconicamente, caso possa recorrer à imagem) os fatos selecionados, em função do alvo predeterminado, com o efeito que escolheu produzir. Neste processo está em jogo a inteligibilidade da informação transmitida, e, como não há inteligibilidade em si, esta depende de escolhas discursivas efetuadas pelo sujeito informador. Ora, toda escolha se caracteriza por aquilo que se retém ou despreza; a escolha põe em evidência certos fatos deixando outros à sombra. **A cada momento o informador deve perguntar-se não se é fiel, objetivo ou transparente, mas que efeito lhe parece produzir tal maneira de tratar a informação e, concomitantemente, que efeito produziria uma outra maneira, e ainda uma outra, antes de proceder a uma escolha definitiva**”. (CHARAUDEAU, 2006:38)

Enquanto o autor reforça a importância da reflexão sobre os termos utilizados para descrever situações e pessoas – pois isso terá um efeito sobre o leitor –, a pressa característica do trabalho das redações muitas vezes impossibilita tais ponderações, diminui as possibilidades de checagem de informação e aumenta a probabilidade de equívocos. Ao final, respeita-se o cronograma, mas se desampara o leitor, as fontes e os personagens envolvidos no fato relatado⁷⁷.

Mesmo diante disso, não se trata de afirmar que todos os veículos de comunicação trabalhem desta maneira, uma vez que a própria dimensão e as possibilidades deste mercado não admitem generalizações de nenhum tipo. Espera-se indicar algumas de suas limitações e discorrer brevemente sobre como elas podem influenciar no conteúdo da publicação. Não se trata tampouco de escusar os profissionais da comunicação da responsabilidade pelos danos que venham causar a terceiros por conta de informações equivocadamente publicadas por falta de verificação. O que se deseja é acrescentar outros elementos aos debates sobre o papel da imprensa e, de certa forma, levar a cabo

⁷⁷ O exemplo que se tornou caso de estudo nas faculdades de Comunicação foi o da Escola Base, ocorrido em março de 1992. A partir de denúncias infundadas de pais de alunos matriculados na referida instituição e das declarações de um delegado de polícia que acabara de receber o caso, os jornais publicaram graves acusações sobre os donos do colégio. Ao longo da investigação, sem provas concretas de nenhum tipo, os envolvidos foram inocentados. A retratação da imprensa, contudo, foi bem mais discreta. Ainda hoje os donos passam por privações. Segundo Bucci, “eles constituem o mais eloquente exemplo de assassinato de reputação da década de 90 no Brasil”.

neste trabalho uma análise de discurso que seja a mais honesta possível: antes de apontar a utilização de expressões de maior ou menor impacto ou de determinados tipos de fontes é necessário compreender e considerar também o contexto em que foram produzidas.

Além da necessidade de cumprir prazos há outras questões de ordem prática que incidem sobre a definição dos termos (verbos, adjetivos, advérbios, entre outros) utilizados pelos repórteres e editores em seus relatos. Uma delas é a necessidade de adequar títulos, legendas e matérias ao número de caracteres estabelecido de antemão pelo diagramador. Com raras exceções, a montagem das páginas do jornal é uma das primeiras tarefas executadas na cadeia produtiva. Ela antecede a apuração da notícia, favorecendo, assim, a estética recomendada pelo projeto gráfico da publicação, mas fixando um tamanho determinado e exigindo cortes ou acréscimos nos textos originalmente preparados pelos repórteres. Produz-se, portanto, uma espécie de inversão: a regra do tamanho prevalece sobre a do conteúdo. Agora é a idéia que tem de se adaptar ao espaço estabelecido previamente pelo diagramador, e não o contrário.

Neste processo, é comum que haja substituições de termos e, por exemplo, para não comprometer demasiadamente o texto enviado pelo repórter ao editor, recorre-se a palavras menores: “declara” é alterado para “diz”, “porque” é convertido em “pois”. Esteticamente as trocas serão inofensivas, mas, do ponto de vista semântico, são capazes de modificar, em maior ou menor grau, todo o valor da sentença.

Em outras ocasiões a substituição de termos ocorre para evitar repetições excessivas de uma mesma palavra. Exemplo claro é o que acontece com grande frequência em relação aos verbos *dicendi* que, mesmo possuindo escalas semânticas diversas, são traduzidos, na prática e na pressa do fechamento, indistintamente como “dizem” ou “declaram”, dando-lhes o tratamento de sinônimos.

Embora tenhamos apresentado tais ressalvas sobre o trabalho da imprensa, não pretendemos reduzir a questão da utilização precipitada de termos a um fenômeno resultante unicamente dos aspectos comerciais presentes na produção da notícia. Apenas procuramos evidenciar o fato de que as necessidades de ordem prática, desprovidas de qualquer intenção ideológica ou manipulatória, definem, em algumas ocasiões e

principalmente durante o fechamento das edições diárias, as palavras e expressões empregadas para a construção de um discurso. Apesar disso, este aspecto da produção jornalística estaria incompleto se não viesse a considerar os casos em que há intencionalidade de ação, em que as palavras são utilizadas propositadamente e em função de uma finalidade específica.

Em processo similar ao que acaba de ser relatado, as fontes de informação – aquelas que defenderão um determinado ponto de vista ou narrarão ao jornalista algo que presenciaram – e o tratamento a elas dispensado também se ressentem da agilidade da apuração praticada pela imprensa. O fator tempo, além de impedir uma aprofundada reflexão sobre os pesos semânticos das palavras e os efeitos que estas causarão nos leitores, ainda abrevia as possibilidades de reunir em uma mesma matéria todas as fontes pretendidas pelo repórter. Dessa maneira, matérias produzidas apenas com base em fontes disponíveis no momento, as que puderam se manifestar durante o tempo disponível para o fechamento, traz consigo o superficialismo e, por vezes, a negligência.

É significativa, nos jornais diários, a ocorrência de matérias que trazem observações como “procurado pela redação, o interessado não se pronunciou até o fechamento desta edição”. E é a eficácia da utilização desse expediente que merece ser avaliada. Ao optar pela publicação da frase e não por aguardar o pronunciamento das partes faltantes – o que poderia dar maiores subsídios ao leitor no momento em que este formula uma opinião sobre o acontecimento –, o veículo estabelece a relevância do fato como justificativa para sua publicação. Depara-se, então, com mais uma das contradições da mídia. Se, por um lado, o direito à informação é utilizado como argumento favorável à publicação do fato, por outro, o desejo desenfreado de servir ao leitor – que, além disso, pode esconder uma real intenção de noticiar antes que os concorrentes – esbarra em limites éticos: agindo assim, acredita-se estar defendendo o leitor, mesmo que isto signifique colocar em jogo a reputação de uma fonte⁷⁸. Ao final, o desejo da matéria publicada com exclusividade, chamada no jargão jornalístico de “furo de reportagem”, transforma-se em um desserviço também àqueles que consomem a informação⁷⁹.

⁷⁸ A Escola Base poderia, novamente, ser citada como exemplo.

⁷⁹ Sobre o “furo de reportagem”, julgamos importante considerar a licitude dessa corrida, desde que esteja fundada nos padrões e nos limites da ética jornalística. Quando se pauta por esses valores, o afã pela novidade é uma manifestação da função social do agente de imprensa: procurar pela informação, ir ao seu encontro e não esperar que ela chegue semipronta, como chegará, por certo, a todas as demais redações. É

No caso da cobertura sobre meio ambiente – objeto desse estudo –, sendo a *Gazeta Mercantil* o único jornal econômico a ter, na época, uma editoria específica para este assunto, faz supor que de maneira quase obrigatória a maior parte dos assuntos tratados possuía exclusividade. O “furo”, portanto, não tinha a pretensão de diferenciar a própria editoria, mas sim o jornal como um todo, pois o pioneirismo incidia positivamente sobre a imagem coletiva da publicação⁸⁰.

Outro aspecto das condições de produção capaz de alterar a qualidade dispensada no tratamento das fontes é o canal utilizado para a realização das entrevistas. Justificando-se pela falta de tempo para a apuração e amparados pelos avanços tecnológicos disponíveis atualmente, os jornalistas alteraram a dinâmica da apuração. Antes, sem telefone ou acesso ao correio eletrônico, a rua era o principal local de trabalho do repórter. Muitas pautas surgiam dessa interação direta com os acontecimentos do cotidiano, e a investigação, característica do trabalho jornalístico, demandava maior esforço e maior talento dos profissionais da imprensa. Atualmente, munidos de tais facilidades, os repórteres podem apurar e redigir um texto sem a necessidade de ausentar-se da redação. Sem subtrair a importância de tais meios e a contribuição que trouxeram, o fato é que a internet, o telefone e outros deixam de ser utilizados como ferramenta auxiliar e passam a condicionar o trabalho da imprensa. Impessoais e limitadas, essas vias de aproximação com as fontes reduzem as possibilidades de interações e as oportunidades de encontrar, ao longo das conversas, assuntos não

todo o contrário do comodismo profissional e do superficialismo na cobertura citados anteriormente, já que o repórter investiga aquilo que ainda não é notícia, mas que, por ser de interesse público, deve chegar ao conhecimento dos cidadãos, seus leitores. Por outro, o risco de cair no extremo oposto é constante. O interesse público pode facilmente dar lugar aos interesses particulares do próprio repórter ou da empresa que representa. O “furo” pelo “furo”, o “furo” pela notoriedade, o “furo” em favor dos números de circulação podem ser a origem de equívocos e precipitações que, em certas ocasiões, não admitem um caminho de volta. Para conquistar uma posição dianteira em relação à concorrência, publica-se a matéria – pelo receio de perder a exclusividade – sem checagem das informações, sem contar com todas as fontes necessárias.

⁸⁰ Recordamos que a própria editoria de Meio Ambiente foi criada a partir de um furo de reportagem (vide Capítulo 2, item 2.3. Segundo Fagá, as matérias atingiam boa repercussão entre os empresários e a seção não era vista como secundária ou de menor importância. Um episódio marcante na trajetória editorial foi a interrupção das atividades do Pólo de Cubatão. Em entrevista, recordou que, “na época, os ambientalistas conseguiram, por meio de uma decisão judicial, fazer com que a Represa Billings deixasse de produzir energia para o local. Nós sabíamos o que isso significaria para as indústrias que estavam instaladas na cidade e fomos para lá. A matéria foi manchete do jornal e ficou conhecida como ‘o dia em que Cubatão parou’. Eu me lembro que o [João Paulo] Capobianco, que na época era o presidente do SOS Mata Atlântica, falou que quando viu aquilo sentiu que o mundo ia cair sobre o ombro dele. A cobertura era algo que realmente tinha impacto na vida das empresas, na economia do país.”

previstos originalmente pela pauta, porém mais relevantes do ponto de vista jornalístico⁸¹.

Além da superficialidade, outro fenômeno que atinge as fontes de informação é o da homogeneização. Com os entrevistados ocorre o que Contreras definia – em trecho já utilizado nas páginas iniciais deste trabalho – como a “capacidade dos meios de comunicação para legitimar pessoas, instituições, atitudes e comportamentos”. Os veículos buscam, na sociedade, personalidades capacitadas e com suficiente autoridade para servir-lhes de fontes em assuntos específicos. A legitimação desses nomes é fruto de um processo contínuo e circular: quanto mais a imprensa recorre a determinados especialistas, mais estes ganham notoriedade tanto da sociedade como entre seus pares; e quanto maior notoriedade nesses âmbitos, mais interesse despertarão nos profissionais da imprensa. Não há, neste caso, um critério objetivo – além da autoridade que possui – que justifique, por exemplo, a escolha de um médico, de um educador, de um cientista, de um cineasta ou de um advogado como fonte “obrigatória”, quando há outros tantos igualmente capacitados.

O *profissionalismo*⁸² das fontes, resultado da contratação de assessorias de imprensa – particulares ou coletivas –, contribui para o agravamento da recorrência de fontes. Se por um lado as assessorias facilitam o trabalho das redações (os *releases* divulgados por elas são cada vez mais completos), por outro torna a mídia mais propensa à padronização, já que este material normalmente não é divulgado com exclusividade, mas sim a um grande número de veículos. Segundo Chaparro (1994:69), as assessorias de imprensa formam hoje redes de grande porte e enorme poder de influência nos sistemas e processos jornalísticos.

“Estão nas entidades representativas de segmentos sociais, profissionais, ideológicos, culturais e religiosos. (...) Enfim, atuam em todas as fontes detentoras de informação, opiniões e

⁸¹ Cabe aqui uma ressalva: as entrevistas por telefone ou e-mail são, em alguns casos, estabelecidas como condição pela própria fonte; em outros, a conversa, devido à distância física entre aquele que pergunta e aquele que responde, só pode ser viabilizada por meio de telefone ou troca de mensagens eletrônicas. O que se procura questionar aqui são as inversões justificadas apenas pelo pouco empenho das equipes de reportagem ou pelo enxugamento das redações. Contando com menos profissionais para preencher o mesmo número de páginas diariamente, os veículos não deixam outra alternativa senão sujeitar-se a este estilo de trabalho.

⁸² O termo é emprestado de Chaparro (1994:69)

explicações que interessam à sociedade – por quem a imprensa anda atrás dia e noite”. (CHAPARRO, 1994:69)

Outra agravante à homogeneização é a visão concorrencial que se infiltra negativamente no cotidiano das redações, corroborando a idéia de que, no cotidiano do trabalho da imprensa, “jornalista pauta jornalista”. Não é raro notar nas redações que a qualidade da edição é avaliada no dia seguinte, quando então se verificam os assuntos publicados pelos demais veículos e se compara as abordagens realizadas por um e outro: o trabalho do pauteiro e da reportagem começa pela leitura da concorrência e, assim, nada mais natural que a pasteurização do noticiário e, como um apêndice dela, a repetição de fontes.

De todas as contradições presentes na dinâmica interna da imprensa, Charaudeau (2006:93) aponta com uma das mais importantes aquela que mostra, de um lado, a necessidade em manter sua credibilidade⁸³ e, de outro, o empenho que coloca para atrair um maior número de leitores. Em princípio, a articulação entre os dois interesses pode ser amistosa, sem que acarrete prejuízos para a qualidade editorial. Na prática, no entanto, os conflitos de interesses ocorrem quando o conteúdo é colocado a serviço dos negócios, transformando-o de maneira a atrair o grande público.

⁸³ A credibilidade jornalística está fundamentada no pacto invisível que este mantém com o público: enquanto os veículos se comprometem em relatar os acontecimentos com a maior objetividade possível, os leitores, ao optarem por determinada publicação excluindo outras centenas, manifestam a confiança de que aquela é capaz de levar a cabo a missão de comunicar com fidelidade o ocorrido, sem falsificações de nenhuma ordem. Charaudeau nomeia este pacto de *contrato comunicacional*, uma espécie de acordo prévio entre as partes envolvidas no processo e de reconhecimento das condições de realização da troca linguageira. Para que o pacto se consolide, também é necessário que haja independência em relação à esfera comercial e aos anunciantes. Bucci (2000:67) considera que a nova organização do mercado da comunicação, baseada na aquisição de empresas informativas por grupos atuantes na área do entretenimento, pode desgastar o zelo nutrido pela separação entre editorial e comercial. Com palavras do autor, no passado, “a independência editorial se confundia com a independência da própria empresa (...) [mas], à medida que o entretenimento passou a englobar o negócio jornalístico, a configuração do negócio se alterou”. Agora, aqueles que antes se dedicavam apenas à produção de informação passam a produzir entretenimento, e vice-versa. Em alguns casos, a primeira deixa de ser prioridade porque deve ceder espaço ao segundo. Assim, quando o conteúdo perde sua posição prioritária para atender a interesses particulares – de anunciantes ou da própria direção do grupo –, estará este veículo mais propenso a fazer uso de recursos para tornar o conteúdo mais interessante, mais atraente e mais vendável. Neste processo, o leitor também muda de *status*, deixando seu posto de cidadão com direito à informação para se tornar um simples consumidor. Bucci certifica a existência dessa relação amistosa quando afirma que, “no mundo editorial, a credibilidade gera lucro. Se o público valoriza a independência, é preciso entregar independência ao público. A credibilidade vende. A longo prazo, nada dá mais certo do que isso. Numa sociedade em que a informação jornalística, além de um direito do cidadão, circula também como mercadoria, seria ingenuidade supor que a credibilidade não fosse um fator de lucro.” (BUCCI, 2000:73)

“Na tensão entre os pólos de credibilidade e de captação, quanto mais as mídias tendem para o primeiro, cujas exigências são as da austeridade racionalizante, menos tocam o grande público; quanto mais tendem para a captação, cujas exigências são as da imaginação dramatizante, menos credíveis serão” (CHARAUDEAU,2006:93)

O sensacionalismo é uma das maneiras de nutrir a imaginação dramatizante do grande público de que fala o autor. Contreras descreve essa tendência como a atenção das mídias voltada para “aquilo que o povo quer ler, pois contém emoção, intriga, interesse humano, atinge os famosos, suscita emoção”. É, pois, uma maneira de envolver o público e atrair quantidades de leitores não propriamente pelos bons atributos de seu conteúdo, mas pela ênfase que dá àquilo que desperta a curiosidade humana, que revolve o imaginário e que, ao mesmo tempo, não demanda uma reflexão aprofundada. Em noticiários dessa natureza cabem os relatos minuciosos sobre crimes e assassinatos, o grotesco, as imagens que causam repulsa, mas, ao mesmo tempo, fascínio. Segundo Bucci,

“saciam curiosidades perversas e até mórbidas, tirando sua matéria-prima do drama de cidadãos humildes que aparecem nas delegacias como suspeitos de pequenos crimes. As taras sexuais dos miseráveis são transformadas no prato do dia nos banquetes do sensacionalismo; as mortes trágicas viram *show*; as traições conjugais se transformam em comédia chula dos programas de auditório” (BUCCI, 2000:156)

Em casos como este, nem sempre se pode dar aos leitores tudo o que lhes pode agradar. Cabe aos veículos, pois, diferenciar o que é de interesse público daquilo que é interesse *do* público e, com base nesse critério, desenvolver as ações em relação ao seu conteúdo.

Contreras (2004:60) resume assim a necessidade de reportar assuntos relevantes à vida do leitor, que exijam certa reflexão e sejam algo mais que um despejar de emoções.

“A atividade jornalística deve combinar os valores noticiosos (...) de modo que se possa chegar à síntese de fazer interessante o importante. Ou seja, apresentar aqueles aspectos que se consideram de maior transcendência, de um modo que seja atrativo para o leitor” (CONTRERAS, 2004:60)

Consideramos que não apenas os assuntos ditos “popularescos” estão propensos a servir ao sensacionalismo. Aproximando-nos do nosso objeto de estudo, consideramos que até mesmo o meio ambiente dispõe de elementos dramatizantes, aspecto que tem sido

explorado pela imprensa, principalmente em textos que projetam o futuro catastrófico reservado ao planeta e às próximas gerações. O discurso utilizado nestes casos dá margem ao medo, ao assombro, muitas vezes, sem que isto esteja fundamentado em dados concretos. O mesmo ocorre com as matérias sobre o sacrifício de animais que, narradas com forte carga de emoção, comovem o leitor, que se sentirá impelido a aderir à causa da preservação.

Estendendo essa questão para a *Gazeta Mercantil*, não pretendemos, neste momento, realizar uma análise sobre o seu discurso e inferir conclusões a este respeito. Aqui, analisamos apenas o aspecto comercial que poderia levar a publicação a um desvio de sua qualidade editorial. Pela trajetória do jornal descrita em capítulos anteriores, não seria equivocado afirmar que a credibilidade foi desde o início de sua fase profissional considerada o maior patrimônio da empresa. Além disso, ocupando a posição de líder no segmento de economia e negócios, o jornal não necessitaria recorrer à dramatização na cobertura para atrair leitores até em função de seu público, formado por empresários e homens e mulheres de negócios.

3.2 | Definição do objeto de estudo: a constituição do *corpus*

A escolha do jornal *Gazeta Mercantil* como objeto de análise foi justificada em linhas gerais no capítulo de introdução deste trabalho. Passamos agora a descrevê-la mais detalhadamente.

Antes mesmo de considerar aspectos mais específicos sobre o tema que procurávamos abordar, o primeiro critério de seleção foi estabelecido por questões de ordem prática. Para poder ter acesso aos arquivos e aos jornalistas envolvidos no processo de produção, o veículo deveria ter sede na cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, a preferência era conferida àqueles que, apesar de produzidos localmente, possuísem abrangência nacional. Dessa maneira, a análise não se restringiria a uma realidade aplicável apenas a uma região, ampliando a pertinência deste estudo. Apesar da restrição territorial, o universo de análise continuava amplo, já que muitos dos grupos de comunicação dedicados à mídia impressa estão localizados na capital paulista.

Como a primeira motivação deste estudo era verificar como a mídia construiu a relação entre *desenvolvimento econômico e preservação ambiental*, a princípio parecia-nos não haver inconveniente em analisar as matérias veiculadas em publicações de interesse geral. Posteriormente, tal possibilidade foi descartada quando verificado que o aspecto econômico poderia estar mais diluído nesse tipo de publicação, representando um fator de dificuldade para a análise. Pela leitura desses materiais, observou-se que os textos sobre meio ambiente eram mais facilmente encontrados nas editorias de assuntos *nacionais e internacionais* – dependendo do local de ocorrência do fato – e de *ciências* do que propriamente na seção de *economia*. Supomos que algo diferente não deveria ocorrer no início da década de 70, quando os debates eram mais incipientes.

Restava-nos, portanto, as publicações segmentadas, que poderiam ser focadas em economia ou em ecologia. Dessa vez, o histórico dos títulos presentes em cada um deles foi decisivo. As poucas publicações especializadas em meio ambiente são bastante recentes, o que não possibilitaria a comparação entre os dois períodos pretendidos. Este mesmo critério foi aplicado para os meios especializados em economia. Alguns já existiam em 1972, mas foram descontinuados tempos depois, não chegando a 1992. Outros, ao contrário, eram editados em 1992, mas não vinte anos antes. A *Gazeta Mercantil* era um dos títulos presentes tanto em um quanto em outro⁸⁴.

Em 1972, embora o aspecto comercial continuasse sendo o principal foco da publicação, a *Gazeta Mercantil* iniciava a profissionalização de seus procedimentos editoriais. Havia já neste período uma equipe de reportagem e edição, além de um projeto traçado para sua reforma gráfica e de conteúdo. Apesar da ausência de um conteúdo sólido, o jornal já possuía um público cativo, sendo adquirido por empresários de diversos setores interessados em índices e informações comerciais brutas. Quando passou a veicular um número maior de matérias analíticas e reportagens mais elaboradas, a *Gazeta Mercantil* já possuía, portanto, certa estabilidade editorial e rapidamente se constituiu como principal fonte de informações econômicas e porta-voz dos anseios de empresários extremamente satisfeitos com os índices brasileiros de crescimento econômico. Sua posição de liderança no segmento foi consolidada nas décadas seguintes, vindo a perdê-la após a crise administrativa e financeira do final dos anos 1990.

⁸⁴ Assim como a *Gazeta*, a revista *Exame*, o *Diário do Comércio e da Indústria (DCI)*

A opção pelo veículo também considerou seu pioneirismo na cobertura dos assuntos relacionados ao meio ambiente, tendo sido, como já afirmamos, o primeiro a criar uma editoria específica e manter uma equipe própria para tratar do tema. Acreditamos que essa característica revela muito sobre a postura da publicação, o que, por si só, justificaria sua eleição.

As situações enfrentadas pela *Gazeta Mercantil* nos últimos dez anos também motivaram a escolha. No momento em que apresentamos a proposta desta pesquisa, o jornal ainda não havia superado a já mencionada crise financeira e negociava a venda de sua marca⁸⁵. Trata-se, portanto, de um propósito histórico, já que este trabalho resgataria a trajetória de um veículo fundamental para a história da imprensa brasileira, mas ameaçado pela falência.

3.2.1 | Fases de seleção do *corpus* da pesquisa

Definido o objeto de investigação, iniciamos a fase de captação de dados e definição do *corpus* da pesquisa. Naquele momento, a *Gazeta Mercantil*, em função da ameaça de falência, iniciara a transferência de sua sede de Santo Amaro, bairro da zona sul da cidade de São Paulo, para o Itaim. A mudança exigiu um período de adaptação não só da redação, como também dos outros departamentos. O Centro de Documentação, por exemplo, responsável pelo arquivamento das edições do jornal e pela manutenção da história da *Gazeta Mercantil*, estabeleceu-se em um pequeno sobrado próximo ao edifício ocupado pela redação⁸⁶. Devido às trocas de endereço – que viria a se repetir por mais de uma vez –, fomos informados de que não seria possível realizar ali as pesquisas que pretendíamos.

Diante disso, procuramos outros arquivos que pudessem guardar exemplares mais antigos da publicação, como a Biblioteca Mário de Andrade, o Arquivo do Estado e a

⁸⁵ Em 2003, foi oficializada a compra da publicação pelo empresário Nelson Tanure, o mesmo que anos antes havia adquirido o Grupo JB, no Rio de Janeiro, e a licença para editar no Brasil a revista *Forbes*. Atualmente, as publicações, juntamente com a Editora Peixes e a emissora de televisão CNT, todas de propriedade de Tanure, formam o Grupo CBM (Companhia Brasileira de Mídia).

⁸⁶ Durante os meses que passei em pesquisa no local, era notável a falta de condições para manter um trabalho daquele tipo. O arquivo não possui equipamentos para controle de temperatura e de umidade. Em diversas ocasiões, percebia a tristeza de seus profissionais ao encontrarem uma encadernação danificada pelas más condições de armazenamento.

Biblioteca Nacional, mas em todos eles o material arquivado referente ao ano de 1972 não era completo e nem todas as edições existentes estavam disponíveis para pesquisa.

Como nossa intenção era verificar todas as edições dos dois anos selecionados – uma maneira de diminuir o risco de privilegiar algum período no qual a cobertura tenha sido mais ou menos constante –, voltamos a fazer, meses depois, contato com Centro de Documentação da *Gazeta Mercantil* e, desta vez, o acesso nos foi liberado.

Ali edições estão organizadas em encadernações mensais e, por serem exemplares únicos, não é permitido fotocopiar as páginas. Por isso, no início da pesquisa os textos de interesse eram fotografados em câmera digital, transferidos para o computador e impressos. Este procedimento mostrou-se logo ineficaz, uma vez que comprometia a qualidade da leitura em matérias mais longas. Ao mesmo tempo, julgávamos necessário seguir obtendo as matérias diagramadas, já que os elementos gráficos também poderiam ser incluídos na análise. A máquina fotográfica foi, então, substituída por um *scanner* manual, mas apenas parte da dificuldade estava sanada. Muitos dos textos que poderiam interessar a este estudo estavam localizados em áreas próximas às lombadas das encadernações e, dependendo da espessura do material, não era possível captá-la integralmente com a nova ferramenta. Para esses casos – e para outras peças que julgamos carecer de qualidade gráfica –, o texto foi transferido para um arquivo em *word*.

Como as edições estão organizadas em encadernações mensais, a análise se restringiria a 24 volumes: 12 de 1972 e outras 12 de 1992. No primeiro período estudado, o volume de material era relativamente pequeno e as matérias que tratavam da temática ambiental, além de poucas, estavam espalhadas pela edição, sem uma seção ou páginas determinadas. Isso exigia, portanto, a verificação em todas as páginas do periódico, mas, após algum tempo de pesquisa, era possível notar maior ocorrência de textos sobre o tema em editoriais, na coluna *Atualidades* e na última página (em forma de matéria especial).

Já em 1992, a quantidade material era comparativamente superior, pois a publicação destinava uma página diária ao assunto. Cada edição trazia, portanto, cerca de seis retrancas (entre matérias de abertura de página – mais elaboradas – e notas breves).

Durante os dias da ECO-92, por exemplo, o jornal publicava cerca de três páginas sobre meio ambiente, aumentando significativamente o número de textos publicados.

Primeiro filtro: os gêneros

Em razão do grande volume de material publicado pela *Gazeta Mercantil* sobre o meio ambiente em 1992, houve necessidade de, já nesta etapa, elaborar critérios de seleção. O primeiro deles foi o dos gêneros, já que a questão ambiental era tratada pelas diversas modalidades possíveis a um jornal diário: editorial, colunas assinadas por especialistas convidados pelo jornal ou traduzidas, coluna assinada por jornalistas do próprio veículo, reportagens assinadas ou não, reportagens traduzidas e charges.

Como a intenção era verificar especificamente qual era o discurso construído pelo próprio jornal para retratar a relação entre economia e meio ambiente, descartamos as produções ali impressas que não refletiam, necessariamente, sua maneira de pensar: artigos/matérias traduzidas de publicações estrangeiras e colunas assinadas por especialistas foram, dessa forma, eliminados logo na primeira seleção. A única exceção foi aberta às matérias que tinham agências internacionais de notícias como fonte, mas que pela assinatura conjunta (*Gazeta Mercantil/UPI*, por exemplo) davam a entender que um repórter do jornal estava envolvido em sua produção.

A exclusão das matérias produzidas internacionalmente poderia ser questionada, já que sua análise constituiria um contraponto enriquecedor, possibilitando verificar se há alguma contradição entre o discurso apresentado nas reportagens produzidas pela *Gazeta Mercantil* e o discurso apresentado nas matérias traduzidas que ela reproduz. No entanto, retomamos aqui o que foi dito anteriormente acerca dos critérios para elaboração dos filtros desta primeira etapa de seleção do *corpus* da pesquisa: esta pesquisa concentra-se apenas no discurso do próprio veículo, procurando verificar as contradições e coerências presentes dentro de seus próprios enunciados.

Descartamos também as charges por entender que se tratava de um gênero com diversas especificidades e cuja análise exigiria um conhecimento prévio de que não dispúnhamos.

Segundo filtro: os conteúdos e a abrangência

O seguinte passo determinou a aplicação de filtros em função do conteúdo das matérias. Uma vez que o objetivo desta pesquisa era enfatizar como os conceitos de *desenvolvimento econômico* e *preservação ambiental* estiveram relacionados na cobertura realizada pela *Gazeta Mercantil* e mais especificamente nas matérias sobre as tratativas entre os países, foram selecionadas apenas os textos que possuíam, já em seus títulos, tal enfoque. A abrangência também foi considerada e, dessa maneira ficariam excluídas as matérias sobre as realidades internacionais que não mencionassem o Brasil.

Para efeitos metodológicos, estipulou-se denominar os textos selecionados como *Política Internacional*, formando uma espécie de categoria dentro da cobertura da *Gazeta Mercantil* e organizar seus dados identificadores em uma planilha de *excel*, com os seguintes campos: mês e dia de veiculação, título, tipo (editorial, artigo, reportagem, nota), página. E ainda com um campo destinado a observações gerais como, por exemplo, se havia recebido destaque com chamada de capa. O resultado foi: 25 matérias em 1972 e 77 matérias em 1992.

Neste levantamento preliminar nos arquivos da publicação foi possível detectar outras oito principais categorias de matérias que, apesar de não terem sido selecionadas neste estudo, foram listadas abaixo e poderão ser analisadas com maior aprofundamento em futuras pesquisas. São elas:

- Ações privadas positivas: matérias sobre a conduta positiva da iniciativa privada em prol do meio ambiente
- Ações privadas negativas: matérias que relatavam condutas empresariais prejudiciais ao meio ambiente
- Políticas públicas: matérias sobre ações do Estado favoráveis ao meio ambiente
- Custos com despoluição: matérias sobre os investimentos necessários para conter a poluição
- Ganhos com despoluição: matérias sobre quanto uma empresa pode economizar assim que deixa de poluir ou a partir do reaproveitamento de materiais
- Fiscalização: matérias sobre a ação de órgãos e as sanções aplicadas a empresas públicas e privadas
- Estudos sobre o meio ambiente: matérias com previsões apresentadas por ONGs, ativistas e órgãos públicos competentes

Com base nos dados acima, recordamos que esta pesquisa representa apenas uma visão parcial da cobertura realizada pela *Gazeta Mercantil* nos dois períodos estudados⁸⁷. A constatação é reforçada pelo depoimento concedido pela editora da seção em 1992, Francisca Fagá. Segundo ela, as questões políticas internacionais não foram o principal foco do jornal durante o período de existência da editoria.

“Logicamente a orientação editorial da *Gazeta* passava por questões políticas, mas não era este o foco principal da cobertura. Esses dilemas apareciam nos casos concretos, de maneira subjacente. Era raro entrevistar o Ministro das Relações Exteriores para saber qual era a posição do Brasil, o que achava dos países ricos... Não tínhamos estrutura tão grande e tínhamos de fazer escolhas. E a escolha do jornal foi outra”.

A veiculação de um número significativo de matérias voltadas às relações entre os países em 1972 e 1992, portanto, pode ser explicada pelos encontros internacionais realizadas nos anos em questão. O fato de reunirem chefes de Estado, autoridades e

⁸⁷ Como resultado do levantamento preliminar, as matérias publicadas em 1972 foram classificadas, de acordo com seus títulos, nas categorias e percentuais apresentados abaixo:

Política Internacional	56%
Políticas públicas	36%
Ações privadas negativas	4%
Financiamento	4%

As categorias estabelecidas para 1972 mostraram-se insuficientes para classificar as matérias publicadas em 1992, comprovando o aumento da complexidade dos temas tratados pela publicação em relação ao meio ambiente. Neste ano, as categorias e os percentuais foram:

Ações privadas positivas	29%
Política Internacional	18%
Fiscalização	16%
Políticas públicas	14%
Financiamento	8%
Ações privadas negativas	5%
Estudos sobre o meio ambiente	5%
Custos com despoluição	4%
Ganhos com despoluição	1%

Verifica-se que, em 1972, 56% das matérias sobre meio ambiente tratavam basicamente do embate sobre quem é responsável pela poluição e os papéis dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Vinte anos depois, fica clara a mudança de orientação do jornal: os temas abordados são mais variados, com destaque para as ocorrências de matérias que mostram os esforços de empresas para conter a devastação ambiental. No entanto, os esforços internacionais para chegar a um consenso sobre as medidas e atitudes para minimizar a destruição do meio ambiente aparecem em segundo lugar, com 18%.

representantes de órgãos competentes demonstra a natureza das Conferências de Estocolmo e do Rio de Janeiro: intercâmbio de experiências entre as diversas nações participantes e a promoção do diálogo que aponte melhorias nas relações internacionais em termos ambientais.

Presume-se também que tanto a uma quanto outra tenha sido os acontecimentos sobre meio ambiente mais importantes nos dois períodos. Por isso, é razoável supor que a mídia tenha feito uma cobertura mais aprofundada – principalmente em 1992, quando já era maior a consciência sobre a importância do encontro e das decisões ali tomadas –, antes, durante e após as Conferências. Este fator, aliado ao acesso facilitado a autoridades e chefes de Estado justifica a predominância de textos sobre experiências no combate à poluição, por exemplo, e a preocupação e interesses de diversas nações para que medidas implantadas regionalmente com êxito sejam adotadas em escala mundial.

Terceiro filtro: escolha aleatória

O último passo foi a seleção aleatória, tendo em vista a proporcionalidade entre o número de textos veiculados ao longo dos dois anos. Como o número encontrado em 1992 (77) era aproximadamente o triplo de 1972 (25), mantivemos essa mesma proporção e finalizamos a constituição do corpus com 10 matérias de 1972 e 30 matérias de 1992, uma amostra considerada suficientemente grande para fornecer dados “generalizáveis” sobre a cobertura realizada pela *Gazeta Mercantil* sobre meio ambiente dentro de sua categoria de *Políticas Internacionais*.

Ao longo do processo de definição do *corpus* da pesquisa, algumas limitações de ordem metodológica se fizeram notar. Em primeiro lugar, verificou-se que, ao assumir as tarefas próprias exigidas pela análise de discurso, o pesquisador coloca-se em uma posição similar a de um leitor. Conforme apontamos anteriormente, os efeitos que as mensagens podem causar aos receptores não seguem regras e, em diversas ocasiões – conforme lembra Charaudeau em citações utilizadas em outros capítulos –, diferem até mesmo dos efeitos pretendidos pelo emissor.

Para o resultado final da análise, isso implica uma série de conseqüências. Assim como para o leitor, o grau de compreensão atingido pelo pesquisador está condicionado pelas suas disposições interiores – conhecimentos prévios a respeito do assunto, afinidade

com o tema, entre outros. Em decorrência disso, um mesmo texto pode causar diferentes impressões naquele que lê com o intuito de analisar e naquele que lê para buscar informar-se. Não é possível afirmar, portanto, que as impressões descritas a respeito dos textos publicados pela *Gazeta Mercantil* foram igualmente percebidas pelos leitores da publicação ou até mesmo por outros pesquisadores que se dedicarão ou se dedicarão ao tema.

Há que considerar ainda que as matérias analisadas encontram-se fora de seu contexto original. Com uma página diária para tratar de assuntos relacionados ao meio ambiente, a matéria selecionada no *corpus* e analisa neste trabalho não necessariamente era a única que tratava sobre o tema naquela edição, já que havia suficiente espaço para que a *Gazeta Mercantil* a desmembrasse diversas retrancas. A prática é comum no jornalismo: estrutura-se a matéria principal – e, por isso, maior – para que introduza o tema de maneira ampla e utiliza-se sub-retrancas para aprofundar em pontos específicos, trazendo, por exemplo, o ponto de vista de uma das partes envolvidas. Obter este panorama não foi possível devido ao método escolhido.

De acordo com Verón (1974:12), o contexto é que definirá, entre outras coisas, o tamanho do artigo, sua posição relativa dentro de uma seção, o tipo de título que levará, seu tom, tornando-se especialmente importante porque,

“certas propriedades dos textos (...) estão determinados por sua inserção no contexto do semanário considerado em seu conjunto (...) Um artigo se constitui tendo em conta sua inserção em um lugar definido do número” (VERÓN, 1974:12).

A questão do contexto pode ser entendida não apenas em seu aspecto físico como também temporal. Os cenários nos quais se desenrolam os acontecimentos tratados são distintos e, em certa medida, influenciam o contexto das matérias publicadas nos dois períodos. Confrontá-los diretamente não seria o melhor modo de executar a análise proposta, já que se exigiria de um período aquilo que não seria razoável esperar. Acreditamos que este fator tenha sido minimizado pela retomada histórica realizada nos primeiros capítulos dessa pesquisa, os quais tiveram por principal objetivo mostrar a evolução ocorrida tanto nos debates sobre o meio ambiente quanto na qualidade editorial da *Gazeta Mercantil*.

Da mesma forma, teríamos de nos despojar a mentalidade e os parâmetros que existem atualmente para meio ambiente e jornalismo econômico, trinta e cinco anos depois da primeira época analisada. Mas há neste distanciamento temporal algo também positivo. É possível, por exemplo, verificar quais das previsões sobre o futuro do planeta e da humanidade antes traçadas se cumpriram ou não, detectando, assim, exageros e alarmismos.

3.3 | A análise do *corpus*

Após a definição das 40 matérias, seguimos à última etapa da pesquisa. Com o intuito de facilitar a captação dos elementos textuais que seriam posteriormente comparados e aprofundados, foi estruturada uma tabela de dados, a qual se denominou *Ficha de Análise*. A versão completa encontra-se nos Anexos. Aqui, para efeitos didáticos, ela foi desmembrada e assim, isoladamente, cada parte terá seu objetivo justificado.

Identificação

Título da matéria		
data	gênero	autor

A *Ficha de Análise* é iniciada pelo quadro de identificação da matéria. Nele constam o título, data e gênero do texto, além de seu ator. Enquanto os dois primeiros dados cumprem, nesta pesquisa, uma função exclusivamente de referência, os dois últimos podem ser considerados diferenciais. Isso porque em função do gênero (editorial, artigo, reportagem) será possível avaliar a pertinência de determinados enunciados e expressões utilizadas.

A inclusão de um espaço para menção da autoria visa, sobretudo, identificar os textos cujas informações provêm exclusivamente da apuração realizada pela *Gazeta Mercantil*. Nesses casos, são enviadas principalmente por agências internacionais de notícias. Este dado pode, à primeira vista, parecer de menor importância no conjunto da pesquisa, mas auxiliará nas reflexões sobre as fontes, uma vez que a publicação reproduz as falas que lhe são transmitidas de antemão.

Fontes

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)			
Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)

As informações publicadas por um veículo de comunicação se sustentam por meio de declarações. Por mais que o jornalista descreva os acontecimentos, espera-se que haja alguém externo⁸⁸ ao discurso da publicação que confirme a veracidade dos fatos. Ou seja, o repórter pode noticiar o anúncio do novo pacote econômico por parte do governo federal, mas maior credibilidade terá quando empregar declarações, neste caso do próprio Presidente da República ou do Ministro da Economia. Com isso, o leitor tem a impressão de maior proximidade ao fato, sentindo-se mais participante daquele acontecimento. Além disso, entende que, pelo fato de ter recebido voz no jornal, o entrevistado goza de credibilidade para falar sobre o tema. Segundo Charaudeau, “funciona estrategicamente como um discurso de prova”. A escolha das fontes é, portanto, outro elemento que pode revelar muito a respeito do discurso construído por um meio de comunicação, já que é o próprio veículo quem as elege e lhes dá voz. Mesmo que as declarações dos entrevistados tenham chegado à redação pela intermediação das agências de notícias ou das assessorias de imprensa, é o meio quem decide utilizá-las ou não⁸⁹.

As *fontes de informação* foram objeto de análise no segundo campo da Ficha. Por se tratar de uma conceituação mais abrangente – as fontes não são entendidas aqui apenas como as pessoas que têm seu ponto de vista publicado pelo jornal, mas todas as mencionadas ao longo do texto –, o termo *Fontes* empregado no título do campo em questão aparece acompanhado da palavra *Atores*.

⁸⁸ O conceito de “externalidade” do discurso é emprestado de Maingueneau. Em termos lingüísticos, o autor atenta para a ruptura discursiva introduzida pelas citações, afirmando que elas representam um segundo discurso dentro do original, do discurso próprio do veículo de comunicação. Pode-se falar, então, de um discurso citante e um discurso citado, relacionados entre si, mas, ao mesmo tempo, afastados, que deixa claro que o momento da fala do entrevistado não é o mesmo da sua reprodução. As aspas com que se inicia e se finaliza o discurso citado designam, nas palavras de Maingueneau, “a linha de demarcação que uma formação discursiva estabelece entre ela e o seu ‘exterior’”.

⁸⁹ Atualmente, em relação às fontes, há uma tendência da mídia em percorrer o caminho inverso. Em diversas ocasiões, o veículo e o jornalista possuem uma tese pronta e buscam o entrevistado para ratificá-la. É neste sentido que Charaudeau afirma que a mídia é quem impõe o ponto de vista através do qual o tema será tratado, relegando aos convidados, quem quer que seja, a papéis de coadjuvantes. Não há, no entanto, como avaliar a presença dessa característica pelo método de análise que propomos.

O levantamento das fontes e atores presentes permitiu apurar a frequência de utilização e detectar desigualdades no tratamento de cada uma delas. A começar pelo tipo de citação, o veículo pode, mesmo inconscientemente, privilegiar determinado ponto de vista, já que o discurso direto é considerado mais eficaz e direto na comunicação com o leitor.

A pretensão de examinar as diferentes formas utilizadas para a reprodução das citações – discurso direto, indireto ou misto⁹⁰ – fez necessário o emprego de algumas marcações específicas⁹¹ na Ficha de Análise. São elas:

- Fontes/atores ouvidos (O): foram assim classificados aqueles que foram tiveram suas declarações reproduzidas em discurso direto.

Apesar das divergências entre os teóricos⁹², é tido como mais fiel à declaração original do entrevistado, uma vez que está isento da intervenção interpretativa do jornalista. É de senso comum que sua utilização agrega, por isso, maior credibilidade ao veículo e ao assunto tratado. A eliminação da figura intermediária do profissional da imprensa também é bem avaliada no âmbito da recepção da mensagem: a sensação é de que as palavras colocadas entre aspas ganham em atualidade se comparadas ao discurso indireto e o leitor, aparentemente livre de qualquer distorção, sente-se mais perto do entrevistado temporal e fisicamente.

⁹⁰ O discurso misto e as outras variações não serão considerados neste trabalho.

⁹¹ Ao lado do nome de cada fonte, foi acrescentada uma letra que sinaliza o tipo de tratamento dado àquele determinado.

⁹² Para Maingueneau (1997:85), por exemplo, o discurso direto não pode ser considerado o mais fiel à literalidade às palavras do enunciador, já que o mais correto seria compreendê-lo como “uma espécie de teatralização de uma enunciação anterior e não uma similitude absoluta”. Segundo ele, portanto, o discurso direto não pode ser entendido nem como mais nem como menos fiel ao discurso indireto, pois “são duas estratégias diferentes empregadas para relatar uma enunciação”. Ou, conforme a complementação de Charaudeau, “trata-se apenas de uma encenação visando criar um efeito de autenticidade: eis as palavras exatas que foram ditas, parece dizer o enunciador. O discurso direto caracteriza-se com efeito pelo fato de supostamente indicar as próprias palavras do enunciador citado”. A total objetividade do discurso direto pode ainda ser questionada pelo fato de ser um trecho destacado de um contexto mais amplo, de uma declaração global, sendo submetido a uma seleção guiada por critérios mais ou menos objetivos. O fato é o jornalista destacou determinado fragmento como poderia também ter destaque outro que julgou igualmente pertinente. Sobre este aspecto é possível questionar-se se a utilização de termos e trechos entre aspas são simplesmente reproduzidos pelo veículo ou se, ao mesmo tempo, transmitem, de alguma maneira uma idéia de acordo ou desacordo.

Além da impressão de fidelidade ao discurso original, o discurso direto transfere a responsabilidade pelo conteúdo da citação inteiramente ao seu declarante, eximindo aquele que o cita do comprometimento que isto pode supor. Aplicando este artifício a esfera da comunicação midiática, Maingueneau (1997:91) menciona um desejo do jornalista em “proteger-se antecipadamente de uma crítica do leitor, que, supostamente, esperará um distanciamento frente à determinada palavra”.

Há casos em que as citações são consideradas tão significantes para o conjunto do texto que se transformam em títulos de matérias ou manchetes de capa. Neste caso, nota-se o aspecto seletivo implicado, já que de diversas declarações, o jornalista opta por ressaltar uma, retirando-a de seu contexto e dando margens a um grande número de interpretação no momento da recepção da mensagem. Esta maneira peculiar de tratar a citação pode ser feita sem menção do autor da declaração – que, segundo Escribano (2001:22), é um método eficaz para manter a atenção do receptor, que terá de continuar a leitura do texto caso queira saber quem é o declarante – ou com menção do autor da declaração. Neste último, revela-se a identidade do declarante e torna-se, dessa maneira, o título mais completo, mas, por outro lado, o acréscimo do verbo *dicendi*, normalmente utilizado como conectivo entre o final da citação e o nome do autor, pode dar um peso maior ou menor para a frase. Assim, a matéria pode mostrar-se tendenciosa logo pelo título⁹³.

- **Fontes/atores citados (C):** foram assim classificados aqueles que tiveram suas declarações reproduzidas em discurso indireto. É, ao contrário do discurso direto, visto como mais propenso a distorções, justamente devido à intervenção dos jornalistas. Além disso, dificulta que a situação da enunciação inicial seja reconstruída pelo leitor.

Segundo Escribano (2001:28), quando se serve dessa fórmula, o jornalista sabe que “deve transmitir as palavras do autor das declarações, mas também tem de fazer-se porta-voz da força do não-dito, ou seja, de suas intenções. É aí que pode introduzir-se um traço de subjetividade, já que não se trata apenas de informar o que foi dito, mas também interpretar a intenção que se oculta por trás dos termos”. A partir da citação original, o profissional da imprensa pode selecionar, de uma gama de sinônimos, o termo que pareça melhor se enquadrar, inserindo, dessa forma, valores.

⁹³ As observações sobre o título não serão, no entanto, tratadas no quadro *Fontes/Atores*, mas sim em *Outras observações*, o último campo da Ficha de Análise.

- **Fontes/atores mencionados (M):** foram assim classificados aqueles apenas mencionados na matéria, sem ter suas declarações reproduzidas, como no exemplo “o presidente George Bush não assinou o documento”.

Neste primeiro item do quadro *Fontes/Atores*, as personalidades aparecem com seus próprios nomes, independentemente da maneira como são tratadas ao longo do texto. Para abranger as designações complementares, foi aberto o item *Outras Denominações*, que refletem o tipo de relação mantido pelo jornal em relação às fontes e eventuais diferenças de tratamentos. Pode-se, dessa maneira, imprimir ao relato uma imagem de familiaridade ou de maior distanciamento, com formalidade ou informalidade. Por vezes, os termos empregados para denominar os autores das declarações utilizadas pelos veículos de comunicação podem se servir da ironia, como modo de colocar em jogo a atuação do declarante. Seria este o caso da frase “nosso querido presidente declarou que...”⁹⁴

O levantamento dos dois primeiros itens permitiu identificar as fontes mais utilizadas, classificando-as⁹⁵ ainda em:

- **eleitos:** são os representantes de uma entidade política. Normalmente utilizam uma linguagem simples, mas inacessível para o cidadão de base⁹⁶.

- **especialistas:** são considerados assim os representantes do saber, pronunciando-se fora do campo do poder, livre de pressões de instituições.

⁹⁴ Apesar de não entrarmos em tais detalhamentos, lembramos que Charaudeau percebe, na mídia, o emprego de seis modos de denominação mais frequentes: pelo nome da pessoa (Fulano de Tal) ou da instituição; com marcas de deferência (o senhor Fulano de Tal); de maneira direta (o governo) ou indireta (o Palácio do Planalto, os poderes públicos); pelo título de uma pessoa (o presidente); pelo status ou função (o perito, o especialista, o relator); denominação vaga: quando se trata de preservar o anonimato das fontes com expressões do tipo “de fonte bem informada”, “de meios autorizados”, “a oposição” ou construções indefinidas “dizem que”, “algumas pessoas pensam que”.

⁹⁵ Mais uma vez, utilizamos as categorias e definições propostas por Charaudeau.

⁹⁶ Na *Gazeta Mercantil*, esta dificuldade estaria superada devido ao perfil diferenciado de seu leitor médio. Sobre isso Charaudeau (2006:192) afirma que ao ouvir as fontes “eleitas”, “as mídias se encontram em uma situação contraditória: ou convidam os políticos para falar, mas então devem tentar destrinchar o jargão que eles usam (o que nem sempre acontece), senão se tornam cúmplices, ou não concedem mais a palavra aos políticos e, nesse caso, só podem tratar o espaço da democracia política através de comentários”

- **cidadãos:** normalmente são assim denominados os cidadãos comuns. Aparecem menos do que os políticos e especialistas e, por vezes, como vítima/reivindicador ou testemunha. Neste estudo, o termo será ajustado à realidade de seu objeto de estudo, ou seja, a *Gazeta Mercantil*. Serão denominados cidadãos todos aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Os empresários, por exemplo, serão tratados como “cidadãos”.

De acordo com Charaudeau (2006:52), esta classificação das fontes segundo o papel que ocupam no espaço público é um dos critérios utilizados pela mídia para selecionar seus entrevistados. Tendo em vista o grande número de pessoas que poderiam ser ouvidas, “a identidade do declarante e o valor do seu dito” torna-se fundamental⁹⁷. No entanto, aos veículos apresenta-se um dilema: dar a palavra aos notáveis corresponde a mostrar-se como organismo da informação institucional ao passo que dar a palavra aos anônimos corresponde a mostrar-se como organismo da informação cidadã ou mesmo popular. No primeiro caso, as mídias podem ser consideradas sérias, mas ao mesmo tempo podem ser consideradas suspeitas; no segundo caso, as mídias apresentam-se como a imagem da democracia, mas também podem ser acusadas de demagogia (CHARAUDEAU, 2006:168)

Por vezes, na tentativa de proteger uma fonte ou por outras decisões editoriais, os veículos podem optar por não identificá-las ou ainda recorrer a locuções que coletivizem o autor da ação. Utilizam-se, para isso de expressões como “segundo fontes bem informadas”, “no governo se diz que”, e outras afins.

Charaudeau (2006:149) enxerga nestas situações um risco à credibilidade do veículo e coloca em dúvida se ele está cumprindo realmente seu dever de informar ao afirmar que a possibilidade de um efeito reverso, como “o risco de prejudicar a instância de informação se o receptor quiser saber de onde vem a informação sem obter resposta”. Uma identificação vaga, anônima ou indireta, pode levantar, segundo o autor, suspeita por parte do leitor sobre a veracidade da informação publicada.

⁹⁷ O crédito que se pode dar a uma informação depende, em grande medida, conforme afirma Charaudeau (2006:52), “da posição social do informador, do papel que ele desempenha na situação de troca, de sua representatividade para com o grupo de que é porta-voz, quanto do grau de engajamento que manifesta com relação à informação transmitida”.

Atitude da fonte

Quando os meios de comunicação se servem das falas de terceiros, normalmente criam dois grupos de entrevistados: aqueles que dão a primeira palavra na elucidação de um determinado fato, opinam sobre ele ou projetam o seu desenrolar; e aqueles que servirão como contraponto a este primeiro pronunciamento. Seria possível dizer que enquanto as primeiras fontes agem, as segundas reagem, criando, assim, uma sensação de diálogo. (CHARAUDEAU, 2006:55)

A forma empregada na construção desse colóquio pode revelar traços presentes no discurso do veículo. Nem sempre, por exemplo, dá-se voz a todos os envolvidos, privilegiando apenas um ponto de vista. Esta abordagem tendenciosa também se esconde, por vezes, em aparência de uma cobertura desinteressada e pode vir manifestado da disparidade de espaço destinado a um e a outro entrevistado, ou mesmo na maneira de nomeá-lo. De acordo com Charaudeau, quando se trata de assuntos controversos – como julgamos ser o caso do meio ambiente –, não reagir seria dar a entender que não se tem nada a ver com o fato, o que é redibitório para um responsável político. Isso explica o porquê das mídias não terem nenhuma dificuldade em veicular reações. A reação-declaração consiste em emitir um julgamento que pode ser uma opinião pessoal ou oficial (favorável ou desfavorável), em fazer uma confissão ou uma denúncia, se for o caso. Ela pode converter-se num miniacontecimento associado ao precedente, e acabar por suplantá-lo. (CHARAUDEAU, 2006:55)

Ação da fonte

O objetivo do último item deste quadro é avaliar a utilização de verbos e locuções que precedem as citações das fontes. Citando Charolles, Maingueneau declara que excetuando *dizer*, aparentemente neutro, os demais verbos veiculam diversos tipos de pressupostos. Segundo Charolles, “alguns incidem sobre o valor de verdade do enunciado citado: neste plano, desvelar ou revelar opõe-se a pensar; sobre a posição cronológica (replacar, repetir, concluir); sobre o ponto de vista atribuído ao enunciador, face ao que diz (reconhecer, confessar); sobre uma hierarquia (ordenar, suplicar)”.

Forças presentes

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)

O terceiro quadro da Ficha de Análise teve por finalidade descobrir as forças presentes nas matérias. Chamamos *forças* às entidades coletivas, que agem em favor de um grupo e enquadramos nesta categoria as instituições oficiais (a Organização das Nações Unidas, por exemplo), as instituições não-governamentais (Associação de ONG...), conjunto de países, assim constituído por disposição geográfica, histórica ou econômica (países desenvolvidos, subdesenvolvidos, países do Cone Sul, Comunidade Européia...) entre outros.

Assim como no quadro anterior, no item *Nome*, padronizou-se utilizar o nome oficial da entidade e, quando assim necessário, a sigla identificadora entre parênteses. Em alguns casos, como no de *países desenvolvidos* e *países em desenvolvimento*, adotou-se uma padronização aleatória. Isso porque, sem um termo mais ou menos correto para identificá-los, o jornal utiliza diversas expressões como sinônimas (países ricos, países do Norte, países industrializados, países do Primeiro Mundo...). Dentre essas opções para nomeá-los como bloco, verificou-se que *países desenvolvidos* e *países em desenvolvimento* eram as que possuíam maior grau de isenção ideológica.

No item *Outras atribuições* foram listadas as demais denominações recebidas pelas instituições ao longo das matérias. No conjunto, foi possível perceber a recorrência de certas formas de tratamento, mais ou menos freqüentes ou tendenciosas. Do confronto entre estes dados e os recolhidos no campo *Ações* (este último com os mesmos objetivos do de mesmo nome utilizado no quadro *Fontes/Atores*), examinou-se qual era a “imagem” que o jornal projetava a respeito de determinada entidade. O resultado – imagem “positiva” (representada pelo sinal “+”), “negativa” (representada pelo sinal “-”) ou “indiferente” (representadas por +/-, quando não é possível verificar qualificativos) – foi reunido no item *Imagem*.

Palavras e Expressões

PALAVRAS E EXPRESSÕES	
Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Intensidade/ adjetivação	

A utilização de termos com significação ampla para esclarecer acontecimentos igualmente complexos é uma prática comumente empregada pelos meios de comunicação. O conceito de “globalização” talvez seja o mais emblemático para os dias atuais, sendo utilizado como uma espécie de curinga para explicar os fenômenos mundiais, desde o aumento nos níveis de desemprego até o agravamento do conflito entre os povos.

A mídia é, em parte, responsável pela perda da profundidade dessas noções-chave. Excetuando a imprensa especializada que pode pressupor um conhecimento prévio por parte de seu leitor, as publicações de interesse geral, ao destacar os assuntos dos círculos acadêmicos – âmbito de origem da maioria desses termos – para fazê-los chegar à população, devem transmitir, da maneira mais inteligível possível, os conceitos neles implicados. Trata-se de um natural processo de simplificação da linguagem. Chamamos *natural* porque não é sequer razoável que o mesmo vocabulário e jargões técnicos sejam utilizados para falar ao público leigo.

Essa realidade, no entanto, está ladeada por duas forças opostas: a primeira é a necessidade de se fazer compreensível ao público-leitor e, sem poupar palavras – já que não há dados prévios nem parâmetros de comparação – realizar uma explicação o mais detalhada possível. Mesclando elementos das dinâmicas comercial e pós-moderna da comunicação, a segunda força vê o leitor como um sujeito sob o influxo constante de novas informações, sem tempo para consumir tudo o que lhe chega. Por isso, o tamanho das notícias diminui, as mensagens assumem um caráter telegráfico, sem que haja espaço para explicações extensas. Recorre-se às simplificações dos conceitos, que se tornam mais propensos aos esvaziamentos de sentido, sem que o leitor note a inconsistência da informação. Em última análise, os próprios profissionais da mídia são vítimas do superficialismo conceitual, pois nem mesmo eles conhecem seu real significado dos conceitos que utilizam.

O meio ambiente tem sido um palco favorável para a multiplicação desse fenômeno. Até 1992, por exemplo, poucas eram as pessoas conscientes da importância da

biodiversidade ou ainda de que este conceito poderia ser especialmente aplicado ao Brasil, pela quantidade de espécies da fauna e da flora que reunia em seu território. A ECO-92 abriu o debate em torno ao tema e a mídia o introduziu ao cotidiano dos brasileiros que, mesmo sem conhecimentos exatos, passaram a opinar sobre a questão.

No mesmo período, outros tantos termos foram incorporados ao vocabulário do público leigo. *Sustentabilidade*, *efeito estufa*, *biomassa* e *aquecimento global* são apenas alguns deles. Da mesma maneira que já mencionamos em relação à *globalização*, estas noções parecem ser suficientes para explicar ocorrências de diversas ordens: um dia de calor em pleno inverno é facilmente explicado pelo *aquecimento global*, assim como qualquer ação em prol da natureza é classificada como *sustentável*.

Charaudeau (2006:15) afirma que, uma vez colocadas em moda, as palavras passam a funcionar como um emblema, criando uma ilusão de que têm um grande poder explicativo, quando, na verdade, o que domina muitas vezes é a confusão, isto é, a ausência de discriminação dos fenômenos, a falta de distinção entre os termos empregados, o déficit na explicação. Além disso, explica esta realidade midiática pelo fato de ser guiada, a todo o momento, por essas forças opostas.

“Se escolhe dirigir-se a um alvo constituído pelo maior número de receptores possível, deve basear-se no que chama de hipótese fraca sobre o grau de saber desse alvo e, logo, considerar que ele é pouco esclarecido. Mas como o que caracteriza ‘o maior número’ é uma heterogeneidade qualitativa, sendo constituído de pessoas diversamente esclarecidas, a informação será talvez ‘forte’ para alguns, que poderão considerar-se satisfeitos, mas será fraca para os demais (...) Como fazê-lo a não ser despertando o interesse e tocando a afetividade do destinatário da informação? A não ser distribuindo no mundo inteiro as mesmas simplificações e os mesmos clichês?” (CHARAUDEAU, 2006)

O emprego de estereótipos e chavões, portanto, está relacionado ao teor do discurso adotado. O discurso científico, por exemplo, tem força argumentativa e parte do princípio que seu destinatário conhece o assunto de antemão, se interessa por ele e busca aprofundamento. Os termos técnicos, neste caso, são frequentes e cumprem sua função. Já o discurso de teor informativo é organizado levando-se em conta a dessimetria que existe entre o informador detentor do saber e o informado que se supõe

em estado de ignorância em relação a determinado assunto. No caso da *Gazeta Mercantil*, essa questão reserva elementos interessantes. O público-leitor do jornal é diferenciado, sendo formado por empresários, economistas, profissionais de negócios, políticos e outros presentes nas tomadas de decisão. São, portanto, leitores com muito conhecimento sobre temas econômicos, mas, ao mesmo tempo, desconhecem como as questões ambientais podem influenciar os seus negócios. Portanto, apesar de ser um veículo especializado, não poderia tratar a questão ambiental com os mesmos detalhes “técnicos” que imprimia às pautas de economia e negócios.

O primeiro campo do quarto quadro da Ficha de Análise será completado com os conceitos utilizados pelo jornal em suas matérias. O intuito é verificar, além do grau de complexidade dos termos adotados, a profundidade que é atribuída a cada noção.

O item *Busca transmitir idéia de* foi incluído para que aí estivessem listadas as palavras e expressões isoladas que, quando colocadas lado a lado e analisadas em conjunto pudessem revelar parte do não-dito pelo discurso do veículo, daquilo que é dito nas entrelinhas. A insistência na oposição entre as fontes, atores ou forças presentes nas matérias pelo uso constante de palavras como “conflito”, “divergências”, “combates”, “guerra” pode ser citada a título de exemplificação.

Neste espaço também se enquadram os possíveis sentimentos despertadas no leitor. De acordo com Charaudeau (2006:181), o comentador sabe que precisa ser credível, mas sabe também que nenhuma análise ou argumentação terá impacto se não despertar o interesse do consumidor de informação e se não tocar a sua afetividade.

“O comentário midiático corre o risco constante de produzir efeitos perversos de dramatização abusiva, de amálgama, de reação paranóica. Assim, a instância midiática procura, para compensar tais efeitos, multiplicar os pontos de vista e colocar num plano de igualdade os argumentos contrários. Talvez esteja aí a especificidade do comentário jornalístico: uma argumentação que, certamente, bloqueia a análise crítica, mas que, pela sua própria fragmentação, sua própria multiplicidade de pontos de vista, fornece elementos para que se construa uma verdade mediana. É uma atitude discursiva que aposta na responsabilidade do sujeito interpretante”.

Nas matérias jornalísticas estes sentimentos são reforçados pelas adjetivações, ironias, exageros, entre outros. Para que este aspecto também fosse abarcado, optamos por

adotar, neste quadro, campos flexíveis, já que nem todos esses elementos estão presentes em todas as matérias. Eles não aparecem na tabela quando não constam no texto.

Estrutura da matéria

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

As informações reunidas neste quadro basearam reflexões posteriores sobre a composição das matérias, para as quais a atenção esteve voltada em examinar o grau de apuração apresentado em cada texto. Um grande número de fontes ouvidas é o primeiro indício – ao menos aparente – do empenho realizado pelo profissional da mídia para o enriquecimento da cobertura. Por outro lado, a escassez de entrevistados indica que autor tenha optado por outras técnicas como, por exemplo, a transcrição e explicação de trechos de relatórios e interpretação das leis. Nestes casos, as matérias possuem um caráter mais didático, já que buscam “traduzir” algo mais denso, técnico e específico para uma linguagem acessível ao público leito a que se dirige.

Opiniões citadas/posicionamentos

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS		
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina

A partir dos dados reunidos neste sexto quadro da Ficha de Análise, avaliou-se o grau de adesão da publicação às declarações das fontes que ela mesma reproduz. O apoio é tratado como uma atitude psicológica da parte do veículo, que defende ou critica de maneira parcial as opiniões que reúne em suas páginas para corroborar o valor da verdade da informação que transmite. (CHARAUDEAU, 2006:54). Consideramos, adotando novamente a classificação de Charaudeau, três tipos de posicionamento por parte dos veículos de comunicação:

- **veículo não explicita seu engajamento:** deixa a impressão de que a verdade é exterior ao informador (veículo), ou seja, não depende dele para existir. Transmite, dessa maneira, neutralidade em relação ao assunto⁹⁸.

- **veículo explicita seu engajamento sob o modo da convicção,** afirmando a confiança que deposita em sua fonte. Normalmente vem antecipado por expressões como “estou convencido de que”, “estou certo de que”. No entanto, a verdade aponta para o próprio sujeito enunciador, tornando a convicção muito frágil.

- **veículo explicita seu engajamento, mas guarda certa distância,** expressando reserva, dúvida, hipótese, e mesmo suspeita. Isso ocorre frequentemente na mídia com o uso de expressões como “segundo...”, “de acordo com...”, “supõe-se que...”. De acordo com Charaudeau, “o valor da verdade da informação fica atenuado, mas a explicitação do posicionamento prudente do informador lhe confere crédito, o torna digno de fé, e permite considerar a informação como provisoriamente verdadeira, até prova em contrário”.

Posicionamento do jornal

JORNAL SE POSICIONA?

Além de deixar transparecer seu posicionamento quando aderem ou desaprovam as declarações de uma determinada fonte, os veículos de comunicação também podem revelar seu ponto de vista pelos comentários que, sem nenhuma declaração anterior fazem em relação aos acontecimentos. Enquanto o primeiro tipo – tratado no item anterior – realiza-se normalmente após um estímulo externo ao enunciado da publicação, o segundo possui um caráter ativo e são mais recorrentes em editoriais. Se nos casos abordados no quadro anterior, a separação entre uma declaração reproduzida em discurso indireto e uma afirmação formulada pelo jornalista é mais difícil de ser percebida, no segundo se pode identificar mais facilmente uma afirmação como emitida pelo próprio jornal.

⁹⁸ Charaudeau vê aí um tipo de posicionamento, já que a informação é dada como evidente, ou seja, não está aberta a contestações.

Por fim, as expressões que reforçam o ponto de vista adotado – qualificativos, hipérbolos, pronomes – serão reunidas neste espaço.

Idéia principal da matéria

IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA

Este campo foi incluído para ser um facilitador no momento do manuseio das fichas. Além disso, as matérias poderiam apresentar mais de uma idéia, mas uma poderia ser apontada como principal, que seria transcrita neste espaço.

Observações gerais

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

O último quadro da Ficha de Análise foi preenchido com informações relevantes para a análise que ainda não haviam sido contempladas nos anteriores, por exemplo, uma declaração entre aspas reproduzida em um título, a presença de imagens, gráficos ou ilustrações, entre outros.

3.4 | Considerações sobre os dados obtidos a partir da análise do *corpus*

Se com a introdução de informações na Ficha de Análise procurou-se destacar em cada matéria os elementos mais relevantes conforme a natureza e os objetivos desta pesquisa, a etapa que agora iniciamos tem o propósito de examiná-los com mais vagar e profundidade. Trata-se, portanto, da busca de uma leitura ampla, capaz de abarcar e relacionar a especificidade dos dados ali contidos e as bases teóricas lançadas até este ponto do trabalho.

Nesse sentido, merecem referência alguns dados quantitativos depreendidos durante o processo de seleção do objeto de estudo, em fases que antecederam a constituição do

corpus. Com isto, teremos a possibilidade de comparar numericamente a cobertura realizada pela *Gazeta Mercantil* em um intervalo de vinte anos.

O primeiro aspecto verificado foi o aumento no volume de matérias publicadas. Em 1972, foram veiculados 25 textos sobre o tema, sendo que, destes, três estavam localizados em editoriais⁹⁹. Vinte anos mais tarde, o número eleva-se para 77 e cinco, respectivamente.

As peculiaridades formais apresentadas pela *Gazeta Mercantil* nos períodos apreciados podem ser aqui apontadas como determinantes para tal diferença numérica. Já mencionamos, por exemplo, que, no início da década de 1970, o veículo entrava em sua fase de transição, superando, aos poucos, suas limitações editoriais. Procurava, assim, fortalecer sua equipe de reportagem e, conseqüentemente, a produção de matérias próprias, sem a necessidade de recorrer a fontes externas de informação (agências de notícias, por exemplo). O tema ambiental, assim como tantos outros até mais claramente relacionados à economia, não dispunha então de um espaço fixo e determinado¹⁰⁰, acomodando-se, se assim fosse de interesse do veículo, em outras editorias. Normalmente, o impacto ambiental era superficialmente mencionado na cobertura sobre o avanço industrial, recebendo, em algumas ocasiões, destaque como matéria especial ou em editoriais.

As diferenças resultantes do confronto entre o número médio de páginas do jornal no primeiro e no segundo período estudados também são relevantes¹⁰¹. As edições de 1972 possuíam aproximadamente 28 páginas, número que vinte anos depois saltou para 45, ampliando, conseqüentemente a cobertura realizada pelo veículo nas diversas áreas e possibilitando a entrada de novos temas e seções, como a de Meio Ambiente, criada em 1989. O simples acréscimo no volume de matérias, portanto, pode ser apontado como sinal da maturidade alcançada pela publicação em termos editorial e comercial. Editorial porque para fazer crescer o número de páginas é necessário conteúdo para preenchê-las

⁹⁹ Números registrados após a aplicação dos filtros descritos anteriormente.

¹⁰⁰ Também foi mencionado que, nesta época, as editorias começavam a ser organizadas como tal, para que os repórteres pudessem especializar-se em subsetores da Economia, como a Indústria, o Comércio, Finanças, entre outros. Meio Ambiente, no entanto, não existia.

¹⁰¹ As edições variavam de tamanho principalmente às sextas-feiras. Como o jornal não circulava aos finais de semana, o aumento no número de páginas dava-se pelo maior aprofundamento das matérias e pela inclusão de cadernos especiais.

e, para que isso ocorresse, seria imprescindível uma equipe suficientemente grande. Comercial porque, na maior parte dos casos, a quantidade de páginas está estreitamente atrelada à receita publicitária gerada pelo veículo, demonstrando que a *Gazeta Mercantil* já havia, em 1992, conquistado a adesão dos anunciantes.

No entanto, a afirmação de que o crescimento do número de matérias foi resultado da transformação editorial da publicação seria incompleta se não se considerasse o retrospecto histórico apresentado no primeiro capítulo deste trabalho. Sabe-se que a própria noção de Meio Ambiente foi sendo aprimorada ao longo dos anos e as graduais descobertas e inovações conceituais neste campo foram repassadas, também de maneira progressiva, à mídia e à sociedade. Na década de 1970, quando o tema começava a ser abordado pela *Gazeta Mercantil*, poucos eram os consensos entre os estudiosos e as certezas acerca do real impacto produzido pela exploração irresponsável da natureza à vida humana a médio e longo prazo.

A título de exemplificação do que vimos mostrando, a leitura das matérias selecionadas no *corpus* permite verificar que a própria idéia de poluição era ainda um tanto restrita, já que as formas mais conhecidas e comentadas eram a atmosférica e a aquática. As demais, como a poluição visual, eram ignoradas ou não eram tratadas como um problema, evidenciando a insipiência da cobertura e refletindo, em grande medida, a pouca sofisticação dos debates.

Passados vinte anos, as divergências entre os especialistas não haviam sido totalmente superadas e o comportamento do Meio Ambiente ante a ação humana permanecia – como permanece até os dias atuais – imprevisível. A diferença, porém, ocorreu em relação às informações técnicas disponíveis, às experiências acumuladas, ao número de atores sociais atraídos pelo tema e à quantidade de eventos organizados para debater as questões, ou seja, à complexidade instaurada. Assim, percebe-se que o discurso construído pelo jornal em cada período está relacionado não só ao aprimoramento de suas práticas internas, mas também aos avanços externos ocorridos na maneira de enfocar o tema.

O incremento na cobertura também pode estar relacionado ao fato de terem concentrado duas conferências mundiais sobre Meio Ambiente. Os eventos dessa ordem atraem os

órgãos de imprensa de maneira especial e estes, por sua vez, colocam o assunto em evidência durante o período de sua realização. No caso concreto do Meio Ambiente e da *Gazeta Mercantil*, é possível afirmar que os temas referentes às conferências monopolizaram o noticiário da publicação. Um levantamento do número de editoriais dedicados às conferências é uma das maneiras de medir a intensidade da atenção dada pelo jornal. Em 1972, dos cinco editoriais sobre Meio Ambiente, dois foram sobre a Conferência de Estocolmo. Em 1992, ano da ECO-92, dez são os editoriais publicados e sete remetem à reunião do Rio de Janeiro.

As apreciações realizadas até o momento estiveram fundamentadas nos dados recolhidos durante o processo de constituição do *corpus*. A partir de agora serão baseadas nas informações destacadas nas Fichas de Análise, ou seja, da leitura dos 40 textos selecionados. Os itens não seguirão necessariamente a ordem proposta pela Ficha.

3.4.1 | Fontes

O perfil editorial apresentado pela *Gazeta Mercantil* em 1972 trouxe implicações diretas na escolha das fontes para a composição das reportagens. Dos sete textos desse gênero analisados (os outros três que completavam o *corpus* eram editoriais), cinco foram assinados em parceria com agências internacionais de notícias¹⁰². Entendemos com isso que as informações chegavam à redação prioritariamente por esta via e que as informações eram manuseadas pela sua equipe de reportagem. A tendência dessa dinâmica é que o trabalho realizado na redação não se restrinja a uma simples tradução, já que, se este fosse o caso, a agência seria a única mencionada na assinatura.

O fato de terem sido geradas por terceiros permite afirmar que nem todas as fontes mencionadas são escolhidas pelo jornal, mas chegam pelas próprias agências de notícias. Apesar disso, uma vez que consideramos a publicação como participante ativa do processo e não como mera reprodutora das informações recebidas, reconhecemos que possui liberdade para suprimir ou destacar aquilo que julgue conveniente, incluir

¹⁰² Em todos os casos, a UPI.

outras fontes e repercutir a informação localmente, de acordo com o interesse do público a quem se dirige.

No caso das matérias selecionadas – considerando as barreiras técnicas existentes na época para realizar contatos no exterior e o tamanho da equipe da *Gazeta Mercantil* –, é significativa a probabilidade de que os depoimentos internacionais tenham chegado prontos e que, por este caminho, a publicação tenha conseguido veicular a opinião de alguns entrevistados estrangeiros. Tanto que as fontes internacionais, na amostragem de 1972, são utilizadas com maior frequência do que as nacionais: cinco contra três brasileiros.

Mesmo quando se tratavam de fontes nacionais, as circunstâncias em que foram citadas induzem a afirmar que não tenham sido procuradas pelo próprio jornal, mas que suas opiniões tenham também chegado à redação por meio das agências. O então ministro do Interior e representante brasileiro na Conferência de Estocolmo, Costa Cavalcanti, por exemplo, é mencionado em diversas reportagens, mas, em sua maioria, nas que fizeram parte da cobertura do encontro na capital sueca. Esse fator leva a crer que as “aspas” tenham sido aproveitadas do material das agências, mesmo processo adotado na matéria sobre a resposta do embaixador João Augusto de Araújo Castro dada ao jornal *New York Times*. A réplica foi, na realidade, a reprodução de trechos de discurso proferido pelo diplomata brasileiro em uma universidade norte-americana.

Fontes segundo *status*

A classificação das fontes segundo seu *status*, adotada por Charaudeau, serviu-nos de critério para verificar qual era o perfil predominante entre os entrevistados. Dos três tipos identificados pelo mencionado autor – as autoridades, os especialistas e os cidadãos (ver item 3.3) –, o primeiro foi o que prevaleceu tanto em 1972 quanto em 1992. O quadro a seguir traz os números que confirmam a predominância.

Tabela 1 – Fontes segundo *status* – por número de aparição

	Autoridades	Especialistas	Cidadãos¹⁰³
1972	12	6	0
1992*	27 (81)	4,6 (14)	0

Fonte: elaboração própria

* entre parênteses estão os números absolutos. Seguiu-se a proporcionalidade de 3 matérias de 1992 para uma de 1972.

O predomínio das *autoridades* é em parte justificado pela temática abordada, já que todos os textos analisados tratam das relações entre os países, ou seja, envolvem decisões tomadas em altos escalões dos governos e de entidades internacionais e, por isso, o natural é que se dê voz a esse tipo de fonte¹⁰⁴.

A opção pelos “notáveis” – outra denominação de Charaudeau para as autoridades – produziu dois principais efeitos sobre o conteúdo da publicação. Em primeiro lugar, imprimiu credibilidade ao jornal, já que não são todos os veículos que podem ter acesso a pessoas que ocupam cargos decisórios. Além disso, as fontes com esse perfil estão, em termos sociais, um nível acima da maioria dos leitores da *Gazeta Mercantil*, para os quais, muitas vezes, não importa o que pensam seus iguais, mas sim o que pensam aqueles cujas decisões impactarão seus negócios.

Por outro lado, se em 1972 a reprodução das citações de autoridades é realizada mais em função da necessidade estrutural do que propriamente por uma opção do veículo, em 1992 – possuindo uma equipe maior – é possível que tenha ocorrido em função de uma escolha editorial. Nas matérias que tratam da influência do meio ambiente nas relações econômicas entre os países, mais do que a prevalência de um determinado tipo de fonte, trata-se de uma quase exclusividade da visão governamental sobre o tema. Não se nota, por exemplo, a presença significativa de especialistas em meio ambiente ou mesmo dos

¹⁰³ Conforme foi explicado anteriormente, consideramos cidadãos os atores que não exercem influência direta sobre o assunto de que trata a matéria, mas sente suas conseqüências. A título de exemplificação citamos as entrevistas de rua com a população sobre uma determinada medida adotada pelo governo. No caso da *Gazeta Mercantil*, seria inadequado, de certa forma, denominar *cidadão* – aquele que sente os efeitos das medidas ambientais adotadas pelo governo – a seu público leitor. São considerados leigos no assunto, cujo ponto de vista não passa de uma opinião, enquanto as autoridades e os especialistas possuem conhecimento de causa.

¹⁰⁴ Pode-se considerar que a distribuição das fontes seguiu, em certa medida, a temática de sua abordagem: enquanto os especialistas emitem seus pareceres em matérias sobre estudos e inovações tecnológicas, os segundos aparecem nos textos que narram as práticas positivas realizadas pelas empresas em defesa do Meio Ambiente.

empresários – aqueles que de maneira mais direta sentirão os impactos das decisões tomadas nas esferas públicas. Das 30 matérias selecionadas do ano de 1992, apenas uma¹⁰⁵ (Ficha 27/92), ao abordar a questão da regulamentação para a exploração das florestas e para o corte de madeira, reconhece que as decisões ali colocadas terão impacto sobre o setor de papel e celulose, mas não chega a ouvir a opinião de algum de seus representantes.

Dessa forma, sem trazer os debates teóricos para o dia-a-dia das indústrias, não houve estímulo à participação do empresariado brasileiro nos assuntos que permeavam as relações internacionais de então. As metas traçadas para a diminuição na emissão de poluentes, para a implantação de práticas sustentáveis, para a preservação de espécies ameaçadas de extinção – entre outras – estabelecidas em documentos assinados por chefes de Estado, mesmo sendo veiculados pela publicação, permaneceram distantes da realidade prática do setor produtivo.

Tendo em vista a trajetória percorrida desde que uma decisão é acatada no âmbito internacional, até sua adequação às circunstâncias de cada país e implantação, é possível afirmar que esta lacuna criada entre a esfera governamental e o empresariado pode ser ainda mais ampliada. Isso porque, para sair do âmbito teórico e ganhar a prática local, tais resoluções eram transformadas em normativas e passavam a reger a sociedade como um todo, mas de maneira especial ao setor industrial, por ser o que normalmente executavam ações mais prejudiciais ao meio ambiente¹⁰⁶.

Esse movimento de continuidade não esteve evidenciado na cobertura realizada pela *Gazeta Mercantil*, já que não se buscou demonstrar que havia uma *causa* (a necessidade de preservar o meio ambiente plasmada em debates internacionais) e uma *conseqüência* (o estabelecimento de uma legislação local). Com o tratamento individual de cada um desses aspectos, o primeiro (necessidade de preservar o meio ambiente) tornou-se a principal causa das divergências entre os países e o segundo (a legislação local), por sua vez, passou a ser visto como a causa da aplicação de sanções. Assim, nos leva a crer que as determinações sobre a diminuição das emissões de poluentes, sobre a instalação de

¹⁰⁵ Trata-se da matéria *Países em desenvolvimento conquistam autonomia para exploração sustentável*, publicada na *Gazeta Mercantil* em 13 de junho de 1992. A empresa mencionada é Aracruz Celulose.

¹⁰⁶ Obviamente, nem todas as leis sobre meio ambiente nasceram de fora para dentro do Brasil. Muitas estiveram relacionadas a fatores locais.

filtros, sobre o tratamento dos efluentes, entre outros, não fossem recebidas como uma busca para melhorar o bem-estar da população do planeta, mas como algo apenas prejudicial ou um fator de dificuldade para o bom andamento dos negócios. Ampliando um pouco mais essa cadeia de raciocínio, as tratativas internacionais poderiam ser vistas como um “obstáculo futuro” para os negócios.

Esse afastamento traz conseqüências que merecem ser consideradas: embora esse estudo não se dedique a analisar o impacto das mensagens nos leitores – neste caso prioritariamente os empresários –, restringido-se aos efeitos pretendidos no momento da emissão, parte-se do princípio que o envolvimento do leitor é proporcional à sua identificação com o assunto tratado na matéria. Na imprensa, esse processo, por sua vez, é deflagrado principalmente quando os veículos de comunicação dão voz a um determinado grupo, que manifesta sua opinião até então desconhecida; outra maneira encontrada pela mídia para que o receptor identifique-se com os assuntos tratados particularizar um tema de interesse geral. No caso da *Gazeta Mercantil*, a ausência tanto de um quanto de outro elemento leva a entrever um maior grau de envolvimento do empresariado como as questões internacionais, fazendo com que, de certa maneira, esse grupo se sentisse eximido da responsabilidade em cumprir os objetivos firmados ou de sua parcela de culpa pela destruição do meio ambiente. Portanto, na medida em que não mostram as implicações diretas e concretas para os negócios, as matérias que abordam o papel das nações e suas posições preservacionistas ou desenvolvimentistas parecem não possuir relevância significativa para o setor industrial, sendo vistas como simples registros dos encontros e dos documentos assinados.

A homogeneidade no perfil das fontes leva, além disso, a privilegiar um determinado ponto de vista, fenômeno observado em grande parte dos textos analisados. Para desenvolver esse ponto, serão utilizadas as informações das tabelas apresentadas na seqüência.

Tabela 2 – Média de fontes por matéria

Ano	Total de matérias	Total de fontes	Média de fontes por matéria
1972	10	19	1,9
1992	30	96	3,2

Fonte: elaboração própria

Tabela 3 – Comparação entre fontes – segundo origem

Ano	Países desenv.	Países em desenvolv.	Organismos internacionais
1972	2	9	8
1992*	10,6 (32)	14,3 (43)	7 (21)

Fonte: elaboração própria

* entre parênteses estão os números absolutos. Seguiu-se a proporcionalidade de 3 matérias de 1992 para uma de 1972.

Os dados reunidos na Tabela 2 evidenciam a pequena quantidade de fontes ouvidas e citadas¹⁰⁷ em cada matéria. Em 1972, a média de entrevistados por matéria não chegava a dois, número que por si só demonstra a ausência de citações de todas as partes envolvidas e, conseqüentemente, para a concentração da cobertura em um único ponto de vista. Vinte anos depois, a média aumentou consideravelmente, passando a 3,2, ou seja, enriquecendo o conteúdo das matérias por meio das declarações de diferentes atores.

Mesmo assim, entende-se que a ausência de pontos de vista diversificados enfraqueceu a possibilidade do “diálogo” entre as partes, do movimento de ação e reação no interior dos textos, um fenômeno midiático identificado por Charaudeau¹⁰⁸.

Outro ponto que merece menção é que as matérias analisadas, por sua própria natureza temática, possuem um forte teor ideológico. Devido a esta constatação, normalmente, a declaração de um entrevistado exprime, mais do que uma simples opinião, seu comprometimento com uma determinada linha de pensamento. Neste caso, não é indiferente dar voz a uma fonte oriunda de um país desenvolvido ou de uma nação em desenvolvimento, já que, evidentemente, em suas declarações estarão refletidos seus interesses econômicos e políticos. O correto, portanto, seria equilibrar as fontes segundo sua origem, mas não é isso o que ocorre em ambos os períodos estudados. Conforme mostra a Tabela 3, tanto em 1972 como em 1992, o jornal deu mais espaço aos seus representantes de países em desenvolvimento do que para os desenvolvidos. Em 1972, 47,3% das fontes ouvidas ou citadas defendiam a visão dos primeiros e 10,5% dos segundos. No segundo período esse percentual subiu para 44,7% e 33,3,

¹⁰⁷ Os conceitos de fonte ouvida e fonte citada aqui empregados são os mesmos mencionados anteriormente. Os primeiros tiveram suas declarações reproduzidas entre aspas e os segundos, pelo discurso indireto.

¹⁰⁸ Quando analisou essa questão, Charaudeau mostrou-se crítico em relação à artificialidade do diálogo criado entre dois ou mais entrevistados criado pela mídia. No entanto, se esta prática fosse aqui empregada poderia enriquecer o conteúdo transmitido ao leitor, deixando de ser algo negativo para assumir uma dimensão positiva.

respectivamente, demonstrando, apesar da similar prevalência, uma maior harmonia. Tanto em um como no outro período estudado, as personalidades envolvidas na organização e supervisão dos encontros entre chefes de Estado são tratadas pelo jornal como fontes isentas e ideologicamente neutras. Maurice Strong, secretário-geral das Conferências de Estocolmo e do Rio de Janeiro, por exemplo, esteve presente em diversos textos analisados (em duas matérias de 1972 e em três de 1992, além dos editoriais), como uma tentativa do jornal em trazer uma visão ponderada.

Fontes segundo tipo de declaração

A análise das matérias permitiu verificar outra característica comum às coberturas de 1972 e 1992: o grande número daquilo que vimos chamando de *fontes mencionadas*, ou seja, aquelas cujos nomes foram incluídos nas matérias apenas como referência ou como artifício para contextualizar as informações trazidas pelo texto. O trecho “a rigidez de postura do presidente norte-americano George Bush em itens-chave da agenda da Conferência, como a Convenção da Biodiversidade (...) levou delegações europeias e, também, do Brasil a uma negociação de bastidores em torno de regras mais consensuais”, destacado da matéria *Gestões para um consenso na ECO-92*, de 3 de junho de 1992, (Ficha 13/92) pode ser utilizado como um exemplo desse tipo de relato amplamente utilizado pelo jornal. Neste caso, é possível admitir o acesso do repórter a uma informação privilegiada, fruto de sua própria investigação ou de uma revelação exclusiva feita por uma fonte não identificada e presente nos “bastidores” da reunião: soube-se que uma atitude de George Bush suscitou a reação de outros grupos e esta informação é transmitida aos leitores. O relato, porém, poderia ter mais credibilidade se trouxesse depoimentos dos envolvidos (Estados Unidos, países europeus e Brasil), dando oportunidade para que até as partes criticadas exponham suas razões e pontos de vista.

Por isso, afirma-se que grande parte das matérias, apesar de não deixar de transparecer as divergências em torno dos temas, o fazia enfatizando apenas uma das visões. Este aspecto é potencializado pela ausência das fontes, que aumenta o risco de generalizações e difusão de estereótipos. Observa-se no exemplo citado que a postura norte-americana poderia ser tachada “rígida” apenas por conta do histórico do país em resistir a adotar medidas em prol do meio ambiente. Fica, por isso, a dúvida se o

adjetivo utilizado pelo repórter é resultado de um estereótipo ou de uma constatação objetiva.

Nessa mesma linha, menciona-se a matéria *Brasil conclui quarta-feira as teses que vai levar à negociação* (Ficha 01/92). Não trazia depoimento de nenhuma fonte, mas afirmava que “o que os países pretendem é ampliar sua participação nas decisões sobre o volume, a destinação e a gestão dos recursos”. Essa informação foi, provavelmente, fundamentada no conhecimento do jornalista sobre o assunto, por vir acompanhando há tempo o seu desenrolar, ou de sua observação como mediador entre o acontecimento e o leitor. Novamente, não se pretende com isso, relegar a observação e a contextualização a algo de importância secundária no trabalho de apuração jornalística. Aqui, aponta-se apenas que a presença de citações poderia reforçar os fatos e dar maior credibilidade às afirmações feitas ao longo da matéria.

Tabela 4 – Comparação entre fontes ouvidas, citadas e mencionadas

Ano	Fontes ouvidas	Fontes citadas	Fontes mencionadas
1972	4	7	8
1992*	11 (33)	8,3 (25)	12,6 (38)

Fonte: elaboração própria

* entre parênteses foram colocados os números absolutos. Seguiu-se a proporcionalidade de 3 matérias de 1992 para uma de 1972.

A prevalência de fontes mencionadas está relacionada à estrutura das matérias em que aparecem. Sua ocorrência de *fontes mencionadas* é maior em reportagens que se prestam a acompanhar o andamento e/ou resultado das conferências e das reuniões de cúpula, tanto em âmbito local como internacional. Nelas, o repórter procura contextualizar os fatos, remetendo a acontecimentos anteriores para auxiliar a compreensão do leitor. Quando se trata da assinatura de um documento, por exemplo, procura-se retomar como se deram os debates que a antecederam, a posição das personalidades-chave e seu histórico na assinatura de outros documentos. No entanto, apesar de assumirem uma função didática ao procurar elucidar os principais pontos de tais relatórios, as matérias quase sempre se restringiam a este aspecto. Na maior parte das vezes não buscaram diversificação de fontes, recorrendo à transcrição de pronunciamentos realizados, durante esses eventos, por chefes de Estado e por representantes de entidades. Também como já foi dito, as matérias não continham

esclarecimentos sobre o impacto que tais decisões governamentais teriam nas práticas industriais.

A matéria intitulada *Subdesenvolvimento também é poluição, diz Araújo Castro*, datada de 24 de fevereiro de 1972 é um exemplo de que não há propriamente um trabalho de apuração nos textos publicados naquele ano e, por isso, abre-se espaço para a larga utilização de citações. O texto está inteiramente baseado – a começar pelo título – nas declarações do embaixador brasileiro que responde às críticas feitas pelo jornal *New York Times*. Nos dois primeiros parágrafos, o jornal situa o leitor para o caso, para a origem das discórdias e a partir daí, até o final da matéria, utiliza aspas citando de maneira literal as palavras do diplomata¹⁰⁹.

Aparentemente, esta estrutura permite um maior grau de objetividade, já que – nos próprios depoimentos, transcritos em discurso direto – não há interferências por parte do jornalista. No entanto, esta afirmação merece algumas ressalvas, já que, como vimos em palavras de Charaudeau, pressupõe-se que os trechos publicados não tenham sido selecionados ao acaso, mas possuam considerável relevância para a mensagem que o veículo pretende transmitir. Dessa forma, ali pode estar refletido o posicionamento do próprio jornal.

Dessa maneira, adotando um maior número de fontes mencionadas do que de fontes ouvidas ou citadas, parte das matérias publicadas se aproximam em grande medida de um relato. Embora isso ocorra tanto em 1972 quanto em 1992, observa-se, no segundo período, uma maior complexidade em sua estrutura interna. A constatação chega a ser até visual: as matérias são maiores e em algumas há inserção de boxes ou pequenas retrancas que funcionam como aprofundamento da matéria principal. É o que na intitulada *Aprovada a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (Ficha 23/92): uma retranca incorporada ao texto traz a relação de países signatários.

¹⁰⁹ O uso da declaração no título das matérias é um artifício utilizado pelo jornal com certa frequência. Das dez matérias selecionadas do ano de 1972, quatro recorrem a este recurso. Dois pontos principais sobre este aspecto: o primeiro é o fato de não utilizarem aspas, como seria convencional. Portanto, em um primeiro momento não é possível saber se aquelas são ou não palavras literais do declarante ou se se trata de uma interpretação do veículo. O segundo ponto é que, utilizando esse recurso, o veículo consegue atrair a atenção do leitor com uma frase de impacto e, ao mesmo tempo, minimizar sua responsabilidade pela declaração. Mesmo que coincida com o ponto de vista do jornal, há um distanciamento, como se o veículo dissesse que aquilo quem pensa é apenas o declarante.

Outros elementos complementares de informação como gráficos e tabelas também estão presentes neste segundo período estudado¹¹⁰.

Homogeneização das fontes

A homogeneização de fontes é outra marca da *Gazeta Mercantil* ao retratar o posicionamento dos países em relação ao meio ambiente. Os números da Tabela 5 constataam que, em 1972, o jornal baseia sua cobertura em praticamente cinco personalidades.

Tabela 5 – Principais fontes conforme número e local de menção - 1972

Nome	Cargo	Menções em reportagens	Menções em editoriais
Maurice Strong	Secretário-geral da Conf. De Estocolmo	1	1
J. A. de Araújo Castro	Embaixador do Brasil nos Estados Unidos	1	1
José Costa Cavalcanti	Ministro do Interior	1	2
Robert McNamara	Presidente do Banco Mundial	0	1
J. P. dos Reis Veloso	Ministro do Planejamento	1	1

Fonte: elaboração própria

Um dos pontos negativos dessa constatação é a previsibilidade das matérias. Após a leitura de algumas, é possível antecipar qual será o teor das declarações de determinadas fontes. Em diversos casos, os mesmos nomes são mencionados em editoriais.

¹¹⁰ Quando afirmamos que houve pouco trabalho de apuração ou que se recorreu pouco à diversificação de fontes, é preciso considerar que os textos, como já mencionado anteriormente, foram analisados fora do contexto da cobertura do jornal realizada naquele dia. Portanto, não se teve em conta as outras retrancas que poderiam aprofundar no tema, buscando outras fontes ou até mesmo explicando conceitos que não constavam das matérias analisadas.

Tabela 6 – Principais fontes conforme número e local de menção - 1992

Nome	Cargo	Menções em reportagens	Menções em editoriais
Maurice Strong	Secretário da Conferência do Rio	3	0
George Bush	Presidente dos Estados Unidos	2	3
Celso Lafer	Ministro das Relações Exteriores	2	1
Francisco Rezek	Ministro das Relações Exteriores	1	1
Fernando Collor de Mello	Presidente da República	1	1
João Paulo Capobianco	Representante da ONGs	1	1
Carlo Ripa Di Meana	Comissário da Comunidade Européia para o Meio Ambiente	0	1
Willian Reilly	Chefe do Environmental Protection Agency (EPA)	0	1

Fonte: elaboração própria

Os personagens listados são os que aparecem em uma frequência significativa, ou seja, assim como em 1972 alguns outros são citados uma única vez e não foram incluídos. Por isso, a partir dos dados da Tabela 6 é possível constatar uma maior diversidade de fontes procuradas pela *Gazeta Mercantil* em 1992. Nota-se, por exemplo, a presença de representantes de ONG e da EPA, agência de proteção ambiental norte-americana, ou seja, duas entidades que não figuravam em 1972 e passaram a ser ouvidas em 1992.

Apesar disso, o aumento fica aquém das potencialidades do jornal. Isso porque se comparativamente a presença de entrevistados durante o segundo período estudado é melhor do que havia sido vinte anos antes, a *Gazeta Mercantil* não aproveita as condições criadas pelo cenário nacional e internacional para incrementar ainda mais esse crescimento. Conforme mencionado anteriormente, o número de estudos disponíveis sobre os temas tratados durante os encontros internacionais ou debates sobre o papel dos países na preservação do planeta havia aumentado, desde a década de 1970, de forma considerável, assim como o número de especialistas capacitados para emitir opiniões sobre tais assuntos. Os tipos de entidades envolvidas e a consciência no tratamento do meio ambiente como uma questão complexa, fundamentada na ação de diversos atores sociais era bem maior. Além disso, havia também facilidades em relação aos meios de comunicação e a obtenção de informações e entrevistas. Mesmo assim, a *Gazeta Mercantil* manteve sua cobertura centrada em um número restrito de autoridades governamentais.

O fenômeno da homogeneização de fontes se dá não só dentro de um mesmo período, mas um em relação ao outro. Maurice Strong, secretário-geral em ambas as Conferências, foi o mais visado pela publicação tanto em 1972 quanto em 1992. Chama atenção ainda o número de vezes em que George Bush é mencionado, cinco no total, sendo três em editoriais, espaço em que é mais criticado por se resistir a assinar os documentos originados nas convenções da ECO-92.

Denominações e ações

As denominações atribuídas pelo jornal mostram que a relação estabelecida entre a *Gazeta Mercantil* e os entrevistados foi, nos dois períodos, marcada pela sobriedade. Não houve ocorrências, nem mesmo em editoriais, do emprego de termos pejorativos ou irônicos, mesmo quando se referiam a pessoas com posicionamentos ideologicamente distintos.

A mesma sobriedade, com algumas exceções, será notada no uso dos verbos *dicendi* ou nos verbos utilizados para relatar as atitudes dos envolvidos. Os termos *disse*, *afirmou*, *comentou* são utilizados na maioria das ocasiões. Nota-se apenas uma sutil diferença nos verbos que acompanham os depoimentos de autoridades brasileiras e nos usados após as declarações de representantes de países que não aderiram à causa nacional. Enquanto os primeiros *explicam*, *sugerem*, *informam*, *lembram*, *propõem*, os Estados Unidos, por exemplo, no papel de vilão, *criticam*, *admitem*, *questionam*¹¹¹, ou seja, os verbos reforçam a idéia de oposição. Esse fator será representativo no processo de construção da imagem dos países, já que os verbos, possuindo carga valorativa, demonstram se agem de maneira impositiva ou se, pelo contrário, estão abertos ao diálogo, em uma atitude mais receptiva.

¹¹¹ O valor de cada um desses verbos pode ser encontrado em ESCRIBANO, Assunción. *Pragmática e ideología en las informaciones sobre conflictos políticos*. Salamanca: Publicaciones Universidad Pontificia de Salamanca, 2001. Segundo a autora, **questionar** é um verbo que transmite ao leitor não só uma atitude verbal do protagonista, como também uma postura mental de desconfiança. Já em relação a **admitir**, pressupõe que a pessoa que leva a cabo a ação verbal está de acordo com declarações anteriores, normalmente contrárias às suas. Seria como se o entrevistado reconhecesse que seu posicionamento anterior era equivocado.

3.4.2 | Forças

O fato de utilizar predominantemente *fontes mencionadas* dotou a cobertura da *Gazeta Mercantil* de uma característica interessante: o foco das matérias foi deslocado para o que chamamos neste estudo de *forças*, ou seja, grupos de países, instituições ou entidades. As atitudes apresentadas por estes, em sentido coletivo, passaram a ser mais importantes do que atitudes de personalidades isoladas e, como o importante era *o que* pensava o conjunto e não necessariamente *quem* externava esse pensamento, seus representantes exercem um papel secundário.

O trecho que aparece na seqüência foi destacado da matéria *Delegado do Brasil na conferência de Estocolmo: países ricos são responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente*, de 7 de junho de 1972, e pode servir-nos como exemplo da afirmação anterior:

“Cavalcanti disse que o crescimento econômico nos países altamente desenvolvidos e sua atitude tecnológica causaram a poluição dos mares e da atmosfera”. Ao empregar o termo *países altamente desenvolvidos*, o político brasileiro e – mesmo que indiretamente, o jornal – deixa de enfatizar uma nação específica ou uma pessoa para mostrar que se trata de uma ação coletivizada.

O mesmo recurso é verificado nas matérias de 1992. Em *Governo brasileiro define suas propostas*, de 8 de fevereiro daquele ano, diz-se que “a Comissão Interministerial de Meio Ambiente (CIMA), do governo federal, aprovou sexta-feira, um documento com as propostas brasileiras”. Consideramos a referida comissão como uma das *forças*.

Forças mencionadas

Os dados recolhidos da análise das matérias foram organizados nas tabelas a seguir.

Tabela 7 – Forças mencionadas em 1972 – por número de ocorrências

Denominação da força	Nº de ocorrências
Países desenvolvidos	9
Países em desenvolvimento	8
Brasil	5
Organização das Nações Unidas (ONU)	3
Estados Unidos	1
Banco Mundial	1
Conselho Econômico e Social	1

Fonte: elaboração própria

Tabela 8 – Forças mencionadas em 1992 – por número de ocorrências

Denominação da força	Nº de ocorrências
Países desenvolvidos	26
Países em desenvolvimento	25
Estados Unidos	16
Brasil	10
Comunidade Econômica Européia (CEE)	5
Banco Mundial	4
Países do Cone Sul	2
Fundo Monetário Internacional (FMI)	1
Organização das Nações Unidas (ONU)	1
Organizações Não-Governamentais (ONGs)	1

Fonte: elaboração própria

Conforme os números das Tabelas 7 e 8, embora em 1992 um maior número de forças tenha sido incluído nas matérias sobre relações internacionais que fizeram parte da cobertura sobre meio ambiente da *Gazeta Mercantil*, observa-se que o principal eixo dos debates permaneceu praticamente inalterado. As questões tratadas em 1992 podiam ser resumidas, assim como já acontecia em 1972, como uma divergência entre *países desenvolvidos e em desenvolvimento*¹¹², as duas *forças* mais mencionadas tanto em um como em outro período. Passamos a descrever essa situação.

Em 1972, quando o planeta ainda estava dividido pela Guerra Fria em dois blocos hegemônicos, as nações socialistas, lideradas pela União Soviética e pertencentes ao chamado Segundo Mundo, permaneceram fora dos debates sobre o meio ambiente promovidos pela *Gazeta Mercantil*, sendo mencionadas em apenas duas das matérias

¹¹² Como veremos, os países desenvolvidos são tratados também por *industrializados, altamente industrializados, ricos* e os subdesenvolvidos por *recentemente industrializados* ou *pobres*.

analisadas neste período. A primeira aparição ocorreu na reportagem *Proposta criação de fundo para combater poluição ambiental*, de 10 de junho de 1972, que contém alguns dados capazes de explicar a não menção deste grupo nas páginas do jornal. Neste texto lê-se: “ainda se desconhece se a União Soviética contribuirá com algo para este fundo inaugural, uma vez que os países da Europa Oriental boicotaram a conferência por não ter sido convidada a Alemanha Oriental”. Ou seja, uma vez que a cobertura da *Gazeta Mercantil* sobre meio ambiente e relações entre os países centrava-se prioritariamente nas informações originadas dos encontros internacionais, a maior parte das informações disponíveis para publicação faziam referência às nações participantes. Supõe-se, portanto, que o não-comparecimento dos países da Europa Oriental, como relata a mencionada matéria, tenha comprometido a efetivação dessa dinâmica. A segunda aparição ocorreu 13 dias após a publicação do primeiro texto. Intitulada *Divergências entre a China e Ocidente poderão modificar declaração aprovada na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente*, a matéria relata que faz parte da contestação chinesa um pedido de condenação do “‘capitalismo e imperialismo’ por causarem guerra e poluição”.

Outra hipótese é que, aproveitando-se da afinidade ideológica e proximidade econômica apresentada pelos países do Terceiro Mundo, os do Primeiro tinham maiores possibilidades de modificar as decisões ambientais tomadas no âmbito político dos países em desenvolvimento. A mesma perspectiva não existia em relação aos países socialistas por estarem estes fechados a qualquer tipo de influência e sugestão de conduta capitalista, mesmo em relação ao meio ambiente.

O fato é que sem a presença do grupo socialista, as matérias selecionadas centravam seu conteúdo nas divergências existentes entre *desenvolvidos* e *em desenvolvimento*. Neste cenário, observou-se ainda que a linguagem empregada auxiliou na construção de uma imagem de “desacordo” entre as partes. Em vários dos textos selecionados há uso de termos como *discussão, controvérsia, ameaça, guerra, batalha, divergências, emendas conflitante, países amigos e rivais, ataques, objeções*. Com isso, desenha-se a existência de uma guerra não-declarada e sem armas, uma “guerra verde” resultante de divergências econômicas/ideológicas no âmbito do meio ambiente (desenvolvidos x em desenvolvimento), muito similar ao que já se vivenciava no campo político (capitalistas x socialistas) com a Guerra Fria.

O que acabamos de dizer ratifica o aspecto econômico como a principal motivação da “crise diplomática” retratada pelo veículo. Este fator ressaltasse ainda mais quando cada um dos blocos passa a ser diferenciado também pelo tipo de poluição que produz. Nas edições da *Gazeta Mercantil* de 1972 não se descreve as impurezas em função do tipo de ambiente degradado (poluição atmosférica, da água, do solo), mas sim pela sua origem. Não se trata, no entanto, apenas de relatar se os dejetos derivam das atividades industriais ou agrícolas, por exemplo, mas de dividi-los numa categoria ainda mais específica: poluição originada da riqueza e da pobreza. Enquanto a primeira tem um poder de destruição em larga escala, a segunda, não menos importante, possui efeitos que se restringem – mais do que a primeira – à localidade e são percebidos em mais longo prazo. A título de exemplificação, citamos a matéria *Será o controle da poluição realmente incompatível com o desenvolvimento econômico?* na qual é possível ler: “o homem do norte morre de enfisema; o do sul, de esquistossomose. Em um país desenvolvido, constrói-se uma fábrica de polpa de celulose e papel junto a um rio, e o homem se envenena com o peixe tirado desse mesmo rio. No mundo em desenvolvimento, as áreas cultivadas na zona do litoral estão protegidas de enfermidades graças à aplicação de pesticidas, mas o pescador encontra os seus peixes flutuando, ao invés de nadando no mar”.

Um aspecto novo verificado ao longo do processo de leitura e análise dos textos é que o conteúdo das matérias publicadas pela *Gazeta Mercantil* em 1972 coloca por terra a imagem de que o Brasil, a partir da Conferência de Estocolmo, liderou o grupo dos países em desenvolvimento realizando uma espécie de apologia à poluição. O jornal procura esclarecer em diversas ocasiões – na maior parte das vezes em editoriais – que essa idéia foi fruto de uma errônea interpretação por parte dos países desenvolvidos. Nota-se, nas matérias selecionadas, que o Brasil é colocado em uma posição de destaque nos debates inaugurando uma teoria que, até então, poucos poderiam supor sua eficácia: poluição não necessariamente deveria ser colocada como sinônimo de desenvolvimento, pois era possível avançar economicamente prevendo e minimizando os impactos no meio ambiente.

Antes mesmo do início da conferência, em 24 de fevereiro daquele ano, o jornal veicula editorial intitulado *Subdesenvolvimento como forma de poluição*, no qual defende que

“o Brasil não se opõe à discussão, na ONU e em outros organismos internacionais, da ameaça à humanidade configurada na expansão dos focos poluidores em todo o mundo. Com o que não concordamos é a vinculação do progresso industrial à poluição, daí resultando que o primeiro deveria ser freado para não agravar a expansão da última. (...) Dizem que, por assim procedermos, fazemos a apologia da poluição (...) É possível conciliar o crescimento econômico com a defesa do meio ambiente”. Trata-se de uma posição totalmente inovadora para os debates promovidos à época, aproximando-se em grande medida do conceito que, anos mais tarde, viria a ser denominado *desenvolvimento sustentável*.

Dois meses depois, outro texto, desta vez uma já referida reportagem (*Será o controle da poluição realmente incompatível com o desenvolvimento econômico?*), repetia a mesma idéia. “Os países desenvolvidos já não consideram mais que a contaminação é preço que se deve pagar pelo progresso, e o mundo em desenvolvimento está agora menos convencido que antes de que não resta outra alternativa: contaminação ou pobreza”. Ou seja, os países não precisavam apelar à primeira para superar a segunda.

A presença desta posição inovadora retratada e apoiada pelo jornal não significou que o Brasil não tenha acusado os países desenvolvidos de exercerem pressão na tentativa de controlar os avanços industriais das nações em desenvolvimento. Por isso, delineou-se um cenário de embate de bons (em desenvolvimento) contra maus (desenvolvidos), daqueles que a duras penas conseguiram condições para promover o avanço econômico contra aqueles que, uma vez desenvolvidos, tentavam impedir o desenvolvimento dos demais. Defendendo uma intensificação nos níveis de industrialização, os países em desenvolvimento reiteravam que apenas assim poderiam conter o avanço da poluição causada pela pobreza. O editorial *Poluição e desenvolvimento: os equívocos*, publicado em 8 de junho de 1972, explica que “o que o Brasil sustenta, e com êxito, é que a poluição não pode servir de pretexto para retardar-se a implantação do projeto de desenvolvimento das nações com complexos problemas relacionados à mudança de estrutura sócio-econômica”.

Em função dessa dicotomia difundida pelos meios de comunicação de maneira geral, naquele momento histórico parecia haver apenas duas possibilidades de posicionamento: aqueles que não eram favoráveis à preservação ambiental estavam

descomprometidos com a natureza e partidários da poluição a qualquer custo. Mas, conforme, mostramos nos parágrafos anteriores, seria incorreto resumir assim as posturas adotadas pelos países. O próprio Brasil mostrava-se a favor do desenvolvimento e da atenção ambiental.

Por meio deste caso concreto, verifica-se que o fato de basear sua cobertura em forças coletivas tornou a publicação mais propensa ao emprego de generalizações, da coletivização das opiniões, sem considerar que nem sempre necessariamente todos os membros de um grupo possuíam unidade de pensamento. Poucos foram os textos de 1972 que apresentaram as divergências presentes dentro dos blocos, fenômeno que se comprovava mais abertamente pela leitura das matérias de 1992.

Outro aspecto apresentado pelas matérias é uma constante troca de acusações na busca do principal responsável pela degradação do meio ambiente. Por um lado, os países em desenvolvimento ansiavam que os desenvolvidos admitissem sua culpa pela principal parcela da devastação ambiental causada ao planeta até então, pois assim poderiam aplicar uma regra baseada na proporcionalidade: quem mais poluiu mais deve pagar e investir para reverter o quadro. Por outro, essa discussão parecia secundária aos desenvolvidos, já que para estes, o importante era traçar as medidas necessárias para minimizar os impactos ambientais daquele momento em diante e, esta tarefa cabia também aos países em desenvolvimento.

Com isso observa-se que, embora introduzisse a possibilidade de conciliação do desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente, em alguns aspectos o Brasil, segundo as informações depreendidas da análise da cobertura da *Gazeta Mercantil*, mantinha uma visão tradicional: ao pedir liberdade para realizar em seu território a política desenvolvimentista que visse mais conveniente (já que só o próprio País sentiria no futuro as conseqüências de uma possível opção equivocada), não considerava que os dejetos lançados ao ar localmente poderiam causar males de longo alcance.

Passados vinte anos, a oposição entre os dois grupos de países continuou sendo o principal foco das matérias sobre Política Internacional e muitos dos aspectos mencionados se repetiram. Mais uma vez a linguagem destaca-se como participante no

processo de construção dessa imagem de oposição. Termos como *divergências*, *avanço dos entendimentos*, *posições irreconciliáveis*, *falta de sintonia*, *sem um acordo universal*, *diferença de enfoque*, *novo 'front'*, *arestas*, *resistência*, *infindável discussão*, *reivindicações*, *controvérsias difíceis*, *combate*, *vencedores do complicado jogo diplomático* foram alguns dos utilizados ao longo de 1992.

Uma característica das matérias do *corpus* que já havia sido observada em relação às fontes, reforçada neste momento do estudo e nos próximos itens de análise, é que o conteúdo, os elementos que coloca em discussão, as pessoas e entidades envolvidas, enfim, a complexidade interna do texto está diretamente relacionada à complexidade externa do tema. Com isso nada mais queremos dizer que quanto mais evoluído o debate, mais aperfeiçoado é o conteúdo tratado nas matérias.

Esta conclusão pode parecer pouco original, mas, apesar da obviedade que apresenta deve ser considerada como um dos fundamentos deste estudo. Isso porque comprova que as condições externas foram, nos dois períodos analisados, refletidas diretamente nas condições de produção da *Gazeta Mercantil*. O veículo foi, ao longo dos anos, incorporando os conceitos surgidos a partir do avanço das pesquisas científicas e enriquecendo sua maneira de cobrir a questão do meio ambiente. Assim, se em 1972 tratar do tema era algo feito sobre muitas poucas certezas e tido como vanguardista (já que quase nenhuma publicação o fazia), concebemos que em 1992 havia o mesmo desafio: desta vez, a novidade não era o tema – pois falar sobre meio ambiente era algo que já se havia popularizado de alguma forma –, mas de lidar com uma grande gama de noções e personalidades recém surgidas. Portanto, os dois períodos possuem desafios específicos.

Como o objetivo neste ponto é analisar a utilização das forças presentes nas matérias de 1992, com a perspectiva do que acabamos de afirmar, nos ateremos a ele. No início da década de 1990, começou-se a difundir a idéia de que o meio ambiente era um tema complexo, ou seja, que envolvia diversos setores da sociedade e instituições. O jornal incorporou esta idéia, mencionando, por exemplo, o papel das ONGs – conforme mostra a tabela 8 – e outras que, por não terem um número significativo de ocorrências não aparece entre as listadas como a Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente, a Comissão Interministerial de Meio Ambiente etc.

Apesar desse foco um pouco mais abrangente, os debates de fundo continuavam girando em torno às divergências existentes entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Em relação a 1972, foi alterada apenas a maneira como se manifestavam essas diferenças de posições. Em 1992, as nações em desenvolvimento pareciam ter aderido – ao menos em teoria – à necessidade da adoção de um modelo mundial de sustentabilidade, mas condicionavam sua participação neste projeto à obtenção de verbas e de tecnologias, das quais não dispunham. Os debates ganharam, portanto, essa nova dimensão econômica, e os países desenvolvidos, vistos ainda como os principais responsáveis pelos danos ambientais, eram citados como aqueles que deveriam prover tais recursos. Portanto, os países em desenvolvimento que antes pediam autonomia para avançar economicamente, passam a pedir auxílio financeiro não para custear seu projeto de desenvolvimento, mas para preservar suas áreas naturais. O conceito de autonomia neste segundo momento continuou a existir, mas desta vez como uma resistência a que os financiadores obtivessem algum privilégio exploratório como compensação pelo dinheiro aplicado na conservação do local.

A *Gazeta Mercantil* fez constar que, ao longo daquela década, chegou-se a estudar a possibilidade de que as nações desenvolvidas destinassem uma parcela fixa de 0,7% do valor total de seus PIBs (Produto Interno Bruto) para a preservação ambiental em países que careciam de meios para este fim.

A medida era controversa: se a primeira vista parecia vantajosa aos países em desenvolvimento, estes manifestavam o receio de que este auxílio representasse uma dependência e perda de autonomia nas decisões tanto para as questões referentes ao crescimento dos seus níveis de industrialização quanto para a elaboração e a aplicação de suas políticas ambientais. A preocupação foi manifestada por representantes de tais países nas páginas da *Gazeta Mercantil* e as matérias sobre esta questão faziam, normalmente, uso do conceito de *soberania nacional*, lembrando que era este um direito inviolável.

Por outro lado, a implantação da medida também era questionada pelos países desenvolvidos. O conteúdo dos textos selecionados permite concluir que não havia unanimidade dentro do próprio grupo e as opiniões eram bastante diversas: havia desde

aqueles que divergiam quanto à porcentagem estabelecida, pedindo maior flexibilização até aqueles que eram contra a medida. Este aspecto aparece bem retratado, por exemplo, na matéria intitulada *A ajuda da CEE ao desenvolvimento*, veiculada em 10 de junho de 1992.

As divergências suscitadas pela questão ambiental foram, também ao longo daquele ano comparadas, mencionadas como uma substituta da Guerra Fria. Após a queda do muro de Berlim e a derrocada soviética, o jornal volta a afirmar que a necessidade de recursos naturais poderá ser a origem de uma “guerra verde”. A matéria *A segurança global do planeta* destaca uma preocupação por este aspecto, a começar pelo próprio título. A seguir, com a seguinte frase, traz as impressões de Maurice Strong sobre a importância da cooperação entre os países, principalmente da ajuda dos desenvolvidos: “para ele [Maurice Strong], é muito importante que os países industrializados percebam que o que está em jogo é a segurança global do planeta”. Um *box* inserido na matéria traz informações complementares sob o título *O início da “Guerra Verde”*, termo utilizado, desta vez, no sentido de confronto, mas de esforço para a preservação do planeta. “Ele [Jacques Attali, presidente do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento] sugere que [com o fim da Guerra Fria] parte dos recursos alocados para a defesa passem (sic) agora para o meio ambiente”.

Embora as matérias de 1992, como já mencionamos, não os utilizassem propriamente como fontes, foi possível verificar que, neste período, a *Gazeta Mercantil* destacou a importância da integração de esforços de diversos atores e de forças para a preservação do meio ambiente. O grau de complexidade dos textos desse segundo período estudo é inquestionavelmente maior, uma vez que estabelecem relações mais aprofundadas entre as partes envolvidas e possuem um caráter didático e explicativo. O trecho a seguir foi destacado da matéria *Novos modelos de produção e de consumo*: “o que virá a seguir, além da submissão das convenções sobre clima e biodiversidade aos mecanismos constitucionais de cada país – no caso brasileiro a aprovação pelo Congresso, seguida de leis regulamentadoras –, vai ser uma ampla negociação, em áreas diferentes e de forma simultânea”.

Enquanto desenvolvidos e em desenvolvimento buscavam uma maneira consensual de enfrentar a situação e uma proposta que agradasse a todos, os Estados Unidos, pouco

mencionado em 1972, constituíram-se, em 1992, como uma terceira força. Não que deixasse de, economicamente, pertencer ao primeiro grupo ou que não tivessem as mesmas restrições à aprovação da obrigatoriedade de repasse de parte do seu PIB, por exemplo, mas o fato de ser o único país (além do Brasil) a aparecer nomeado pode ser um ponto de análise¹¹³.

Em primeiro lugar, a expectativa das nações desenvolvidas que apoiavam a necessidade de um desenvolvimento sustentável era de que Estados Unidos, pela posição de liderança mundial que já possuía em função de seu poder econômico, estivessem também à frente da difusão da idéia do comprometimento com o meio ambiente. Para o país, no entanto, na prática, isso significaria admitir sua liderança na emissão de poluentes e adotar medidas que demonstrassem sua conscientização em relação ao problema, mas que, pelo custo que suporia, poderiam não ser bem aceitas pelo setor produtivo. A opção dos Estados Unidos foi a de permanecer ao lado do empresariado local, mantendo-se no topo dos mais poluidores e frustrando a expectativa criada pelas outras nações desenvolvidas. Em diversas ocasiões, a *Gazeta Mercantil* retrata este descontentamento ao reproduzir declarações dos chefes de Estado contrários ao posicionamento dos Estados Unidos. Por exemplo na matéria *Gestões para um consenso na ECO-92*, de 3 de junho de 1992, na qual o chefe interino da delegação da CEE, Laurens Jan Brinkhorst, afirmou que estavam “desapontados com a posição norte-americana”.

Meses antes da abertura da Conferência do Rio de Janeiro, que ocorreria em junho de 1992, os Estados Unidos não estavam de acordo com os termos dos relatórios que serviriam de base para os debates durante o evento. A atitude foi tomada pelos demais como uma afronta e como uma resistência absurda em auxiliar a preservação do planeta. Além de reforçarem a idéia de que os Estados Unidos era o principal vilão do planeta, as reportagens e editoriais criticavam o país por antepor seus interesses internos (*lobby* com os empresários eleitores, já que Bush estava em ano de reeleição) aos interesses globais. Expressões e palavras utilizadas em alguns textos, mesmo que não intencionalmente, enfatizam essa espécie de “desinteresse” dos Estados Unidos para com o Meio Ambiente e reforçavam a imagem de um país “isolado” em defesa de seus

¹¹³ Os países desenvolvidos da Europa em raras ocasiões são nomeados. Ao longo da leitura é possível, em alguns momentos, substituir a expressão “países desenvolvidos defendem” por “a Europa defende”.

interesses. A matéria *Aprovada a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, por exemplo, publicada em 12 de junho de 1992, relata que “os países em desenvolvimento conseguiram (...) aprovar na íntegra a Declaração do Rio (...) sem qualquer tentativa de oposição por parte dos Estados Unidos”. Quando menciona não ter havido *qualquer tentativa de oposição* por parte dos Estados Unidos, o jornal considera esta como uma informação relevante para o conjunto da matéria, já que, pelo histórico do país, esperava-se o contrário. Em outra reportagem encontra-se a afirmação “todos assinaram, **inclusive**¹¹⁴ os Estados Unidos”, dando a entender que a adesão norte-americana aos pontos do documento poderia, por si só, explicar a relevância do acordo e significar a possibilidade de chegar a um consenso sobre a questão.

3.4.3 | Posicionamento do jornal

Após a leitura das matérias do *corpus* constatamos que o jornal informa sobre a situação conflitante em suas reportagens, sem aderir de maneira clara e direta a um ponto de vista específico. Tal adesão, como já mencionamos, pode ocorrer indiretamente pela maneira como a *Gazeta Mercantil* pelo uso que faz de suas fontes, priorizando aquelas oriundas de países em desenvolvimento ou pelos verbos que utiliza para descrever as ações de um ou outro grupo de nações, mas dificilmente encontra-se uma afirmação que demonstre apoio às teses difundidas por um ou outro.

O que ocorre em algumas reportagens é a incorporação de declarações de fontes ao discurso do jornal, impossibilitando detectar o ponto em que terminam as aspas e inicia-se um comentário do repórter. Para exemplificar essa mescla destacamos dois trechos de matérias, uma de cada período estudado. Na intitulada *Delegado do Brasil na conferência de Estocolmo: países ricos são responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente*, de 7 de junho de 1972 (Ficha 04/72), lê-se como discurso do jornal que “a partir de agora, o desenvolvimento econômico deve ser uma combinação entre a obtenção de melhores condições para o homem e a necessidade de minimizar os danos à natureza”. Ou seja, trata-se de uma afirmação na qual está presente um juízo de valor,

¹¹⁴ Grifo nosso.

uma interferência do ponto de vista do repórter e que, por se tratar de uma reportagem, está inadequadamente colocada.

Em *A venda de cotas de emissão de gases*, de 3 de junho de 1992 (Ficha 14/92) ocorre fenômeno semelhante quando se afirma, logo após uma declaração que “qualquer proposta de combate ao aquecimento global não pode representar um ônus maior para os países em desenvolvimento do que para os desenvolvidos”. Nos dois casos, o jornalista deixa de estruturar a matéria apenas nas declarações de entrevistados e, incorporando ao seu próprio discurso trechos de tais falas, deixa transparecer, mesmo de maneira sutil, sua opinião e, conseqüentemente, a do jornal.

Nos editoriais¹¹⁵, no entanto, a *Gazeta Mercantil* posicionava-se visivelmente em defesa dos interesses brasileiros e do ponto de vista dos representantes do governo federal. É o que ocorre no artigo de opinião institucional de 25 de fevereiro de 1972, intitulado *Subdesenvolvimento como forma de poluição* (Ficha 02/72), escrito em resposta às críticas recebidas um dia antes pelo governo brasileiro da parte do *New York Times*. A linguagem empregada no texto do referido editorial, principalmente os pronomes – *nosso governo, nosso estado, nosso país e nossas autoridades* –, aproxima de tal maneira o discurso do veículo do discurso oficial que chega a confundir-se. O entrelaçamento de ambos evidencia-se ainda no trecho “em síntese, o Brasil não se opõe à discussão, na ONU e em outros organismos internacionais, da ameaça à humanidade configurada na expansão dos focos poluidores em todo o mundo”, no qual o veículo se coloca como capaz de avaliar os anseios do país em matéria de Meio Ambiente. Além disso, a própria *Gazeta Mercantil* coloca-se na posição de destaque, de quem tem autoridade, credibilidade e competência para transmitir ao leitor quem está certo e quem está errado, quem está dizendo a verdade e quem está deturpando as informações, por exemplo, na expressão “o que não corresponde absolutamente à realidade” ou “os argumentos aduzidos pelo embaixador Araújo Castro são irretorquíveis”. A defesa deste ponto de vista evidencia-se em diversos trechos, dos quais destacamos alguns:

¹¹⁵ Tanto em 1972 como em 1992, a *Gazeta Mercantil* possuía apenas um artigo editorial, diferentemente de outras publicações de interesse geral, que reservavam três retrancas para estes textos opinativos. Com tal estrutura, recebia destaque o tema considerado mais relevante no dia. Isso demonstra a importância que a questão meio ambiental assumia no conjunto da publicação quando era abordada neste espaço.

Em 1972:

“A colocação do ministro brasileiro não podia ser mais feliz e oportuna” (*Poluição e desenvolvimento: os equívocos*, de 8 de junho)

“o que o ministro Costa Cavalcanti disse ao falar em nome do nosso governo” (*Vitória do bom senso em Estocolmo*, de 16 de junho). Neste editorial o pronome ‘nosso’ é utilizado diversas vezes, demonstrando a identificação entre a publicação e o governo brasileiro.

Em 1992:

“o Brasil não pode aceitar nem compensação financeira pela preservação de áreas nem monitoramento internacional” (*Parceria, não monitoramento*, de 11 de fevereiro)

“É lamentável que, com gestos como estes, o governo dos Estados Unidos abduquem tacitamente da liderança que lhe deveria caber em uma ação determinada para reverter a degradação ecológica do planeta” (*ECO-92: o compromisso que se espera*, de 2 de junho)

3.4.4 | Conceitos-chave

Os conceitos-chave presentes nos 10 textos selecionados de 1972 e nos 30 de 1992 podem ser utilizados como importantes sinalizadores da evolução da cobertura realizada pela *Gazeta Mercantil* sobre meio ambiente e, como parte dela, das matérias sobre relações internacionais. Nossa intenção com este item é analisar – caso tenha ocorrido – como se deu a adesão do veículo aos conceitos que surgiram ao longo do período de vinte anos que corresponde a esta pesquisa e de que maneira as novas noções surgidas foram transmitidas ao público-leitor.

Os conceitos-chave com número mais significativo de ocorrências foram organizados nas tabelas que se seguem:

Tabela 9 – Conceitos-chave mencionados em 1972 – por ordem de ocorrência

Conceito	Nº de ocorrências
Poluição	5
Soberania nacional	5
Pobreza	4
Desenvolvimento	4
Ambiente humano	2
Subdesenvolvimento	2
Contaminação	1

Fonte: elaboração própria

Tabela 10 – Conceitos-chave mencionados em 1992 – por ordem de ocorrência

Conceito	Nº de ocorrências
Desenvolvimento sustentável	15
Agenda 21	10
Biodiversidade	8
Cooperação internacional	7
Desenvolvimento econômico	6
Efeito estufa	5
Florestas	5
Pobreza	4
Soberania nacional	3
Carta da Terra	3

Fonte: elaboração própria

A partir deste levantamento, teceremos algumas considerações acerca dos conceitos mais importantes em cada período.

Poluição:

Em 1972, o conceito de poluição transmitido pelo jornal era pouco aprofundado e bastante genérico. Esta característica refletiu, ao menos em parte, as próprias particularidades do cenário social e histórico no qual o jornal era produzido. Como já dissemos anteriormente, data desta época os primeiros estudos sistemáticos sobre o

meio ambiente e ainda pouco se conhecia sobre as agentes causadores da poluição, seus tipos e suas conseqüências no curto, médio e longo prazos. Por se tratar, portanto, de algo completamente novo e de dados que começavam a ser recolhidos com o rigor científico necessário para basear pesquisas futuras, a própria academia evitava as afirmações categóricas sobre o comportamento dos resíduos poluentes. O *Limites do Crescimento*, mais famosa publicação do Clube de Roma, grupo ao qual já fizemos referência no primeiro capítulo deste trabalho, corrobora essa afirmação. Seus autores relembram constantemente que as projeções ali apresentadas foram realizadas em função de algumas variáveis (crescimento populacional, nível de consumo dos alimentos e porcentagem de terras cultiváveis) mais ou menos conhecidas por sua evolução média nos anos que antecederam a pesquisa. No entanto, não poderiam prever o aumento das taxas de poluição e os efeitos das emissões de dejetos poluentes, já que não havia informação segura disponível que lhes servisse como parâmetro de comparação.

Neste panorama de incerteza, o jornal reproduziu a conceituação ordinária do termo, mesmo com as suas imprecisões. Poluição era, então, entendida simplesmente como as impurezas lançadas ao meio ambiente, a sujeira que é descartada pelas indústrias ou pelos próprios homens. Tanto é assim que na matéria *Será o controle da poluição realmente incompatível com o desenvolvimento econômico?* o termo *contaminação* foi empregado como sinônimo de *poluição*.

Pelo mesmo motivo descrito acima não há meios para que a publicação diferencie em suas matérias os diversos tipos de poluição e as maneiras de evitar cada um deles.

Em 1992, pelo contrário, as informações disponíveis são mais completas e, ao longo das matérias é possível distinguir diversos tipos de poluição dentre eles a atmosférica, a das águas, a do solo, a visual e a auditiva. Dessa maneira, ela deixa de ser entendida apenas como “sujeira” descartada em locais inapropriados, mas como fruto de uma ação humana em seu sentido mais amplo: o barulho das fábricas e dos automóveis principalmente nos grandes centros urbanos, os excessos de publicidade, de cores, de sinalização visual também passam a ser considerados prejudiciais. Nesse sentido, o conceito de poluição passa a designar tudo o que pode impedir e se oponha ao *bem-estar* do homem.

Permanecendo nesta linha argumentativa, é interessante verificar que a introdução do conceito de poluição sonora e visual nos textos publicados permitiu reforçar a idéia de que a degradação ambiental não era criticada pelo jornal apenas pelo fato de promover a extinção de espécies da fauna e da flora, mas também porque estas ações traziam consigo um impacto negativo para a vida humana. Isso porque, diferentemente do que ocorre nos outros tipos até então mais comuns de poluição (do ar, das águas e do solo), o homem é o primeiro, senão o único, a sentir os efeitos da poluição sonora e visual. Assim, a espécie humana retorna ao seu lugar de participante do meio ambiente, rompendo com uma noção que normalmente permeia o imaginário comum: de que o meio ambiente constitui-se como tudo aquilo de natural que *rodeia* o homem, oferecendo justamente a este último – personagem central – o papel de espectador quando não o de principal destruidor das dinâmicas ambientais¹¹⁶.

Este fator torna-se particularmente importante na medida em que retoma um conceito mencionado em diversas ocasiões nas matérias selecionadas de 1972: o de meio ambiente humano. Neste primeiro período estudado, não por acaso a expressão vinha acompanhada, na maior parte dos casos, do adjetivo *humano*, mostrando a intenção do veículo em relacionar recursos naturais e sociedade e tratar o homem como participante desse processo. Este aspecto é tão importante neste período que o documento oficial da Conferência de Estocolmo recebeu o nome de Declaração sobre o Meio Ambiente Humano.

Além da sonora e da visual, outra nova forma de poluição que passa a ser mencionada em 1992 é a nuclear. As matérias alertam para o fato de que, se por um lado a geração de energia nuclear envolve um processo de implantação mais limpo e de menor impacto ambiental (se comparado a uma usina hidroelétrica, por exemplo), por outro os resíduos daí resultantes são altamente perigosos. O jornal possuía diversos casos concretos para fundamentar essas afirmações como o de Chernobil, e de Goiânia. O descarte da água quente utilizada para resfriamento de geradores era outra questão levantada pelo veículo em algumas matérias.

¹¹⁶ Jesús Ballesteros traça interessantes considerações sobre esta questão em *Ecologismo Personalista: cuidar la naturaleza, cuidar al hombre*. Madrid: Tecnos, 1997.

Assim como em 1972, os textos publicados em 1992 utilizam alguns sinônimos para o termo *poluição*. Verifica-se também aí a possibilidade do emprego de um vocabulário mais amplo tanto em função do melhor preparo da equipe de reportagem como do surgimento de novos conceitos similares. *Poluição* é colocada como sinônimo de *degradação do meio ambiente, degradação ecológica, resíduos tóxicos*.

Diferentemente do que foi observado em 1972, a conceituação de poluição empregada pela *Gazeta Mercantil* vinte anos depois continha já alguns elementos científicos. Algumas matérias referem-se, por exemplo, à emissão de dióxido de carbono ou a materiais particulados, uma terminologia nova, incorporada pela publicação. Nota-se ainda que o conceito de poluição foi, em algumas ocasiões, substituído por outros mais rebuscados e que se aproximam mais do fenômeno que se procurava explicar. Fala-se, entre outras coisas de *alterações climáticas, de aquecimento do planeta, de efeito estufa* e de *buraco na camada de ozônio*.

Pobreza: algumas considerações já foram traçadas sobre o conceito de pobreza quando no item anterior o relacionávamos como as *forças* presentes na cobertura. Agora, nos deteremos mais especificamente na maneira como a pobreza foi descrita pelo jornal nos dois períodos e os sinônimos utilizados para conceituá-la.

Em 1972, a pobreza, conforme dito anteriormente, era vista como uma forma de poluição. Por isso, para o governo brasileiro e para a *Gazeta Mercantil* – como o veículo que lhe dava voz – o mesmo esforço que as demais nações dispensavam ao combate à sujeira proveniente das atividades industriais deveria ser colocado na *luta contra a pobreza*, uma expressão bastante utilizada à época.

Em editorial de 8 de junho de 1972, *Poluição e desenvolvimento: os equívocos*, é possível ler que “a pobreza, com todas as suas conseqüências, é muito mais comprometedor para o destino da espécie humana do que a poluição. A pobreza, que leva à miséria; miséria, agente incontrolável do caos”. A mensagem é incisiva, pois, em uma hierarquia de importância, coloca a pobreza em um patamar mais alto do que a própria poluição. Neste discurso, porém, é possível perceber uma apropriação indevida do termo *pobreza* por parte do governo federal. Isso porque, a luta contra a desigualdade, mais do que uma verdadeira meta, era uma maneira de justificar o projeto

desenvolvimentista brasileiro que contemplava mais aspectos econômicos do que sociais.

Ao fazer alusão à necessidade de vencer a miséria, os governos dos países em desenvolvimento – não somente o brasileiro – possuía um apelo suficientemente grande e capaz de colocá-lo em pé de igualdade com a causa da preservação do meio ambiente. Por envolver diretamente o ser humano e ser uma realidade já palpável em todo o mundo, talvez a força da luta contra a pobreza fosse até mesmo maior do que contra a própria poluição, sobre a qual ainda não se tinha conhecimento sobre os efeitos que teria sobre o homem e sua ameaça não passava, em 1972, de projeções futuras. Os argumentos dos países em desenvolvimento não teriam tanto peso internacional se o lema adotado para contrapor o preservacionismo proposto pelo desenvolvidos fosse o “desenvolvimento pelo desenvolvimento”. O recurso à pobreza é repetido em diversas ocasiões no jornal, como no caso da matéria que traz o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, João Augusto de Araújo Castro declarando que “dois terços da humanidade estão muito mais ameaçados pela fome e pela pobreza do que pelos males da poluição”.

Não há como negar que o desenvolvimento econômico de um país traz consigo conseqüências benéficas, mais ou menos diretas, na área social. Afinal, a implantação de novas indústrias e empresas, a abertura de estradas, o incentivo à construção civil significa aumento da oferta de empregos, das remunerações, do poder de compra da população, aquecimento da economia e, muito provavelmente, a melhoria dos índices sociais como renda per capita, taxa de escolarização, entre outros. Todavia, da maneira em que está colocado no jornal em 1972 deixa a impressão de que a melhoria da qualidade de vida é a prioridade entre as políticas tomadas no âmbito governamental.

Em 1992, o termo *pobreza* deixa de ter um grande peso na cobertura da *Gazeta Mercantil*. Aparece mencionado em quatro das trinta matérias selecionadas, ou seja, em 13% do total contra 40% de 1972.

Além da diminuição no número de ocorrências, a *pobreza* deixa de ser vista como uma das piores formas de poluição, como o único contraponto possível ao preservacionismo, para se tornar *um* dos fatores que deveriam ser considerados dentro da questão do meio

ambiente, que já gozava do qualificativo de “complexa”. A diversidade de fatores que passavam a ser envolvidos quando se tratava da preservação da natureza está representado, de certa maneira, no seguinte trecho destacado da matéria *O alto custo do equilíbrio ambiental*, publicada em 21 de fevereiro de 1992 e que relata os debates que antecederam a assinatura da Declaração de Canelas: “(...) Collor, Andrés Rodríguez e Silva Cimma referiram-se aos problemas sociais; Lacalle instituiu a tese uruguaia de imediata adoção de um código ambiental internacional; e Menem citou Jean-Jacques Rousseau e a Bíblia pra condenar genericamente os crimes contra a natureza”.

No mesmo texto, verifica-se a mudança de enfoque no tratamento do termo pobreza por meio da afirmação de que “comprometem-se os signatários a preservar o equilíbrio ambiental, por considerá-lo ‘essencial para toda a Humanidade’, sem frustrar, entretanto, o que Collor chamou de ‘aspiração legítima dos nossos povos’: ‘a superação da pobreza e das formas gritantes de desigualdade’”. Em outra ocasião, durante a ECO-92, novamente o então presidente Fernando Collor em declaração similar disse que “a proteção ao meio ambiente é compatível com o crescimento econômico e com o combate à pobreza, desde que todos os países aceitem reestruturar suas atitudes”. Ou seja, estas questões subsistiam e eram incluídas na cobertura da *Gazeta Mercantil*, mas de uma maneira mais sutil, sem a ênfase de um plano de governo.

Desenvolvimento: o conceito de *desenvolvimento* construído e transmitido pela *Gazeta Mercantil* em 1972 aproximava-se em grande medida da noção empregada no senso comum, ou seja, era adotado sem a necessidade de um critério técnico: chamava-se *desenvolvimento* ao mero *crescimento econômico* e, conseqüentemente, *subdesenvolvimento* à *estagnação* ou ao *retrocesso* de uma nação neste âmbito.

Os únicos parâmetros utilizados pelo jornal quando tratavam de *desenvolvimento* ou *subdesenvolvimento* eram os próprios países que naquela época já haviam atingido altos padrões de vida nos campos econômico e social¹¹⁷. A partir dessa constatação, a leitura das matérias permite perceber uma atitude oposta, mas ao mesmo tempo, não excludente, por parte dos países em desenvolvimento: se por um lado criticam as nações

¹¹⁷ Não se pretende afirmar com isso que os organismos internacionais não possuísem critérios técnicos capazes de apontar este ponto com maior precisão. Aqui, a atenção está voltada para o jornal para quem o conceito de desenvolvimento era o mesmo utilizado pelo senso comum.

desenvolvidas por “dificultarem” seu progresso econômico, por outro, nesta mesma revolta manifestada estava embutida uma admiração pelo nível de vida que atingiram, algo do tipo “queremos ser como vocês”. Apesar de que as matérias tragam a preocupação dos países em desenvolvimento em que as demais se reconheçam como as maiores poluidoras do planeta, este não era o principal aspecto das divergências entre os dois grupos, mas sim a tentativa de um frear o avanço econômico de outro.

Conforme descrito no primeiro capítulo deste trabalho, foi apenas a partir da década de 1980 que alguns autores passaram a sugerir maior parcimônia na aplicação do termo. *Desenvolvimento* suporia uma transformação mais profunda nas estruturas da sociedade, não só em seu aspecto econômico, mas também político e, principalmente social. Por isso não poderia ser confundido com um simples *crescimento* na geração de riquezas, no aumento das exportações, no equilíbrio da balança comercial, enfim, em sinalizadores da saúde e estabilidade econômica de um país.

Uma das manifestações semânticas de que o aspecto econômico impregnava o termo *desenvolvimento* está na utilização de expressões para fazer referência aos países que já haviam atingido este nível. Além de *países desenvolvidos* os pertencentes a este grupo eram denominados – não só pelo jornal, mas usualmente – de *países ricos, onde a formação de capital e capital tem suma importância, que acumularam consideráveis recursos e riquezas às custas de tantos prejuízos para o resto do mundo*. Ou seja, o grau de desenvolvimento estava atrelado à riqueza interna acumulada. No outro extremo encontram-se as *sociedades menos prósperas, os países estéreis, onde os recursos naturais constituem os fatores primordiais de produção, os povos em estágio econômico inferior ou os economicamente atrasados*.

A partir dessa diferenciação observa-se, portanto, que a *Gazeta Mercantil* retratava em 1972, não o desenvolvimento, mas, na realidade, apenas o crescimento econômico brasileiro. Apesar de o veículo, como o governo brasileiro, haver propagado a idéia de que seria capaz de acabar com a miséria, o projeto de desenvolvimento brasileiro estava totalmente baseado em fatores econômicos. A probabilidade de que aquelas medidas tivessem efeitos posteriores no campo social do País não deixava de existir, mas não é que estivessem claramente previstos e integrados neste processo inicial de melhorias.

O que viemos dizendo fica claro ao analisarmos a relação constantemente estabelecida pelo jornal entre os termos *industrialização* e *desenvolvimento*. Considerando-se o perfil do público-leitor da *Gazeta Mercantil* era de se supor que sua cobertura exaltasse os esforços realizados para impulsionar a atividade industrial no Brasil. Em 1972, o veículo transmitiu a idéia de que o desenvolvimento não poderia prescindir da industrialização, como se os outros fatores necessários para uma real melhoria nos padrões de vida da população fossem secundários.

A relação entre *industrialização* e *desenvolvimento* também está plasmada nas denominações atribuídas ao longo das matérias. Enquanto os países considerados desenvolvidos recebiam o nome de *altamente industrializados*, os demais eram tratados por *em processo de industrialização* ou *não inteiramente industrializados*. Assim, a industrialização – mais que uma simples causa ou um componente – passa a ser o próprio desenvolvimento.

Ao diminuir a pobreza, a industrialização estaria proporcionando um bem-estar social, mesmo que para isso não fosse possível prescindir de conseqüências não tão benéficas como a poluição. Desenvolvimento e bem-estar, neste primeiro período analisado, foram relacionados pela *Gazeta Mercantil* ao acesso aos ganhos tecnológicos trazidos pela indústria: quanto mais perto dos produtos de ponta, maior o sentimento de bem-estar. Este aspecto aparece sutilmente quando, em algumas matérias, as nações desenvolvidas são também chamadas *povos que aprenderam cedo a utilizar a ciência e a tecnologia em escala ilimitada*.

Em 1992, grande parte do projeto desenvolvimentista defendido pelo governo federal duas décadas antes havia se cumprido. Sem entrar no mérito dos meios utilizados para torná-lo exequível, o fato é que a industrialização já era uma realidade no país, inclusive com a vinda de multinacionais que davam ao Brasil a sensação de auto-suficiência em alguns setores. Desse modo, a defesa do avanço industrial perdia o sentido como refrão brasileiro nas relações diplomáticas. Consequentemente, a integração entre industrialização e qualidade de vida que esteve presente na cobertura realizada pela *Gazeta Mercantil* em 1972, perdeu sua força. No imaginário popular, esta qualidade dificilmente era encontrada nos grandes centros urbanos, por mais que nesses locais

estivesse facilitado o acesso à tecnologia, aos centros de informação. Nota-se, além disso, uma maior valorização dos espaços verdes.

O termo *desenvolvimento sustentável* – a “conjugação responsável entre avanço econômico e preservação ambiental, sem prejuízos para as gerações futuras” – aos poucos ganhava a adesão de especialistas em meio ambiente e de estudiosos do tema. A ECO-92, segundo alguns, marcou a popularização do conceito, principalmente por ter sido largamente utilizado pela mídia durante a cobertura do evento no Rio de Janeiro. Naquela ocasião, já se havia passado cinco anos desde que fora – como parte do documento *Limites do Crescimento* – pela primeira vez citado oficialmente e, como fio condutor para as discussões da ECO-92 auxiliou na mudança de percepção de que o desenvolvimento – para que pudesse ser chamado sustentável – deveria integrar aspectos econômicos, ambientais, políticos e sociais.

Na *Gazeta Mercantil*, o conceito de *desenvolvimento* adotado no segundo período estudado seguia esta tendência e já possuía uma dimensão mais profunda e complexa. O jornal, de maneira paulatina, passou a incorporar a noção de sustentabilidade e o *desenvolvimento* aproximou-se de sua verdadeira concepção e não mais era empregado apenas como um simples sinônimo de *crescimento econômico*. Em *O custo do desenvolvimento sustentável*, o jornal relata a proposta do Banco Mundial aos países em desenvolvimento para atingir o nível desejado de sustentabilidade ecológica. Entre os itens que, segundo o órgão, mereceriam investimentos estão “a educação das mulheres em níveis primário e secundário, as pesquisas agrícolas, a conservação do solo e a redução da produção de efluentes e resíduos industriais”.

Nos textos publicados em 1992, *desenvolvimento sustentável* foi o conceito-chave mais utilizado, resultado que pode ser atribuído à realização da ECO-92, que gerou uma quantidade de matérias antes, durante e depois do evento. Meses antes do seu início, a *Gazeta Mercantil* publicou matéria intitulada *Brasil conclui quarta-feira as teses que vai levar à negociação* (25 de janeiro de 1992), abordando a questão das florestas e dos esforços brasileiros em desvinculá-la das discussões sobre alterações climáticas e biodiversidade. Em alguns momentos do texto é possível detectar a presença de outros aspectos que não apenas o econômico, mas elementos essenciais para a realização de um desenvolvimento sustentável. Destacamos o fragmento a seguir em que está

mencionado o fator social da região amazônica, ausente nas matérias selecionadas do primeiro período: “o risco da vinculação pretendida pelos Estados Unidos (...) seria aceitar soluções excessivamente preservacionistas para a Amazônia, em detrimento do desenvolvimento econômico e dos problemas sociais da região”.

Observa-se ainda maior precisão deste conteúdo em relação ao de 1972. Diferentemente do que ocorreu vinte anos antes, os textos de 1992 não falavam apenas de *desenvolvimento*, mas identificavam alguns tipos possíveis e passam a diferenciá-los. Conforme mostram os dados recolhidos na Tabela 10, há dois mais facilmente identificados e de maior peso neste estudo: *desenvolvimento econômico* (com seis ocorrências nas matérias analisadas), para tratar de um progresso na saúde financeira de uma nação e *desenvolvimento sustentável* (com quinze ocorrências), quando se referia a algo mais completo, complexo e comprometido do que o primeiro. Para reforçar esta afirmação citamos um fragmento da matéria *Fracassa em Canela proposta brasileira de vincular dívida à questão ambiental*, de 20 de fevereiro daquele mesmo ano. Nela é possível ler que “a proteção ao meio ambiente não se opõe ao progresso material, ao **desenvolvimento econômico** e à justiça social. São conceitos complementares”.

Apesar desta mudança de percepção, algumas manifestações observadas na cobertura da *Gazeta Mercantil* em 1972 e já transcritas repetiram-se nos textos publicados em 1992, sendo uma delas a relação de causa e consequência traçada entre *desenvolvimento e industrialização*. Enquanto as nações desenvolvidas continuaram recebendo denominações como *países industrializados, ricos, detentores da tecnologia, com políticas econômicas adequadas*, os países em desenvolvimento eram tratados por *mais pobres* ou *que não dispõe de um bom gerenciamento*. Algo de que não se valeram os textos de 1972, mas esteve presente vinte anos depois foi mencionar que os países em desenvolvimento, apesar de economicamente colocados em um patamar inferior eram os “detentores das maiores reservas naturais”, isto é, eram os que mais possuíam potencial para levar a cabo um projeto de desenvolvimento baseado na sustentabilidade. Além disso, as matérias já apontavam para o fato de que tais recursos naturais, vistos até então como materiais de pouca importância pelo baixo valor agregado, seriam, em futuro mais ou menos próximo, essenciais para a manutenção da vida humana.

Neste caso, o vínculo existente entre *industrialização e desenvolvimento* deve ser considerado dentro de algumas limitações terminológicas externas ao jornal. Isso porque a equiparação dos dois conceitos foi algo tão usual em décadas anteriores que, com o passar do tempo – como é normal ocorrer em uma língua – estas noções podem ter perdido seu sentido original e não possuir a mesma conotação para os usuários atuais. O mesmo fenômeno ocorre, por exemplo, com “países de Primeiro e de Terceiro Mundo”, já que sendo uma classificação criada durante a Guerra Fria, deveria ter sido suprimida no final dos anos 1980. No entanto, ficou marcada como sinônimo de países desenvolvidos e subdesenvolvidos e é empregada até os dias de hoje.

Soberania nacional

Outro conceito utilizado em ambos os períodos, mas sob diferentes matizes, é o de *soberania nacional*. Sobre ele já falamos nos itens anteriores que em 1972, o Brasil, assim como os demais países em desenvolvimento, pede autonomia para optar pelo avanço industrial, valendo-se do direito garantido pela *soberania nacional*. Ao mesmo tempo em que falam de autonomia, os textos também apresentam os países em desenvolvimento normalmente em uma posição de inferioridade em relação aos desenvolvidos, ou seja, como antigas vítimas de uma “exploração” histórica pela condição de colônias e agora novamente por conta da questão ambiental.

Vinte anos depois, as nações desenvolvidas, que eram vistas como “vilãs”, passam a ser recebidas com aliadas: são elas as únicas capazes de prover auxílio financeiro e tecnológico para que os países em desenvolvimento possam concretizar projetos de preservação do meio ambiente. Neste segundo caso, a linha argumentativa que resultou no emprego do conceito de *soberania nacional* percorreu um caminho mais longo. Sabia-se que os recursos naturais, devido sua escassez, seriam mais valorizados no futuro e que, portanto, os países que os controlarem possuirão vantagens em negociações internacionais. Conscientes deste aspecto, os países em desenvolvimento temiam que, ao receberem os auxílios vindos de fora, estariam comprometidos em oferecer benefícios para que também os financiadores pudessem explorar as áreas naturais. A *soberania nacional* era, neste ponto, utilizada como uma garantia de que o país não sofreria nenhum tipo de interferência a que não estivesse disposto. O editorial intitulado *Parceria, não monitoramento* pode ser citado como um caso concreto de manifestação favorável à soberania. Nele, o jornal critica a possibilidade de intervenção

dos países desenvolvidos nas florestas brasileiras, ao mesmo tempo em que mostra as divergências sobre o assunto que ocorrem dentro do próprio país.

A principal diferença entre a cobertura de 1972 e de 1992 é a inclusão, neste segundo período, do conceito de *cooperação internacional*, que aparece sete vezes enquanto *soberania nacional* é citada em três ocasiões. Nota-se, por isso, uma maior abertura ao diálogo – algo que não ocorria em 1972 – e consciência de que os problemas mundiais – entre eles o meio ambiente – poderiam estar mais próximos de uma solução quanto maior o número de interessados envolvidos. Esta idéia fica clara em *O alto custo do equilíbrio ambiental*, de 21 de fevereiro, matéria na qual o jornal relata que os participantes da reunião de Canela (que originou a Declaração do Cone Sul para a ECO-92) “ênfatizam a necessidade de cooperação internacional para a proteção da natureza vinculada à ascensão social e econômica dos países em desenvolvimento”.

A tabela abaixo foi elaborada com base nas considerações traçadas até aqui. São uma maneira de realizar um levantamento sobre o cenário histórico dos dois momentos, já que a *Gazeta Mercantil* trazia declarações de alguns grupos envolvidos com a questão do meio ambiente, mas, ao mesmo tempo, pode conter pistas sobre como o próprio veículo enxergava essa situação.

Tabela 11 – Eixos temáticos – 1972 e 1992

Eixo	1972	1992
Forças		
Países desenvolvidos	São os principais poluidores. Querem impedir o desenvolvimento dos demais	São os principais poluidores. Auxiliares no combate à poluição. Estados Unidos transforma-se em vilão pela resistência em prestar auxílio financeiro
Países em desenvolvimento	Pediam autonomia para implantar seus projetos desenvolvimentistas	Viam a necessidade da preservação ambiental e aderiram ao projeto, mas a concretização dependia da ajuda financeira vinda dos países desenvolvidos
Brasil	Não é historicamente responsável pelos mais graves processos de degradação do planeta. Afasta, por isso, qualquer tipo de ajuda internacional.	Não é historicamente responsável pelos mais graves processos de degradação do planeta e que, por isso, necessita da cooperação dos países desenvolvidos, responsáveis pela quase totalidade das emissões

	Não é indiferente em relação ao meio ambiente. Justamente o desenvolvimento que propunha acabaria com um dos principais agentes: a pobreza	dos gases do efeito estufa, da geração de resíduos e alteração das condições naturais do planeta.
Estados Unidos	Pouco citado isoladamente. Possui praticamente os mesmos anseios dos países desenvolvidos	Visto como o grande vilão da preservação ambiental. Acusados de sobrepor interesses locais (lobby com os empresários norte-americanos) aos globais
Conceito-chave		
Pobreza	É uma das principais formas de poluição nos países em desenvolvimento e tem de ser combatida. Número de pessoas que sofrem com os males da pobreza é maior do que o número das que sofrem com os males da poluição	Uma das formas de poluição. A principal causadora, seja em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, são os dejetos industriais.
Poluição	Utilizada como sinônimo de sujeita, contaminação. As mais conhecidas são atmosférica, das águas e do solos, mas, no entanto, a maior diferenciação feita é entre poluição da riqueza e poluição da pobreza	Outros tipos de poluição são mencionados na cobertura: sonora, visual, nuclear, entre outras. O vocabulário para descrevê-las aproxima-se mais do “científico”. Há mais precisão neste sentido.
Dependência	Países em desenvolvimentos não dependem do auxílio dos países desenvolvidos nas questões ambientais	Países em desenvolvimento dependem do auxílio dos países desenvolvidos para obtenção de financiamento e tecnologia
Soberania nacional	Para tomar medidas sobre o avanço econômico	Para gerir recursos naturais sem interferências do exterior
Desenvolvimento	Sinônimo de crescimento econômico	Fala-se de desenvolvimento sustentável, mas conceitualmente ainda apresenta lacunas
Subdesenvolvimento	Estagnação econômica	O conceito é pouco utilizado neste período

Profundidade descritiva dos conceitos utilizados

Partindo do pressuposto de que – devido à novidade conceitual e ao seu perfil – o leitor não possuía conhecimentos prévios sobre o tema, os textos dos dois períodos analisados não chegam a cumprir plenamente sua função informativa. Por poucos ou muitos que fossem, os conceitos não são apresentados de uma maneira tradicional, como seria de se esperar quando se trata de algo desconhecido da maioria dos leitores, mas apenas citados. Devido a esta característica os conceitos são tratados de maneira superficial, poucas vezes explicados e explorados.

Tomemos o exemplo do termo *desenvolvimento sustentável* que viemos considerando anteriormente. Vimos que era algo utilizado com parcimônia pela publicação, já que se tratava de uma noção recente e ainda com lacunas e passível de equívocos. Entretanto, a Gazeta Mercantil não traz uma conceituação (como “desenvolvimento sustentável é entendido como...” ou em forma de aposto) que sirva até para igualar os conhecimentos possuídos pelo leitor sobre o tema. Curiosamente, uma das únicas noções a ser esclarecida é a da *Agenda 21*, apresentada na maior parte das matérias como “o plano de ações que será assinado durante a ECO-92”.

Em 1992 são diversos os termos incluídos na cobertura que não são aprofundados entre eles: *ecossistema, desertificação, biotecnologia, biodiversidade*.

Dessa maneira, o jornal, que deveria servir como tradutor dos assuntos técnicos e científicos para o público não-especializado, termina por exigir um conhecimento prévio por parte de seu leitor. Trata-se de uma exigência paradoxal, visto que a publicação provavelmente era para o empresariado (que dificilmente se interessaria por Meio Ambiente a ponto de adquirir um outro título específico) a única fonte de informações ambientais.

As supressões conceituais, no entanto, não chegam a comprometer o entendimento do texto como um todo, visto que é possível chegar a uma compreensão mais ampla pelo conjunto do texto. Apesar disso, não se pode ocultar que esta abordagem contribuiu para que as idéias fossem difundidas superficialmente, com o risco de transformarem-se, com o passar do tempo, em clichês.

Além disso, o pouco aprofundamento pode ser apontado como uma segunda¹¹⁸ causa do já mencionado baixo impacto dos debates internacionais sobre o empresariado nacional. Sem compreender amplamente os fenômenos e seus efeitos imediatos, os profissionais do setor dificilmente estabeleciam o vínculo de que as metas traçadas daquelas discussões só poderiam ser atingidas a partir de uma mudança nas práticas adotadas pelas empresas que dirigiam.

¹¹⁸ Uma primeira causa havia sido apontada nos comentários sobre as fontes. Dissemos que a ausência de espaço dado a este setor explicava em parte seu distanciamento dos debates, como se aquelas discussões teóricas não influenciassem diretamente nos seus negócios.

3.4.4 | Imagens

Em função do projeto gráfico adotado pela *Gazeta Mercantil* em meados da década de 70 – que abdica das imagens fotográficas e privilegia o desenho estilo bico-de-pena –, a presença de imagens é notada apenas no primeiro período estudado. Não faremos longas considerações sobre este aspecto, mas nos interessa mostrar como ele funciona como reforço ao discurso escrito do veículo. Nas matérias que trazem declarações de alguma autoridade, normalmente há imagens dos declarantes – que serão em 1992 substituídas pelo bico-de-pena. Quando não trazem personalidades, trazem imagens de indústrias em funcionamento, lançando nuvens de fumaça pelas chaminés. Esta, segundo Ademar Cantero, editor da *Gazeta Mercantil* em 1972, era considerada a imagem do desenvolvimento, do progresso.

Em 1992, sem fotografias, outros elementos, conforme já mencionado, passaram a exercer a função de complementar o discurso escrito. São tabelas e gráficos que resumem ou complementam as informações transmitidas no texto principal.

Considerações finais

Valendo-se de matérias sobre as relações internacionais veiculadas nos anos de 1972 e 1992 na editoria de Meio Ambiente *Gazeta Mercantil*, este estudo teve como principal objetivo verificar as mudanças ocorridas na cobertura realizada pela publicação especificamente neste campo. A pesquisa nasceu, portanto, da convergência entre jornalismo, economia, meio ambiente e, relações internacionais e, sem a pretensão de esgotar o tema, buscou um enfoque capaz de abarcar a todas as áreas, de modo a compreender suas afinidades e limitações.

Uma breve análise sobre o tratamento dispensado pela mídia ao meio ambiente – utilizada como ponto de partida para este trabalho – foi suficiente para constatar a estreita e cada vez mais íntima relação existente entre os quatro referidos campos. Para citar alguns exemplos, as notícias publicadas sobre a Amazônia normalmente contrapõem a necessidade da preservação da área e dos povos nativos aos negócios de empresas madeireiras; empresas ganham destaque nos meios de comunicação quando implantam políticas favoráveis à preservação e se pode quantificar quanto o governo terá de investir para recuperar uma área devastada, verba que poderia ser destinada a outros fins sociais; ao mesmo tempo, outros países demonstram interesse em executar projetos, monitorar e beneficiar-se dos recursos naturais da região.

Ao mesmo tempo, justamente por estar posicionado no encontro entre diversas áreas, o meio ambiente torna-se um assunto controverso: a grande quantidade de grupos envolvidos na questão traz consigo uma diversidade de opiniões já que cada um possui necessidades, interesses e diferentes graus de conhecimento sobre o assunto.

Este estudo partiu, portanto, de uma noção por si só controversa. Centrando-se em uma publicação diária especializada em economia, pretendia verificar como o veículo retratou, em dois determinados momentos, as relações estabelecidas entre os países, as responsabilidades e os papéis de cada um quando o que estavam em jogo eram questões ambientais.

Além de peculiaridades manifestadas pela análise do conteúdo propriamente dito, destaca-se, neste estudo, o fato de que a primeira editoria diária, fixa e estável da

imprensa brasileira sobre meio ambiente tenha pertencido a uma publicação do segmento econômico. Esta característica merece ser ressaltada por duas razões principais: a primeira está relacionada ao pioneirismo da *Gazeta Mercantil*, veículo que a partir do início da década de 1970, com sua reestruturação editorial e gráfica, adotou um ambicioso projeto de setorização da economia e, assim assumiu a liderança no segmento. O meio ambiente foi uma dessas apostas.

A segunda razão está muito vinculada à primeira. Em 1989, ano do lançamento da seção, poucos eram aqueles que conseguiam reconhecer o meio ambiente como um assunto econômico. Por trás de um tema demasiadamente novo e, justamente por isso, pouco relevante para a maioria dos veículos de comunicação, a *Gazeta Mercantil* enxergou potencialidade informativa e oportunidades de negócios. Ao lançar a editoria, adiantava-se às necessidades dos leitores – empresários em sua maior parte – que, apesar de já sentirem as primeiras manifestações da importância que a temática ecológica teria em seus negócios – era crescente o número de indústrias processadas por danos ambientais – ainda não possuíam plena consciência do que isso viria a significar. O espaço conquistado no maior diário econômico do País, tirava o meio ambiente do rol de assuntos secundários para o gerenciamento dos negócios e o equiparava a outros reconhecidamente essenciais para este público, como finanças e energia.

O pioneirismo fez com que a *Gazeta Mercantil* carregasse com os méritos, mas também com as dificuldades próprias dessa condição. Pela novidade temática, o jornalismo ambiental não era ainda visto como uma especialidade dentro da profissão e, por isso, eram poucos os repórteres especialmente formados para falar do tema com propriedade. Sem parâmetros e experiências anteriores, é possível prever uma certa dificuldade para definição das pautas, dos temas realmente relevantes, dos entrevistados, entre outros fatores.

Atendo-nos às questões referentes ao conteúdo, uma das constatações significativas, no intervalo de vinte anos que separa o primeiro do segundo período estudado foi o crescimento no número de matérias publicadas. Esta evolução pode ser explicada pelo avanço das pesquisas e debates na área que, além de colocar o assunto em voga, forneceram temas que poderiam ser desenvolvidos nas pautas. Além disso, após a transformação editorial, a *Gazeta Mercantil* passou a ter uma cobertura mais

consistente, realizada por uma equipe própria. Isso permitiu, anos depois, a abertura de uma editoria específica sobre meio ambiente, com uma equipe dedicada apenas a este tema.

Isto permite afirmar que a cobertura realizada pela *Gazeta Mercantil* sobre as relações internacionais no campo ambiental refletia, em ambos os períodos, o cenário externo à publicação: em 1972, quando as discussões ainda eram marcadas por lacunas e incertezas, assim o assunto era retratado pelo jornal. Da mesma maneira, quando chegaram a um estágio mais avançado, o jornal apropriou-se de novos conceitos, personalidades e temas e passou a incluí-los em sua cobertura. Este fato demonstra que, tanto em uma quanto em outra época, o jornal adotou uma posição de vanguarda: abordou o tema quando poucos falavam sobre ele, e, quando já havia se popularizado e os veículos passaram a cobri-lo esporadicamente, adotou o meio ambiente como um tema fixo.

Com base no que acabamos de afirmar, torna-se evidente a impossibilidade de realizar, com a mentalidade, com os conceitos e com as experiências atuais, a análise de matérias publicadas no passado. Hoje, conhecendo o resultado de determinadas ações ambientais iniciadas naqueles dois períodos ou mesmo sabendo que não se cumpriram certas previsões sobre o futuro da humanidade, seria fácil afirmar quais deveriam ser os temas referentes ao meio ambiente realmente relevantes. Dessa mesma forma, é relativamente fácil, mas pouco correto, afirmar que a cobertura da *Gazeta Mercantil* deveria ter se detido em um ou outro assunto, que poderia ter aprofundado em outros tantos determinados aspectos. O que se procurou, na verdade, foi apontar o que foi e o que poderia ter sido retratado pelo jornal dentro do que era possível na época em questão. Ao mesmo tempo, procuramos traçar uma linha comparativa que nos colocou em confronto não só as coberturas realizadas em 1972 e 1992, mas com as discussões fomentadas no plano externo ao jornal nestas mesmas épocas. Com isso, foi possível observar quais dos conceitos surgidos foram incorporados à dinâmica da redação.

Em termos qualitativos, a principal conclusão foi de que o conteúdo sobre política internacional publicado na editoria de Meio Ambiente não favoreceu, em nenhum dos dois períodos, a participação do empresariado brasileiro nos debates surgidos em conferências que reuniam representantes de diversos países. Um dos fatores que

dificultou essa dinâmica foi a ausência de representantes do setor empresarial entre as fontes ouvidas nas matérias. Apesar de já nesta época existirem pessoas especializadas em questões ambientais e, portanto, potenciais entrevistados, os textos continuaram sendo baseados em depoimentos de autoridades e no registro de resultados de conferências e reuniões, sem buscar uma repercussão posterior entre os próprios participantes ou entre os setores que não estiveram representados durante os eventos. Além disso, os textos não mencionaram os impactos que aquelas resoluções internacionais teriam nos negócios de seus leitores, enfatizando, mesmo sem intencionalidade, que se tratava de algo que restringia ao âmbito governamental.

Outra importante característica é que, no intervalo de vinte anos – período em que o jornal passou a dispor de um maior leque de recursos editoriais, de fontes de informação, de pesquisas e resultados de estudos publicados –, a cobertura sobre as decisões internacionais na área ambiental manteve seus principais eixos estruturais. O embate retratado, em 1972, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento realçou o aspecto econômico do meio ambiente, que foi reforçado, sob outros matizes, na cobertura de 1992. Enquanto no primeiro período, o movimento entre os dois era de oposição, no segundo, embora mantidos alguns pontos de divergência, havia já abertura para um diálogo entre os blocos de nações e se falava em cooperação internacional.

Apesar disso, ao final da análise, ficou claro que houve uma evolução na cobertura. Um dos sinais do aumento da complexidade dos debates ambientais e, conseqüentemente da cobertura, é o número de conceitos surgidos para nomear novos ou mesmo antigos fenômenos que permaneciam desconhecidos. Ao contrário do que ocorria em 1972, quando se falava de poluição de uma forma geral, sem as especificidades de tipo que se conhece atualmente, percebeu-se que, em 1992, já havia uma maior preocupação para que o termo fosse utilizado de maneira mais precisa.

Entretanto, a incorporação de novos termos, a utilização dessas palavras ao vocabulário cotidiano da própria publicação e de seu público-leitor não significou real incremento no conteúdo. *Desenvolvimento sustentável, biodiversidade, efeito estufa* continuaram, a exemplo do que já acontecia em 1992, desacompanhados de suas respectivas explicações, sendo, portanto, utilizados superficialmente.

Atualmente, a cobertura da mídia sobre o meio ambiente agrava a propagação de noções equivocadas sobre as questões ambientais. Nota-se um esvaziamento no real significado de expressões como *desenvolvimento sustentável*, por exemplo, que acaba por abarcar toda e qualquer ação realizada em prol da preservação da natureza. Não se despreza o fato de que o termo está bem mais consolidado do quando surgiu e que os critérios para definir o que é e o que deixa de ser *desenvolvimento sustentável* está igualmente mais rigoroso. No entanto, ainda hoje muitas empresas enxergam nele apenas uma oportunidade de negócio, uma maneira de melhorar a marca e aumentar sua credibilidade entre os consumidores. Ao mesmo tempo, se assiste também a um crescimento do noticiário que trata o meio ambiente de maneira alarmista, apontando as transformações climáticas são como um processo irreversível.

Cabe à mídia a tarefa de transmitir com clareza os novos conceitos sobre o meio ambiente, facilitando a participação dos diversos atores sociais envolvidos e sendo um local privilegiado para o debate. Afinal, a tendência é que cada vez mais os temas ambientais recebam um tratamento econômico, não só em veículos especializados como também em publicações de interesse geral, e que aumentem também o número de pessoas e, portanto, de pontos de vista acerca do tema. Alguns autores acreditam que este aspecto será tão forte que o meio ambiente se transformará no principal ponto de discórdia entre os países, com os do Sul utilizando suas reservas de petróleo e florestas como barganha¹¹⁹.

Nada além de previsões. A quem cabe, afinal, o patrimônio ambiental? Quem é culpado pela poluição e quem deve pagar por ela? Implicitamente esses questionamentos estiveram presentes, com pequenas mudanças de matizes, na cobertura realizada pela *Gazeta Mercantil* em 1972 e 1992. Permanecendo em aberto, as mesmas interrogações devem seguir inquietando os diversos setores por muitos anos, reforçando a função do jornal: trazê-las ao debate público.

¹¹⁹ Ver matéria *Ecologia substitui a Guerra Fria na relação entre Norte e Sul*, de Edward Martimer publicado na *Gazeta Mercantil* em 13 de junho 1992.

Bibliografia

ABRAMO, Perseu. *Pesquisa em Ciências Sociais*. In HIRANO, Sedi (org.). *Pesquisa Social – Projeto e Planejamento*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

ABREU, Alzira Alves de. *Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática*. In: *Mídia e Política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ALONSO, Pilar. SÁNCHEZ, María Jesús; HYDE, John, MORAN, Christopher (orgs). *Aspects of discourse analysis*. Ediciones Universidad Salamanca. Salamanca: 2002.

ALVES, Sérgio Luís Mendonça. *Estado Poluído*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

ARRUDA, Denise Juliani de. *Imprensa e meio ambiente: as mudanças na cobertura jornalística entre o Rio-92 e a Rio+10 - o caso da Gazeta Mercantil*. Dissertação de mestrado apresentada na Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo, 2006.

BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

BALLESTEROS, Jesús; PÉREZ ADÁN, José (org). *Sociedad y Medio Ambiente*. Editorial Trota: Madrid, 1995.

BALLESTEROS, Jesús. *Ecologismo personalista: cuidar la naturaleza, cuidar al hombre*. Madrid: Tecnos, 1997.

BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio – Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BASILE, Sidnei. *Elementos de jornalismo econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

- BELLIA, V. *Introdução à economia do meio ambiente*. Brasília: Ibama, 1996.
- BELMONTE, Roberto Villar. *Jornalismo ambiental – evoluções e perspectivas*. Palestra proferida no Seminário "Imprensa e Pantanal", no Laboratório Ambiental de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997. Acesso pelo site www.jornalismoambiental.jor.br
- BENAKOUCHE, R. & SANTA CRUZ, R. *Avaliação monetária do meio ambiente*. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1994.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro – O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. São Paulo: Editora Contraponto, 1996.
- BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. *Desenvolvimento e Crise na Brasil 1930–1983*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BRUNDTLAND, Gro Herlem. *Nosso futuro comum. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- BUENO, Wilson da Costa. *Os desafios do jornalismo ambiental no Brasil*. Publicado no Portal da Imprensa (<http://portalimprensa.uol.com.br>), em 24 de agosto de 2006
- CALDAS, Suely. *Jornalismo econômico*. São Paulo: Contexto, 2003.
- CARVALHO, Samantha V.C.B.R. *A Internacionalização da mídia brasileira: a trajetória da Gazeta Mercantil*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), 2001.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus Editorial, 1994.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CONTRERAS, Diogo. *La Iglesia Católica en la prensa: periodismo, retórica y pragmática*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra S.A., 2004.

CORTÉS RODRÍGUEZ, Luis; CAMACHO ADARVE, María Matilde. *¿Qué es el análisis del discurso?* Ediciones Octaedro: Barcelona, 2003.

DESCHAMPS, Marley Vanice. *Vulnerabilidade socioambiental na região de Curitiba*. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal do Paraná, 2004.

DENCKER, A.F.M. *Subsídios para uma reflexão sobre comunicação e meio ambiente*. IN Comunicação e meio ambiente, organizado por Ada de Freitas Maneti Dencker e Margarida Maria Krohling Kunsch. São Paulo: Intercom IMES, 1996. p. 19-24 INTERCOM; 5.

ESCRIBANO, Asunción. *Pragmática e ideología en las informaciones sobre conflictos políticos*. Salamanca: Publicaciones Universidad de Salamanca, 2001.

FERRER REGALES, Manuel; PELÁEZ LÓPEZ, Antonio. *Población, Ecología y Medio Ambiente*. Ediciones Universidad de Navarra S.A., Pamplona: 1996.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação. As categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *El orden del discurso*. Barcelona: Tusquets, 1973.

GILSON, Étienne. *El realismo metódico*. Rialp: Madrid, 1952.

GRINEVALD, Jacques. *O Clube de Roma e as limitações do crescimento*. In: Estado do Ambiente no Mundo. Lisboa: Instituto Piaget, 1978.

HERRERO CECILIA, Juan. *Teorías de pragmática de lingüística textual y de análisis del discurso*. Cuenca: Ediciones de la Universidad Castilla-La Mancha, 2006.

JACOBS, Michel. *La economía verde – Medio ambiente, desarrollo sostenible y la política del futuro*. Icaria, Barcelona, 1996.

JAKOBSON, Roman. *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1961

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo econômico*. 2ª edição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2000.

LACHINI, Cláudio. *Anábase – História da Gazeta Mercantil*. São Paulo: Lanuzi, 2000.

_____ *Herbert Levy – a bibliografia do revolucionário perplexo*. São Paulo: Banco Safra, 2002

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Florianópolis: Insular: Editora da UFSC, 2001.

LENE, Hérica. *A crise na Gazeta Mercantil: tradição e ruptura no jornalismo econômico brasileiro*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2004.

_____ *O jornalismo econômico ontem e hoje: resgate histórico de sua expansão no Brasil*. Artigo apresentado no II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2004.

LUDEVID ANGLADA, Manuel. *El cambio global en el medio ambiente. Introducción a sus causas humanas*. Boixareu Editores, Barcelona: 1997.

LUTZENBERGER, José. *Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1976.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

_____. *Novas tendências em análise de discurso*. Campinas: Pontes: Editora da Unicamp, 1997.

MARCONDES, Adalberto. *Um olhar verde sobre o jornalismo*. Artigo publicado na Revista Fórum (<http://revistaforum.uol.com.br>), em 19 de setembro de 2005.

MARCONDES, Sandra. *Brasil, amor à primeira vista! Viagem ambiental no Brasil do século XXI*. São Paulo: Editora Peirópolis.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978*. Rio de Janeiro: Global, 1980.

MARQUES, Randau. *O papel da imprensa em meio ambiente e população*. Anais do seminário para jornalistas sobre população e meio ambiente. Brasília: FENAJ FNUAP, 1989. p. 30-49

MARTINEZ ALIER, Joan; ROCA JUSMET, Jordi. *Economía, Ecología e Política Ambiental*. Fondo de Cultura Económica. México D.F, México, 2000.

MAY, P., LUSTOSA, M. C., VINHA, V. da (orgs.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2003.

MEADOWS, Denis et al. *Limites do Crescimento*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1972.

MEDICI, Emílio Garrastazu. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília: Imprensa Nacional, 1974.

_____. Meios de comunicação e meio-ambiente. in Cadernos de Comunicação da ABEPEC, n.2, 61-63 UFPB/Editora Universitária, 1979.

MELO FILHO, Murilo. *O milagre brasileiro*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1972.

MICHELLOTI, Gabriela. *O enquadramento da notícia ambiental na imprensa brasileira: da Rio 92 à Rio+10*. Tese de mestrado apresentada para o Programa de Pós-graduação em ciência ambiental (Procam), da Universidade de São Paulo, 2005

MORAES, Dênis de. *Por uma outra comunicação – mídia mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

MORIN, Violette. *El tratamiento periodístico de la información*. Barcelona: A.T.E., 1974.

NETHER, Jairo Ivã. *Ecojornalismo impresso – análise do jornalismo ambiental em Porto Alegre*. Monografia apresentada em 1998. Ulbra/RS.

PEARCE, D., MORAN, D. *O valor económico da biodiversidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. Em F. Gadet; T. Hak (Org.s). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. A análise do discurso: três épocas. Em F. Gadet; T. Hak (Org.s). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

RAMOS, Luis Fernando Agerami. *Meio ambiente e meios de comunicação*. São Paulo: Annablume, 1996.

REDCLIFT, Michael; WOODGATE, Gram (org). *Sociología del medio ambiente – Una perspectiva internacional*. McGraw-Hill/Interamericana de España, Madrid: 2002.

RESENDE, José Venâncio. *Construtores do jornalismo econômico: da cotação do boi ao congelamento de preços*. São Paulo: SAA APTA, 2003.

ROMEIRO, Ademar R. *Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares*. Econômica - Revista da Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense. v.1 n.1, Junho 1999.

SANCHES, Solange. *Cidadania Ambiental: novos direitos no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/Annablume, 2000.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 (8ª edição).

TAPIA, Francisco; TOHARIA, Manuel. *Medio ambiente: ¿alerta verde?* Acento Editorial, Madrid, 1995.

OLIVEIRA, F. *Democracia, meio ambiente e jornalismo no Brasil*. IN *Comunicação e meio ambiente*, organizado por Ada de Freitas Maneti Dencker e Margarida Maria Krohling Kunsch. São Paulo: Intercom IMES, 1996. p. 61-69 INTERCOM; 5.

QUINTÃO, Aylê-Salassiê Filgueiras. *O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964*. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

UNGARETTI, Wladimir. *Empresariado e Ambientalismo: uma análise de conteúdo da Gazeta Mercantil*. São Paulo: Annablume, 1998.

VAN DIJK, Teun. *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona: Paidós, 1990.

VIEIRA, Dorival Teixeira. *O desenvolvimento econômico do Brasil e a inflação*. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Universidade de São Paulo, 1962.

Entrevistas realizadas:

Ademar Cantero, 2 de dezembro de 2006

Regina Scharf, 9 de fevereiro de 2007

Francisca Stella Fagá, 2 de agosto de 2007

ANEXOS

Ficha 01/72 - Subdesenvolvimento também é poluição, diz Araújo Castro

24 de fevereiro de 1972 | Reportagem | Assinada por UPI/GM

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
João Augusto de Araújo Castro (C)	o embaixador brasileiro	Reação	Disse/ observou/ preferiu reportar-se

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Países desenvolvidos	Países altamente industrializados	-	ferem os ouvidos
Países em desenvolvimento	restante do planeta	+	não querem incidir nos mesmos erros/ não podemos aceitar passivamente/ não tiveram a oportunidade
Conselho Econômico e Social		+	refutou
New York Times	Times	-	disse

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre
Subdesenvolvimento	representa em si mesmo uma das piores formas de poluição do meio ambiente humana
Poluição	
Fome	
Pobreza	

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Tragédia	dois terços do planeta estão muito mais ameaçados pela fome e pela pobreza do que pelos males da poluição

Ironias

a fumaça que saía das chaminés era uma beleza, cuja contemplação causava júbilo eterno/ selvagem feliz

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Não há apuração. Apenas a reprodução de declarações.

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina
Países desenvolvidos	“Não permitam que ocorra em suas cidades o que aconteceu em Nova York; conservem a beleza dos seus campos, são advertências que constantemente feremos ouvidos dos representantes dos países em desenvolvimento”	Não opina
Araújo Castro	“A ênfase é posta nos perigos da poluição, certamente sério nos países altamente industrializados, enquanto a maior parte do planeta está ainda numa fase de precontaminação, ou, em outras palavras, que não teve a oportunidade de ser contaminada”.	Não opina

POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?

Não

IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA

Pobreza ameaça mais que poluição

OBSERVAÇÕES ADICIONAISSubdesenvolvimento é mostrado como sinônimo de poluição, fome e pobreza .
O próprio título já é uma declaração.

Ficha 02/72 - Subdesenvolvimento como forma de poluição

25 de fevereiro de 1972 | Editorial

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
New York Times (C)	o grande jornal de Nova Iorque	Ação	Criticou/ pretendeu colocar o nosso governo numa posição de indiferença/ tomou posição/ não considerou
João Paulo dos Reis Veloso (C)	ministro João Paulo dos Reis Veloso/ Ministro do Planejamento do Brasil	Reação	
Robert Mc Namara (M)	Sr. Mc Namara/ Presidente do Banco Mundial	Ação	
João Augusto de Araújo Castro (C)	o embaixador	Reação	Criticou

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Brasil	Governo brasileiro/ nosso governo, nosso país, nossas autoridades	+	Se opõe/ não se opõe à discussão/ lideram
Países em desenvolvimento	Países não inteiramente industrializados/ nações em desenvolvimento, países subdesenvolvidos, países ainda em processo de industrialização	+	Não devem aceitar
Países desenvolvidos	Técnicos e autoridades dos países industrializados	-	

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre
Poluição	
Pobreza	
Subdesenvolvimento/desenvolvimento	
Progresso	

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Divergências entre países	Discussão/ Controvérsia/ Ameaça/ Guerra/ Batalha

Ironias

O grande jornal de Nova Iorque tomou posição sem consultar seus correspondentes no Brasil

Intensidade/ adjetivação

velada ameaça/ principal/ indiferença/ não corresponde absolutamente à realidade/ grande jornal/ argumentos irretorquíveis/ forte e indevida ênfase/ rápida industrialização

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Estrutura argumentativa

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina

POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?

Sim. "O enfoque do sr. McNamara foi interpretado pelo governo brasileiro como uma velada ameaça aos programas de desenvolvimento dos países não inteiramente industrializados"/ "O que o New York Times não considerou é que o

Brasil se opõe à tentativa de deslocamento do eixo da questão, indiretamente organizado por técnicos e autoridades dos países industrializados, ao proporem a preeminência ao combate à poluição”/ “Vamos continuar progredindo. É possível conciliar o crescimento econômico com a defesa do meio ambiente”/ “nosso governo”

IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA

Autoridades brasileiras foram mal interpretadas

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

Desvinculação do progresso industrial da poluição
É possível conciliar o crescimento econômico com a defesa do meio ambiente.

Ficha 03/72 - Será o controle da poluição realmente incompatível com o desenvolvimento econômico?

25 de abril de 1972 | Reportagem especial

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
James A. Lee (M)	Assessor para Assuntos Ambientais/ foi também Diretor de Ecologia Humana no Serviço de Saneamento Ambiental da Secretaria de Saúde, Educação e Bem-Estar dos Estados Unidos	Ação	“Decidiu que apresentaria”

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Países desenvolvidos	Sociedades mais adiantadas/ onde a formação de capital e tecnologia tem suma importância/ país rico	-	A maneira como utilizam as máquinas repercute no meio ambiente/ já não consideram mais que a contaminação é o preço que se deve pagar pelo progresso
Países em desenvolvimento	Sociedades menos prósperas/ onde os recursos naturais constituem os fatores primordiais de produção/ país estéril	+	A exploração de seus recursos influi no meio ambiente/ está menos convencido do que antes de que não resta outra alternativa: contaminação ou pobreza
Banco Mundial		+	Prepara e financia projetos de fomento econômico

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre
Problemas ambientais	São atualmente objeto de preocupação mais imediata que antigamente/ se agravam a medida que o homem é mais capaz de ocasionar mudanças instantâneas, imediatas e irreversíveis em sua vida/ se não são novos neste século, somente agora se têm consciência de sua existência
Soberania nacional	Cada Estado é soberano para determinar seu processo de desenvolvimento interno/ é impossível impugnar a ordem de prioridades que outro atribua à solução de seus problemas internos
Desenvolvimento econômico	Não pode ser alcançado sem ocasionar algum transtorno no meio ambiente humano/ pode realizar-se de tal forma que se reduzam ao mínimo os efeitos nocivos, tanto para o meio ambiente como sobre a saúde pública e o bem-estar da humanidade
Meio ambiente humano	
Contaminação	

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Divergências entre os países	Homem do norte morre de enfisema e homem do sul morre de esquistossomose

Ironias

Devem estar a essas horas com as cabeças enterradas no chão/ Curioso é que eles querem que os países em desenvolvimento não façam o que eles fizeram

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Assemelha-se a um artigo ou a um editorial; sem fontes e baseada em impressões do jornalista.

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?		
Sim. Assume posições como: “a principal preocupação dos países em desenvolvimento deve continuar sendo o avanço econômico e social”		
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA		
Cada país, independentemente do seu grau de desenvolvimento, tem suas peculiaridades em relação à questão ambiental. Por isso, a soberania nacional tem de ser garantida para que cada um possa cuidar das suas questões, dentro das suas particularidades.		
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS		

Ficha 04/72 - Delegado do Brasil na Conferência de Estocolmo: países ricos são responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente

7 de junho de 1972 | Reportagem | Assinada por UPI/GM

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
José Costa Cavalcanti (O)	O ministro / o ministro do Interior do Brasil	Ação	Afirmou/ disse/ advertiu/ salientou/ ressaltou/ acrescentou/ expôs/ concluiu/ defende
Maurice Strong (M)	Secretário geral da Conferência		

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Países desenvolvidos	Países ricos/ altamente desenvolvidos/ que acumularam consideráveis recursos e riquezas às custas de tantos prejuízos para o resto do mundo	-	Deveriam assumir/ causaram a poluição
Países em desenvolvimento		+	
Brasil		+	Foi um dos primeiros a falar
ONU		-	Não deve tentar superimpor/ coordenar

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre
Desenvolvimento	Deveria servir para melhorar o nível de vida de todos os homens e diminuir os danos causados à natureza em geral
Crescimento econômico	combinação entre a obtenção de melhores condições para o homem e a necessidade de minimizar os danos à natureza
Pobreza	Luta contra a pobreza, melhores condições de habitação e nutrição, assistência médica e emprego são mais importantes do que a diminuição da poluição atmosférica
Soberania nacional	Deve haver cooperação entre os países sem “limitar o direito de cada país soberano de explorar seus próprios recursos de acordo com suas próprias prioridades e necessidades”
Meio ambiente	O conhecimento ainda é muito incompleto

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Preservação é batalha	Luta contra a pobreza
Divergências entre países	Defende a posição brasileira/ cooperação internacional

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Baseada em declarações concedidas durante conferência

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina
Costa Cavalcanti	Mesmo que o resultado da conferência de Estocolmo fique restrito a um grande projeto de pesquisa, seria um sucesso estrondoso criando uma base sólida para futuras ações.	Não opina

POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?

Não. Mas utiliza sem aspas uma declaração, assumindo como própria: a partir de agora, o desenvolvimento econômico deve ser uma combinação entre obtenção de melhores condições para o homem e a necessidade de minimizar os danos à natureza.

IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA
Países desenvolvidos são principais responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente e deveriam assumir essa condição
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS
Chega a mencionar o papel da ONU como órgão financiador, que não impeça a soberania nacional

Ficha 05/72 - Poluição e desenvolvimento: os equívocos

8 de junho de 1972 | Editorial

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
José Costa Cavalcanti (O)	ministro brasileiro/ o sr. Costa Cavalcanti/ o delegado brasileiro, ministro Costa Cavalcanti, da pasta do Interior	Age	ativou as discussões; evidenciou
João Paulo dos Reis Veloso (M)	ministro do Planejamento, sr. Reis Veloso	Reage	comentou
Maurice Strong (M)	Maurice Strong, secretário-geral da Conferência		elaborou um documento

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Países desenvolvidos	países super industrializados/ povos que aprenderam cedo a utilizar a ciência e a tecnologia em escala ilimitada/ países industrializados/ países superdesenvolvidos	-	Reclama
Países em desenvolvimento	povos em estágio econômico inferior/ terceiro mundo/ nações com complexos problemas relacionados à mudança da estrutura sócio-econômica/ envolvidos na batalha do desenvolvimento	+	
ONU		+/-	
New York Times	Importante jornal norte-americano	-	tentou atribuir ao Brasil
Brasil	nosso Estado	+	sustenta/ propõe

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre
Poluição/poluição da biosfera	setor de divergências/ uma das mais terríveis ameaças que pairam sobre o mundo, no século que vivemos/ não pode servir de pretexto para retardar-se a implementação do projeto de desenvolvimento
Pobreza	é muito mais comprometedora para o destino da espécie humana, do que a poluição/ leva à miséria e a miséria é agente incontrolável do caos.
Soberania nacional	

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Divergências entre países	Controvérsia/ Discussões/ Consenso
Preservação é uma batalha	Combate/ Luta sem quartel/ Ameaça/ A ameaça grave/ Batalha/ ação conciliatória
Tragédia	Exagero/ passionalismo/ miséria/ risco/ desespero/fermentos da tragédia/ ruína/ emocional

Ironias

lúminares do pensamento dos países superdesenvolvidos

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Estrutura argumentativa

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina
Costa Cavalcanti	Uma atitude sensata e objetiva nos impedirá em cair, seriamente, em ameaças à humanidade, apresentadas de forma exagerada e emocional	Concorda
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?		
Sim		
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA		
Países desenvolvidos são os principais responsáveis pela poluição. Querem barrar o desenvolvimento daqueles que ainda não atingiram aquele estágio econômico. Governo brasileiro vê exagero no tratamento da questão ambiental. O jornal concorda		
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS		

Ficha 06/72 - Proposta criação de fundo para combater poluição ambiental			
10 de junho de 1972 Reportagem Assinada por UPI/GM			
FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)			
Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Richard Nixon (M)	Presidente dos Estados Unidos	Ação	Propôs
Maurice Strong (C)	Secretário geral da reunião/ homem que dirigirá o novo escritório	Ação	Propôs
Funcionários ocidentais/fontes chegadas à reunião (C)		Reação	Opuseram-se/alegaram
FORÇAS PRESENTES			
Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Delegações que participam da Conf.		+	Parecem ter assegurado
Estados Unidos		+	Contribuirão
Japão		+	Contribuirá
Países desenvolvidos		+	Contribuirão
Países da Europa Oriental		-	Boicotaram
Novo escritório internacional	Novo organismo	+	
Declaração do ambiente humano		+	
PALAVRAS E EXPRESSÕES			
Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre		
Ambiente humano			
Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas		
Preservação é batalha	Luta contra a pobreza		
Divergências entre países	Defende a posição brasileira/ cooperação internacional		
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA			
Relato sem repercussão em outros setores			
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS			
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina	
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?			
Não			
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA			
É quase certa a criação de um fundo para financiamento de projetos ambientais em países em desenvolvimento. Estados Unidos e Japão serão os principais financiadores			
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS			

Ficha 07/72 - Hoje termina a conferência da ONU: criou-se fundo de US\$ 100 mil para proteger o meio ambiente

16 de junho de 1972 | Reportagem | Assinada por UPI/GM

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Carlos Rodrigues (O)	O presidente da comissão encarregada da criação do fundo/ representante brasileiro	Reação	Declarou/ esperava/ respondeu/ preferia falar/ afirmou/ ressaltou
Maurice Strong (C)	Secretário geral da Conferência, do Canadá	Reação	Afirmou

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
A Conferência das Nações Unidas		+	Aprovou
Países desenvolvidos		+	Farão contribuições maiores quando o conselho começar a apresentar resultado
Países em desenvolvimento		+	Precisam de novas contribuições dos países desenvolvidos/ apoiou uma proposta australiana
Declaração		+	Teria um impacto mundial, pois resumem o que os governos devem fazer/ sugere
Argentina		+	Propôs
Brasil		+	Propôs

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre
Ambiente humano	
Desenvolvimento econômico	
Programas de proteção ao meio amb	
Soberania nacional	

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Divergências entre os países	texto de resolução que seja ao mesmo tempo aceitável para os Estados Unidos e para a China/ reunião a portas fechadas onde procurou acertar as divergências entre norte-americanos e chineses Brasil e Argentina divergem/continuaram divergindo/ travaram uma batalha verbal/ apresentaram emendas conflitantes/ reforçar suas respectivas posições/ Argentina propõe/ Brasil responde

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Baseada em citações

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina

POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?

Não

IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA

Aprovada a criação de um fundo especializado em meio ambiente

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

Divergência entre valor apresentado no título e no corpo da matéria

Ficha 08/72 - Vitória do bom senso em Estocolmo

16 de junho de 1972 | Editorial

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
José Costa Cavalcanti (O)	Chefe da delegação brasileira/ ministro do Interior	Ação	Disse/ aplaudido pela esmagadora maioria/ sustentou uma posição realista e construtiva

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Brasil	Delegação do Brasil / nosso governo	-/+	Acusada de sabotar/ está atento a esta ameaça
Países desenvolvidos	Países ricos	-	São os responsáveis aos danos causados ao meio ambiente/ não podem esperar que o mundo fique limpo às custas dos países subdesenvolvidos/ não se conformam com o esforço desenvolvimentista/ Entendem pobres deveriam renunciar a determinados instrumentos de progresso
Países em desenvolvimento	Países economicamente atrasados	+	

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre
Soberania nacional	dita o que deve ser feito em favor da saúde da população e de suas condições de vida. No plano supranacional, pode a ONU, todavia, estabelecer programas de proteção ecológica, com os quais todos os povos devem colaborar.

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Divergência entre países	Procurou-se criar uma imagem negativa do Brasil/ como dão a entender alguns observadores parciais/ o autor da referida infâmia tenha sido ludibriado, em sua boa fé, por algum agente do revanchismo subversivo eventualmente de passagem pela capital sueca/ acusação destituída de um mínimo de verdade/ pessoas mal informadas ou desinformadas
Preservação é batalha	Ameaça/ combate
Polarização dos debates	Divergências que vem causando entre países amigos e rivais, cada qual assumindo uma posição que se ajusta melhor aos seus interesses

Ironias

Devem estar a essas horas com as cabeças enterradas no chão/ Curioso é que eles querem que os países em desenvolvimento não façam o que eles fizeram.

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Estrutura argumentativa

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina
-------	-----------	--------------------------------

POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?

Sim

IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA

Brasil conseguiu fazer prevalecer sua posição durante a Conferência de Estocolmo

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

Ficha 09/72 - Presidente do BIRD afirma que só o desenvolvimento pode combater as diversas formas de poluição

21 de junho de 1972 | Reportagem | Assinada por Rio (Sucursal)

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Robert McNamara (C)	Sr. McNamara/ Presidente do organismo mundial de crédito/ Presidente do BIRD	Reage	Afirma/ defendeu a adoção do planejamento familiar

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Países em desenvolvimento	Nações menos privilegiadas/ países pobres	+	Vivam em privação, que não podem conciliar-se com nenhuma definição racional de decência humana/ não estão atuando de forma resoluta para reduzir as grandes e graves desigualdades
Países desenvolvidos	Países ricos/ industrializados	-	Tampouco estão atuando de modo decisivo para atenuar o profundo desequilíbrio entre sua opulência e a penúria das nações menos favorecidas

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre
Fome e subnutrição	Sufocam o desenvolvimento físico e mental de grandes camadas da população mundial
Analfabetismo	Impede a capacitação de indivíduos nesse estado
Desemprego	
Enfermidades	Afetam a saúde das criaturas, causam a morte de milhares de crianças e envelhecem prematuramente os adultos
Poluição ambiental	Não deve ficar restrito a sistemas eventuais de proteção, mas quanto a forma de obter-se essas proteções de maneira/ exige investigações profundas
Programas de desenvolvimentos	São inadequados porque não estão reduzindo em grau significativo a pobreza
Desenvolvimento	Significa alterar o meio humano tradicional
Crescimento econômico	

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Complexidade do problema do meio ambiente	Ação conjunta/ cooperação mais estreita entre economistas e sociólogos, entre cientistas sociais, físicos, entre os dirigentes políticos e os especialistas em projetos de desenvolvimento

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Utiliza citações de McNamara, mas em alguns momentos não fica claro se o discurso é do entrevistado ou do jornal. Trechos opinativos aparecem fora das aspas.

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina

POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?

Não fica claro

IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA

Presidente do BIRD defende programas de combate à pobreza

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

“Calculamos que hoje existam no mundo (...)” – não cita fontes para dados / Matéria faz uma comparação entre os índices sociais de países desenvolvidos e em desenvolvimento para justificar porque precisam de ajuda
É a primeira matéria a falar na complexidade do tema

Ficha 10/72 - Divergências entre China e o Ocidente poderão modificar Declaração aprovada na Conferência da ONU sobre meio ambiente

23 de junho de 1972 | Reportagem | Assinada por UPI/GM

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Maurice Strong (M)	Secretário geral da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano	reage	Interveio/ tentou salvar/
Indira Gandhi (M)	A primeiro-ministro da Índia	age	Fez ataque à política norte-americana

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
China		-	Exigiu uma série de emendas/ que a declaração condene o capitalismo e o imperialismo por causarem guerra e poluição/ se opôs
Estados Unidos		-	Aceitaram/ querem manter declaração apolítica e sem termos controvertidos
Suécia		+	Haviam removido a condenação dos “capitalistas e imperialistas” e qualquer menção da guerra do Vietnã/ apresentou uma proposta duas vezes reescrita

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre
Capitalismo	
Imperialismo	
Poluição	
Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Divergências entre os países	Divergências/ chegarem a um acordo/ ataque/ objeções

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Relato do encontro, sem declarações

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina
Indira Gandhi	Países subdesenvolvidos devem elevar seus padrões de vida antes de se preocuparem com a poluição	Não opina

POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?

Não, apesar de utilizar o trecho “seu ataque, juntamente com as objeções dos chineses, ameaçaram de várias das propostas incluídas na declaração original” – parte de uma impressão de quem relata.

IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA

Divergências entre países têm componente político e ideológico. Mostra oposição entre capitalismo e socialismo

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

--

Ficha 01/92 - Brasil conclui quarta-feira as teses que vai levar à negociação			
25de janeiro de 1992 Reportagem Assinada por Francisca Stella Fagá (De Brasília)			
FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)			
Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
FORÇAS PRESENTES			
Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Brasil		+	Sustentará teses/ deverá propor/ se esforçará ao máximo/ conta com um numeroso grupo de aliados/ propõe
Estados Unidos		-	Pretende vincular florestas e biodiversidade
Países desenvolvidos		-	Poderiam condicionar seu esforço de limitação de emissões de gases do efeito estufa às medidas de proteção da floresta
Comissão Interministerial (CIMA)		+	
PALAVRAS E EXPRESSÕES			
Conceitos-chave	Descrição		
Agenda 21			
Biodiversidade			
Alterações climáticas			
Proteção da atmosfera			
Conservação e desenvolvimento de florestas			
Carta da Terra			
Proteção e gerenciamento de recursos do solo			
Desertificação			
Efeito Estufa			
Cooperação Internacional			
Desenvolvimento Sustentável			
Exploração econômica de espécies	“Deve ser também em benefício dos países que as abrigam”/ “poderá representar a previsão da criação de mecanismos de compensação econômica em negociações futuras”		
Transferência de tecnologia			
Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas		
Oposição entre Brasil e Estados Unidos	Brasil quer desvincular discussões sobre proteção de florestas e biodiversidade. “Risco da vinculação pretendida pelos Estados Unidos”		
Oposição entre desenvolvimento x preservação	Medidas excessivamente preservacionistas em detrimento do desenvolvimento econômico e dos problemas sociais da região		
Intensidade/ adjetivação			
“Excessivamente preservacionistas”			
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA			
É desenvolvida a partir de documentos oficiais. Não há trabalho de apuração, ou seja, repercussão dessas informações entre outros agentes envolvidos.			
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS			
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina	
Comissão	“Brasil não é historicamente responsável pelos graves	Não opina	

Interministerial para o Meio Ambiente	processos de degradação do planeta e que, por isso, necessita da cooperação dos países desenvolvidos, responsáveis pela quase totalidade da emissão de gases do efeito estufa e outros”/ “tem a intenção de participar do esforço global em benefício do meio ambiente e do desenvolvimento, mas para isso precisa de recursos financeiros e tecnológicos”	
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?		
Não.		
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA		
Expõe as teses defendidas pelo Brasil em relação ao meio ambiente e, principalmente, sua intenção em desvincular o tema da preservação de florestas dos debates sobre alterações climáticas		
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS		

Ficha 02/92 - Governo brasileiro define suas propostas

8 de fevereiro de 1992 | Reportagem | Assinada por Raquel Stenzel (De Brasília)

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
João Paulo Capobianco (C)	Representante das Organizações não-governamentais (ONG)	reage	Questionou a posição adotada em relação às florestas
Uma fonte diplomática do Itamaraty (O)		reage	Disse
Francisco Rezek (C)	Ministro das Relações Exteriores	age	Disse/ acredita que
José Lutzemberger (C)	Secretário Nacional de Meio Ambiente	reage	Disse/ reforçou que não se pode esperar muito em termos concretos da ECO92

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Atitude	Ações (verbos)
Brasil	Governo brasileiro/ Comissão Interministerial de Meio Ambiente (CIMA)	age	Define/ aprovou
Países desenvolvidos	Países industrializados	reage	Estarão abertos para o financiamento de projetos/ devem assumir os custos/ devem atender aos custos
Países em desenvolvimento		-	

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição
Agenda 21	“o programa de ações a ser aprovado no âmbito da ECO92”/ “o plano de ação que deve ser assinado na ECO92”/ “deverá recomendar ações particularmente em países desenvolvidos, para limitar o aumento na emissão de gases principalmente no setor de transportes”
Proteção da atmosfera	
Diversidade biológica	“são recursos naturais de cada país que, portanto, exerce sobre eles sua soberania”
Manejo de ecossistemas frágeis	
Combate à desertificação e à seca	
Recursos hídricos/ Proteção dos mares e oceanos	
Resíduos tóxicos e perigosos	
Proteção da qualidade e fornecimento de recursos hídricos	
Desenvolvimento sustentável de estabelecimentos humanos	
Carta da Terra	
Cooperação Internacional	
Sistemas energéticos mais eficientes	
Biotecnologia	
Recursos genéticos	
Reflorestamento/ diminuição do desmatamento/ desflorestamento	

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Divergência entre países	“apesar da oposição das ONG, houve consenso”/ “não houve muitas divergências”
Metáforas	Expressão utilizada pelo jornal

Financiamento	“os cofres dos países desenvolvidos estarão abertos”	
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA		
Está baseada no documento aprovado pela CIMA. Traz declarações de atores envolvidos nas decisões		
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS		
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina
João Paulo Capobianco	“o governo deveria estar mais aberto a aceitar o monitoramento internacional e a assumir compromissos preservacionistas”	Não opina
Francisco Rezek	“É importante que pelo menos a ideologia seja traçada no Rio de Janeiro”	Não opina
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?		
Não		
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA		
Descreve principais pontos defendidos pelo Brasil na questão do meio ambiente		
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS		

Ficha 03/92 - Parceria, não monitoramento			
11 de fevereiro de 1992 Editorial			
FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)			
Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
João Paulo Capobianco (M)	O representante das Organizações Não-Governamentais (ONG) na CIMA (não é citado o nome ao longo do texto, mas sabe-se que se refere a João Paulo Capobianco)	Age	
Francisco Rezek (M)	Chanceler	Age	Sugeriu
FORÇAS PRESENTES			
Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Países desenvolvidos		-	São favoráveis ao monitoramento/ são os principais responsáveis pelo esgotamento da cobertura florestal/ são também pela emissão de poluentes
Brasil		+	É contrário ao monitoramento
União Internacional de Conservação da Natureza (UICN)	co-patrocinador da publicação Cuidando do Planeta Terra.		
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)	co-patrocinador da publicação Cuidando do Planeta Terra.		
Fundo Mundial para a Natureza (WWF)	co-patrocinador da publicação Cuidando do Planeta Terra.		
PALAVRAS E EXPRESSÕES			
Conceitos-chave	Descrição		
Soberania nacional	Co-responsabilidade é o espírito que hoje preside as relações internacionais no tocante às questões ecológicas		
Preservacionismo	A visão ortodoxa “que dominava grupos de ativistas ‘verdes’ há alguns anos, cedeu lugar ao conceito de ‘desenvolvimento sustentável’”		
Desenvolvimento sustentável	Busca de harmonia entre o bem-estar da população e a necessidade de conservar a natureza.		
Adjetivação			
“focaliza de forma lapidar estas questões”			
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA			
Estrutura argumentativa			
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS			
Autor	Descrição	Jornal concorda, disc ou indif	
Representante das Organizações Não-Governamentais (ONG) na CIMA	o Brasil deveria adotar posição mais aberta sobre a política florestal, aceitando o monitoramento internacional e assumindo compromissos preservacionistas.	Discorda – “reflete uma visão ultrapassada”/ “seu ponto de vista não coincide com o pensamento externado” por organismo internacionais	
O documento da CIMA	“Brasil não pode aceitar nem compensação financeira pela preservação de áreas nem monitoramento internacional”	Concorda – “focaliza de forma lapidar essas questões”	
Instituições Internacionais	“Cada país deveria, pois, fazer uma estimativa econômica dos serviços ambientais, recursos biológicos, madeira e outros produtos fornecidos por suas florestas. Esse estudo permitirá a inclusão de	Concorda – “seria inconcebível, em uma região pobre proibir toda e qualquer exploração madeireira ou de outros recursos	

	indicadores de sustentabilidade no orçamento nacional.”	naturais, bem como impedir que as áreas sejam destinadas à agricultura”
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?		
Sim “Seria inconcebível”/ “A questão crucial, portanto, é parceria não monitoramento ou controle remoto”		
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA		
É favorável ao recebimento de recursos externos, mas sem prejuízo à soberania brasileira. Defende a exploração das florestas sem prejuízos ao desenvolvimento sustentável. Adere à idéia de que são os países desenvolvidos os principais responsáveis pelo esgotamento da cobertura florestal.		
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS		

Ficha 04/92 - Fracassa em Canela proposta brasileira de vincular dívida à questão ambiental			
20 de fevereiro de 1992 Reportagem Assinada por Lilian Bem David (de Canela)			
FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)			
Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Enrique Silva Cimma (O)	Cimma, o chanceler	Age	Disse
Francisco Rezek (O)	Ministro das Relações Exteriores do Brasil	Age	Disse/ afirmou
Carlos Menem (C)	Governo Menem	Reage	
Fernando Collor de Mello (M)			
Andrés Rodriguez (M)			
Luis Alberto Lacalle (M)			
FORÇAS PRESENTES			
Nome	Outras denominações	Imagem	Ações (verbos)
Países do Cone Sul		+	Defenderão/ concordam
Argentina		+/-	Considera estéril atribuir responsabilidades aos países desenvolvidos
Brasil	Os brasileiros	+	Sublinham que devem ser combatidas as barreiras protecionistas
Chile	Os chilenos	+/-	Considera que seu programa econômico possui critérios diferenciados/ defendem
PALAVRAS E EXPRESSÕES			
Conceitos-chave	Descrição		
Dívida externa			
Soberania nacional	Direito a utilização dos recursos naturais situados em seu território		
Programas multinacionais	Compartilhar responsabilidades respeitando a soberania nacional, de forma a criar uma interdependência que garanta benefícios idênticos a todas as partes		
Proteção do meio ambiente			
Progresso material			
Desenvolvimento econômico			
Justiça Social			
Cooperação internacional	Deve traduzir-se em programas de assistência financeira e transferência de tecnologia capazes de estimular o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais		
Alterações climáticas	Outro tema defendido pelos países do Cone Sul, onde os efeitos da destruição da Camada de Ozônio são constatados com maior intensidade		
Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas		
Divergências entre os países do Cone Sul	Diferença da proposta brasileira/ ao contrário do que era postulado na proposta brasileira/ concordam que é preciso chegar a um acordo/ avanço dos entendimentos/ concordam		
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA			
Baseada nos pontos da Declaração de Canelas, mas busca a opinião de alguns envolvidos, dando a impressão de um diálogos (ação e reação)			
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS			
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina	
Países do Cone Sul	“A proteção ao meio ambiente não se opõe ao progresso material, ao desenvolvimento econômico e à justiça social”	Não opina	
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?			

Não
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA
Ênfase brasileira na questão da dívida externa não foi aceita pelos demais países do Cone Sul. Mostra as divergências mesmo entre os países em desenvolvimento
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

Ficha 05/92 - O alto custo do equilíbrio ambiental

21 de fevereiro de 1992 | Reportagem | Assinada por Paulo Totti

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Fernando Collor de Mello (M)		Ação	ênfatisou a necessidade da cooperação internacional/ referiu-se aos problemas sociais
Carlos Saúl Menem (M)		Ação	ênfatisou a necessidade da cooperação internacional/ citou Jean Jacques Rousseau e a Bíblia para condenar genericamente os crimes contra a natureza
Andrés Rodríguez (M)		Ação	ênfatisou a necessidade da cooperação internacional/ referiu-se aos problemas sociais
Luiz Alberto Lacalle (M)		Ação	ênfatisou a necessidade da cooperação internacional/ Insistiu na tese
Enrique Silva Cimma (M)		Ação	ênfatisou a necessidade da cooperação internacional/ referiu-se aos problemas sociais
Um diplomata brasileiro (O)			Comentou
Maurice Strong (M)	Secretário da Conferência do Rio	Ação	Afirma

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Declaração de Canelas	Uniformiza as posições que o Cone Sul levará a ECO-92	+	Não registra crítica aos industrializados pela poluição do passado
Países desenvolvidos	Países ricos	-	Estariam dispostos a ceder e a conceder
Países subdesenvolvidos		+	
Argentina		+	Assinou/ plantou/ não ignora que/ está examinando a possibilidade
Brasil		+	Assinou/ plantou/ não ignora que/ aderiu
Paraguai		+	Assinou/ plantou/ não ignora que
Uruguai		+	Assinou/ plantou/ não ignora que
Global Environment Facility	Criado em 1990 pelos países desenvolvidos com duração de três anos	-	Recebe diversas críticas dos países em desenvolvimento
Países do Cone Sul		+	Propõe
Estados Unidos	Governo norte-americano	-	Tem-se manifestado contrário a esta proposta
PNUMA		+	Identifica projetos/ sai em busca de novos financiamentos

PNUD		+	
Países escandinavos		+	Têm cumprido
Comunidade Econômica Européia		+	Concede
PALAVRAS E EXPRESSÕES			
Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre		
Cooperação Internacional			
Código ambiental internacional			
Transferência de tecnologia ambientalmente idônea			
Pobreza e desigualdade			
Camada de ozônio			
Biodiversidade			
Aquecimento do planeta			
Proteção das águas internacionais			
Serviços básicos de água e esgoto			
Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas		
Divergências entre os países do Cone-Sul	Independentemente diferenças de ênfase dos discursos presidenciais		
	a diretoria do BIRD decide sobre eles sem prestar muita atenção às recomendações dos dois organismos vinculados		
Oposição aos Estados Unidos	é visivelmente orientada pelos Estados Unidos		
Ironias	Expressão utilizada pelo jornal		
Tarefa será difícil	será necessário mais do que a energia do Vale dos Quilombos		
Ilusão	expectativas românticas da ONG		
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA			
Apesar de trazer diversos atores, baseia-se em impressões. Única fonte permanece no anonimato.			
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS			
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina	
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?			
Não. Mas há expressões como “Apesar dos discursos, as relações Norte e Sul são agora, e serão depois da ECO-92 – de natureza tão econômica nas questões ambientais quanto nos conflitivos temas da dívida externa”/ “em verdade”/ “além de serem reduzidos, os recursos não atendem às necessidades sociais”/ “não se trata de uma cifra delirante ou ilógica”			
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA			
A Declaração de Canelas, assinada pelos países do Cone Sul, deixa clara a necessidade de repasse de tecnologia e recursos financeiros para países em desenvolvimento. Reclamam que financiamentos atuais privilegiam interesses dos desenvolvidos			
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS			
Faz referência à recessão no Hemisfério Norte: por conta disso os países relutam em aderir às propostas de financiamento			

Ficha 06/92 - Reunião preparatória em Nova York concentra debates em temas econômicos

20 de março de 1992 | Reportagem | Assinado por Getúlio Bittencourt (De Nova York)

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)			
Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Rubens Born (O)	Coordenador do Fórum das ONG/ ele e seus colegas	Ação	Disse/ informou/ lembra
Ulisses Vieira (C)	Do PT-Verde	Ação	Disse
FORÇAS PRESENTES			
Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Fórum das ONG brasileiras		+/-	Concluiu que a quarta reunião preparatória ainda não produziu resultados concretos
Países desenvolvidos	Países industrializados	+/-	Estão dispostos a ceder recursos para proteção ao meio ambiente; dentro de certos limites e com algumas condicionalidades
Países em desenvolvimento		+/-	Querem os recursos e a tecnologia, mas não aceitam as condicionalidades
Brasil		+/-	Querem recursos, mas não condicionalidades
As ONGs brasileiras	Os brasileiros	+/-	Admitem que esforços para influenciar as posições das delegações oficiais falharam
Banco Verde das Filipinas		+	Distribuiu proposta para criação de um Bc. Mund. Alternativo
PALAVRAS E EXPRESSÕES			
Conceitos-chave	Descrição		
Desenvolvimento sustentável			
Degradação do meio ambiente			
Florestas			
Índios			
Mulheres			
Recursos e dívida externa			
Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas		
Divergências entre países	Duas posições até agora irreconciliáveis		
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA			
Traz o ponto de vista das diversas forças envolvidas, mas sem citações. Atores são nomeados genericamente: "países desenvolvidos, em desenvolvimento"			
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS			
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina	
Rubens Born	"Ainda é cedo para dizer se a conferência do Rio será um fracasso ou um sucesso, mas não há nenhum resultado visível até agora"	Não opina	
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?			
Não			
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA			
Debates em Nova York se dão em torno de um tema imprevisto: dinheiro			
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS			

Ficha 07/92 - Os EUA e a eficácia da ECO-92

24 de março de 1992 | Editorial

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
George Bush (M)	Presidente Bush	Reação	não é improvável que acabe superando sua atual decisão e anuncie, finalmente a sua vinda ao Rio para a conferência/ é capaz de agir como o estadista que todos gostariam de ver no comando daquele grande país.

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Estados Unidos	Os americanos/ grande país	-	Rever sua recusa em assinar o documento/ são responsáveis por 25% do total dessas emissões/ exercem liderança, com grande influência/ sua capacidade de influência exige uma postura moral e ética que não condiz com a relutância de aceitar o sacrifício
Brasil	Nosso país	+	Pretende, por motivos mais do que justos, ser um dos maiores beneficiários
Países desenvolvidos	Conjunto de nações civilizadas	+	Estão dispostos a realizar sacrifício em prol das gerações futuras
Iniciativas populares		+	Tendem a pressionar Washington

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição
Efeito estufa	Irreversível aquecimento da atmosfera/ inclui a destruição de ecossistemas e efeitos tão diretos sobre a vida e a saúde das pessoas como a contaminação de fontes de água potável e aumento das doenças infecciosas / usado como sinônimo de aquecimento da atmosfera
Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Divergências entre países	Eliminar a falta de sintonia que até agora predominava/ harmônico e produtivo

Intensidade/adjetivação

Grandiosos/ profundamente / improvável/ enormemente / inexoravelmente / sério abalo / inevitavelmente / finalmente/ sacrifício

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Estrutura argumentativa

POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?

Sim. Por motivos mais do que justos / com grande evidência / de forma alguma

IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA

Jornal deseja e espera profundamente que ECO-92 tenha grandiosos resultados, mas não aceitação dos EUA comprometeria toda a ECO-92

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

Ficha 08/92 - Reunião preparatória termina, mas subsistem divergências entre países ricos e pobres

4 de abril de 1992 | Reportagem | Assinada por Getúlio Bittencourt (De Nova York)

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Curtis Bohlen (O)	secretário-adjunto de Estado/ que chefiou a delegação dos Estados Unidos na reunião preparatória	reação	Admitiu
Maurice Strong (O)	O canadense/ secretário-geral da Conferência	reação	Discorda do pessimismo/ argumenta/
Ronaldo Sardemberg (C)	o embaixador brasileiro na ONU		
Noburu Takeshita (M)	ex-primeiro ministro do Japão	Ação	Convocou

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Países desenvolvidos	Países detentores da tecnologia / países industrializados	+/-	
Países em desenvolvimento		+/-	Insistem em obter benefícios da engenharia genética / se recusam a dar ouvidos aos países industrializados, acusando-os
ONU		+	Estima preliminarmente que os países em desenvolvimento precisam de US\$ 125 bilhões para limpar seu meio ambiente

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição
Carta da Terra	cujo texto ainda cheio de parênteses (que indicam divergências) oscila entre uma constituição ambiental genérica e um conjunto de compromissos específicos
Tecnologias ambientalmente saudáveis	
Biodiversidade	
Florestas	
Agenda 21	o programa de ação do Encontro da Terra
Ecossistemas marítimos	
Espécies em extinção	

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Divergência entre países	subsistem divergências/ terminou em desacordo/ sem um acordo universal/ discutidas/ falta de consenso
Pessimismo com os resultados	Perdemos/ Pessimismo
Otimismo nos resultados	Surpreendente/ já concordamos/ tremendo avanço

Intensidade/adjetivação

Fracasso/ incapazes

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Repercutiu o acontecimento entre alguns interessados no tema, criando a sensação de um diálogo

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina
Curtis Bohlen	“Nós perdemos uma grande oportunidade”	Não opina
Maurice Strong	“Se você observa o que já se conseguiu até agora, é surpreendente”	Não opina

POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?
Não. No entanto, em alguns momentos utiliza expressões como “Entre os aspectos positivos da reunião preparatória” ou “Mas as negociações sobre a Carta da Terra foram um fracasso com os delegados se mostrando incapazes de alcançar consenso sobre princípios”
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA
O aspecto financeiro é o principal motivo de desacordo entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

Ficha 09/92 - Novo relatório do Banco Mundial indica caminhos para o crescimento sustentável

7 de maio de 1992 | Reportagem | Assinada por Francisca Stella Fagá (De São Paulo)

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Dennis Mahar (M)	chefe da divisão de ambiente para a América Latina do BIRD		
John Dixon (M)	Economista/ um dos autores do relatório		
Luiz Gonzaga Belluzzo (M)	assessor internacional do governo de São Paulo		

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Banco Mundial		+	Propõe
Países em desenvolvimento (citados pelo relatório do Banco Mundial)		+	precisam ter acesso a tecnologias limpas e aprender lições a partir das experiências de sucesso e de fracasso dos países ricos.
Países industrializados (citados pelo relatório do Banco Mundial)		+/-	precisam resolver os seus próprios problemas, mas têm também a responsabilidade crucial de ajudar os mais pobres a melhorar as suas condições ambientais/ devem arcar com a parte proporcional de custos.
Brasil (citado pelo relatório do Banco Mundial)		-	Citado como exemplo de ações devastadoras.

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição
Meio Ambiente	
Desenvolvimento	
Desenvolvimento sustentável	
Água mal tratada	
Saneamento básico inadequado e deficiente	
Degradação do solo	
Contaminação por poluição	
Cooperação	
Efeito estufa/ Aquecimento global	causados pelos altos padrões de consumo dos países ricos
Dióxido de carbono	

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Matéria se apóia basicamente em idéias do relatório, utilizando, para isso, o discurso indireto precedido de expressões como “de acordo com o relatório”

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina
Banco Mundial	“o contínuo e até mesmo acelerado desenvolvimento econômico é sustentável e pode ser consistente com a melhoria das condições ambientais”/ “vai requerer mudanças importantes de políticas, programas e insituições”/ “problemas mais característicos dos países em desenvolvimento, são muito mais imediatamente ameaçadores para a vida que os problemas associados à afluência dos ricos, como as emissões de dióxido de	Não opina

	<p>carbono (responsáveis pelo efeito estufa), a degradação da camada de ozônio, “smogs” fotoquímicos, chuva ácida e resíduos perigosos mal dispostos”/ “há estreitas relações entre o crescimento econômico e a qualidade ambiental”/ “Alguns problemas, como indicam as estatísticas citadas no relatório, reduzem proporcionalmente com crescimento de renda, como é o caso das deficiências de saneamento básico e de tratamento de água. Outras aumentam, como é o caso das emissões de dióxido de carbono”</p>	
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?		
Não		
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA		
Crescimento sustentável é apontado como solução possível para as nações		
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS		

Ficha 10/92 - O que Bush pode fazer pela ECO-92

14 de maio de 1992 | Editorial

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
George Bush (M)	Presidente dos Estados Unidos	Reage	pôs fim às especulações/ mostrou compreender/ receio de ser 'cobrado'

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Países desenvolvidos	nações industrializadas/ que são as que mais poluem/ Primeiro Mundo	-	tendem a dar mais ênfase à conservação de recursos naturais ainda existentes no mundo menos desenvolvido
Países em desenvolvimento	mais pobres	+	preferem deslocar o debate para o âmbito do diálogo Norte-Sul/ reivindicam recursos/ Parece-lhes injusto
Estados Unidos	a única superpotência junto a seus parceiros do Grupo dos Sete (G7), que estarão também representados por figuras de primeiro plano.	+/-	

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre
Desenvolvimento sustentável	aliar a preservação ambiental às aspirações de crescimento econômico
Emissões de dióxido de carbono	
Disposição de resíduos tóxicos	
Nutrição, saneamento básico e educação	principais causas pelos danos ao meio ambiente
Transformações climáticas	
Aquecimento do planeta	

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Divergências entre os países	é patente a diferença de enfoque/ poderia aprofundar o fosso hoje existente nas relações Norte-Sul no tocante às questões ambientais/ está na estreita dependência da aceitação pelos países industrializados de suas responsabilidades pela resolução de seus próprios problemas ambientais

Intensidade/ adjetivação
indissociável/ é patente/ sensivelmente/ cada vez mais relevante

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Estrutura argumentativa

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina

POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?

Sim. Estamos convencidos/ certamente/ E não é por outro motivo que os menos desenvolvidos defendem a realização de outra conferência específica para tratar das florestas/ parece-nos que/ em que todos depositamos grandes esperanças/ somos levados a crer que
--

IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA

A ECO-92 poderá frustrar todas as expectativas se não contar com a presença dos Estados Unidos
--

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

Tom é de compreensão, já que o aumento de custos com a implantação de medidas antipoluentes é notável

Ficha 11/92 - O custo do desenvolvimento sustentável			
18 de maio de 1992 Reportagem Assinada por Regina Scharf (De São Paulo)			
FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)			
Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
FORÇAS PRESENTES			
Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Países em desenvolvimento (citados pelo relatório)	Países pobres / países que não dispõem de um bom gerenciamento	+	terão de investir US\$ 75 bilhões anuais, se quiserem atingir um desenvolvimento ecologicamente sustentável até o final do século.
Países desenvolvidos (citados pelo relatório)	países com políticas econômicas adequadas (sutilmente identificado com países desenvolvidos)	-	tinham taxas médias de crescimento até 2,5% superiores
Banco Mundial		+	propõe
PALAVRAS E EXPRESSÕES			
Conceitos-chave	Descrição		
Desenvolvimento ecologicamente sustentável			
Material particulado	proveniente de usinas mo vidas a carvão		
Preservação florestal/recuperação de áreas degradadas			
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA			
Baseada nos dados do Relatório do Banco Mundial. Não há trabalho de apuração.			
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS			
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina	
Relatório do Banco Mundial	“Os países pobres terão de investir US\$ 75 bilhões anuais se quiserem atingir um desenvolvimento ecologicamente sustentável”/ “Estes custos, embora altos em termos absolutos são pequenos em relação aos ingressos adicionais obtidos graças a uma boa administração da economia”	Não opina	
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?			
Não			
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA			
Divulga os principais pontos do relatório que estima os valores que os países em desenvolvimento terão de investir para obterem um desenvolvimento sustentado.			
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS			
Mostra que a questão é complexa, já que os recursos serão também utilizados para promover a educação das mulheres em níveis primário e secundário, as pesquisas agrícolas, a conservação do solo e a redução da produção de efluentes e resíduos industriais. Faz relação entre meio ambiente e o crescimento populacional (crescimento da população é visto como crescimento da pobreza, já que são os países pobres os com maiores taxas de crescimento populacional)			

Ficha 12/92 - ECO-92: o compromisso que se espera			
2 de junho de 1992 Editorial			
FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)			
Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
George Bush (M)		Ação	Lançará um programa/ podia prever
William Reilly (M)	Chefe do Environmental Protection Agency (EPA)	Ação	Podia prever
Celso Lafer(C)	Chanceler	Reação	
FORÇAS PRESENTES			
Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Estados Unidos	Washington/ administração Bush/país responsável pelo maior volume de lançamentos de poluentes na atmosfera/ governo dos Estados Unidos	-	Tomou decisões ambíguas e vacilantes/ não subscreverá a convenção sobre biodiversidade/ lançará um programa para a conservação global/ se afasta dessa discussão/ rejeita implicitamente/ não está disposta a acatar/ abdicam tacitamente da liderança que lhe devia caber/
Países em desenvolvimento	Pobres	+	Desejam/ querem discutir
Países desenvolvidos	Ricos	+/-	
Grupo dos Sete (G-7)		+/-	
PALAVRAS E EXPRESSÕES			
Conceitos-chave	Descrição		
Biodiversidade			
Agenda 21	O grande plano de ação do Encontro da Terra		
Degradação ecológica			
Desenvolvimento sustentável			
Para causar sensações de	Palavras e expressões utilizadas		
Divergência entre os países	desobstruindo a via para o entendimento construtivo com os países mais pobres/ vínculo entre ricos e pobres que poderia evoluir institucionalmente		
Oposição aos Estados Unidos	“duas atitudes tomadas pelo governo dos Estados Unidos mostram quanto é ambígua e vacilante oposição de Washington quanto às questões ambientais”/ “a decepção geral”/ “Oferecer financiamentos da ordem de US\$ 150 milhões anuais para conservação de florestas, tema que os países em desenvolvimento querem discutir em conferência à parte, não merece nem mesmo a classificação de paliativo”		
Ironias	Descrição		
	Só os mais idealistas suporiam que US\$ 125 bilhões por ano fossem canalizados para a preservação do meio ambiente		
Intensidade/ adjetivação			
“ambígua e vacilante”/ “péssima”/ “decepção geral”/ “iniludível”/ “riquíssimo”/ “tacitamente”/ “imensos recursos”/ “irrealista”/ “principal”			
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA			
Estrutura argumentativa			
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS			
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina	
Estados Unidos	a convenção de Nairóbi está expressa em linguagem	Discorda. “O que se esperaria do	

	“fortemente inflamada”	governo dos Estados Unidos é que procurasse colocá-la em termos mais aceitáveis”
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?		
Sim. “É notório que”/ “não merece nem mesmo a classificação de paliativo”/ “é lamentável”/ “esperamos que”		
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA		
Estados Unidos teria a intenção de compensar a má imagem com a concessão de linhas de financiamento. Política de interesses próprios.		
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS		

Ficha 13/92 - Gestões para um consenso na ECO-92

3 de junho de 1992 | Reportagem | Assinada por Sérgio Adeodato

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Laurens Jans Brinkhorst (O)	Chefe interino da delegação da CEE na ECO-92	Reação	Justificou/ ressaltou, acrescentando/ prevê/ insiste
Gro Brundtland (M)			participa
José Goldemberg (M)	Ministro	Ação	Reuniu-se
Marcos Azambuja (O)	Embaixador	Ação	Reuniu-se/informou
William Reilly (M)	Chefe da delegação norte-americana		
George Bush (M)			

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Países desenvolvidos (apenas citados)			
Países subdesenvolvidos (apenas citados)			
Estados Unidos		-	Resistem
Países do Oriente Médio		-	Resistem
CEE		+	Deseja

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição
Convenção da Biodiversidade	Que restringe a proteção da propriedade intelectual nas pesquisas sobre o ecossistema

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Clima de tensão que cerca a ECO-92/ Temas controversos	Sob o impacto de uma intensa ação diplomática de última hora/ negociações de bastidores/ regras mais consensuais/ forma mais eficiente
Oposição aos EUA	a rigidez de postura do presidente norte-americano/ estamos desapontados com a posição norte-americana/ ampliar a pressão política sobre a administração Bush/ tentando uma saída negociada/ divergências não se limitam a esse item

Intensidade/ adjetivação

Rigidez

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

As duas fontes ouvidas se opõem aos Estados Unidos. Privilegia-se, portanto, esse ponto de vista

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina
Laurens Jans Brinkhorst	“Precisamos encontrar uma forma mais eficiente de os países industrializados estimularem a proteção das espécies com a transferência de tecnologia e de recursos financeiros para nações em desenvolvimento”	Não opina

POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?

Não. Mas em alguns momentos, faz próprias expressões como “a rigidez da postura do presidente norte-americano”, indicando que também considera a posição de Bush rígida.

IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA

ECO-92 começará, mas sem um consenso entre os países participantes

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

Ficha 14/92 - A venda de cota de emissão de gases			
3 de junho de 1992 Reportagem Assinada por Fernando Dantas (do Rio)			
FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)			
Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Frank T. Joshua (C)	Secretário de assuntos econômicos da UNCTAD	Ação	Explicou
Michael Grubb (C)	Cientista inglês e consultor das Nações Unidas	Ação	observou/ disse ainda
FORÇAS PRESENTES			
Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Países em desenvolvimento		+	
Países desenvolvidos		-	
PALAVRAS E EXPRESSÕES			
Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre		
Direitos negociáveis de emissão de dióxido de carbono	A forma mais eficiente e justa de reduzir o principal componente do aquecimento global / os diversos países tenham cotas máximas de emissão de gás carbônico/ a melhor forma de controlar as emissões que produzem o aquecimento global		
Aquecimento global			
Efeito estufa			
Intensidade/ adjetivação			
Ampla e detalhada proposta			
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA			
Matéria baseia-se nos dados do relatório da UNCTAD e aproveita declarações feitas por técnicos que trabalharam em sua elaboração. Não há grande trabalho de apuração.			
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS			
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina	
UNCTAD	“os principais responsáveis pelo aquecimento global são os países desenvolvidos”/ “qualquer proposta de combate ao aquecimento global não pode representar um ônus maior para os países em desenvolvimento que para os países desenvolvidos”	Não opina	
POSICIONAMENTO DO JORNAL FICA EXPLÍCITO?			
Não. Mas apresenta apenas uma visão sobre o tema, sem explorar os aspectos negativos que traria a adoção das cotas de emissão.			
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA			
Divulgação de documento da UNCTAD. Segundo ele, a adoção de cotas para a emissão de dióxido de carbono seria a melhor maneira de controlar o aquecimento global			
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS			

Ficha 15/92 - Meio ambiente e vontade política			
4 de junho de 1992 Editorial			
FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)			
Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Carlo Ripa Di Meana (C)	comissário da Comunidade Européia para o Meio Ambiente/ ausente da reunião do Rio/ crítico da indefinição quanto aos temas mais sensíveis	Ação	não deixa de notar que
Fernando Collor (C)	Presidente Collor	Ação	disse
FORÇAS PRESENTES			
Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Países desenvolvidos (apenas citado)	Ricos	-	Será muito difícil que firmem um compromisso
Países em desenvolvimento (apenas citado)	Pobres	+	não podem permanecer relegados à meros fornecedores de matérias, mas devem ser vistos pelos ricos como parceiros no desenvolvimento sustentável
Estados Unidos		-	
GATT		-	terá de adaptar-se
Empresas		-	terão de modificar seus processos de produção
PALAVRAS E EXPRESSÕES			
Conceitos-chave	Descrição		
Exploração florestal			
Emissão de poluentes que afetam as condições climáticas			
Desenvolvimento sustentável	Desenvolvimento "sem danos ao meio ambiente"		
Soberania			
Desenvolvimento			
Pobreza			
Nacionalismo	elo entre os anseios de liberdade e os de melhoria da qualidade de vida		
Bipolarização			
Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas		
Divergência entre países	Muito se terá ainda de avançar no caminho da colaboração entre países ricos e pobres para uma mais justa distribuição de riqueza em escala global.		
Intensidade/ adjetivação	resultados bombásticos/ importante/ extensa		
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA			
Estrutura argumentativa			
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS			
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina	
Fernando Collor de Mello	"o tema do meio ambiente é fruto da era da democracia e liberdade em que vivemos; cresce a partir de movimentos sociais que se multiplicam espontaneamente em toda a parte"	Concorda. "Como disse o presidente Collor no discurso de abertura da ECO-92"	
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?			
Sim. "seria enganoso"/ "será muito difícil que as nações industrializadas firmem um compromisso não apenas sobre esse tema mas também sobre questões como exploração florestal, limitações rígidas para a emissão de poluentes que			

afetam as condições climáticas, etc.”/“seria ilusório”/ “são nítidos os interesses em jogo”/ “Muito se terá ainda de avançar no caminho da colaboração entre países ricos e pobres para uma mais justa distribuição de riqueza em escala global”/ “o meio ambiente é a questão mais importante no mundo de hoje”/ “não poderíamos ignorar”

IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA

Pela atitude que demonstrou os EUA em ocasiões anteriores, não se pode esperar muito da ECO-92

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

Faz menção ao seu caráter de complexidade. “Não poderíamos ignorar as fundas repercussões que isso tem e terá sobre a economia. Reflexos no comércio internacional e nos critérios de financiamento das instituições internacionais já são marcantes, prevendo-se que o próprio GATT terá de adaptar-se a uma nova situação. Mas não é só isso: as próprias empresas terão de modificar seus processos de produção, como um número considerável delas já vem fazendo, para poderem continuar competindo em um mercado global mais limpo e mais justo”.

Ficha 16/92 - Um pesado jogo político se esconde por trás dos discursos e aplausos

5 de junho de 1992 | Reportagem | Assinada por José Casado (Do Rio)

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Maurice Strong (O)	Secretário da Conferência	Ação	Define
Abel Matutes (O)	Comissário para as relações norte-sul da Comissão das Comunidades Europeias	Reação	Diz
George Bush (M)	O presidente dos Estados Unidos/ que batalha duramente pela reeleição	Reação	Está resistindo a aceitar e a assinar/ desembarcará sob intensa pressão
Willian Reilly (O)	Administrador da agência ambiental norte-americana/ chefe da delegação dos EUA/ <i>lacônico</i>	Ação	Observou
Carlo Borrego (O)	Ministro de Ambiente de Portugal	Ação	Comentou
Noburo Takeshita (O)	Primeiro-ministro do Japão	Reação	Completo
Raul Estrada (C)	Um dos líderes da representação da Argentina	Ação	Chegou a anunciar
Humberto Ruchelli (O)	Subsecretário de recursos naturais da Argentina	Ação	Disse

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras denominações	Imagem	Ações (verbos)
CEE (apenas citado)		-	Estão se confrontando
Japão (apenas citado)		-	Estão se confrontando
Estados Unidos	Os norte-americanos/ governo Bush	-	Estão se confrontando/ são responsáveis por 25% da emissão mundial de dióxido de carbono/ despejam na atmosfera
Países em desenvolvimento (apenas citado)	Nações pobres/ detentoras das maiores reservas de recursos naturais		
Países desenvolvidos			

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição
“Pague aquilo que você contamina”	Essa premissa supõe que, em escala planetária, são os Estados Unidos que deve pagar a maior fatia da conta
Conservação ambiental	
Desenvolvimento sustentável	
Recursos novos e adicionais	

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Oposição a Bush	Desembarcará sob intensa pressão da ampla maioria dos outros 177 chefes de Estado convidados
Isolamento dos Estados Unidos	Tentativas norte-americanas de buscar aliados no bloqueio às convenções/ seu país iria se solidarizar à posição do governo Bush
Divergência entre os países	estão dividindo os representantes das 178 nações/ confrontos/ fim da Guerra Fria/ novo ‘front’

Intensidade/adjetivação

batalha duramente/ intensa pressão/ amplo

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Matéria com apuração que se destaca em relação às demais. Fontes diversificadas. Cria diálogo entre as fontes com a utilização do termo “completo”. Porém, há um claro posicionamento do jornalista, quando, por exemplo, diz que o entrevistado foi “lacônico”.

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS		
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina
Maurice Strong	“A questão dos recursos novos e adicionais, mais que nenhuma outra, permitirá comprovar claramente o grau de vontade política e de compromisso de todos os países sobre o resultado desta reunião de cúpula”	Não opina
Noburo Takeshita	“Eu acredito que o Japão está em posição de fazer significativas contribuições em termos de tecnologia e pessoal”	Não opina
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?		
<p>Sim</p> <p>O título apresenta uma impressão que é reforçada ao longo do texto, como no trecho: “Por trás dos discursos, aplausos e cumprimentos, porém, há um jogo político maior e mais pesado do que a aparente disputa entre nações pobres e ricas: os líderes mundiais”</p> <p>Tira conclusões sem citar nenhuma fonte, mas a partir de observações do próprio jornalista: “diante do isolamento político dos Estados Unidos, seus competidores passam o dia trocando elogios”</p>		
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA		
Existe oposição não somente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas entre os próprios desenvolvidos, para a liderança no desenvolvimento sustentável		
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS		

Ficha 17/92 - Proteção ambiental é compatível com combate à pobreza, diz Camdessus			
9 de junho de 1992 Reportagem Assinada por Regina Scharf			
FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)			
Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Michel Camdessus (O)	diretor geral do FMI	Ação	Declarou/ elogiou/ disse/ afirmou/ falou
FORÇAS PRESENTES			
Nome	Outras denominações	Imagem	Ações (verbos)
Fundo Monetário Internacional (FMI)		+	veio ao Rio para acabar com alguns mitos que ainda pairam/ reestruturar ou reforçar a macroeconomia dos países, de modo a direcioná-las rumo ao desenvolvimento sustentável, pressionar os países interessados em empréstimos ou apenas persuadir os países ricos nesse sentido
Países desenvolvidos (apenas citados)	Ricos		
Países em desenvolvimento (apenas citados)	Pobres		
PALAVRAS E EXPRESSÕES			
Conceitos-chave	Descrição		
Proteção ao meio ambiente			
Crescimento econômico			
Pobreza			
Intensidade/ adjetivação			
Justamente			
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA			
Baseada em declarações de Camdessus. Não traz outras fontes e não repercute em outros setores			
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS			
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina	
Michel Camdessus	“A proteção ao meio ambiente é compatível com o crescimento econômico e com o combate à pobreza, desde que todos os países aceitem reestruturar suas atitudes”	Não opina	
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?			
Não			
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA			
FMI dará auxílio necessário para fazer compatível a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento econômico e o combate à pobreza.			
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS			

Ficha 18/92 - Três crianças a cada minuto

9 de junho de 1992 | Reportagem | Assinada por José Casado (do Rio)

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Fernando Collor (M)		Ação	estão indicando
Alguns diplomatas brasileiros (M)			
Lewis Preston (O)	presidente do Banco Mundial	Ação	Ponderou diante de delegados de todo o mundo/ propôs
William Draper III (O)	administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Ação	Observou/ comenta

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Igreja Católica		-	Influencia
Países em desenvolvimento		-	
Países desenvolvidos	Países industrializados/ Hemisfério Norte	-	Contribui para a degradação/ tem a obrigação de retificar essa situação/ é o maior responsável pela degradação do meio ambiente/ tendem a crescer a pressão para a adoção de mecanismos oficiais de estímulo à estabilização demográfica
Comunidade Econômica Européia (CEE)		+	Aceitou
Japão		+	Aceitou
Estados Unidos		-	Acham-se em desvantagem nessa corrida pelo domínio do mercado internacional de tecnologias 'limpas'/ São responsáveis/ produzem e lançam na atmosfera diariamente 50% a mais de lixo poluentes do que os seus competidores
Organização Meteorológica Mundial (WMO)		+/-	Está apresentando dados alarmantes
Inglaterra	Uma das poucas delegações que se preocuparam em abordar o tema na reunião da ONU	+	

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre
Crescimento populacional explosivo	
Pobreza	
Degradação ambiental	
Educação às mulheres	
Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Tragédia	a cada segundo, a superfície do planeta Terra ganha três novos habitantes/ já são 5,4 bilhões de pessoas das quais 1,2 bilhão vivem na extrema pobreza, sem acesso à água limpa, saneamento e em permanente estado de desnutrição/ dados alarmantes
Estados Unidos como vilão	São responsáveis, por exemplo, por 25% da emissão mundial de dióxido de

	carbono. Isto é, produzem e lançam na atmosfera diariamente 50% a mais de lixos poluentes do que os seus competidores	
Igreja Católica como vilã	a influência – publicamente negada - da Igreja Católica	
Intensidade/ adjetivação		
extrema pobreza/ declínio vertiginoso/ sutis acertos diplomáticos		
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA		
Está baseada nas informações de um relatório digital das Nações Unidas		
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS		
Autor	Descrição	Jornal concorda, disc ou indif
WMO	melhoria nos padrões de qualidade de vida está diretamente relacionada a um nível menor de crescimento populacional.	Dá a entender que a opinião é da WMO, mas utiliza sem aspas e sem outro indicativo de que se trata de uma opinião alheia ao jornal
William Draper III	“Crescimento populacional explosivo, pobreza e degradação ambiental são parte de um mesmo círculo vicioso”/ A ampliação das oportunidades económicas e de educação às mulheres “pode ser o melhor contraceptivo”	Reforça com um exemplo, iniciado pela expressão “Um bom exemplo, nesse sentido, seria o que trouxe na bagagem a delegação da Coreia”. Assim, reforça a tese.
Lewis Preston	“Torna-se necessário incentivar, vigorosamente, os vínculos positivos entre crescimento de renda, redução da pobreza e proteção do meio ambiente”	Não opina. Mas é a ideia que fecha a matéria
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?		
Dá a entender que o crescimento populacional deveria ser debatido, mas não há interesse para que isso ocorra. Defende ainda a estagnação do crescimento populacional. “Até agora, porém, poucos governantes ocuparam o microfone para analisar as sequelas do crescimento exponencial da população sobre o meio ambiente”/ “Mais raros ainda foram aqueles que dedicaram um trecho de seus discursos para defender a adoção de medidas que viabilizem uma estagnação nos índices demográficos” “Ou seja, houve uma clara opção política nesta conferência para concentrar o combate em torno do tamanho da conta a ser apresentada aos países industrializados para um programa mundial de conservação ambiental”.		
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA		
População mundial cresce enquanto que o número de terras cultiváveis diminui		
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS		
A pessoa é vista como algo que ocupa espaço na superfície do planeta Mostra um pouco do clima em que os conferencistas estavam vivenciando. Pode-se falar de uma certa pressão pelas decisões, como, por exemplo, ao relatar que o relatório digital da ONU estava na entrada do auditório do Riocentro ou que ‘para ir ao auditório todos têm de passar pelo relógio populacional’		

Ficha 19/92 - ONU terá mecanismo para acompanhar e monitorar situação ambiental no mundo

9 de junho de 1992 | Reportagem | Assinada por Francisca Stella Fagá (Do Rio)

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Tommy Koh (C)	Presidente do comitê principal da conferência/ de Cingapura	Ação	Disse que se for o caso vai passar a noite de amanhã em claro
Michael Young (O)	Vice-subsecretário do Departamento de Estado norte-americano/ um dos membros da delegação do país	Reação	Disse
George Bush (M)	Presidente Bush	Reação	Já decidiu não assinar
Celso Lafer (C)	Ministro brasileiro de Relações exteriores	Ação	Explicou/ anunciou

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Países em desenvolvimento (apenas citados)		+	deverão no futuro funcionar como canais de cooperação dos países ricos
Países desenvolvidos (apenas citados)	Países ricos	+/-	
Países africanos (apenas citados)		+	Pretendem/ conseguiram a adesão dos países ricos
Estados Unidos (apenas citados)		-	Desejam manter absoluto controle/ resistiram à redação original

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição
Desertificação	
Monitoramento do meio ambiente	
Biodiversidade	Atribui aos países em desenvolvimento o poder de decidir sobre os projetos necessários para a proteção das espécies e também sobre os custos de execução
Desertificação dos solos	Problema que mais aflige país africanos
Agenda 21	Programa de ações concretas a ser aprovado na conferência
Padrão de consumo dos países ricos	

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Bush como vilão	Inclusive do presidente George Bush/ que o presidente Bush já decidiu não assinar
Divergências entre os países	eliminou arestas / divergências/ resistência/ há receio de abrir as discussões em torno ao documento/ infundável discussão/ reivindicações

Intensidade/ adjetivação
absoluto/ grandes resistências

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Baseia-se na descrição dos movimentos dos países para chegar a um consenso. Há referências a diversas fontes, mas apenas uma é ouvida.

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina
Agenda 21	Maior causa da degradação ambiental do planeta são os padrões de consumo, especialmente dos países ricos/ países desenvolvidos tem de estar atentos ao excesso da demanda de recursos naturais causados por esses	Não opina

	padrões.	
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?		
Não, mas em alguns trechos tira algumas conclusões como em “o que países como os Estados Unidos e Japão desejam é manter o absoluto controle sobre o montante destinado à ajuda externa e sobre os projetos beneficiados”		
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA		
Apenas no 11º parágrafo é que existe a primeira referência ao que foi exposto no título. Antes disso, fala das divergências entre os países.		
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS		
Na retranca lateral, informa-se que os Estados Unidos foram eleitos os principais “vilões” da ECO-92. Baseia-se nas informações de uma ONG, mas em trechos intercalados, posiciona-se em alguma medida: “os EUA concordaram depois de terem pressionado por um texto asséptico”		

Ficha 20/92 - A busca de uma fórmula capaz de atender aos países pobres e ricos

10 de junho de 1992 | Reportagem | Assinada por Francisca Stella Fagá (Do Rio)

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Rubens Ricupero (C)	O embaixador brasileiro		
Luís Filipe de Macedo Soares (C)	Chefe da divisão de meio ambiente do Itamaraty/ um dos representantes brasileiros neste grupo especial de trabalho		
Curtis Bohlen (O)	O representante norte-americano do grupo	Reação	Manifestara grande pessimismo/ declarou-se bem mais otimista/ disse

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Atitude	Ações (verbos)
Países desenvolvidos		-	Devem destinar (obrigação)
Países em desenvolvimento	Os países do Grupo 77 / países do Terceiro Mundo	+	Pretendem/ precisam desembolsar/ alegam ser excessivamente controlado por países ricos
Estados Unidos		-	Resiste à fixação desse prazo <i>ou de qualquer outro</i> (inflexibilidade)/ jamais cumpriu
Japão		-	Resiste
Secretariado das Nações Unidas		+	

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição
Agenda 21	Amplio programa de ações concretas para o desenvolvimento sustentável
General Environmental Facility	Fundo criado há menos de dois anos pelo Banco Mundial para canalizar recursos para projetos ambientais

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Oposição entre países desenvolvidos e em desenvolvimento	como serão <i>finalmente</i> estabelecidos os compromissos dos países desenvolvidos de transferir recursos financeiros para projetos de preservação ambiental no Terceiro Mundo/ buscar uma fórmula que ao mesmo tempo atende à pretensão dos países pobres e a de importantes países ricos/ propostas conciliatórias/ controvérsias difíceis/ se não houver acordo/ pendências/ uma solução deverá ser encontrada/
Oposição aos Estados Unidos	os Estados Unidos <i>jamais</i> cumpriram as regras internacionais já existentes que estabelecem montante rígido de desembolso – trecho está apoiado em dados, mas é incorporado pelo discurso do jornal/ jamais cumpriu sequer metade desta meta

Metáforas	Expressão utilizada pelo jornal
Variedade de financiamentos	Cardápio de mecanismos financeiros

Intensidade/ adjetivação

o dia inteiro de ontem/ finalmente/ excessivamente/ rígido

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Traz diversos pontos de vista, porém sem a citação de fontes

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina

POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?

Sim. O termo “finalmente” utilizado no lead transmite, além da idéia de que se trata de uma antiga discussão, uma opinião de que a transferência de recursos é mesmo um dever dos países desenvolvidos
--

IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA

Principal dificuldade da ECO-92 é encontrar uma fórmula que agrade a todos os países.

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

Ficha 21/92 - A ajuda da CEE ao desenvolvimento			
10 de junho de 1992 Reportagem Assinada por Regina Scharf (Do Rio)			
FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)			
Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Peter Pooley (C)	Chefe adjunto da delegação da CEE	Reação	Afirma
Giuseppe Jacoangeli (O)	Chefe da delegação italiana	Reação	Disse
Assessoria de comunicações da delegação portuguesa (C)		Reação	
Michael Howard (C)	Secretário de Estado do Meio Ambiente da Inglaterra	Reação	Disse
FORÇAS PRESENTES			
Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Comunidade Económica Européia (CEE)			
Países em desenvolvimento (apenas citados)	Países pobres		
Espanha		-	Duvidam que poderão dar tal salto/ duplicou suas contribuições nos últimos seis anos/ destina/
Itália		-	Reconhece/ não tem condições
Países desenvolvidos (apenas citados)			
Portugal		+	Parece confiante/ sugeriu que a meta fosse atingida/ demonstrou intenção de assumir o compromisso
PALAVRAS E EXPRESSÕES			
Conceitos-chave	Descrição		
Desenvolvimento Sustentável			
Desenvolvimento			
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA			
Está baseada em declarações de autoridade de diversos países. Matéria é rica em dados, mas a maioria dos discursos é indireto. Declarações estruturadas de modo a constituir um diálogo: "Caso semelhante ocorre com a Espanha"/ "Portugal, por sua vez"			
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS			
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina	
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?			
Não			
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA			
Países da CEE concordam que será difícil destinar 0,7% do PIB a projetos de proteção do meio ambiente em países subdesenvolvidos; percentual poderá ser atingido caso se considere a média dos países			
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS			

Ficha 22/92 - A segurança global do planeta			
11 de junho de 1992 Reportagem Assinada por Fernando Paulino Neto (Do Rio)			
FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)			
Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Maurice Strong (O)	Secretário geral da ECO-92/ Strong/ o secretário	Ação	Afirmou/ destacou/ não poderia dar uma visão global do que estava decidido/ não quis assumir qualquer compromisso de tentar dissuadir o presidente Bush/ respondeu ainda/ destacou que
George Bush (M)			
Jacques Atalli (O)	Presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento/ o banqueiro	Ação	Disse/ sugere
FORÇAS PRESENTES			
Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Países desenvolvidos	Países de Primeiro Mundo/ ricos/ industrializados	-	Importante que percebam/ enquanto resistirem/ destroem o meio ambiente e levam os pobres em sua luta pela sobrevivência a poluir
Países em desenvolvimento	Países de Terceiro Mundo/ pobres	+	Não devem aceitar qualquer coisa
Países produtores de petróleo		-	combatem
Leste Europeu	É o principal ponto a atacar/ países recém democratizados e com economia de mercado recente	-	Tende a imitar o modelo de desenvolvimento da Europa Ocidental
PALAVRAS E EXPRESSÕES			
Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre		
Agenda 21	Documento em que estão as medidas efetivas que devem ser tomadas/ não poderá ser completamente implantada se os países desenvolvidos se recusarem a destinar		
Segurança global do planeta			
Transferência de tecnologia	Saída para a civilização		
Educação ambiental	Em países em desenvolvimento, não será alcançada por cursos sofisticados		
Combustíveis fósseis			
Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas		
Divergência entre países	Pontos polêmicos da Agenda 21/ muitos pontos divergentes/ combate		
Tragédia	O que está em jogo é a segurança global do planeta		
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA			
Cita diversos atores, mas apenas um é ouvido.			
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS			
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina	
Maurice Strong	“O que necessitamos é de uma parceria internacional com todos ajudando a todos”/ “Acredito que os países em desenvolvimento não devem aceitar qualquer coisa. Para eles, os ricos destroem o meio ambiente e levam os pobres, em sua luta para sobreviver, a poluir”/ “O	Não opina	

	que temos que dar a essas pessoas é educação básica, noções de civilização”	
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?		
Não. Mas há uso de expressões como “Procurando ser diplomático”/ “Sempre procurando dar um tom geral às suas declarações”		
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA		
Assinar ou não os acordos é uma questão de segurança global		
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS		
Há um box intitulado “Guerra Verde”. Baseia-se em declarações de Jacques Atalli para referir-se a uma batalha em favor da preservação do meio ambiente. Não menciona a possível “guerra verde” entre os países.		

Ficha 23/92 - Aprovada a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e desenvolvimento

12 de junho de 1992 | Reportagem | Assinada por Sérgio Adeodato (Do Rio)

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)			
Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Tommy Koh (M)	Presidente do Comitê Principal de Negociação/ de Cingapura	Ação	Colocou o debate sobre a declaração como último tema da agenda da reunião
Os diplomatas (M)		Reação	Decidiram propor um acordo internacional
Marcos Azambuja (O)	O embaixador brasileiro	Ação	Explicou
Klaus Toepfer (M)	Ministro do meio ambiente alemão/ coordenador da questão		
20 delegados (M)		Reação	Reuniram-se
Celso Lafer (O)	O ministro das Relações Exteriores	Reação	Disse
FORÇAS PRESENTES			
Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Países em desenvolvimento		+	Conseguiram aprovar na íntegra
Estados Unidos		-	Haviam anunciado sua intenção em reabrir as discussões
Países da Comunidade Européia		-	Defendem restrições mais rígidas
Kwait e Arábia Saudita		-	Exigem que petróleo seja considerado uma fonte de energia segura e limpa
PALAVRAS E EXPRESSÕES			
Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre		
Biotecnologia			
Normas de segurança biológica			
Meio Ambiente			
Desenvolvimento			
Responsabilidade internacional			
Processos biotecnológicos			
Conflitos territoriais			
Agenda 21	Declaração de intenções para ação do mundo durante o final desta década e o próximo século		
Desertificação			
Pesca em alto mar			
Transferência de tecnologia	países em desenvolvimento precisam ter acesso à tecnologia em bases concenssionais, para cumprir as metas globais da Agenda 21		
Comércio de produtos florestais			
Cooperação internacional			
Desenvolvimento sustentável			
Atmosfera			
Energia nuclear			
Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas		
Oposição dos Estados Unidos	Sem qualquer oposição dos Estados Unidos/ não concordavam/ assunto também entravado pelos Estados Unidos/ também não contavam com a aprovação dos Estados Unidos/ os Estados Unidos aceitaram aprovar		
Divergência entre países	Os países em desenvolvimento conseguiram aprovar na íntegra/ países chegaram a um acordo sobre o polêmico tema		
Oposição entre os países	problema que durante a ECO-92 acirrou a disputa entre árabes e judeus/ evitar que assuntos regionais ocupassem a Agenda 21/ ainda geravam polêmica/ por		

oposição dos árabes		
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA		
Declarações fruto de apuração e esclarecimentos sobre o documento aprovado		
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS		
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?		
Não. Mas há expressões como “foi o tema mais polêmico do dia”/ “depois da cansativa reunião”/ “só foi possível mediante uma hábil manobra”		
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA		
Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi aprovada na íntegra, sem oposição dos Estados Unidos.		
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS		
Aprovação da Declaração é colocada como uma vitória dos países em desenvolvimento: “conseguiram aprovar na íntegra”		

Ficha 24/92 - EUA preparam-se para oposição solitária			
12 de junho de 1992 Reportagem			
FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)			
Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
George Bush (O)	O presidente americano	Reação	Declarou/ afirmou/ está determinado a defender o contribuinte americano
FORÇAS PRESENTES			
Nome	Outras atribuições	Atitude	Ações (verbos)
Estados Unidos		-	estão preparados para se oporem sozinhos/ rejeitarão a pressão
PALAVRAS E EXPRESSÕES			
Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre		
Proteção Ambiental			
Meio Ambiente			
Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas		
Oposição aos Estados Unidos	uma violenta onda de críticas contra os Estados Unidos/ tensa recepção esperada no Brasil/ alvo de severas críticas/ somos os Estados Unidos, somos os líderes em meio ambiente		
Prepotência dos Estados Unidos	nenhuma outra nação fez mais do que nós/ não faz mal. Somos os Estados Unidos. Somos os líderes do meio ambiente		
Ironias	Descrição		
Financiamento norte-americano	acabaram-se os dias da abertura indiscriminada dos talões de cheque		
Escala no Panamá	e quem sabe até mais alegre		
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA			
Matéria mais simples, baseada em informações da AP/Dow Jones			
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS			
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina	
George Bush	“a proteção ambiental não pode estar separada de uma economia em crescimento”	Não opina	
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?			
Não. Mas utiliza expressões como “em tom de desafio, o presidente americano George Bush”			
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA			
Estados Unidos estão preparados para estarem sozinhos na oposição			
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS			

Ficha 25/92 - Brasil precisa de US\$ 400 milhões por ano para cumprir a Agenda 21

12 de junho de 1992 | Reportagem | Assinada por Sérgio Adeodato (Do Rio)

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
José Goldemberg (O)	Ministro da Educação e Secretário do Meio Ambiente/ personagem que se tem destacado na delegação brasileira por suas declarações pouco diplomáticas	Ação	Calcula/ disse/ advertiu/ informou/ lamentou

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Brasil		+	Foi o primeiro a assinar/ começou a contabilizar os recursos necessários/ precisa
Banco Interamericano de Desenvolvimento (apenas citado)			
Tesouro Nacional (apenas citado)			
Países em desenvolvimento (apenas citado)			
Países desenvolvidos (apenas citado)			
Banco Mundial (apenas citado)			
Estados Unidos		-	querem regras mais flexíveis

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre
Biodiversidade	
Mudanças no clima global	
Agenda 21	ainda dividem ricos e pobres
Transferência de tecnologia ambientalmente limpas	
Florestas	
Zoneamento ecológico-econômico	coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos/ viabilizar o desenvolvimento sustentável e a ocupação ordenada da Amazônia (...) preservanda a soberania dos países que abrigam esses recursos vegetais
Desenvolvimento sustentável	
Soberania nacional	
Biomassa	como a madeira de reflorestamento, aprimoramento da tecnologia de consumo de carvão vegetal e bagaço da cana para a geração de energia
Propriedade indstrial	que passa a reconhecer patentes para produtos farmacêuticos e biotecnológicos no País
Segurança Biológica	capaz de prevenir acidentes durante as pesquisas com seres vivos e o processo de produção de produtos biotecnológicos

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Divergência entre os países	consenso/ ainda dividem ricos e pobres/ foco de polêmica
Falta de recursos do Brasil	falta de recursos/ despreparo

Intensidade/ adjetivação

Despreparo

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Traz diversos atores, mas apenas uma fonte é ouvida.

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina
José Goldemberg	“O Brasil precisa investir US\$ 400 milhões por ano até o final do século, para tornar sua infra-estrutura de ciência e tecnologia capaz de cumprir os princípios ambientais da Agenda 21”	Não opina
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?		
Não. Mas há expressões como “o Brasil está atuando com o influente poder de País anfitrião para obter o consenso mundial sobre os itens da Agenda 21”, baseada em impressões do repórter		
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA		
Brasil só consegue cumprir princípios da Agenda 21 se receber auxílio financeiro externos		
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS		

Ficha 26/92 - Novos modelos de produção e consumo			
13 de junho de 1992 Reportagem Assinada por José Casado			
FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)			
Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Fernando Collor de Mello (O)	O presidente	Reação	Definiu
George Bush (C)	O presidente norte-americano	Reação	Disse
François Mitterrand (C)	O presidente francês	Reação	Previa
Helmut Kohl (M)	Chanceler alemão		
Aníbal Cavaco Silva (O)	Primeiro ministro português	Reação	Resumiu
Gro Harlem Brundtland (O)			
Jaber Al Ahmad Al-Jaber Al-Sabah (C)	Xeque/ Emir do Kuwait	Reação	Definiu
FORÇAS PRESENTES			
Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Países desenvolvidos	Nações ricas/ hemisfério Norte e ricos do Sul	-	Terão de modificar seus modelos de produção e consumo
Países em desenvolvimento		+/-	
Aliados (na Guerra do Golfo)		-	Despejaram sobre o Iraque
PALAVRAS E EXPRESSÕES			
Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre		
Clima			
Biodiversidade			
Proteção ambiental sem obrigatoriedade jurídica			
Crimes ecológicos internacionais/ Guerra			
Florestas			
Água potável			
Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas		
Tragédia	a sobrevivência da espécie humana no planeta/ holocausto ecológico		
Oposição entre os países	nenhuma delegação se disse plenamente satisfeita com o resultado/ mas também ninguém se declarou plenamente insatisfeito		
Intensidade/ adjetivação			
crucial/ impossível/ ampla negociação/ nenhuma			
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA			
Traz a visão de diversos atores envolvidos			
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS			
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina	
Gro Harlem Brundtland	“já não será mais possível voltar atrás dos passos dados”	Não opina	
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?			
Não. Mas utiliza expressões como “que por alguns momentos chegou a parecer impossível”/ “na verdade”			
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA			
Reunião foi considerada ponto de partida para ações futuras. Países desenvolvidos terão de mudar seus padrões de produção e consumo			
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS			

Ficha 27/92 - Países em desenvolvimento conquistam autonomia para exploração sustentável

13 de junho de 1992 | Reportagem | Assinada por Sérgio Adeodato (Do Rio)

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
José Goldemberg (O)	Secretário do Meio Ambiente	Reação	Comemorou/ garantiu
Bernardo Pericás (O)	O embaixador/ representante do Brasil na comissão técnica que definiu o documento durante a ECO-92	Reação	Explica
Fernando Zumbado (M)	Diretor para América Latina e Caribe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento		
Enrique Iglesias (M)	presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento		
Luis Carrera de la Torre (M)	secretário pro-tempore do Tratado de Cooperação Amazônica		

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Índia (apenas citado)			foram os vencedores do complicado jogo diplomático
Malásia (apenas citado)			foram os vencedores do complicado jogo diplomático
Brasil	dono de um patrimônio na Amazônia equivalente a 1,7 bilhão em madeira, US\$ 1,5 bilhão em minérios e 3 mil espécies de plantas tropicais / os diplomatas brasileiros	+	foram os vencedores do complicado jogo diplomático/ não aceitou enfatizar a necessidade/ conseguiu
Países em desenvolvimento	Países do Sul	+	Conseguiram / não conseguiram que a convenção (...) obrigasse os países ricos/ também não convenceram os EUA a assinarem/ eliminaram do texto
Países desenvolvidos	Primeiro Mundo/ países ricos/ mais desenvolvidos	-	
Estados Unidos		-	
Declaração sobre Florestas		+	Assegurou/ pede maior compensação financeira e tecnológica/ informa/ prevê/ recomenda
Tratado de Cooperação Amazônica		+	Propõe/ sugere
Organização Mundial de Madeiras Tropicais	reúne os maiores produtores e consumidores de madeira do mundo	-	Recomenda
Aracruz Celulose			

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre
Autonomia	
Recursos naturais	
Transferência de tecnologias	
Exploração sustentável	
Efeito estufa	
Desenvolvimento sustentável	
Desmatamento	

Tratado de Cooperação Amazônica	organismo multilateral que reúne os oito países da região	
Direito ao desenvolvimento		
Fundo Internacional para o desenvolvimento		
Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas	
Divergência entre os países	vencedores do complicado jogo diplomático/ obrigasse os países ricos	
Oposição aos Estados Unidos	apesar da inicial oposição dos Estados Unidos	
Intensidade/ adjetivação		
complicado/ extremamente generosa		
ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA		
Traz diversos atores, mas apenas dois entrevistados e que refletem as idéias brasileiras. Relata os pontos definidos pela Declaração sobre Florestas		
OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS		
Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina
José Goldemberg	“Derrubamos de vez a tese da internacionalização da Amazônia”/ a Declaração foi “extremamente generosa com os países em desenvolvimento”	Não opina
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLICITO?		
Não		
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA		
Os países desenvolvidos foram favorecidos na Declaração sobre Florestas		
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS		
Traz a idéia de vitória Das matérias analisadas é a primeira a valorar o meio ambiente. É a primeira a mencionar uma empresa – ou um setor – que será beneficiado pelos acordos da ECO-92: “a declaração beneficiará os negócios externos de empresas como a Aracruz Celulose, que no ano passado exportou 617 toneladas de celulose, vendas que corresponderam a mais da metade de seu faturamento total de US\$ 335 milhões”		

Ficha 28/92 - Comissão da ONU poderá garantir que países ricos cumpram seus compromissos

5 de novembro de 1992 | Reportagem | Assinada por Francisca Stella Fagá (De São Paulo)

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Fernando Henrique Cardoso (O)	Ministro brasileiro de Relações Exteriores	Ação	Discursou/ disse/ teve encontro
Um diplomata (C)	de acordo com a fonte		

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Nações Unidas		+	Começou a montar
Brasil	Governo brasileiro	+	Considera fundamental para a implementação dos compromissos/ passou a encontrar dificuldades em liberar recursos
Países desenvolvidos	Países industrializados/ países ricos	-	causou grande apreensão no Itamaraty
Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável	deverá ser subordinada ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas	+	
Países em desenvolvimento	Países menos desenvolvidos	+	Acreditam
G7	havia concordado nos últimos minutos da ECO-92 com a redação final do capítulo sobre recursos financeiros da Agenda 21	-	Vacilavam
Alemanha	o país que originalmente propôs o Programa Piloto da Amazônia e era o maior promitente de recursos	-	passou a dar sinais de que iria reduzir a sua contribuição
Banco Mundial		+/-	

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre
Agenda 21	o extenso programa de ações concretas aprovadas na conferência, para monitorar a implementação do programa
Desenvolvimento Sustentável	
Parceria mundial	

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Falta de comprometimento dos países desenvolvidos	para que ricos cumpram seus compromissos/ nenhum movimento significativo em termos de recursos financeiros pôde ser identificado/ Parece agora receber atenção inferior à merecida em importantes instâncias decisórias/ limitada disposição dos países industrializados em cooperar com os menos desenvolvidos

Intensidade/ adjetivação

Para agravar a situação/ a pressão geral até agora é bastante negativa/ Fracas disposições/ limitadas/ fundamental

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Traz diversos atores envolvidos no assunto, mas apenas um entrevistado é ouvido

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina
Fernando Henrique	“É inquietante notar que desde a ECO-92, nenhum	Não opina

Cardoso	movimento significativo em termos de recursos financeiros pôde ser identificado como medida compatível com os compromissos necessários à nova parceria mundial que se deseja construir”	
POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?		
Não. Mas há frases como “Até porque a pressão geral até agora é bastante negativa”, “fracas disposições”, ou seja, informação baseadas em opinião do repórter.		
IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA		
Comissão de Desenvolvimento Sustentável será criada pela ONU. Movimentação dos países desenvolvidos para cumprir os compromissos da ECO-92 é lenta. Brasil enfrenta dificuldades para conseguir liberação de recursos. ONU poderá intervir.		
OBSERVAÇÕES ADICIONAIS		

Ficha 29/92 - Países em desenvolvimento questionam regras previstas na Convenção da Basileia

5 de dezembro de 1992 | Reportagem

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
A. Ene-Ita (O)	da delegação da Nigéria	Reação	Disse
Mostafa Tolba (C)	diretor cujo mandato está se encerrando no Programa Ambiental das Nações Unidas		Estima

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
Países em desenvolvimento		+	Questionam/ concordaram, embora relutantes/ exigiram
Países desenvolvidos	Nações industrializadas/ nações altamente industrializadas	-	disseram estar prontos para aceitar a restrição
França, Canadá e Austrália		+	concordaram

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre
Exportação de resíduos tóxicos	
Convenção da Basileia	sobre o transporte de resíduos tóxico através de fronteiras internacionais e sua disposição

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Oposição aos Estados Unidos	incluindo os Estados Unidos/ a maior parte dele é produzido pelos Estados Unidos

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Matéria simples que utiliza informações de agência internacional.

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou não opina

POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?

Não. Mas há uma certa oposição aos Estados Unidos em frases como: "Existem muito poucas informações precisas a respeito da quantidade de resíduos tóxicos gerados a cada ano, embora esteja bem claro que a maior parte dele é produzido pelos Estados Unidos e outras nações altamente industrializadas"

IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA

Exportação de resíduos tóxicos não foi totalmente proibido. Países em desenvolvimento aceitaram o acordo, embora relutantes.

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

Ficha 30/92 - Relatório das Nações Unidas apresenta levantamento da situação ambiental no mundo

10 de dezembro de 1992 | Reportagem

FONTES/ATORES OUVIDOS (O) / CITADOS (C)/ MENCIONADOS (M)

Nome	Outras denominações	Atitude	Ações (verbos)
Nikhil Chadavarkar (M)	Representante da ONU no Brasil	Ação	entregou
Coutinho Jorge (M)	Ministro do Meio Ambiente		
Mostafa Tolba (C)	Diretor executivo do PNUMA	Ação	adverte

FORÇAS PRESENTES

Nome	Outras atribuições	Imagem	Ações (verbos)
The World Environmental	Relatório	+	
Países em desenvolvimento		+/-	
Países desenvolvidos		-	

PALAVRAS E EXPRESSÕES

Conceitos-chave	Descrição / Idéia que jornal transmite sobre
Contaminação das águas e do ar	
Camada de ozônio	
Perda da diversidade biológica	
Agricultura	
Desenvolvimento industrial	
Despejo de resíduos tóxicos	
Reflorestamento	
Exportação de resíduos perigosos	
Agentes químicos	
Veículos	
Energia	
Extinção	

Busca transmitir a idéia de	Palavras e expressões utilizadas
Tragédia	Abertura apresenta dados que dão tom de dramaticidade: “os oceanos recebem anualmente 300 milhões de toneladas de esgoto...”

Intensidade/ adjetivação

“levantamento completo”

ESTRUTURAÇÃO DA MATÉRIA

Comenta o novo relatório divulgado. Sem apuração ou repercussão com outros envolvidos

OPINIÕES CITADAS/POSICIONAMENTOS

Autor	Descrição	Jornal conc, disc ou n
Mostafa Tolba	“O objetivo de harmonizar o desenvolvimento econômico com a qualidade ambiental permanece remoto e essa falta de vontade política não é precisamente algo que me dê satisfação relatar”	Não opina

POSICIONAMENTO DO JORNAL ESTÁ EXPLÍCITO?

Não

IDÉIA PRINCIPAL DA MATÉRIA

Novo relatório sobre a situação ambiental do mundo traz os avanços ocorridos de 1972 a 1992, mas aponta que são necessárias outras medidas

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

Subdesenvolvimento também é poluição, diz Araujo Castro

WASHINGTON (UPI, GM) — O embaixador do Brasil João Augusto de Araujo Castro preferiu ontem reportar-se ao discurso que pronunciou recentemente em Los Angeles a responder diretamente às críticas do New York Times.

O Times disse ontem num editorial, que alguns funcionários brasileiros parecem "não pensar mais no futuro do seu país do que os industriais norte-americanos da época em que a fumaça que saía das chaminés era uma beleza cuja contemplação proporcionava um júbilo eterno".

Em sua dissertação na Universidade da Califórnia de Los Angeles . . . (UCLA) o embaixador

disse que "ao tratar dos problemas concernentes à poluição do meio ambiente, a tendência é dar uma forte e indevida ênfase nos perigos da rápida industrialização".

PERIGOS

"A ênfase é posta nos perigos da poluição, certamente sério nos países altamente industrializados, enquanto a maior parte do planeta está ainda numa fase de pré-contaminação, ou, em outras palavras, que não teve oportunidade de ser contaminada.

"Dois terços da humanidade estão muito mais ameaçados pela fome e pela pobreza do que pelos males da poluição. Por essa razão, sente-se mais

preocupação pelas recentes declarações de McNamara — refutada pelo Brasil no Conselho Econômico e Social (CIES) — de que o Banco Mundial não autorizaria nenhum projeto para o desenvolvimento econômico, sem um minuto de prévia avaliação sobre as possíveis repercussões no meio ambiente.

"É claro — observou o embaixador — que os países em desenvolvimento não querem incluir nos mesmos erros em que incorreram os países altamente industrializados, mas é evidente que não podemos aceitar passivamente a ressurreição, no século vinte, da teoria da "Seivagem Feliz de Rousseau que deu cor e

sabor ao romantismo francês".

ADVERTENCIA

"Não permitam que ocorra em suas cidades o que aconteceu a Nova York; conservem a beleza dos seus campos, são advertências que constantemente ferem os ouvidos dos representantes dos países em desenvolvimento".

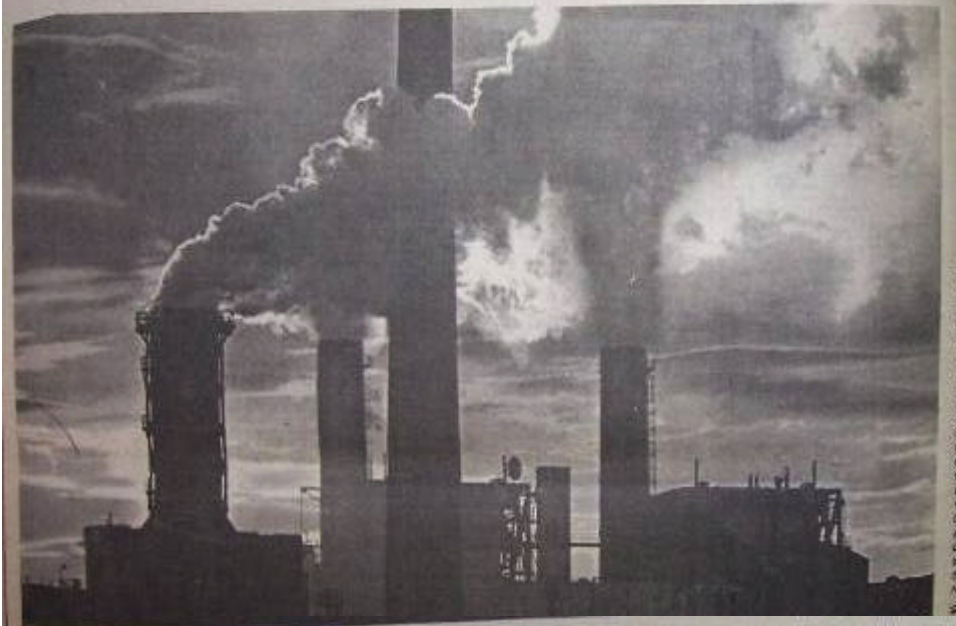
"Dai partem os países em desenvolvimento da premissa de que a conservação do meio ambiente humano deve levar em conta os fatores básicos do desenvolvimento, já que o subdesenvolvimento representa em si mesmo uma das piores formas de poluição do meio ambiente humano".

Subdesenvolvimento como forma de poluição

Um artigo do *New York Times*, criticando uma declaração atribuída ao ministro do Planejamento do Brasil, em Tóquio, reacendeu a discussão em torno dos problemas ligados à poluição. A controversia teve começo com uma declaração do presidente do Banco Mundial, defendendo um controle dos empréstimos e financiamentos da entidade com base na exigência do combate à poluição ambiental. O enfoque do sr. McNamara foi interpretado pelo governo brasileiro como uma veemente ameaça aos programas de desenvolvimento dos países não inteiramente industrializados. O embaixador Araujo Castro, na ONU, criticou essa orientação, afirmando que a principal guerra a ser travada é contra a pobreza e não contra a poluição. O editorial do *New York Times*, tomando ao pé da letra algumas declarações do ministro João Paulo dos Reis Veloso, pretendeu colocar o nosso governo numa posição de indiferença aos perigos da poluição, o que não corresponde absolutamente à realidade. Tudo está a indicar que o grande jornal de Nova Iorque tomou essa posição sem consultar os seus correspondentes no Brasil, que devem ter ciência dos esforços que o poder público vem realizando com vistas a reduzir, gradativamente, os focos poluidores. No nosso Estado, onde há a maior concentração industrial do país, já existe uma política coordenada de proteção das águas e do ambiente, que é executada através do FESB — Fomento Estadual de Saneamento Básico e SUSAM — Superintendência do Saneamento Ambiental. Em consequência, não é concedido alvará de construção de nenhuma fábrica que do projeto não conste a adoção de equipamentos antipoluidores. A fiscalização das autoridades competen-

O BANCO MUNDIAL LANÇOU RECENTEMENTE, UM EQUIPEO INTITULADO "O BANCO MUNDIAL E O MEIO-AMBIENTE" NO QUAL DESCRIVE EM DETALHES AS NORMAS QUE DESEJO ALGUM TEMPO VEM APLICANDO PARA EVITAR QUE AS OBRAS A SEREM EXECUTADAS COM SEUS EMPRESTIMOS, NOS PAISES EM DESENVOLVIMENTO CAUSAM PREJUÍZO AO MEIO-AMBIENTE. ESSE É UM TEMA BASTANTE DISCUTIDO POR ALGUNS PENSAM QUE OS PAISES PROSPEROS PODEM SERVIR-SE DO PREJUÍZO ECOLÓGICO PARA REDUZIR SUA AJUDA AOS PAISES POBRES.

Será o controle da poluição realmente incompatível com o desenvolvimento econômico?



A todo momento e de diversas maneiras o homem modelou o seu meio-ambiente, para adaptá-lo melhor a seus propósitos. As vezes, essas inovações tem servido admiravelmente a seus objetivos: por exemplo, as civilizações ao longo dos rios Tigre e Eufrates, sustentadas durante séculos pelo engenho do homem que construiu canais para irrigação de seus campos.

Mas, por outras, essas mesmas criações contribuíram, em larga escala, para destruir o que o homem se propunha: as próprias civilizações do Eufrates sucumbiram quando essas mesmas obras de irrigação inundaram as terras com água salobra. É preciso recordar também os males que a urbanização causou aos gregos antigos, os quais muitas vezes eram molestados por infestações de peste em suas cidades.

É cabe também mencionar o caso dos romanos, que com a finalidade de realizar programas urgentes de construção de barcos, devastaram os bosques das colinas, e com isso, inutilizaram muitas de suas terras. As cidades carboníferas do princípio do século XX, descritas por D. H. Lawrence, foram também lugares onde pensar nos "qualitativos da vida" era apenas uma maneira de fugir da realidade.

É evidente que os problemas ambientais são

atualmente objeto de preocupação mais imediata que antigamente, pois se agravam à medida que o homem é mais capaz de ocasionar mudanças instantâneas, imediatas e irreversíveis em sua vida.

Se os problemas ambientais não são novos neste século, somente agora se tem consciência de sua existência. As desagradáveis condições de vida só podem ser aceitas com um sentido fatalista quando não há maneira alguma de eliminá-las. Mas quando se estabelecerem métodos para controlar os fatores exacerbadores toleráveis da vida do homem, estes se convertem intoleráveis. É quando começam, a ameaçar a própria existência, se descobre que os problemas encerram importância vital. Nesta situação encontra-se a humanidade na segunda metade do século XX.

Nas sociedades mais adiantadas, onde a formação de capital e a tecnologia têm suma importância, a maneira como se utilizam as máquinas ou o seu abuso, repercute principalmente, sobre o ambiente. Por outra, nas sociedades menos prosperas, onde a população e os recursos naturais constituem os fatores primordiais de produção, a atividade do homem e o que ocorre durante a exploração de seus recursos influem diretamente em seu meio ambiente.

Por exemplo, o homem do norte morre de enfisema; o do sul, de esquistossomose. Em um país desenvolvido, constrói-se uma fábrica de polpa de celulose e papel junto a um rio, e o homem se envenena com o peixe tirado desse mesmo rio. No mundo em desenvolvimento, as áreas cultivadas nas zonas do litoral estão protegidas contra enfermidades graças à aplicação de pesticidas, mas o pescador encontra os seus peixes flutuando, ao invés de nadando no mar.

Não obstante, a principal preocupação dos países em desenvolvimento deve continuar sendo o avanço econômico e social. Um problema que num país prospero poderia ser qualificado de crise ambiental, no terceiro mundo possivelmente seria considerado como apenas um causador de molestias. E como disse recentemente um asiático: "Alguns de nós preferiríamos ver sair fumaça de uma fábrica e homens empregados, a não possuí-la."

Se um país estéril e em desenvolvimento necessita com urgência de uma represa para irrigação e se sua construção incrementará inevitavelmente a possibilidade de um foco de esquistossomose, o debate sobre tal construção deverá ser enfocado a partir de um ponto de vista diferente do que no caso de um país rico que tenha menor necessidade

de aumentar suas terras agrícolas.

Cada Estado é soberano para determinar seu processo de desenvolvimento interno e para um país, torna-se difícil, tecnicamente, e quase impossível moralmente, impugnar a ordem de prioridades que outro atribua à solução de seus problemas internos.

Por exemplo, no caso da construção da represa, os benefícios que traria a dezenas de milhares de agricultores pobres superariam contra o possível agravamento da pobreza de uns poucos. O desenvolvimento econômico não pode ser alcançado sem ocasionar algum transtorno no meio ambiente humano. Mas pode realizar-se de tal forma que se reduzam ao mínimo os efeitos nocivos, tanto sobre o ambiente como sobre a saúde pública e o bem-estar da humanidade.

O RUMO É UM SÓ

Se bem que o homem começou a compreender pouco a pouco que não poderia permitir-se, impunemente, que o meio ambiente continuasse a deteriorar-se, as diversas "catástrofes ecológicas" dos últimos anos desencadearam repentinamente inumeráveis medidas corretivas orientadas para pôr fim aos abusos ambientais do século passado.

Os países desenvolvidos já não consideram mais que a contamina-

ção é o preço que se deve pagar pelo progresso, e o mundo em desenvolvimento está agora menos convencido que antes de que não resta outra alternativa: contaminação ou pobreza.

A função básica do Grupo do Banco Mundial — o Banco Mundial e sua afiliada, a Associação Internacional de Fomento, que concede "créditos em condições concessionárias" e a Corporação Financeira Internacional, que apóia ao setor privado — consiste em preparar e financiar projetos de fomento econômico nos países em desenvolvimento, no mundo.

Esse propósito é hoje primordial e continuará sendo no futuro. O Grupo do Banco segue também a política de prestar cuidadosa e demorada atenção, na planificação de seus projetos de desenvolvimento, e as consequências que tenham sobre o meio ambiente e a saúde e bem-estar dos povos afetados. Embora o Banco tenha se interessado no passado pelos efeitos ambientais de suas atividades de desenvolvimento, não contava com um procedimento sistemático para identificar e examinar esses efeitos. E o que é ainda mais importante, não estavam estabelecidos métodos para impedir e atenuar as consequências adversas para o meio ambiente. Mas em fins de 1971 se estabeleceu dentro do Grupo do Banco Mundial o cargo

Delegado do Brasil na conferência de Estocolmo: países ricos são responsáveis pelos danos causados ao meio-ambiente

O MINISTRO COSTA CAVALCANTI AFIRMOU QUE A PARTIR DE AGORA O DESENVOLVIMENTO DEVERIA CONTRIBUIR PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DE TODOS OS HOMENS E DIMINUIR OS DANOS CAUSADOS À NATUREZA EM GERAL, PRINCIPALMENTE NO TOCANTE À POLUIÇÃO DO MAR E ATMOSFERA.

ESTOCOLMO (UPI-GM) — O ministro do Interior do Brasil, José Costa Cavalcanti, disse ontem que os países ricos deveriam assumir a responsabilidade de converter os danos causados ao meio ambiente.

Os 20 delegados, observadores e peritos brasileiros que participam da Conferência sobre o Meio Ambiente, patrocinada pela ONU, passaram o dia discutindo particularmente com os outros países latino-americanos. O Brasil foi um dos primeiros países a falar na conferência.

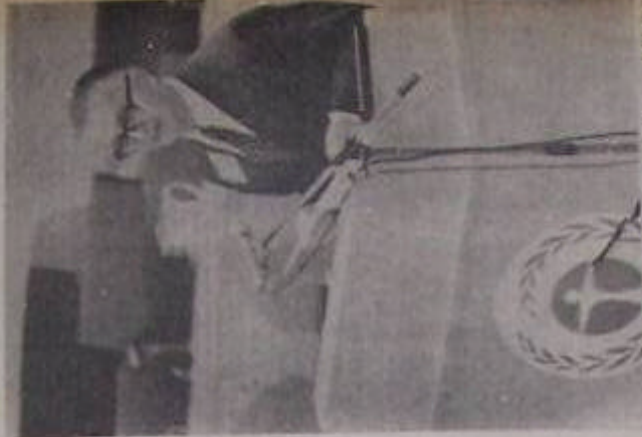
Cavalcanti disse que o crescimento econômico nos países altamente desenvolvidos e sua atitude tecnológica causaram a poluição dos mares e da atmosfera.

"Os países que acumularam consideráveis recursos e riquezas às custas de tantos prejuízos para o resto do mundo deveriam, pois, assumir a principal responsabilidade pela adoção de medidas corretivas e para substituir o que foi danificado", disse ele.

O ministro advertiu que o conhecimento das condições do meio ambiente ainda é bastante incompleto e que isto deveria ser levado em conta pela conferência.

"Mas mesmo que o resultado da conferência de Estocolmo fique restrito a um grande programa de pesquisa, seria um sucesso estrondoso, criando uma base sólida para futuras ações", disse ele.

Cavalcanti salientou que, para a maioria da população mundial a luta contra a pobreza, melhores condições de habitação e nutrição, assistência médica e emprego não são importantes do que a diminuição da poluição atmosférica.



MINISTRO COSTA CAVALCANTI DEFENDE A POSIÇÃO BRASILEIRA — (Rodolfo-UPI)

recursos de acordo com suas próprias prioridades e necessidades.

"A ONU não deve tentar superimpor sua ação sobre os membros. Sua tarefa mais importante é coordenar os esforços individuais e prestar assistência técnica e financeira", acrescentou.

Em seguida, Cavalcanti expôs os pontos que o Brasil está tomando para conseguir me-

lhores condições sociais para sua população, para controlar a poluição e para uma educação melhor, encerrando seu discurso com um tributo ao secretário-geral da conferência, Maurice Strong, e seus assessores.

"Ele produziu uma série de recomendações que representam uma grande contribuição para nossos esforços de criar um mundo melhor", concluiu.

Ele produziu uma série de recomendações que representam uma grande contribuição para nossos esforços de criar um mundo melhor", concluiu.

Poluição e desenvolvimento: os equivocados

A poluição está se transformando num fator de divergência entre os países superindustrializados e os envolvidos na batalha do desenvolvimento. A rigor, discrepam uns e outros quanto às causas e às formas de combate a uma das mais terríveis ameaças que pairam sobre o mundo, no século em que vivemos. A ansia de progresso dos povos que prenderam cedo a utilizar a ciência e a tecnologia em escala ilimitada, produziu, como consequência, o fenômeno da poluição — do ar, da água, do meio ambiente. Os nefastos efeitos da poluição evoluíram de tal forma que a ONU decidiu realizar uma Conferência sobre Ecologia, iniciada em Estocolmo há quinze dias, e da qual participam cento e quarenta países. Na capital sueca, sem nenhuma surpresa para os observadores mais atentos, ocorreram, já nos primeiros pronunciamentos dos representantes de vários países, os principais pontos da controversia. A oração do delegado brasileiro, ministro Costa Cavalcanti, da pasta do Interior, teve o condão de ativar as discussões e de evidenciar o apoio da maioria dos conclavistas à tese sustentada pelo chefe da delegação brasileira.

A afirmação básica do ministro Costa Cavalcanti impôs-se ao plenário como lógica e ferro: aos países ricos cabe a maior responsabilidade pela reparação dos danos até agora causados ao meio ambiente, posto que os efeitos malefícios da ação poluidora são correntes do esforço que aquelas nações fizeram para acelerar o seu processo de desenvolvimento. A colocação do ministro brasileiro não podia ser mais feliz e oportuna e o que esperavam os delegados dos países industrializados, que foram para Estocolmo dispostos a reclamar medidas antipoluidoras da parte dos povos em estágio econômico inferior, implicando, algumas delas, na renúncia à utilização de alguns dos mais modernos processos tecnológicos.

Retomou, de fato, o sr. Costa Cavalcanti, a argumentação expendida recentemente pelo ministro do Planejamento, sr. Reis Veloso, mencionando críticas de um importante jornal norte-americano, que tentou atribuir ao Brasil uma posição conformista em relação à poluição, ilação apressada do órgão de imprensa, que explorou uma frase isolada, em tom de blague, do sr. João Paulo dos Reis Veloso. O que o Brasil sustenta, e com êxito, é que a poluição não pode servir de pretexto para retardar-se a implementação de projetos de desenvolvimento das nações ainda às voltas com complexos problemas relacionados com a mudança de estruturas socio-econômicas.

A tese de alguns luminares do pensamento dos países superdesenvolvidos é absurda: as nações em desenvolvimento devem ser rigorosas na seleção dos seus empreendimentos de infraestrutura, tendo em vista o fato de que novos focos poluidores agravam as condições ambientais, tornando mais difícil

Proposta criação de fundo para combater poluição ambiental

ESTOCOLMO (UPI-GM) — As delegações que participam da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano parecem ter assegurado sua aprovação à proposta do presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, para a criação de um fundo de 100 milhões de dólares para financiar um novo escritório internacional que coordenará os esforços contra a contaminação do meio ambiente.

Os Estados Unidos contribuirão com 40 milhões e o Japão com 10 milhões de dólares. O restante será reunido mediante contribuições de todos os países industrializados.

Fontes da conferência indicaram que Maurice Strong, secretário geral da reunião e o homem que dirigirá o novo escritório, propôs que fossem fornecidos 40 milhões de dólares anuais ao novo organismo, durante os cinco primeiros anos.

Contudo, uma pesquisa entre os chefes das 113 delegações presentes indica que a cifra de 100 milhões de dólares é suficiente.

Ainda se desconhece se a União Soviética contribuirá com algo para esse fundo inaugural, uma vez que os países da Europa Oriental boicotaram a conferência por não ter sido con-

vidada a Alemanha Oriental boicotaram a conferência por não ter sido convidada a Alemanha Oriental.

O estabelecimento do novo organismo e a aprovação de fundos para o mesmo é um dos objetivos básicos da reunião.

Por outro lado, a declaração do ambiente humano esteve em perigo devido à solicitação chinesa de que a mesma reflita "os sentimentos dos países em desenvolvimento".

Tanto os funcionários ocidentais como as fontes chegaram a reunião opuseram-se ao pedido, alegando que a declaração está redigida em termos aceitáveis.

Hoje termina conferencia da ONU: criou-se fundo de US\$ 100 mil para proteger meio-ambiente

ESTOCOLMO (UPI-GM)

— A conferencia das Nações Unidas sobre o meio ambiente aprovou, ontem, a criação de um fundo especial de 100 milhões de dólares e um organismo internacional especializado para enfrentar os problemas da preservação do ambiente humano. O presidente da comissão encarregada da criação do fundo, Carlos Rodrigues, do Brasil, declarou que ficou satisfeito com a aprovação e esperava um aumento futuro dos recursos a sua disposição.

«Não esperavamos muito — disse o representante brasileiro — em entrevista coletiva — mas as recomendações da conferencia representam o que levaríamos muitos anos para conseguir por outros métodos.»

Indagado se os 100 milhões não representavam apenas uma gota d'água, Rodrigues respondeu que preferia falar em um copo d'água e que tinha certeza de que os países desenvolvidos farão contribuições maiores quando o conselho começar a mostrar resultados.

O representante brasileiro afirmou que, para realizar

programas de proteção ao meio ambiente, os países em desenvolvimento precisam de novas contribuições dos países ricos, e não apenas as contribuições atuais para o desenvolvimento econômico.

«Receber mais para o meio ambiente e menos para o desenvolvimento não seria interessante para nós» — afirmou.

Rodrigues lamentou que a declaração sobre o meio humano ainda estivesse parada nas comissões de trabalho, afirmando que «ela teria um impacto mundial, pois resume o que os governos devem fazer».

O representante brasileiro ressaltou, porém, que a falta da declaração não diminui as outras realizações da conferencia, como a formação do conselho sobre o meio ambiente.

Um grupo especial de trabalho está tentando com urgência preparar um texto de resolução que seja ao mesmo tempo aceitável para os Estados Unidos e para a China.

A formação do conselho foi recomendada pela conferencia à secretaria geral das Nações Unidas. O corpo teria 54 membros, pessoal próprio e um diretor executivo.

A conferencia não reconhecendo uma sede para o organismo e solicitou que os países interessados em alojá-lo formulem as suas ofertas respectivas no prazo de 30 dias.

O Brasil e outros países preferiam um grupo menor, mas a maioria dos países em desenvolvimento apoiou uma proposta australiana que fixou em 54 o numero de membros do futuro conselho.

O secretário-geral da conferencia, Maurice Strong, do Canadá, afirmou esperar que o texto da resolução final será entregue para aprovação à sessão de encerramento, hoje.

Strong fez estas declarações ao sair de uma reunião a portas fechadas onde procurou acertar as divergências entre norte-americanos e chineses.

BRASIL E ARGENTINA DIVERGEM

O Brasil e a Argentina continuaram divergindo, ontem, na conferencia das Nações Unidas sobre o meio ambiente sobre um projeto de texto brasileiro perto da fronteira Argentina e a questão continuava em pé quando a conferencia se aproximava do seu final.

No grupo de trabalho que debate o projeto de declaração sobre o ambiente humano, os dois países sul-americanos travaram uma batalha verbal e apresentaram emendas conflitantes, a fim de reforçar as suas respectivas posições.

O artigo vinte do projeto de declaração final sugere um intercambio de informações entre governos a respeito de atividades que possam causar danos ao ambiente fora da sua jurisdição territorial.

ARGENTINA PROPEE

A Argentina propôs modificações para que na declaração final se estabeleça que as atividades que possam causar danos ao ambiente devem ser informadas «a pedido de qualquer das partes interessadas, num prazo razoavel... de modo que as partes mencionadas conheçam e julguem por si proprias a natureza e os provaveis efeitos dessas atividades».

BRASIL RESPONDE

Em resposta, o Brasil propôs emendas a outros três artigos para dar enfase à soberania nacional. A Argentina não conseguiu mul-

to apoio para a emenda, mas a questão deve de haver sido discutida em plenário.

Acredita-se que a culpa da Argentina se respeito em relação com os projetos de declaração do Brasil especialmente em relação aos que o Brasil para a declaração, onde esse país consultaram a maioria sobre algumas emendas.

UM NOVO ENCONTRO O MESMO TEMA

A conferencia das Nações Unidas sobre o ambiente reconveniente a realização de uma conferencia mundial sobre o tema.

O projeto, sobre o Egito e Líbia, foi aprovado por 77 votos a favor e três abstenções.

A conferencia propunha a realização de uma conferencia mundial sobre o ambiente em 1973, a data em aberto. Nenhum país apresentou proposta para a conferencia mundial.

Vitória do bom senso em Estocolmo

A aprovação, contra os votos da China e França, da moção latino-americana contra a realização de provas nucleares, assinada em Estocolmo, a vitória do ponto de vista brasileiro, falsamente interpretado por o órgão de imprensa sueco, que acusou a delegação do Brasil de sabotar a Conferência Mundial do Meio Ambiente. O que o ministro Costa Cavalcanti disse ao falar em nome do nosso governo, foi que os países ricos são os responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. E, portanto, deveriam eles reparar as consequências desses danos. Textualmente: *"Os países que acumularam consideráveis recursos e riquezas às custas de tantos prejuízos para o resto do mundo deverão, pois, assumir a principal responsabilidade pela adoção de medidas corretivas"*. E definiu, a seguir, qual o papel que a ONU deveria desempenhar no encaminhamento da questão: *"A ONU não deve tentar impor sua vontade à de seus membros. Sua tarefa mais importante é coordenar os esforços individuais e prestar assistência técnica e financeira"*.

Na sua oração, aplaudida pela esmagadora maioria dos delegados presentes, o chefe da delegação brasileira sustentou uma posição realista e construtiva, tendo, a certa altura, alinhado os esforços antipolutores do Brasil, a demonstrar, de forma cabal, que não defendemos, como dão a entender alguns observadores parciais, uma política de complacência com a poluição. Procurou-se, a esse propósito, criar uma imagem negativa do Brasil.

A vitória da moção latino-americana, com o apoio, inclusive, da Índia, veio confirmar que os aplausos da quase unanimidade das delegações ao pronunciamento do ministro do Interior, no último dia 6, representam, realmente, a concordância dos presentes com as nossas teses. Os que pretenderam colocar o Brasil numa posição delicada, tirando ilações totalmente absurdas, e as publicando, irresponsavelmente, devem, a estas horas, estar com as cabeças enterradas no chão. É provável que o autor da referida inimizia tenha sido ludibriado, em sua boa fé, por algum agente do revanchismo subversivo eventualmente de passagem pela capital sueca. Custa-nos crer, de qualquer forma, como vê um jornal de um país como a Suécia publicar tal tipo de acusação, destituída do mínimo de veracidade.

O que está em debate não é o órgão de formação sueco. É sim a ameaça que paira sobre o meio ambiente, a progressiva contaminação dos mares e da atmosfera, a erosão biológica do mundo, enfim. A primeiro-ministro da Índia, sra. Indira Ghandi, reafirmou a essência do pensamento brasileiro sobre a matéria: *"os países ricos não podem esperar que o mundo fique limpo às custas dos subdesenvolvidos"*.

Repousa nesse tópico a explicação para as divergências que o combate à poluição vem criando, entre países amigos e rivais, cada um com seus interesses próprios em jogo.

Presidente do BIRD afirma que só o desenvolvimento pode combater as diversas formas de poluição

LUJO (Buenos Aires). — Em relação ao desenvolvimento econômico da América Latina, em torno da Conferência de Eco-socialismo do Meio Ambiente, Buenos Aires, 10 de junho de 1970, Robert McNamara, presidente do Conselho Internacional de Crédito, afirma que a maioria dos países em desenvolvimento vivem em condições de privação, que não podem contar-se com nenhuma definição racional de riqueza humana. A fome e a subnutrição são a realidade do presidente do BIRD — estão afetando o desenvolvimento físico e mental de grandes camadas de população mundial, e o crescimento impede a capacidade de trabalhar no novo estado, impedindo suas oportunidades. O desenvolvimento econômico, que pode ser prevenido — causa morte da subnutrição — afeta a saúde das crianças, ocasionando a morte de milhares de crianças e milhares de pessoas em condições precárias ou adiantadas em suas condições.

Calculamos que hoje no mundo, existem 100 milhões de adultos mal-alimentados, enquanto 1 bilhão de seres humanos estão periodicamente em falta de nutrição da terra — sobre os temas e subnutrição. O desenvolvimento econômico não é a solução para a fome e a mortalidade infantil. A moralidade não é a solução para a fome e a mortalidade infantil. A moralidade não é a solução para a fome e a mortalidade infantil. A moralidade não é a solução para a fome e a mortalidade infantil.



McNAMARA VOTA A FAZER UM APELO CONTRA AS DIVERSAS FORMAS DE POLUIÇÃO

PARA McNAMARA, A CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO TEM GRANDE VALOR PARA A CONSCIENTIZAÇÃO GERAL EM TORNO DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE, PROBLEMA QUE EXIGE INVESTIGAÇÕES PROFUNDAS E CONJUNTAS DE ECONOMISTAS, CIENTISTAS SOCIAIS, FÍSICOS E DIRIGENTES POLÍTICOS.

As investigações são fundamentais para que não se desperdiçarem mais recursos, mais energia e materiais do planeta. Preclaramos estabelecer uma cooperação econômica e social entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. É preciso que os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento tenham um projeto de desenvolvimento.

PROGRAMAS NACIONAIS

Os atuais programas de desenvolvimento em diversos países são muito diferentes — porque não estão reduzidos em grau significativo a pobreza. O desenvolvimento econômico não é a solução para a fome e a mortalidade infantil. A moralidade não é a solução para a fome e a mortalidade infantil. A moralidade não é a solução para a fome e a mortalidade infantil.

própria existência e a presença das nações menos privilegiadas. Para que o desenvolvimento econômico seja possível, é preciso que todos os países tenham acesso às mesmas oportunidades de desenvolvimento econômico. É preciso que os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento tenham um projeto de desenvolvimento.

Países que um país pobre, porém desenvolvido, se é preciso a existência de uma economia que permita o acesso de uma forma mais justa de recursos. O desenvolvimento econômico não é a solução para a fome e a mortalidade infantil. A moralidade não é a solução para a fome e a mortalidade infantil.

Divergências entre a China e Ocidente poderão modificar Declaração aprovada Conferência da ONU sobre Meio Ambiente

**A DECLARAÇÃO SOBRE O MEIO
AMBIENTE HUMANO, DA CONFERÊNCIA
DE ESTOCOLMO, PODERÁ TER NOVO
TEXTO, EM VIRTUDE DE ALGUMAS
DIVERGÊNCIAS ENTRE A CHINA —
PARA QUEM O DOCUMENTO DEVE
INCLUIR ENFOQUES POLÍTICOS —
E OS PAÍSES DO LADO OCIDENTAL,
CONTRÁRIOS A ESTA MEDIDA.**

ESTOCOLMO (UPI-GM) — O Secretário-Geral da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, interveio, ontem, para tentar salvar a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, ameaçada pelas divergências entre a China e o Ocidente.

Maurice Strong, do Canadá, convocou os chefes das delegações dos 114 países que participam da conferência para uma reunião a portas fechadas, numa tentativa de encontrar um texto satisfatório para a declaração de mil palavras — considerada o documento-chave da conferência, informaram fontes da reunião.

A China exigiu numa série de emendas, que a declaração condene o "capitalismo e imperialismo" por causarem guerra e poluição, enquanto as nações

desenvolvidas, lideradas pelos Estados Unidos, querem manter a Declaração política e sem termos controversos.

A Suécia fez algumas tentativas iniciais de fazer a China e os Estados Unidos chegarem a um acordo sobre um preâmbulo conciliatório da Declaração.

Os Estados Unidos o aceitaram, mas a China se opôs, aparentemente porque os termos haviam rememorado a condenação dos "capitalistas e imperialistas" e qualquer menção da guerra do Vietnã.

No entanto, fontes da Conferência informaram que muitas delegações previram que se chegaria a um acordo pelo menos quanto ao preâmbulo da declaração, depois que a Suécia apresentou uma proposta das vezes

reescrita, dando mais espaço às exigências chinesas.

ATAQUE VELADO

Horas antes, o primeiro-ministro da Índia, Indira Gandhi, havia se dirigido à Conferência, fazendo um ataque poderoso contra a política norte-americana na Indochina e dizendo que as nações subdesenvolvidas devem elevar seus padrões de vida, antes de se preocuparem com a população.

Seu ataque, juntamente com as objeções dos chineses, ameaçaram a aprovação de várias das propostas incluídas na Declaração original.

Fontes disseram que oito dos 23 princípios originais e quatro outros acrescentados foram aprovados pelo grupo de trabalho.

ECO 92

Brasil conclui quarta-feira as teses que vai levar à negociação

por Francisco Suello Fogá de Brasília

A formulação das teses que o Brasil vai sustentar a partir do início de março em Nova York durante a quarta e última reunião preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — ECO 92 — estará concluída nesta quarta-feira.

Uma reunião do comitê interministerial encarregado de formular a proposta brasileira — a CIMA — está agendada justamente com o propósito de costurar o trabalho das nove subcomissões da CIMA, que desde outubro trabalha-

ram nas teses sobre os principais temas da Agenda 21, o programa de ações a ser aprovado no âmbito da ECO-92.

Sexta-feira, as subcomissões já haviam concluído suas propostas sobre biodiversidade, alterações climáticas e proteção da atmosfera, conservação e desenvolvimento de florestas, gerenciamento ambientalmente saudável de resíduos perigosos, meio ambiente urbano, Carta da Terra, recursos financeiros e proteção e gerenciamento de recursos do solo e desertificação.

Em essência, as posições brasileiras deverão fundamentar-se na ideia de que o Brasil não é historicamente responsável pelas mais graves consequências de degradação do planeta e que, portanto, necessita da cooperação dos países desenvolvidos, responsáveis pela maior totalidade das emissões de gases do efeito estufa, da geração de resíduos e alteração das condições naturais do planeta.

O premissa é que o Brasil tem a intenção de participar do esforço global em benefício do meio ambiente e do desenvolvimento, mas para isso, precisa de recursos financeiros e tecnológicos.

Um desdobramento disso é a posição firme a respeito da discussão do tema florestas, que o Brasil se comprometerá no máximo para desvincular completamente as discussões sobre alterações climáticas e biodiversidade, objetos de convenções diferentes a serem firmadas em junho durante a realização da ECO 92.

O risco da vinculação, pretendida pelos Estados Unidos e por grande número de países desenvolvidos, seria aceitar soluções exclusivamente preservacionistas para a Amazônia, em detrimento do desenvolvimento econômico e dos problemas sociais da região. Os países desenvolvidos pedem um condicionamento ou seu esforço de limitação de emissões de gases do efeito estufa, por exemplo, às medidas de proteção das florestas.

O Brasil deverá se concentrar na tese de que é preciso haver cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável das florestas. Vai propor a criação de novos mecanismos de financiamento que contemplem a participação dos países em desenvolvimento e fórmulas destinadas a permitir a transferência de tecnologia em bases concessionais para projetos de preservação ambiental.

Da proposta de convenção sobre alterações climáticas apresentada pelo secretário da ECO 92 na ú-

“Estratégias para sobreviver”

por Gabriel Ettencourt de Nova York

A Organização das Nações Unidas (ONU) encara na próxima terça-feira uma série de palestras em preparação para o Eco-92, a conferência mundial do meio ambiente marcada para junho no Rio. O tema será “Estratégias para sobreviver”, pelo presidente do Instituto da População em Washington, Warner Fornas.

Ex-deputado por Maryland, Fornas enfatiza que vai discutir a questão de que tipo de crescimento da população e deterioração ambiental são dois eventos intimamente relacionados. O Instituto que preside é uma organização sem fins lucrativos que procura “um equilíbrio maior entre a população, os recursos e o meio ambiente mundial”.

Depois da palestra, Fornas deverá receber um prêmio por seu esforço para o desenvolvimento sustentável graças aos atos de Theodore W. Roosevelt, presidente do comitê do Encontro da Terra nos EUA, que é co-promotor da série de conferências junto com a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente [Unscd].

tima reunião do comitê em Genebra, em dezembro do ano passado, contém uma extensa relação de medidas que os países devem se comprometer a adotar para reduzir as emissões de gases do efeito estufa. Figuram na relação seis itens sobre proteção de florestas.

Por iniciativa do Bra-

sil, todos eles foram objeto de resoluções. Idênticas àquelas que deve ser reproduzidas na próxima rodada de negociações, marcada para o período entre 18 e 28 de fevereiro em Nova York, pouco antes da reunião do comitê preparatório da ECO 92.

No âmbito da convenção-quadro sobre biodiversida-

de, o Brasil deverá propor na próxima reunião, a partir de 4 de fevereiro, em Nairobi, que a exploração econômica de espécies deve se dar em benefício também dos países que as abrigam. Esse princípio poderá representar a previsão da criação de mecanismos de compensação econômica em negociações futuras.

Novos fundos de financiamento

por Francisco Suello Fogá de Brasília

O Brasil conta com um numeroso grupo de aliados para a sua proposta de criação de fundos especiais de financiamento de projetos ambientais. A ideia básica é permitir a participação dos países em desenvolvimento na gestão de recursos novos e adicionais para atender às novas demandas de proteção ao meio ambiente e de projetos de desenvolvimento sustentável.

Em dezembro do ano passado, durante a reunião do comitê intergovernamental encarregado de formular uma convenção-quadro sobre alterações climáticas, em Genebra, as delegações de mais de quarenta países sottoscreveram juntamente com o Brasil um documento que delineia os mecanismos de financiamento pretendidos pelos países em desenvolvimento. O documento tem o apoio de países como China, Bangladesh, Malásia, Mé-

xico, Sudão, Tailândia, Tunísia, Uganda, China, Colômbia e Marrocos. Tem o objetivo de desvincular os mecanismos de financiamento de organismos como o Global Environmental Facility (GEF), criada no âmbito do Banco Mundial e que, segundo o entendimento do Brasil e de seus aliados, é totalmente controlada pelos países desenvolvidos.

O que os países em desenvolvimento pretendem é ampliar a sua participação nas decisões sobre o volume, a destinação e a gestão dos recursos, como um desdobramento prático da ideia de que os países industrializados são os grandes responsáveis pelo processo de degradação do planeta e também os grandes beneficiários do crescimento econômico.

O fundo especial destinado a controlar as emissões de dióxido de carbono e dos outros gases responsáveis pelo efeito estufa proposto no documento seria submetido à autoridade de todos

os países signatários da convenção sobre alterações climáticas, em dos resultados da ECO 92, e desvinculado de qualquer outro fundo e de qualquer outra instituição financeira internacional. Outro fundo especial com as mesmas características está sendo proposto pelo Brasil para financiar projetos destinados à preservação da biodiversidade, o outro tema de uma conferência-quadro a ser aprovada no âmbito da ECO 92.

O documento assinado em dezembro também propõe novos mecanismos de transferência de tecnologia em termos “concessionais, preferenciais e mais favoráveis”. É pretendido assegurar que os direitos de proteção à propriedade intelectual não dificultem a transferência de tecnologia aos países em desenvolvimento, como pretendido pela convenção, em termos concessionais, com o objetivo de viabilizar projetos ambientalmente saudáveis.

ECO 92

Governo brasileiro define suas

por Roquel Stenzel
de Brasília

A Comissão Interministerial de Meio Ambiente (CIMA), do governo federal, aprovou sexta-feira, um documento com as propostas brasileiras que serão levadas à quarta e última reunião preparatória à conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92). Esta reunião do comitê preparatório será realizada em Nova York, durante todo o mês de março, e visa acertar a grande maioria dos acordos que poderão ser assinados durante a conferência do Rio de Janeiro.

O documento com as recomendações à delegação que representará o Brasil na reunião preparatória resume o trabalho das nove subcomissões da CIMA que, desde outubro último, analisam os temas da Agenda 21, o programa de ações a ser aprovado no âmbito da ECO-92. Os temas são: proteção da atmosfera, diversidade biológica, florestas, recursos financeiros, manejo de ecossistemas frágeis e combate à desertificação e à seca, proteção dos mares e oceanos, resíduos tóxicos e perigosos, proteção da qualidade e fornecimento de recursos hídricos, desenvolvimento sustentável de estabelecimentos humanos e a Carta da Terra.

Na reunião de sexta, não houve muitas divergências sobre as posições a serem defendidas pelo Brasil. Apenas o representante das organizações não-governamentais (ONG), João Paulo Capobianco, questionou a posição adotada em relação às florestas. Sobre este tema, o docu-

mento diz que "não se pode admitir que a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentado seja vinculado a benefícios globais das políticas adotadas pelos países em desenvolvimento". Na opinião de Capobianco, o governo deveria estar mais aberto a aceitar o monitoramento internacional e a assumir compromissos preservacionistas.

De acordo com uma fonte diplomática do Itamaraty, apesar da posição das ONG sobre esse assunto, houve consenso na aprovação das recomendações. "Nossa posição mudou muito nos últimos anos, estamos dispostos a assinar uma declaração sobre as florestas. Mas as políticas florestais devem levar em consideração em primeiro lugar o interesse nacional", disse a fonte.

O ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek disse, ao encerrar a reunião da CIMA, que, apesar de o momento histórico não indicar que os cofres dos países industrializados estarão abertos para o financiamento de projetos de desenvolvimento sustentado em países em desenvolvimento, "é importante que pelo menos a ideologia seja traçada no Rio de Janeiro".

O secretário nacional de Meio Ambiente, José Luizzenberger, reforçando esta ideia de que não se pode esperar muito em termos concretos da ECO-92, disse que é de interesse do presidente Collor ver a conferência como o início de um diálogo profundo sobre a questão ambiental, "e não o fim".

Para entender do ministro Rezek, o programa piloto

da Amazônia — financiado pelos sete países mais industrializados — é um modelo do que a ECO-92 deveria produzir em grande escala em termos de cooperação internacional. Rezek acredita que, apesar das limitações no financiamento dos projetos, a ECO-92 será um acontecimento símbolo do final deste século.

Estas propostas foram elaboradas pela Comissão Interministerial de Meio Ambiente (CIMA) para a Agenda 21 — o plano de ação que deverá ser assinado na ECO-92. Nove subcomissões trabalharam desde outubro na análise da Agenda 21.

Eis algumas das posições que serão defendidas pelo Brasil na última reunião preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92):

Proteção da atmosfera

- Deve ser prevista a transferência de tecnologia e os recursos financeiros necessários para o estabelecimento de uma melhor relação entre a eficiência de produção de energia e emissão de gases de efeito estufa.

- Os países desenvolvidos devem assumir os custos incrementais associados à adoção, pelos países em desenvolvimento, de sistemas energéticos mais eficientes.

- A Agenda 21 deve recomendar ações, particularmente em países desenvolvidos, para limitar aumentos de emissão de gases no setor de transporte.

- Os países desenvolvidos devem atender aos custos

incrementais decorrentes do aperfeiçoamento dos sistemas de transporte nos países em desenvolvimento.

Diversidade biológica

- Os recursos da diversidade biológica são recursos naturais de cada país que, portanto, exerce sobre eles sua soberania. Sua conservação e manejo sustentado devem ser feitos prioritariamente através de iniciativas nacionais, com o apoio da cooperação internacional quando necessário.

- É fundamental que sejam reconhecidos os direitos dos países de origem da diversidade biológica, adotando-se e respeitando-se sistemas adequados de registro, regulamentação e controle. O acesso aos recursos silvestres e cultivados da diversidade biológica inclui, necessariamente, acesso aos frutos da biotecnologia deles originária.

- O desenvolvimento e a utilização da biotecnologia para a promoção da saúde humana devem visar especialmente os esforços para a promoção da melhoria das condições de saneamento e saúde pública nos países em desenvolvimento, onde a situação é mais grave.

- Interessa o estabelecimento de mecanismos que possibilitem o intercâmbio regulado dos recursos genéticos, de forma a difundir os benefícios potenciais de seu conhecimento.

Recursos financeiros

define suas propostas

incrementais decorrentes do aperfeiçoamento dos sistemas de transporte nos países em desenvolvimento.

Diversidade biológica

• Os recursos da diversidade biológica são recursos naturais de cada país que, portanto, exerce sobre eles sua soberania. Sua conservação e manejo sustentado devem ser feitos prioritariamente através de iniciativas nacionais, com o apoio da cooperação internacional quando necessário.

• É fundamental que sejam reconhecidos os direitos dos países de origem da diversidade biológica, adotando-se e respeitando-se sistemas adequados de registro, regulamentação e controle. O acesso aos recursos silvestres e cultivados da diversidade biológica inclui, necessariamente, acesso aos frutos da biotecnologia deles originária.

• O desenvolvimento e a utilização da biotecnologia para a promoção da saúde humana devem visar especialmente os esforços para a promoção da melhoria das condições de saneamento e saúde pública nos países em desenvolvimento, onde a situação é mais grave.

• Interessa o estabelecimento de mecanismos que possibilitam o intercâmbio regulado dos recursos genéticos, de forma a difundir os benefícios potenciais de seu conhecimento.

Recursos financeiros

• Impõe-se lançar ações e estabelecer mecanismos financeiros e econômicos que extrapolem os esquemas tradicionais de assistência ao desenvolvimento e que promovam uma verdadeira parceria entre os países em desenvolvimento e as nações industrializadas.

• Impõe-se a eliminação do protecionismo que, no mercado internacional, deprime os preços das matérias-primas exportadas pelos países em desenvolvimento, o que gera

pressões adicionais sobre suas economias e acelera a exploração dos recursos naturais.

• A geração de recursos financeiros novos, adicionais, não condicionados, é essencial para assegurar a participação dos países em desenvolvimento nos esforços globais de proteção do meio ambiente.

Declaração sobre florestas

• As florestas situam-se em territórios sob a jurisdição dos estados, onde se exerce plenamente sua soberania. Cabe aos estados legislar sobre o uso de suas florestas conforme as prioridades nacionais.

• Deve-se reconhecer o imperativo da exploração econômica de seus recursos.

• A declaração deve ter como objetivo expresso a conservação e o desenvolvimento sustentável das florestas tendo em vista seus usos múltiplos e complementares.

• Não deve fazer referência a esquemas que impliquem a possibilidade de transformação das florestas dos países em desenvolvimento em espaços preservados mediante compensação por parte dos países desenvolvidos.

• Não deve admitir que a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável seja vinculada a benefícios globais das políticas adotadas pelos países em desenvolvimento.

• Não deve fazer referência a uma obrigação dos estados de estabelecer metas precisas para reflorestamento ou diminuição do desmatamento. Devem-se evitar formulações que impliquem monitoramento internacional dos progressos obtidos nas políticas florestais dos países.

• Referências ao desflorestamento devem necessariamente mencionar a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos pelo esgotamento da cobertura florestal em termos globais, e o fato de que, nos países em desenvolvimento, as causas do desflorestamento terem raízes em problemas sociais e econômicos.

Manejo de ecossistemas

• O Brasil considera que as propostas da agenda 21 estão em conformidade com o pensamento nacional sobre como enfrentar estes problemas.

Resíduos tóxicos

• Os estados envolvidos na exportação de resíduos perigosos deve assumir compromisso claro com a gestão ambientalmente saudável desses resíduos.

• Deve ser promovida a redução da produção e dos movimentos transfronteiriços de resíduos ao mínimo consistente com a gestão eficaz e ambientalmente saudável de tais resíduos.

Recursos hídricos

• Deve-se assegurar o uso integrado e harmônico dos recursos hídricos para a promoção do desenvolvimento e bem-estar da sociedade, através de políticas nacionais de gerenciamento de recursos hídricos.

Desenvolvimento sustentável

• O Brasil considera válidos e construtivos os resultados dos debates sobre o tema, no âmbito da Agenda 21.

A "Carta da Terra"

• A declaração do Rio de Janeiro sobre meio ambiente e desenvolvimento — Carta da Terra — deve ser um documento político, amplo e genérico, contendo princípios e obrigações gerais que orientarão a atuação dos estados, organismos internacionais e particulares no caminho do desenvolvimento sustentável. A principal preocupação deve ser a harmonização da necessidade de desenvolvimento com a proteção do meio ambiente.

Apenas com relação à administração florestal foram feitos reparos ao documento aprovado na última sexta-feira pela Comissão Interministerial de Meio Ambiente (CIMA), delimitando as propostas que serão levadas à última reunião preparatória da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), a realizar-se em junho no Rio. Segundo o representante das Organizações Não Governamentais (ONG) na CIMA, o Brasil deveria adotar posição mais aberta sobre a política florestal, aceitando o monitoramento internacional e assumindo compromissos preservacionistas.

Sem nunca ter adotado uma posição xenófoba sobre este e outros temas ligados à proteção do meio ambiente, entendemos que a opinião não manifestada pelo representante das ONG reflete uma visão ultrapassada, a ela se sobrepondo duas considerações fundamentais. Primeiro, o espírito que hoje preside as relações internacionais no tocante às questões ecológicas é o de co-responsabilidade, sob o pressuposto de que será respeitada a soberania das nações. E, segundo, a concepção preservacionista ortodoxa, que dominava

Parceria, não monitoramento

grupos de ativistas "verdes" há alguns anos, cedeu lugar ao conceito de "desenvolvimento sustentável", definido como a busca de harmonia entre o bem-estar da população e a necessidade de conservar a natureza.

O documento da CIMA, que será certamente discutido na reunião de cúpula dos países signatários do Pacto Amazônico, ora em realização em Manaus, localiza de forma lapidária essas questões. A proposta brasileira para a declaração a ser emitida pela ECO-92 parte do princípio de que as florestas se situam em territórios sob a jurisdição de estados, que ali exercem plenamente a sua soberania, reconhecendo como um imperativo a exploração econômica dos recursos existentes. A esses estados cabe legislar sobre a conservação e o desenvolvimento sustentável das florestas. Em decorrência, o Brasil não pode aceitar nem compensação financeira pela preservação de áreas nem monitoramento internacional.

Não há razão para duvidar da boa-fé do representante das ONG, mas deve-se notar que o seu ponto de vista não coincide com o pensamento externado pela União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), co-patrocinadores da publicação Cuidando do Planeta Terra. "As decisões relativas à alocação de terras florestais e políticas para sua administração", observam essas instituições, "devem ser baseadas em uma avaliação adequada de todos os valores da floresta. Cada país deveria, pois, fazer uma estimativa econômica dos serviços ambientais, recursos biológicos, madeira e outros produtos fornecidos por suas florestas. Esse estudo permitirá a inclusão de indicadores de sustentabilidade no orçamento nacional." O Brasil ainda se ressentiu de um planejamento cuidadoso como este e, para isso, recursos externos poderiam, sim, ser bem-

vindos. Com relação a qual se voltam a mundiais, pode-se dizer, que grande parte seja mantida em ir inaceitável, e de outros recursos dir que áreas sejam O caminho para a racional para a At duzir em grande es celer Francisco Regional que vem se Grandes países Indu

Dessa forma, um roteiro para ev ria dos recursos fi cos, sem prejuízo dável. Como não de da CIMA, são os pa cipais responsáveis bertura florestal, e são também pela questão crucial, por monitoramento ou con

ECO-92

Fracassa em Canela proposta brasileira de vincular dívida à questão ambiental

por Lilian Bem David
de Canela

A ênfase na questão da dívida externa dos países em desenvolvimento foi a principal diferença da proposta brasileira em relação às apresentadas por Argentina e Chile para a elaboração do documento que constituirá a Declaração de Canela, contendo as teses a serem propostas em bloco pelos cinco países do Cone Sul durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), que vai realizar-se em junho, no Rio. O item dedicado a esse assunto — um dos 55 da proposta brasileira — merecerá apenas uma referência no documento final a ser formalizado possivelmente hoje, pelos presidentes Carlos Menem, da Argentina, Fernando Collor de Mello, do Brasil, Andrés Rodríguez, do Paraguai, Luis Alberto Lacalle, do Uruguai, e pelo chanceler Enrique Silva Cimma, representante em Canela do presidente do Chile, Patricio Aylwin (em férias, em Viña del Mar).

A declaração de Canela destacará porém a posição defendida pela Argentina durante a costura do documento final. O governo Menem considera "estéril" atribuir responsabilidades aos países desenvolvidos por danos causados ao ambiente no passado, ao contrário do que era postulado na proposta brasileira. Os países do Cone Sul concordam, entretanto, que é imprescindível chegar-se a um acordo para o futuro, que evite repetição de condutas depredatórias. O avanço dos entendimentos nesse campo depende da elaboração e da progressiva codificação de leis que contemplem a unidade dos recursos naturais e permitam o alerta internacional diante de uma situação de risco.

Os brasileiros sublinham que devem ser combatidas as barreiras protecionistas ao comércio internacional, sejam as tradicionais, ou as não-tarifárias com motivações ambientais.

O Chile, que busca em Canela aprofundar o diálogo com os demais países do Cone Sul, preparando-se para a possível entrada no Mercosul até 1994, considera que seu programa econômico possui critérios diferenciados quanto aos níveis de barreiras protecionistas em prática na região. "Teremos que esperar o ajuste dos sistemas para nos incorporar ao Mercosul. No momento, isso é prematuro", disse o chanceler Cimma.

Também os chilenos defendem que a conservação dos recursos naturais requer um compromisso coletivo de todas as nações, que terão uma participação diferenciada na realização de uma tarefa conjunta. "São distintas as circunstâncias, as responsabilidades, as capacidades e a disponibilidade de recursos financeiros e tecnológicos", disse Cimma.

Os países do Cone Sul defenderão na ECO-92 que os programas multinacionais devem compartilhar as responsabilidades respeitando as soberanias nacionais, de forma a criar uma interdependência que garanta benefícios idênticos a todas as partes. A proteção ao meio ambiente não se opõe ao progresso material, ao desenvolvimento econômico e à justiça social. São conceitos complementares.

A cooperação internacional deve traduzir-se em programas de assistência financeira e transferência de tecnologia capazes de estimular o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais. "Vamos procurar alcançar no Rio de Janeiro as bases sólidas

O fim do tráfico de resíduos

por Lilian Bem David
de Canela

Diplomatas que participaram da reunião para a elaboração da Declaração de Canela informaram que os países do Cone Sul consideraram importante o estímulo e mecanismos que inibam o tráfico transfronteiriço de resíduos perigosos. Eles defendem a preparação de uma legislação consistente nesse sentido, que deve ser estudada, a fim de evitar episódios como os ocorridos na Argentina, para onde cargas tóxicas chegaram a ser remetidas por empresas da França e destinatários escolhidos ao acaso nas listas telefônicas do país.

O Brasil participou ativamente do grupo de trabalho "ad hoc" e da Conferência de Plenipotenciários da Basileia, na Alemanha, que em março de 1989 adotou a convenção sobre o Controle dos Movimentos Transfronteiriços e Depósitos de Resíduos Perigosos. A convenção estabelece em sua introdução que os estados têm o direito soberano de proibir a entrada ou a

eliminação em seu território de resíduos gerados em outros países e dispõe que a sua eliminação deve ser cobrada especialmente em países em desenvolvimento.

A posição brasileira é de que a Convenção da Basileia possibilita, no entanto, a exportação de substâncias perigosas mesmo sem a anuência explícita do importador. Faz recair o ônus da eliminação de resíduos perigosos ilícitos sobre o importador e não contém artigos sobre responsabilidade civil e indenização.

A convenção apenas estabelece um prazo de 30 dias para a reimportação de resíduos ilegalmente transferidos, mas possibilita que esta não seja efetuada caso declarada "impraticável" pelo país exportador. Neste caso, o depósito dos resíduos deve ser processado "de maneira equilibrada do ponto de vista ambiental", expressão que não chega a ser definida. Os países que mais geram resíduos perigosos não assinaram a convenção até o momento.

de um acordo internacional em torno dos principais temas da reunião", disse o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Rezek.

O chanceler brasileiro afirmou que, além do reconhecimento do princípio 21 da Declaração de Estocolmo, que define o direito soberano dos estados à utilização dos recursos naturais situados em seu território, a ECO-92 deverá responder às novas necessidades surgidas a partir do agravamento dos problemas ambientais, especialmente nos países em desenvolvimento, e que exigem a intensificação dos programas de cooperação ambiental.

Todos os países do Cone Sul concordam em que as motivações ambientais não podem ser usadas como pretexto para práticas co-

merciais prejudiciais, capazes de impedir a eliminação da pobreza e a superação de padrões insustentáveis de produção e consumo.

Essa posição terá destaque na Declaração de Canela.

As negociações para a inclusão na ECO-92 de uma convenção-quadro sobre alterações climáticas são outro tema defendido pelos países do Cone Sul, parte do continente onde os efeitos da destruição da camada de ozônio são constatados com maior intensidade que em outras regiões do mundo. A conferência oferece uma importante oportunidade para que a comunidade internacional estabeleça compromissos para reverter a tendência de aumento das emissões de gases que estão alterando a camada de ozônio.

DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES)
EMISSÃO

O alto custo do equilíbrio ambiental

por Paulo Totti
de Canela

Os presidentes da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, mais o chanceler do Chile, assinaram ontem a Declaração de Canela e, a 300 metros do Hotel Laje de Pedra, de onde se descortina o vale do Quilombo, com seus bosques nativos, vales e montanhas, plantaram mudas de árvores típicas de seus países.

A Declaração uniformiza as posições que o Cone Sul levará à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92). Nels, Carlos Saúl Menem, Fernando Collor de Mello, Andrés Rodríguez, Luis Alberto Lacalle e Enrique Silva Cimma enfatizam a necessidade de cooperação internacional para a proteção da natureza vinculada à ascensão social e econômica dos países em desenvolvimento.

"Dizem que este vale do Quilombo tem tanta energia quanto o de Machu Pi-

chu. Oxalá essa energia ajude para que os países industrializados apoiem nossas propostas na ECO-92 e apareça o dinheiro para tornar realidade o que propomos", comentou um diplomata brasileiro, os olhos fixos no horizonte verde e agreste da Serra Gaúcha.

Os negociadores dos países do Cone Sul não ignoram que será necessário muito mais do que a energia do vale do Quilombo, para que as 25 propostas da posição conjunta de Canela sejam aceitas pelos países ricos, especialmente nesta época de recessão no hemisfério Norte.

A reunião de Canela pode ser considerada "menos guerreira" do que a de Manaus e com ela diverge por não ter registrado críticas aos industrializados pela poluição do passado. "Atribuir responsabilidades é estéril", diz a declaração do Cone Sul.

Mas há coincidência em todas as providências concretas propostas. Isso aumenta o poder político de toda a América do Sul na ECO-92 e, se não é suficiente para atender a todas as expectativas românticas das Organizações Não Governamentais (ONG), leva a discussão para o terreno econômico.

Apesar dos discursos, as relações Norte e Sul são, agora, e serão depois da ECO-92, de natureza tão econômica nas questões ambientais quanto nos conflitivos temas da dívida externa.

(Um relatório das Nações Unidas deverá recomendar a aceleração dos esforços internacionais para reverter o processo de destruição da camada de ozônio, que está sendo mais rápido do que se previa, escreve de Nova York Getúlio Bittencourt — ver página 20.)

Independentemente das diferenças de ênfase dos discursos presidenciais na parte pública da reunião de ontem à tarde — Collor, Andrés Rodríguez e Silva Cimma referiram-se aos problemas sociais; Lacalle insistiu na tese uruguaia de imediata adoção de um código ambiental internacional; e Menem citou Jean-Jacques Rousseau e a Bíblia para coadunar genericamente os crimes contra a natureza —, o que os países do Cone Sul desejam dos in-

dustrializados está expresso no Item 2 do preâmbulo da Declaração de Canela: "(...) fundos novos, adicionais, contínuos e em condições especialmente favoráveis, e a transferência de tecnologia ambientalmente idônea, nos termos mais favoráveis, de acordo com as distintas capacidades dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento".

Comprometem-se os signatários a preservar o equilíbrio ambiental, por considerá-lo "essencial para toda a Humanidade", sem frustrar, entretanto,

(Continua na página 21)

O alto custo do...

por Paulo Toffi
de Canela

(Continuação da 1ª página)
o que Collor chamou de "aspiração legítima dos nossos povos": "a superação da pobreza e das formas gritantes de desigualdade".

Em verdade, o que existe no mundo de recursos já conhecidos e especialmente destinados a políticas ambientais é bem menos do que o necessário e desejado. E o que o próprio secretário-geral da Conferência do Rio, o canadense Maurice Strong, afirma ser necessário para despoluir o mundo — nada menos de US\$ 125 bilhões por ano durante sete anos — é muito mais do que os países industrializados estariam dispostos a ceder e conceder. Atualmente, o Banco Mundial mantém o fundo Global Environment Facility (GEF), criado em novembro de 1990 pelos países desenvolvidos, com duração de três anos e constituído por US\$ 1,5 bilhão de capital. Brasil, Índia, Malásia, Egito, México e China aderiram ao GEF, subcrevendo a cota mínima de 4 milhões de Direitos Especiais de Saque (equivalente a US\$ 5,5 milhões). A Argentina está examinando a possibilidade de também associar-se.

O GEF recebe diversas críticas dos países em desenvolvimento. A primeira delas é que só se destina a quatro áreas e todas elas de especial interesse dos países ricos:

- 1) proteção da camada de ozônio;
- 2) proteção da biodiversidade;
- 3) alterações climáticas ou aquecimento do planeta; e
- 4) proteção das águas internacionais.

Além de serem reduzidos os recursos e não atenderem a necessidades sociais, como serviços básicos de água e esgoto, a diretoria do BIRD decide sobre eles sem prestar muita atenção às recomendações de dois organismos vinculados, o Conselho Científico Assessor, que opina sobre os projetos, e o Programa da ONU para o Desenvolvimento (PNUD), que localiza projetos nos países pobres não cotistas do GEF.

Os países do Cone Sul, como já o fizeram em Manaus os integrantes da bacia amazônica, propõem a modificação do sistema de governo do GEF, acompanhando uma posição já definida pela França e pela Alemanha. O governo norte-americano tem-se manifestado contrário a essas propostas.

Outro mecanismo já existente é o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que, para o biênio julho 91/julho 92 conta com uma dotação de US\$ 200 milhões. O PNUMA identifica projetos de preservação ambiental e sai em busca de novos financiamentos. Com esses novos aportes pode chegar a US\$ 1 bilhão.

Funciona também o PNUD, com crescente tendência de orientar para questões ambientais os projetos antes destinados pela ONU a políticas gerais de desenvolvimento. A nova orientação é visivelmente influenciada pelos Estados Unidos, segundo as críticas ouvidas por este jornal em Canela.

Os US\$ 125 bilhões propostos por Maurice Strong para a aprovação da Conferência do Rio podem ser um "sonho", como o classificam com pragmatismo alguns dos que pretendem apoiar a proposta na Conferência do Rio. Mas não se trata de uma cifra delirante ou ilógica. Esse valor representa 1% do produto interno bruto (PIB) dos países desenvolvidos (OCDE) e a própria ONU recomendou — e votou — que 0,7% do PIB da OCDE fosse destinado a políticas ambientais vinculadas ao desenvolvimento. A decisão até agora só tem sido cumprida pelos países escandinavos. No máximo, os demais países desenvolvidos só têm destinado 0,35% do seu PIB para políticas ambientais fora dos respectivos territórios. Outro dado importante, que os defensores da proposta de Strong esgrimem a favor de sua aprovação, é o quanto a Comunidade Econômica Europeia (CEE) concede de subsídios anualmente a seus produtores agrícolas: US\$ 300 bilhões, quase três vezes mais que o solicitado por Strong.

Reunião preparatória em Nova York concentra debates em temas econômicos

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

O Fórum das Organizações Não Governamentais (ONG) brasileiras concluiu ontem que a quarta reunião preparatória do Encontro da Terra no Rio até agora não produziu resultados concretos. "Ainda é cedo para dizer se o encontro do Rio será um fracasso ou um sucesso, mas não há nenhum resultado visível até agora", disse seu coordenador, Rubens Born.

Os vinte brasileiros representantes do fórum das ONG ou de organizações isoladas que participaram da entrevista coletiva ontem pela manhã parecem de acordo com o diagnóstico. Haveria duas posições até agora irreconciliáveis nos debates diplomáticos dentro da Organização das Nações Unidas (ONU).

(a) Os países industrializados, que estão dispostos a ceder recursos para proteção ao meio ambiente e transferência de tecnologia aos países em desenvolvimento, dentro de certos limites e sobretudo com condicionalidades:

(b) Os países em desenvolvimento que querem os recursos e a tecnologia mas não aceitam as condicionalidades, ou seja, as restrições e supervisões que os países industrializados introduzem na aplicação dos recursos.

"Em nossa primeira conversa com a delegação brasileira na quarta conferência preparatória, na semana passada, ficou claro que a posição defendida pelo Brasil é assim também: recursos sim, condicionalida-



Rubens Born

des não", informou Rubens Born.

Ele e seus colegas lembram que a resolução que convocou a Conferência Mundial do Meio Ambiente para junho próximo no Rio estabeleceu dois objetivos. Um é a procura de novas estratégias de desenvolvimento sustentado. Outro é a redução da degradação do meio ambiente. Mas os debates em Nova York se dão principalmente em torno de um fator imprevisto, dinheiro.

Os brasileiros admitem que seus esforços para influenciar as posições das delegações oficiais falharam, assim como os de organizações congêneres em outros países. Mas não é um fracasso total. Em alguns casos, nos quais as ONG reuniram especialistas em certos temas, elas conseguiram ver trechos de suas propostas inseridos no texto em debate, a chamada Agenda 21.

O mesmo poderá acontecer na área de dinheiro. Circula nos últimos dois

Proteção à biodiversidade

por Regina Scharf
de São Paulo

O Fórum Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que reuniu desde terça-feira ambientalistas, cientistas, empresários e representantes de órgãos estaduais de meio ambiente, encerrou-se ontem em São Paulo com a conclusão de um documento nacional que será levado à reunião do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), que está acontecendo em Nova York desde o começo do mês.

O encontro também aprovou um documento criticando a política ambiental do governo federal, considerada centralizada e fechada à população, e outro condenando o Projeto de Lei nº 824/91 sobre as patentes industriais, em avaliação no Congresso Nacional. "Queremos que a nova lei reconheça o direito dos países que abrigam diversi-

dade genética a uma compensação econômica e à tecnologia dela desenvolvida", resume Almir Bressan Júnior, presidente da Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente (ABEMA), que organizou o encontro.

As florestas tropicais, que ocupam apenas 7% do planeta, são responsáveis por mais da metade de 1,4 milhão de espécies já descritas, segundo divulgou Paulo Sodero Martins, professor da Escola de Agronomia da Universidade de São Paulo.

Num documento divulgado pelo Fórum, Sodero menciona que, em contrapartida, os Estados Unidos ampliaram sua produção de milho em 333%, de trigo em 136% e de batata em 297%, desde 1930, e que pelo menos metade desse aumento deveu-se à utilização de cargas genéticas de espécies exóticas no melhoramento de suas variedades vegetais.

dias entre as ONG uma proposta financeira para criar um Banco Mundial (BIRD) alternativo, distribuída pelo Fórum Verde das Filipinas, e escrito por um de seus membros, que é filho de banqueiro.

Ulisses Vieira, do PT-Verde, disse que a conferência alternativa das ONG no Rio vai tratar de dez temas, entre eles florestas, índios, mulheres, recursos e dívidas externas dos países em desenvolvimento. Seu documento fi-

nal será entregue aos chefes de Estado que vão participar da conferência da ONU.

É praticamente certa a presença do presidente da França, François Mitterrand, em junho no Rio de Janeiro, segundo um diretor adjunto do Quai D'Orsay, o Ministério das Relações Exteriores Francês, Henry D'Orfeuill. Ele teria já acomodado problemas de agenda, inclusive uma visita da rainha da Inglaterra, para ir ao Brasil.

Os EUA e a eficácia da ECO-92

Algumas notícias recentes animam a expectativa de que a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a ECO-92) venha a produzir, ao menos em parte, os grandiosos resultados que dela esperamos e desejamos profundamente.

A mais importante dessas novidades, no plano internacional, é a aparente disposição do governo dos Estados Unidos de rever a sua recusa em assinar um documento — a Carta da Terra — pelo qual se comprometeria a limitar as emissões de dióxido de carbono, produzidas em seu território, aos níveis de 1990.

No plano interno, a substituição do secretário nacional de Meio Ambiente, José Lutzenberger, indica a disposição do presidente Fernando Collor de eliminar a falta de sintonia que até agora predominava nesse setor e de conferir à atuação brasileira um sentido mais harmônico e sem divida mais produtiva. Já que o nosso país pretende, por motivos mais do que justos, ser um dos maiores beneficiários da política a ser traçada pela mencionada conferência.

A mudança da posição norte-americana quanto ao dióxido de carbono é um movimen-

to decisivo para a superação do impasse que, até este momento, ameaça a eficácia da ECO-92.

Quanto à questão específica do controle de gases que, segundo as evidências científicas disponíveis, promovem o irreversível aquecimento da atmosfera — o chamado efeito estufa —, a mudança é essencial pelo simples fato de serem os americanos os responsáveis por 25% do total dessas emissões. Sem a adesão deles, portanto, qualquer acordo de limitação perderia a sua operacionalidade.

Existe, porém, um outro fator a ser considerado, pela sua enorme relevância política e estratégica: a liderança que os Estados Unidos exercem hoje no mundo, com grande evidência.

Essa capacidade de influir sobre os rumos dos acontecimentos mundiais, que cresceu enormemente após o desmoronamento do regime soviético, exige dos Estados Unidos e do seu presidente uma postura moral e ética

que não condiz, de forma alguma, com a relutância em aceitar um sacrifício que todos os demais países desenvolvidos estão dispostos a realizar em prol das gerações futuras.

Por esse motivo, não apenas o programa de controle do dióxido de carbono ficaria inviabilizado pela recusa norte-americana, mas todo o alcance da ECO-92 seria inexoravelmente diminuído. Não é um exagero afirmar que o próprio propósito do conjunto de nações civilizadas de imprimir um novo rumo ao tratamento das questões ecológicas, de combater a selvageria na utilização e na destruição de recursos naturais, sofreria um sério abalo por não contar com o endosso do país líder no esforço contra o efeito-estufa.

Ao que tudo indica, a alteração da atitude americana encontra um forte apoio no Congresso e na opinião pública. A determinação da redução das emissões de dióxido de carbono aos níveis de 1990 é objeto de um projeto de

lei examinado pela Subcomissão do Meio Ambiente do Congresso, com a probabilidade de ser aprovada depois que estudos técnicos feitos pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) da Academia de Ciências e Engenharia de Meio Ambiente, que isso pode ser consensuado.

São igualmente muitas as pressões que tendem a pressionar o Congresso a aprovar no sentido de concordar com os riscos de um aquecimento global e a destruição de ecossistemas. Há também a pressão direta sobre a vida e a saúde pública, como a contaminação de fontes de água potável e o aumento das doenças respiratórias.

Por aí se vê que esse tema vem ganhando importância política e econômica. O presidente Bush acaba de anunciar a intenção de convocar uma comissão de estudos para avaliar o impacto econômico da redução das emissões de dióxido de carbono. A comissão será liderada por um dos principais economistas do país, o professor Robert Anderson, da Universidade de Michigan. A comissão também deverá avaliar o impacto econômico da redução das emissões de dióxido de carbono aos níveis de 1990.

Reunião preparatória termina mas subsistem divergências entre países ricos e pobres

Getúlio Bittencourt
de Nova York

Quarta e última reunião preparatória da Organização das Nações Unidas para o Encontro da Terra no Rio terminou na noite de ontem com um desfecho que não será mais lembrado na conferência principal que se realizará no Rio de Janeiro em junho. O problema: dinheiro. Os países pobres não vão pagar a conta, e em que termos continuam questões que não serão mais discutidas na conferência principal.

Os países pobres perderam uma boa oportunidade", adverte o secretário-adjunto do Estado Curtis Bohlen, chefe da delegação dos Estados Unidos na reunião preparatória. Para ele, a oficializada chamada Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, a ser realizada na data prevista no Rio, mas sem o acordo universal como se esperava.

O canadense Maurice Strong, secretário-geral da conferência, discorda do ponto de vista de Bohlen, mas admite que se seguiu à procura de um consenso sobre os pontos para colocar em prática o programa de ação contra a Terra. "Se observamos o que já se seguiu até agora, é surpreendente", argumenta. "O conjunto de coisas sobre as quais já concordamos representa um tremendo avanço em termos de negociações internacionais."

Strong concorda com o embaixador brasileiro na ONU, Celso Sardemberg, focando os pontos de divergência na quarta reunião preparatória dos documentos: a Carta da Terra, cujo texto ainda está em parênteses, indicando divergências entre uma abordagem ambiental geral e um conjunto de compromissos específicos; o acordo sobre transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis; a convenção sobre biodiversidade; esboçou-se uma polêmica convenção sobre florestas; e a Agenda 21 dos termos financeiros.

Strong concorda com o embaixador brasileiro em relação aos pontos do texto da Agenda 21, mas não concorda com seu ver "maiores



Maurice Strong

do que se poderia imaginar". Entre os aspectos positivos da reunião preparatória nesse item, os países concordaram em medidas para proteger ecossistemas marítimos e espécies em extinção, por exemplo.

Mas as negociações sobre a Carta da Terra foram um fracasso, com os delegados se mostrando incapazes de alcançar consenso sobre princípios. A questão da transferência de tecnologia ainda esbarra na divergência sobre quem deve recebê-la nos países em desenvolvimento, se governos (como querem os delegados desses países) ou o setor privado (como querem os países detentores da tecnologia).

No caso dos outros documentos, divergências ainda abundam. Os países em desenvolvimento insistem em obter benefícios da engenharia genética desenvolvida a partir de seus recursos naturais (como as florestas). Na questão das florestas, os países em desenvolvimento se recusam a dar ouvidos aos países industrializados, acusando-os de já terem destruído suas próprias florestas.

E a questão básica do dinheiro para assegurar o cumprimento das normas de proteção ambiental da Agenda 21 permanece em aberto. O ex-primeiro-ministro do Japão Noburu Takeshita convocou um encontro de "notáveis" em Tóquio, nos próximos dias 15 a 17, para discutir o tema. A ONU estima preliminarmente que os países em desenvolvimento precisam de cerca de US\$ 125 bilhões para limpar seu meio ambiente.

NOTÍCIO

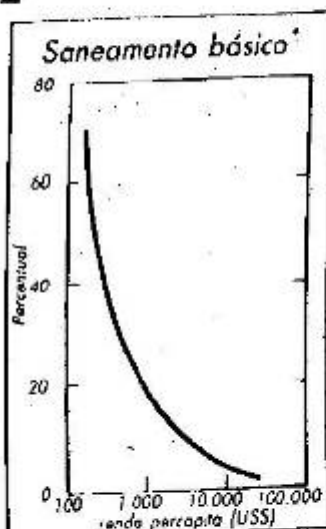
Novo relatório do Banco Mundial indica caminhos para o crescimento sustentável

Francisca Stella Fogá
de São Paulo

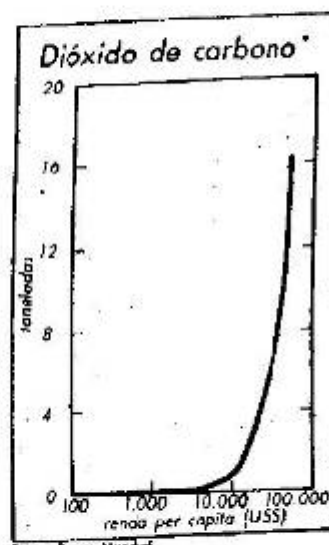
Representantes do Banco Mundial (BIRD) estão hoje em São Paulo para o relatório Mundial de Desenvolvimento de 1992, o quinto de uma série iniciado em 1990 com o relatório sobre a pobreza e o desenvolvimento. O novo relatório trata do tema desenvolvimento e meio ambiente em cerca de trezentas páginas apresentando conclusões sobre 125 países. Ilustram a tese fundamental de que o crescimento econômico acelerado e sustentável pode ser compatível com a melhoria das condições ambientais. Além disso, porém, de acordo com o relatório, vai requerer mudanças importantes em políticas, programas e ações propostas nos capítulos, que tratam dos problemas ambientais específicos de países em desenvolvimento e de países ricos.

O relatório será lançado hoje na Fundação de Desenvolvimento Administrativo, na presença do chefe da Divisão de Ambiente para a América Latina do BIRD, Mahatma, do economista John Dixon, um dos autores do relatório, e do diretor internacional do Banco Mundial em São Paulo, Luiz Carlos Belfuzo.

O relatório trata, saneamento



Fonte: Banco Mundial.
* População urbana sem saneamento.



Fonte: Banco Mundial.
* Emissão per capita.

saneamento básico inadequado e deficiente, degradação do solo e contaminação por poluição, problemas mais característicos dos países em desenvolvimento, são muito mais imediatamente ameaçadores para a vida que os problemas associados à afluência dos ricos, como as emissões de dióxido de carbono (responsáveis pelo efeito estufa), a degradação da camada de ozônio, "smogs" fotoquímicos, chuva ácida e resíduos perigosos mal dispostos. Os países industrializados, diz o relatório, precisam resolver os seus próprios problemas, mas têm também a responsabilidade crucial de ajudar os mais pobres a melhorar as suas condições ambientais.

O Brasil é citado com destaque em pelo menos

três partes do relatório: uma que detalha o programa de financiamento aprovado pelo G-7, grupo dos sete países mais ricos do mundo, para a preservação da floresta amazônica, que já resultou em um acordo para a liberação de US\$ 250 milhões; outra trata do projeto de colonização de Rondônia (Polonoroeste) que recebeu financiamento do Banco Mundial para a construção da estrada e que, segundo admite o relatório, resultou em grande devastação da floresta; e o programa de Cubatão, como exemplo de esforço na contenção de poluição por um grande pólo industrial.

O relatório dedica atenção especial à comparação entre os problemas dos países pobres e dos ricos e à cooperação necessária pa-

ra a solução dos problemas ambientais. Os países em desenvolvimento, porém, precisam ter acesso a tecnologias limpas e aprender lições a partir das experiências de sucesso e de fracasso dos países ricos. Alguns dos benefícios das políticas ambientais dos países em desenvolvimento destinadas à proteção das florestas tropicais e da biodiversidade reverterão em benefício dos países ricos, que segundo o relatório, devem arcar com a parte proporcional de custos.

Os problemas que ameaçam potencialmente o planeta, como o efeito estufa e o aquecimento global, são, de acordo com o relatório, causados pelos altos padrões de consumo dos países ricos e, por isso, o encargo de encontrar e implementar soluções deve ser deles.

O relatório identifica estreitas relações entre o crescimento econômico e a qualidade ambiental e recomenda a análise cuidadosa de custos e benefícios de políticas alternativas tendo em vista incertezas e irreversibilidades associadas a elas. Alguns problemas, como indicam as estatísticas citadas no relatório, reduzem proporcionalmente com o crescimento de renda, como é o caso das deficiências de saneamento básico e de tratamento de água. Outras aumentam, como é o caso das emissões de dióxido de carbono.

O que Bush pode fazer pela Eco-92

Terminou o "susperse" sobre o comparecimento ou não do presidente George Bush à Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92). Ao confirmar sua presença no Rio em junho para o Encontro da Terra, o presidente dos Estados Unidos pôs fim às especulações de que não viria por receio de ser "cobrado" por posições mais firmes sobre a questão ambiental. Considerações eleitorais à parte, Bush mostrou compreender que a liderança política de seu país no mundo de hoje é in dissociável de uma participação ativa na solução dos problemas globais. Hoje menos estratégico-militares do que de convivência harmônica em um mundo ainda cindido por choques disparidades de renda e por violentos surtos nacionalistas.

Embora todos concordem que as questões ambientais ultrapassem as fronteiras nacionais e que exijam uma ação coordenada em todos os continentes, é patente a diferença de enfoque entre os países desenvolvidos, de modo geral, e os países em desenvolvimento quanto às medidas a tomar. As nações industrializadas, que são as que mais poluem, ten-

dem a dar mais ênfase à conservação de recursos naturais ainda existentes no mundo menos desenvolvido. Já as mais pobres preferem deslocar o debate para o âmbito do diálogo Norte-Sul.

Ha um terreno comum, entre as duas partes, que pode vir a dar o tom a Rio-92, ou seja, a concepção de desenvolvimento sustentável, permitindo aliar a preservação ambiental às aspirações de crescimento econômico. Estamos convencidos, porém, de que a validade dessa concepção esta na estreita dependência da aceitação pelos países industrializados de suas responsabilidades pela resolução de seus próprios problemas ambientais, sobretudo quando se entre eles as emissões de dióxido de carbono, o uso na agricultura de compostos químicos prejudiciais a saúde e a disposição de resíduos tóxicos.

Existem tecnologias capazes de eliminar ou minimizar sensivelmente esses males, mas, certamente, o emprego dessas tecnolo-

gias exigirá vultosos equipamentos na remediação ou aquisição de equipamentos, significando acréscimos de custos. Para empresas de menor porte, subsídios talvez sejam necessários para a adaptação, pressionando os organismos nacionais. Em vista disso, não são difíceis de entender as resistências a programas mais ambiciosos de despoluição nos países industrialmente mais avançados.

Paralelamente, os países em desenvolvimento reivindicam recursos para sanar suas graves deficiências nas áreas de nutrição, saneamento básico e educação, que colocam entre as principais causas pelos danos ao meio ambiente. Parece-lhes injusto que, mantidos os níveis de degradação das condições atmosféricas no Primeiro Mundo, por exemplo, a preservação de florestas tropicais em estado virgem seja considerada condição essencial para evitar bruscas transformações climáticas ou o aquecimento do planeta. E não é por outro motivo que os menos desenvolvidos de-

fendem a realização de outras conferências para tratar das florestas.

Nesse quadro, parecemos que em que todos de positamos grandeza, corre não apenas o risco de marcar empalco para a retórica, em vez de aproximar as nações e objetivos comuns, ela poderia afossar hoje existente nas relações locais as questões ambientais.

Contudo, somos levados a crer participação do presidente dos Estados, o Encontro da Terra pode ser do exemplo dos EUA, como deixa a nota emitida por Bush, mais pela de articulação de seu país, a um tência junto a seus parceiros do Sete (6-7), que estarão também dos por figuras de primeira plana lembrando o reconheço, lo pode da dos Estados Unidos sobre as financeiras internacionais às que papel cada vez mais relevante a ligação de uma política ambiental, ramente global.

O custo do desenvolvimento sustentado

por Regina Scharf
de São Paulo

Os países pobres terão de investir US\$ 75 bilhões anuais, se quiserem atingir um desenvolvimento ecologicamente sustentável até o final do século. A estimativa consta da versão de 1992 do "Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial", elaborado pelo Banco Mundial (BIRD). Para chegar a tal cifra, o banco alinha investimentos que vão de obras que levem saneamento e água potável a 2 bilhões de pessoas a projetos para reduzir em 90% as emissões de poluentes dos veículos.

"Os gastos dependerão dos padrões escolhidos, do tempo empregado para atingi-los e dos instrumentos", adianta o relatório. "Esses cálculos deverão ser tratados apenas como ordens de grandeza. Eles partem do princípio de que as novas tecnologias e práticas gerenciais serão adotadas dentro de uma geração."

O BIRD propõe que o investimento anual de US\$ 75 bilhões seja rateado entre diversos projetos. Entre as metas a serem alcançadas, está a eliminação do chumbo presente nos combustíveis usados por veículos e do material particulado proveniente de usinas movidas a carvão. Esses recursos também permitiriam estabilizar, a longo prazo, a população mundial em 10 bilhões de pessoas, ante os 12,5 bilhões previstos.

Os investimentos também promoveriam a educação das mulheres em níveis primário e secundário, as pesquisas agrícolas, a conservação do solo e a redução da produção de efluentes e resíduos industriais. Esses recursos, da ordem de 1,4% da média dos produtos internos brutos de países em desenvolvimento, poderiam aumentar muito se incluíssem os valores necessários para

CUSTO ESTIMADO E DE PROGRAMAS AMBIENTAIS SELECIONADOS NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, 1990-2000			
Investimento adicional até o ano 2000			
Programa	US\$ bilhões por ano	Como % do PIB no ano 2000 (a)	Como % do crescimento do PIB, 1990-2000
Novos investimentos em água e saneamento	10	0,2	0,5
Controle de partículas emitidas nas usinas movidas a carvão	2	0,04	0,1
Redução de depósitos de óleo em novas usinas de carvão	5	0,1	0,25
Redução de combustíveis com chumbo e controle de poluentes dos veículos	10	0,2	0,5
Redução de emissões e resíduos industriais	10 a 15	0,2 a 0,3	0,5 a 0,7
Conservação do solo e reflorestamento, incluindo extensão e treinamento	15 a 20	0,3 a 0,4	0,7 a 1
Recursos adicionais para pesquisas agrícolas e em silvicultura	5	0,1	0,2
Incremento do programa de planejamento familiar	7	0,1	0,3
Ampliação na educação primária e secundária para moças	2,5	0,05	0,1

(a) O Produto Interno Bruto (PIB) dos países em desenvolvimento era de US\$ 3,4 trilhões em 1990 e está projetado para crescer 4,7% ao ano até chegar a US\$ 5,4 trilhões no ano 2000.

Fonte: BIRD, "World Development Report 1992: Development and the Environment", Washington, página 174.

promover a preservação florestal e a recuperação de áreas degradadas, por exemplo. E esse investimento poderia crescer ainda mais se as metas estabelecidas fossem ainda mais ambiciosas, ou buscassem limites mais rígidos.

"Esses custos, embora altos em termos absolutos, são pequenos em relação aos ingressos adicionais obtidos graças a uma boa administração da economia", informa o relatório. A versão do mesmo documento publicada no ano passado indicava que os países com políticas econômicas adequadas tinham taxas médias de crescimento até 2,5%, superiores àquelas verificadas em países que não dispõem de um bom gerenciamento. Num período de quinze anos, os ingressos de países com boas políticas econômicas deverão aumentar 125% — mais do que o dobro do crescimento que ocorrerá em outros países e mais de vinte vezes o custo de um programa ambiental completo.

Um acréscimo de 3,7 bilhões de pessoas até 2030

Entre 1990 e 2030, a população mundial sofrerá um acréscimo de 3,7 bilhões de pessoas. A produção de alimentos terá de ser dobrada, enquanto os resíduos industriais e o consumo de energia triplicarão. Para enfrentar o agravamento deste quadro, o Banco Mundial propõe que se adotem algumas prioridades de ação. São elas:

- Um terço da população mundial que não dispõe de condições sanitárias adequadas e 1 bilhão de pessoas que não têm água potável;
- 1,3 bilhão de pessoas expostas a condições insalubres devido a excessos de poluição atmosférica;
- De 300 milhões a 700 milhões de mulheres e crianças que sofrem devido aos altos índices de poluição em ambientes fechados, causada por fumaça de fornos;
- As centenas de milhões de agricultores, silvicultores e indígenas que dependem da terra e de um bom manejo ambiental para a sua sobrevivência;

Tendo em vista estas prioridades, o Banco Mundial apresenta uma série de práticas recomendáveis para se reduzir a pobreza, promover um aumento de renda da população e melhorar as condições ambientais, sobretudo nos países em desenvolvimento:

- Remover subsídios que encorajem o consumo excessivo de combustíveis fósseis, de água para a irrigação, de pesticidas e de madeira;
- Esclarecer sobre os direitos da população ao uso e ao manejo da terra, de florestas e de recursos hídricos empregados na criação de peixes;
- Ampliar o acesso da população ao saneamento, à água potável, à educação (sobretudo de meninas), aos serviços de planejamento familiar e a pesquisas e crédito agrícolas;
- Fortalecer, educar e incentivar os agricultores, as comunidades locais, os povos indígenas e as mulheres.

Na véspera da abertura da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, duas atitudes tomadas pelo governo dos Estados Unidos mostram quanto é ambíguo e vacilante a posição de Washington quanto às questões ambientais. Depois de um mês de negociações, o Departamento de Estado, no último fim de semana, que o governo americano não subscreverá a convenção sobre biodiversidade, a aprovada em Nairobi (Quênia) por 29 países, entre os quais o Brasil, noticia-se que o presidente George Bush lançará um programa pelo qual serão destinados US\$ 150 milhões por ano para a conservação global e o uso adequado de florestas no mundo.

A segunda decisão está diretamente relacionada à primeira. Bush e seus principais assessores, notadamente William Reilly, chefe da Environmental Protection Agency (EPA), podiam prever que a postura de seu governo diante da biodiversidade teria péssima repercussão fora e dentro dos Estados Unidos, e a concessão de uma linha de financiamento seria uma forma de procurar salvar a face.

A decepção geral, porém, é inultrável. Se, como se alegou, a convenção de Nairobi está

expressa em linguagem "fortemente inflada", o que se esperaria do governo dos Estados Unidos, que envia uma delegação de técnicos à Eco-92, é que procure colocá-la em termos mais aceitáveis ao ponto de vista, mas não, como parece, afaste dessa discussão, rejeitando imediatamente os princípios sobre biodiversidade que os países em desenvolvimento desejam ver inscritos na Agenda 21, o grande plano de ação do Encontro da Terra.

É notório que a administração Bush está disposta a acatar as cláusulas de proteção que obrigam os países desenvolvidos a pagar "royalties" aos países menos desenvolvidos — que detêm as maiores florestas do mundo, cujo acervo genético é riquíssimo — pelo uso de organismos de origem nos produtos de medicamentos ou substâncias químicas. As marcas e patentes para produtos assim desenvolvidos continuarão propriedade exclusiva das indústrias do pri-

Eco-92: o compromisso que se espera

meio Mundo, que não teriam sequer a obrigação de partilhar com os pobres os novos conhecimentos científicos adquiridos.

Oferecer financiamentos da ordem de US\$ 100 milhões anuais para conservação de florestas, tem que os países em desenvolvimento querem incluir em conferência a par- te, não meretaria mesmo a classificação de país em desenvolvimento, basta dizer que o custo estimado da Agenda 21 é de US\$ 125 bilhões por ano).

E, lamentável que, com gestos como estes, o governo dos Estados Unidos abdique imediatamente da liderança que lhe deveria caber em uma luta determinante para reverter a degradação ecológica do planeta. Essa liderança pertenceria aos EUA, não apenas por serem hoje a única superpotência com imensos recursos tecnológicos a seu dispor, mas igualmente por serem o país responsável pelo maior volume de lançamento de poluentes na atmosfera. Ao assumirem um compromisso

explícito com o investimento ambiental, poderiam corrigir os seus padrões dos Sete (G-7), demonstrando um entendimento consistente com os compromissos pobres.

Só os males ideológicos superados por ano foram em cada preservação do meio ambiente. Mas não seria irrealistamente esperar que o desenvolvimento ambiental seja tratado pelo Banco Mundial (BM), suas dotações consideráveis, a serem como prioridade, quando ele, esses recursos, que já foram em torno de US\$ 1 bilhão, seriam elevados para US\$ 5 bilhões por ano, em 1992, e em 1993, os países pobres que poderiam alcançar o desenvolvimento econômico, a implementação da Agenda 21.

Contudo, isso somente ocorrerá se os governos dos EUA e dos países em desenvolvimento se comprometerem a o meio ambiente, e não o pobre, como esperamos que a Eco-92

Gestões para um consenso na Eco-92

por Sérgio Auletedato do Rio

A conferência da Organização das Nações Unidas sobre a proteção do meio ambiente começa hoje, às 10 horas, no Rio, sob o impacto de uma intensa ação diplomática de última hora — patrocinada pela Comunidade Econômica Europeia (CEE) — com o objetivo de garantir resultados concretos na coordenação das políticas ambientais das 172 nações participantes.

A rigidez de postura do presidente norte-americano George Bush em itens-chave da agenda da Conferência, como a Convenção sobre a Biodiversidade, que restringe a proteção da propriedade intelectual nas pesquisas sobre o ecossistema, levou delegações europeias e, também, do Brasil a uma negociação de bastidores em torno de regras mais consensuais. "Precisamos encontrar uma forma mais eficiente de os países industrializa-

dos estimularem a proteção das espécies com a transferência de tecnologia e de recursos financeiros para as nações em desenvolvimento". Justificou Laurens Jan Brinkhorst, chefe interino da delegação da CEE na Eco-92.

"Estamos desapontados com a posição norte-americana", ressaltou, acrescentando, no entanto, que o texto da Convenção sobre a Biodiversidade ficou "impreciso e insatisfatório", com princípios que colidem com as normas internacionais de propriedade intelectual.

No caso dessa convenção, uma coletânea de regras básica para preservação e uso racional da flora e da fauna, Brinkhorst prevê que seu caráter impreciso vai levar sua implementação a total dependência da "boa vontade" dos países signatários (os Estados Unidos se recusam a assiná-la). Mas a CEE garante que pelo menos dez de seus dezesseis membros devem aderir ao acordo.

Gro Brundtland, primeira-ministra da Noruega, participa hoje de uma reunião das delegações da CEE para ampliar a pressão política sobre a administração Bush (veja matéria abaixo) — a previsão é de que depois de amanhã, em Washington, ela apresente uma proposta a Bush.

Ontem à noite, líderes da delegação brasileira, o ministro José Goldemberg e o embaixador Marcos Azambuja, reuniram-se com o chefe da delegação norte-americana, William Reilly, tentando uma saída negociada que leve os Estados Unidos a assinar a Convenção sobre a Biodiversidade.

O caráter dessas gestões foi exploratório, informou Azambuja: "O objetivo foi identificar a extensão das dificuldades norte-americanas e verificar se são conformáveis".

As divergências, no entanto, não se limitam a esse item da agenda da conferência da ONU. Os Estados Unidos e alguns outros países, como os produtores de petróleo do Oriente Médio, resistem à adoção de padrões mundiais de controle de emissão de gases tóxicos, especialmente de dióxido de carbono.

A CEE, ao contrário, deseja limitar tais emissões, no ano 2000, a níveis iguais aos registrados no ano passado em todo o planeta. "É

uma meta clara e coerente", insiste Brinkhorst, argumentando: "Enquanto a Europa representa 16% das emissões de dióxido de carbono na atmosfera, os Estados Unidos são responsáveis por 26%".

Foi anunciada ontem, pelo governador do Estado de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, a aprovação pelo Banco Mundial (BIRD) dos editais de licitação para as obras de despoluição do rio Tietê. A assinatura dos acordos deverá acontecer hoje, em Brasília. O BIRD irá liberar US\$ 450 mil, com uma idêntica contrapartida do governo estadual.

Um estudo sobre um sistema global de cotas negociáveis de emissões de dióxido de carbono foi finalizado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Os países que emitirem menos que sua cota vendem direitos de emissão aos países que ultrapassarem seus limites.

(Ver páginas 15 e 16)

EFEITO ESTUFA

A venda de cotas de emissão de gases

por Fernando Dantas
do Rio de Janeiro

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) concluiu recentemente um documento contendo uma ampla e detalhada proposta de implantação de um sistema global de direitos negociáveis de emissão de dióxido de carbono, como a forma mais eficiente e justa de reduzir o principal componente do aquecimento global provocado pelo efeito estufa.

De forma simplificada, a idéia básica é que os diversos países tenham cotas máximas de emissão de gás carbônico e que os que realizarem emissões aquém de suas cotas possam negociar livremente direitos ("permits") de emitir o gás para países que estejam indo além dos seus limites em termos desse efeito ampliador do aquecimento global.

Um grupo de executivos da UNCTAD e de técnicos que trabalharam diretamente na elaboração da

proposta está no Rio de Janeiro para a Eco-92, com três apresentações programadas, no contexto do Fórum Global. Frank T. Joshua, secretário de assuntos econômicos da UNCTAD, explicou ontem, durante a apresentação do grupo, na sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), que sistemas de direitos negociáveis associados ao controle de efeitos poluidores não são novidade em escala nacional, sendo especialmente bem-sucedidos nos Estados Uni-

dos, como o que eliminou gradativamente a presença do chumbo na gasolina.

Michael Grubb, cientista inglês e consultor das Nações Unidas, que participou da elaboração da proposta, observou que os termos da Convenção sobre a Mudança do Clima Global, a ser assinada por diversos países na Eco-92, deixam espaço para que o sistema de direitos de emissão negociáveis seja escolhido como a melhor forma de controlar as emissões que produzem o aquecimento global, iniciando-se pela principal delas, que é a do dióxido de carbono.

Grubb disse ainda que 70% das emissões de dióxido de carbono provêm da queima de combustível fóssil.

Esse dado ilustra uma das premissas básicas da proposta da UNCTAD, de que os principais responsáveis pelo aquecimento global são os países desenvolvidos.

Assim, qualquer proposta de combate ao aquecimento global não pode representar um ônus maior para os países em desenvolvimento do que para os desenvolvidos.

Seria enganosa a nosso ver, esperar que a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ontem aberta pelo presidente Fernando Collor, venha a produzir resultados fundamentais. Decisões relevantes podem vir a ser tomadas no encontro, mas seria illusório pensar que recursos financeiros de grande monta sejam destinados aos países em desenvolvimento, ajudando-os a vencer a pobreza. Ihes a oportunidade de para desenvolver-se de forma sustentável sem danos ao meio ambiente. E, como mostrou a atitude do governo dos Estados Unidos diante da Convenção sobre Biodiversidade, será muito difícil e as nações industrializadas firmem compromissos não apenas sobre esse tema, mas também sobre questões como exploração forestal, limitações rígidas para a emissão de poluentes que afetam as condições climáticas, etc.

São tidos os interesses em jogo, de países ou grupos de países, muitos deles claramente apólicios nas negociações Norte-Sul. Muito se fala ainda de avançar no caminho da colaboração entre países ricos e pobres para uma mais justa distribuição de riqueza em escala global. Caetano Ripa Di Mea-

Meio ambiente e vontade política

na, comissário da Comunidade Europeia para o Meio Ambiente, ausente da reunião do Rio e crítico da definição quanto aos temas mais sensíveis, não deixa de notar que os próprios países da CE ainda não fixaram prazo para destinar 0,7% de seu Produto Nacional Bruto (PNB) à assistência oficial ao desenvolvimento, meta fixada em 1970.

Independente de seus resultados em que estão representados 128 países, é importante e merece a extensa cobertura que lhe vem dando a mídia nacional e internacional pelo simples fato de que, como já se disse, o meio ambiente é a questão mais importante no mundo de hoje. Na medida em que a atenção mundial se volta para a Eco-92, aumenta a conscientização sobre os problemas ecológicos, reforçando ao redor da Terra, a vontade política de dar-lhes solução.

Em um mundo ainda dilacerado pelos nacionalismos, muitas vezes estimulados por

movimentos de libertação que se tornaram impossíveis de conter com o fim da bipolarização, atenuam-se as preocupações ecológicas, cada vez menos condicionadas por uma visão estreita do conceito de soberania. Isso representa uma contradição apenas aparentemente. A percepção de que cabe a todos os povos evitar a degradação das condições ambientais não exclui legítimos direitos políticos que não podem ser suprimidos pela barbárie.

Exista, com efeito, um elo entre os anseios de liberdade e os de melhoria da qualidade de vida. Como disse o presidente Collor no discurso de abertura da Eco-92, "o tema do meio ambiente é fruto da era da democracia e liberdade em que vivemos: cresce a partir de movimentos sociais que se multiplicam espontaneamente em toda a parte".

Os êxits eleitorais que partidos verdes vêm colhendo em alguns países e a força de grupos ecológicos não partidários em outros

são expressão disso. Pode-se prever, portanto, de reuniões como a do Rio, que as vozes voltadas para a proteção do meio ambiente ganhem o apoio de representações nacionais, mas de partidos e organizações que venham a serem levados a sério de imediato.

Não poderíamos ignorar as dificuldades que isso tem e terá sobre os reflexos no comércio internacional e nos fluxos de financiamento das instituições nacionais já tão marcantes, preparando-se a situação. Mas não só isso: as pressões terão de modificar seus padrões de produção, como um número crescente delas já vem fazendo, para poder competir em um mercado global mais justo.

As dotações para despoluição, aproveitamento de recursos naturais, assistência, investimentos produtivos e dessa concepção, os países mais pobres podem permanecer relegados à condição de meros fornecedores de matérias-primas para o desenvolvimento sustentável.

Um pesado jogo político se esconde por trás dos discursos e aplausos

por José Casado
do Rio

Quanto custa e quem vai pagar a conta — são essas duas questões, sequer mencionadas no programa oficial de debates, que estão dividindo os representantes de 178 nações na Conferência das Nações Unidas sobre proteção do meio ambiente e desenvolvimento, no Rio.

"A questão dos recursos novos e adicionais, mais que nenhuma outra, permitirá comprovar claramente o grau de vontade política e de compromisso de todos os países sobre o resultado desta reunião de cúpula" — define Maurice Strong, secretário-geral da Conferência.

Discutem-se regras para uma nova organização da produção econômica e da exploração dos recursos naturais, em escala mundial, com o objetivo de garantir um nível razoável de qualidade de vida em todo o planeta, ainda nesta década.

Por trás dos discursos, aplausos e cumprimentos, porém, há um jogo político maior e mais pesado do que a aparente disputa entre nações pobres e ricas: os líderes mundiais — a Comunidade Econômica Europeia (CEE), o Japão e os Estados Unidos — estão se confrontando pelo comando do processo de desenvolvimento global, na virada do século, cujo rumo será definido pelos novos padrões tecnológicos e métodos de produção que vierem a ser adotados.

"Vamos pôr em marcha os acordos que se fizerem nesta conferência", diz Abel Matutes, comissário para as relações Norte-Sul da Comissão das Comunidades Europeias. "É o nosso compromisso porque a nossa política, em que se baseia o nosso quinto programa de proteção ambiental recém-aprovado —



William Reilly

com instrumentos financeiros fiscais inovadores —, é a política do 'pague aquilo que você contamina'."

Essa premissa supõe que, na escala planetária, são os Estados Unidos que deve pagar a maior fatia da conta de proteção do meio ambiente. Os norte-americanos, por exemplo, são responsáveis por 25% da emissão mundial de dióxido de carbono — ou seja, diariamente despejam na atmosfera 50% a mais de "lixo" contaminante do que seus principais competidores econômicos, a CEE e o Japão.

Limites à poluição conjugados com programas financeiros de ajuda às nações pobres, as detentoras das maiores reservas de recursos naturais, significam elevados custos econômicos adicionais.

Na perspectiva em que estão sendo discutidos na Conferência do Rio, tendem a afetar de forma muito significativa os cofres públicos dos Estados Unidos, os bolsos de seus cidadãos-contribuintes e, sobretudo, a competitividade de sem parque industrial, em relação ao europeu e ao japonês.

Apenas com a Lei do Ar Limpo, de 1990, os norte-americanos estão tendo

uma despesa adicional de US\$ 30 bilhões por ano.

Por isso, o presidente dos EUA, George Bush — que batalha duramente pela reeleição, em novembro —, está resistindo a aceitar e a assinar as convenções da ONU negociadas nos últimos quatro anos.

Se prevalecer o quadro político esboçado nas últimas 48 horas, Bush desembarcará no Rio, na próxima semana, sob intensa pressão da ampla maioria dos outros 177 chefes de Estado convidados.

"Lamentaríamos muito, mas se acontecer estamos preparados para isso" — observou ontem, lacônico, William Reilly, administrador da agência ambiental norte-americana (EPA) e chefe da delegação dos EUA, que é uma das maiores, com 46 pessoas.

O problema de Reilly, agora, na visão de diplomatas brasileiros — que procuram se comportar como anfitriões interessados em um acordo —, é que Bush, com a reeleição em risco, não poderia dispor de "coagem" política necessária para enfrentar os "lobbies" industriais e os contribuintes-eleitores, ao mesmo tempo, anunciando-lhes mais custos operacionais e impostos para subsidiar um amplo programa ambiental.

Essa é a leitura predominante, entre diplomatas, da posição norte-americana. Até ontem, por exemplo, toda a participação financeira dos Estados Unidos em programas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, no âmbito da Conferência, somava US\$ 250 milhões — o equivalente à Receita obtida pelo grupo Petrobrás apenas com exportações, no ano passado.

Diante do isolamento político dos EUA, seus competidores passaram o dia trocando elogios.

"Nos congratulamos de que estas duas convenções (sobre o clima e a biodiversidade, rejeitadas pelos EUA) sejam abertas para sua assinatura nesta Conferência", comentou, por exemplo, Carlos Borrego, ministro do Ambiente de Portugal, ao intervir na sessão plenária em nome da Comunidade Europeia.

"Eu acredito que o Japão está em posição de fazer significativas contribuições em termos de tecnologia e pessoal para a pesquisa das soluções que estão sendo discutidas aqui" — completou Noboru Takeshita, primeiro-ministro do Japão.

As tentativas norte-americanas de conquistar aliados no bloqueio às convenções, ou pelo menos na sua rediscussão, acabaram provocando problemas internos em algumas delegações.

Raul Estrada, um dos líderes da representação da Argentina, chegou a anunciar ao grupo América Latina — Caribe que seu país iria se solidarizar à posição do governo Bush.

Pouco depois, Humberto Ruchelli, subsecretário de recursos naturais da Argentina, disse que essa era uma idéia "só de um membro da delegação e não do governo".

O rumo dessa Conferência da Onu — a maior de todos os tempos e que poderá se transformar em um organismo permanente, a exemplo da UNCTAD, entre outras — ainda não está definido.

Mas 48 horas depois de iniciada ela já demonstrou algumas coisas. Uma delas é que o fim da "Guerra Fria", ou o confronto Leste-Oeste, não significou o fim dos confrontos mundiais.

Há evidências de que o meio ambiente poderá se tornar um novo "front", neste final de século.

ambiental é el com combate à diz Camdessus

chorf
ário Inter-
— segundo
il, Michel
eio ao Rio
alguns mi-
pairam na
nações Uni-
Ambiente e
o, Eco-92.
meio am-
ível com o
onômico e
à pobreza,
os países
sturar suas
rou ontem,
u. encontro
e Fernando

econômico
stamente ci-
essus como
ribuição que
à implanta-
vimento sus-
mundial. Ele
rminação de
adiante uma
xe a inflação
para a esta-
e o cresci-

ontro com o
ndessus disse
esforço para
ção não deve
o monetário,
ossível contri-

buição do FMI para a im-
plantação das propostas que
serão tiradas da Eco-92,
Camdessus diz que o papel
do fundo será o de reestrutu-
rar ou reforçar a macroeco-
nomia dos países, de modo a
direcioná-las rumo ao desen-
volvimento sustentável,
pressionar os países interes-
sados em empréstimos ou
apenas persuadir os países
ricos nesse sentido. O FMI
também deverá trabalhar
pela transferência de recur-
sos hoje destinados a gastos
improdutivos — como a in-
dústria bélica — para outros
produtivos, diretamente li-
gados ao desenvolvimento.

"As grandes catástrofes
ambientais são causadas
por más políticas de preços,
orçamento e investimentos,
entre outras — e é nossa fun-
ção ajudar os países a toma-
rem o caminho correto, que
leve à preservação do meio
ambiente para as gerações
futuras", afirmou.

Além de encontrar-se com
o presidente Collor, Camdes-
sus falou ao plenário da
Eco-92 sobre a necessidade
de se aumentar a assistência
oficial dos países ricos para
o desenvolvimento e de con-
cretizar o mais rápido possí-
vel o repasse de 0,7% do Pro-
duto Interno Bruto para paí-
ses pobres.

Três crianças a cada minuto

por José Casado
do Rio

A cada segundo, a superfície do planeta Terra ganha três novos habitantes.

É o que mostra um relógio digital da Organização das Nações Unidas (ONU) na entrada do principal auditório do Riocentro, onde há uma semana reis, presidentes e ministros dos quatro cantos do mundo discutem formas de melhorar a qualidade de vida dos humanos.

Já são 5,4 bilhões de pessoas, das quais 1,2 bilhão vivem na extrema pobreza, sem acesso a água limpa e saneamento e em permanente estado de desnutrição.

Nesse ritmo, ao final desta década haverá mais 1 bilhão de pessoas — o equivalente à soma dos povos da África e da América Latina, hoje.

Para ir ao auditório, todos têm de passar pelo relógio populacional. Ele mostra, também, o declínio vertiginoso do volume de terra cultivável de que a humanidade dispõe para produzir seus alimentos.

Existem 8,7 bilhões de hectares agriculturáveis, dos quais se está perdendo um hectare a cada 8,33 segundos por causa da degradação do meio ambiente.

Até agora, porém, poucos governantes ocuparam o microfone para analisar as seqüelas do crescimento exponencial da população mundial sobre o meio ambiente.

Mais raros ainda foram aqueles que dedicaram um trecho de seus discursos para defender a adoção de medidas, em escala mundial, que viabilizem uma estabilização nos índices demográficos.

É visível a existência de alguma compreensão coletiva sobre isso — relatórios oficiais sobre os encontros preparatórios desta reunião, realizados nos últimos dois anos, confirmam essa tendência.

Mas houve um desses sutis acertos diplomáticos não-escritos para que a explosão populacional não se transformasse no foco central desta Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92).

Vários fatores contribuíram para essa grande ausência no temário, entre eles a influência — publicamente negada — da Igreja Católica.

O principal, segundo um informe da própria ONU, foi a "certa relutância entre

(Continua na página 17)

crianças a minuto

o Canadá
o Rio
da 19 página]

desenvolvimento
entre países,
a, que têm tido
migratórias off-
2 anos".
acordo com o
das Nações Uni-
r de que a distri-
das de esta-
da população
vergiße para o
e o crescimento
o no Hemisfério
L, arábasse desti-
nação da con-
-Norte à degra-
-ental, em nível
a sua obrigação
a essa situa-
ouve uma clara
va sexta confer-
i concentrar o
tempo do tamar-
a a ser apresen-
tes industrial-
um programa
e conservação

ato-chave utili-
sado, por razões
pela Comunida-
-Eucopéia
o Japão — foi o
emissão Norte
industrializados)
responsável pela
do meio am-

da OEE e do Ja-
m seu confronto
dos Unidos pelo
processo de de-
to global na vi-
vulo, cujo ramo
do pelos novos
rológicos e mé-
dição.
te, os Estados
am-se em dis-
essa corrida in-
do mercado in-
de tecnologias
São responsá-

exemplo, por 25%
mundial de di-
-ono. Isto é, pro-
gram na atmos-
-mente, 50% a
-póente que os
-dores.

ade diplomática
ta pelos gover-
-es em desenvol-
-vím, apenas en-
-do no adimen-
-e sobre a estabe-
-indicadores de-

: Estado, como é
-asilheiro Fernan-
-stade indicando a
-de que tende a
-presso política
-industrializados
-ção de mecani-
-s de estímulo à
-do, demográficas
-sobre.

cionantes podem
-i surgir depois
-ência da Orga-
-Nações Unidas
-valem alguns
-Brasilianos. De
-taneira, vincula-
-ssão de créditos
-ramas, ambien-
-re, em caráter in-

últimos 40 anos, a
-do mundo ter-
-ra de 4 bilhões
-tes", ponderou
-don, presidente
-Mundial, diante
-e de todo o mun-
-da passada, no

to: "Para aten-
-re necessidades,
-o dobrar a pro-
-mentos; a pro-
-trial e o consu-
-vgia triplicar no
-mundo e quintu-
-su crescimento
-em desenvolvi-
-io irá exercer
-pressão sobre o
-nte".

mécio de dupli-
-pulação nos pa-
-ísvios é de 146
-rdo com os da-

dos mais recentes da ONU.
Nos países em desenvolvi-
-mento essa média é de ape-
-nas 37 anos.

Atualmente, 70% dos ha-
-bitantes dos países em de-
-senvolvimento se concen-
-tram nas fronteiras de 16
-nações: China, Índia, Indo-
-nésia, Brasil, México, Egip-
-to, Bangladesh, Paquistão,
-Vietnã e Nigéria.

Em mais 405 semanas, no
-ano 2000, haverá 32 megaci-
-dades no planeta — todas
-com mais de 10 milhões de
-pessoas. Dessas, 18 estarão
-em países em desenvolvi-
-mento e duas delas terão
-mais de 20 milhões de habi-
-tantes.

As projeções são de que
-no final deste século 20%
-da população da América
-Latina, 40% da África e 57%
-de Ásia estarão reunidos
-em cidades.

Os problemas são gran-
-des e já estão visíveis no ho-
-rizonte de curtíssimo prazo.
Um deles: vai faltar água.

A Organização Meteorol-
-ógica Mundial (WMO) está
-apresentando nesta confe-
-rência dados alarmantes.
Nos últimos 19 anos, a parte
-da população mundial aten-
-dida com água potável cres-
-ceu apenas 3%. O acesso ao
-saneamento aumentou ape-
-nas 3%.

No ano passado, um terço
-dos habitantes do planeta
-não tinha água potável e
-43% não dispunha de meios
-de saneamento.

O desempenho de socie-
-dades que, recentemente,
-combinaram programas
-demográficos com projetos
-de saúde, educação, empre-
-go e desenvolvimento agrí-
-cola tem demonstrado que a
-melhoria dos padrões de
-qualidade de vida está dire-
-tamente relacionada a um
-nível menor de crescimento
-populacional.

"O grande mérito de se
-introduzir uma perspectiva
-demográfica na totalidade
-das políticas e a planifica-
-ção de projetos é que isso in-
-troduzirá perspectivas his-
-tóricas e orientadas para o
-futuro que são essenciais",
-sugere um documento pre-
-parado por uma das poucas
-delegações que se preocu-
-pam em abordar o tema
-na reunião da ONU, a da In-
-glaterra.

Alguns apelos isolados es-
-tão sendo feitos. "Cresci-
-mento populacional explosi-
-vo, pobreza e degradação
-ambiental são parte de um
-mesmo círculo vicioso", ob-
-servou, por exemplo, Wil-
-liam Draper III, adminis-
-trador do Programa das
-Nações Unidas para o De-
-senvolvimento.

A ampliação das oportu-
-nidades econômicas e de
-educação às mulheres, ele
-concentra, "pode ser o me-
-lhor contraceptivo".

Um bom exemplo, nesse
-sentido, seria o que trouxe
-na bagagem a delegação da
-Coreia. Nos quadros dos in-
-dicadores sociais dos corea-
-nos demonstra-se que, entre
-1969 e 1988, a porcentagem
-de meninas que termina-
-ram a escola secundária au-
-mentou de 26 para 80%.
Nesse período, a taxa de fe-
-condidade naquele país di-
-minuiu de 3,4 filhos por mu-
-lher para menos de 2.

Já no Paquistão, onde a
-taxa de alfabetização femi-
-nina é inferior a 20%, o mé-
-dico médio de filhos é de
-seis por mulher.

"Os pobres não têm como
-pagar para sair do atual es-
-tado", complementou Pres-
-ton. "A única solução é o de-
-senvolvimento ambiental-
-mente responsável. Torna-
-se necessário incentivar, vi-
-gorosamente, os vínculos
-positivos entre crescimento
-de renda, redução da pobre-
-za e proteção do meio am-
-biente", propôs.

ONU terá mecanismo para acompanhar e monitorar situação ambiental no mundo

por Francisco Stalla Fogá do Rio

A dois dias da chegada de 100 chefes de Estado, inclusive do presidente norte-americano, George Bush, para a assinatura dos documentos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — Eco-92, o esforço de negociação dos representantes de 178 países no RioCentro já eliminou arestas importantes dos três encontros preparatórios sobre temas como desertificação e a criação de mecanismos institucionais para acompanhar e monitorar o meio ambiente.

Mas até ontem ainda restavam divergências sobre itens cruciais, como os mecanismos financeiros para projetos ambientais em países em desenvolvimento que deverão no futuro funcionar como os canais de cooperação dos países ricos para evitar a degradação do planeta.

Na noite de hoje, o presidente do comitê principal da conferência, Tommy Koh, de Cingapura, terá a reunião final com os principais negociadores para avaliar os resultados alcançados. O pressuposto é que quinta-feira seja possível ter todos os textos concluídos para que possam ser assinados pelos chefes de Estado.

Koh já disse que se for o caso vai passar a noite de amanhã em claro para quinta-feira estar tudo concluído. Mas as diversas delegações acreditam que questões como a definição do montante de ajuda dos países ricos para os em desenvolvimento atarabão ficando pendentes para serem negociadas entre os chefes de Estado.

RESISTÊNCIA

O empenho dos países em desenvolvimento concentra-se na obtenção de um compromisso dos países ricos de cumprirem a resolução das Nações Unidas que estabelece o piso de 0,7% sobre os seus PIB para ajuda externa. Mas há grandes resistências, a começar pelos Estados Unidos.

"Vamos aumentar nossa ajuda externa em 50% já no



Celso Lafer

próximo ano, mas não podemos concordar com um percentual fixo de recursos", disse a este jornal Michael Young, vice-secretário do Departamento de Estado norte-americano e um dos membros da delegação do país. "Concordamos com uma declaração de boas intenções nessa direção", disse.

O que países como os Estados Unidos e o Japão desejam é manter o absoluto controle sobre o montante destinado à ajuda externa e sobre os projetos beneficiados.

A principal crítica à Convenção da Biodiversidade, que o presidente Bush já decidiu não assinar, é que atribui aos países em desenvolvimento o poder de decidir sobre os projetos necessários para a proteção das espécies e também sobre os custos de execução.

RESPONSABILIDADE

O texto da Declaração do Rio, a peça central da conferência, um conjunto de 27 princípios redigidos pelo secretariado das Nações Unidas para esboçar os direitos e responsabilidades básicos dos países em relação ao meio ambiente, mantém-se tal como estava na abertura da Eco-92. Há o receio de abrir a discussão em torno desse documento, porque, como explicou o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Lafer, isto abriria o flanco para uma infundável discussão que possivelmente não se encerraria até a reunião de cúpula dos che-

Os vilões do encontro

por Fernando Paulino Neto do Rio

Organizações não-governamentais ligadas ao desenvolvimento e ao meio ambiente divulgaram uma lista ontem, no RioCentro, dos cinco maiores vilões da primeira semana de reuniões da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Encabeçando a lista, obviamente, estão os Estados Unidos, a maior unanimidade contra o encontro. Depois vêm, na ordem, Arábia Saudita, Japão, Malásia e a Agência Internacional de Energia Atômica.

Os EUA foram escolhidos por terem representado "o papel mais destrutivo" nas duas convenções — biodiversidade e clima, com as quais os EUA concordaram depois de terem pressionado por um texto aséptico — e em se-

te das dez questões da agenda 21, que destina recursos para o meio ambiente.

Logo depois vem a Arábia Saudita, que, como produtora de petróleo, tentou retirar o capítulo da atmosfera da agenda 21 e, alternadamente, remover qualquer referência à energia renovável. O Japão entra na lista por querer passar pelo que não é. Eles se apresentam como a superpotência do meio-ambiente apesar de estarem sempre se escondendo atrás dos Estados Unidos.

A Malásia é a quarta. Por usar a questão da sobrevivência nacional para impedir a conservação da diversidade de sua floresta e o direito dos povos indígenas. E por último, a Agência Internacional de Energia Atômica, por apresentar a energia nuclear como solução ambiental.

tes de Estado. Se um país insistir em reabrir a discussão, como os Estados Unidos tentaram fazer, muitos outros países acabariam por apresentar também suas reivindicações.

Ontem, os países africanos conseguiram uma vitória nas negociações sobre o processo de desertificação dos solos. Eles pretendem desde o início das negociações preparatórias da Eco-92 ter uma convenção especial para o problema que mais os afige. Conseguiram a adesão dos países ricos para a proposta de realizar-se a curto prazo uma conferência para elaborar uma convenção específica.

Outro progresso anunciado por Celso Lafer foi o consenso atingido ontem sobre a criação de um novo mecanismo institucional no âmbito das Nações Unidas para acompanhar e monitorar a situação ambiental no mundo. Deverá ser criada uma comissão especial que poderá se reunir com a presença de ministros de Estado e que ficará subor-

dinada ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, que deverá também receber novas atribuições.

CONSUMO

Ontem também ficou resolvida uma antiga pendência de um dispositivo da Agenda 21, o programa de ações concretas a ser aprovado na conferência, sobre os padrões de consumo dos países ricos. Os Estados Unidos resistiram à redação original apresentada pelo secretariado das Nações Unidas que estabelecia a necessidade de acomodar os padrões de consumo à necessidade de preservação ambiental. Uma nova redação que conta com a aprovação da delegação norte-americana agora estabelece que a maior causa da degradação ambiental do planeta são os padrões de consumo, especialmente dos países ricos. Dispe também que os países desenvolvidos têm que estar atentos ao excesso de demanda de recursos naturais causado por esses padrões.

A busca de uma fórmula capaz de atender aos países pobres e ricos

por Francisca Stella Fagá do Rio

A sessão de hoje da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — Eco-92 deverá definir como serão finalmente estabelecidos os compromissos dos países desenvolvidos de transferir recursos financeiros para projetos de preservação ambiental no Terceiro Mundo. O grupo especial encarregado dessa tarefa, presidido pelo embaixador brasileiro Rubens Ricúpero, concentrou-se o dia inteiro de ontem na busca de uma fórmula que ao mesmo tempo atende à pretensão dos países pobres de ter acesso a recursos novos e adicionais e a de importantes países ricos como Estados Unidos e Japão de não se comprometerem com montantes e cronogramas rígidos de desembolso.

Os países do Grupo 77, que reúne mais de 120 países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, pretendem incluir na Agenda 21, o amplo programa de ações concretas para o desenvolvimento sustentável, um compromisso de que os países ricos devem destinar 0,7% de seus Produtos Nacionais Brutos (PIB) aos países do Terceiro Mundo até o ano 2000. Mas Estados Unidos e Japão resistem à fixação desse prazo ou de qualquer outro.

Segundo o embaixador Ricúpero, as negociações de hoje deverão resolver esta pendência, com base em propostas conciliatórias como a disposição segundo a qual os aportes deveriam começar a ser feitos até o ano 2000, "sempre que possível", ou simplesmente "o quanto antes".

A negociação de ontem concentrou-se também na fixação do montante de US\$ 125 bilhões anuais de

Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA)	Estados Unidos	Japão	França	Alemanha	Itália	Países Baixos	Canadá	Outros Países	DCG Total
	7.659	6.949	7.450	4.949	3.613	2.084	3.300	2.587	46.579
Assistência bilateral	6.810	6.763	6.105	3.175	2.189	1.511	1.981	1.465	34.197
Doações e contribuições	6.774	3.018	4.751	3.318	1.529	1.371	1.597	1.548	27.366
Assistência técnica	1.141	1.127	2.684	1.451	352	643	346	408	10.159
Empréstimos e capital para o desenvolvimento	38	3.744	1.384	858	686	140	-16	-86	6.903
Novos empréstimos para o desenvolvimento	318	3.744	1.327	790	659	255	-16	22	7.348
Instituições multilaterais ^{b)}	849	2.186	1.315	1.773	1.404	582	738	1.124	12.483
Agências de ONU	613	581	113	213	241	197	174	160	3.482
Outros fluxos oficiais	-	1.523	-	1.029	1.123	0	367	458	-
Créditos oficiais para exportações	-	1.245	-	35	481	-	367	342	-
Doações feitas por agências voluntárias privadas	-	122	-	679	41	198	238	282	-
Fluxos privados em condições de mercado	-	13.582	-	5.481	871	169	208	367	-
Investimentos	-	12.815	-	4.751	723	753	-161	3.278	-
Total de fluxos de recursos	-	34.396	-	12.191	5.752	2.480	2.719	3.693	-

a) O Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) é um comitê especializado da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O DAC inclui como membros a Austrália, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Japão, Países Baixos, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido e Canadá. O DAC não inclui como membros a Alemanha Ocidental, França, Itália, Japão, Países Baixos, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido e Canadá. O DAC não inclui como membros a Alemanha Ocidental, França, Itália, Japão, Países Baixos, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido e Canadá.

b) Contribuições para instituições multilaterais.

Fonte: OCDE.

ajuda, quantia estimada pelo secretariado das Nações Unidas como necessária para fazer frente às necessidades de financiamento dos países do Terceiro Mundo, que precisariam desembolsar US\$ 500 bilhões de recursos próprios por ano para enfrentar os seus problemas ambientais. A parcela de contribuição dos países ricos deverá figurar no texto negociado hoje como uma quantia indicativa, segundo o ministro Luís Filipe de Macedo Soares, chefe da Divisão de Meio Ambiente do Itamaraty e um dos representantes brasileiros nesse grupo especial de trabalho.

Controvérsias difíceis como a proposta dos países do Grupo 77 de retirar o controle dos países ricos sobre os recursos providos, através de uma disposição que garante o seu acesso aos recursos financeiros "sem condicionais", não chegaram a ser discutidas ontem. Também o

cardápio de mecanismos financeiros precisará ainda ser definido. Se não houver acordo sobre qualquer dos pontos, ainda restará o dia de amanhã para as últimas decisões, que, então possivelmente serão tomadas em nível ministerial.

Curtis Bohlen, o representante norte-americano no grupo, que segunda-feira manifestara grande pessimismo com os resultados das negociações, declarou-se ontem bem mais otimista com o avanço das negociações. "Devemos resolver as pendências até a tarde de amanhã (hoje)", disse a este jornal.

Uma solução precisará ser encontrada para a controvérsia a respeito do General Environmental Facility (GEF), o fundo criado há menos de dois anos pelo Banco Mundial para canalizar recursos para projetos ambientais e que os países em desenvolvimento alegam ser excessivamente controlado pelos países

ricos. A proposta elaborada por Ricúpero para servir de base às negociações apresenta um aspecto campo mais amplo de opções de mecanismos, capazes, segundo o texto básico de negociação, de "maximizar a disponibilidade de novos e adicionais recursos que fizerem uso da maneira mais efetiva de todas as fontes de fundos e mecanismos disponíveis.

Os Estados Unidos já mais cumpriram as regras internacionais já existentes que estabelecem montante rígido de desembolsos. Há dois anos, uma resolução da ONU recomendava a destinação de 0,7% do PIB à cooperação com países em desenvolvimento e o governo norte-americano jamais cumpriu sequer metade dessa meta. A preocupação dos países em desenvolvimento, segundo Macedo Soares, é encontrar uma maneira de tornar esse compromisso mais eficaz.

A ajuda da CEE ao desenvolvimento

por Regina Scharf
do Rio

Existe hoje um consenso entre os países da Europa de que será muito difícil, se não impossível, conseguir que todos os doze membros da Comunidade Econômica Européia (CEE) alcancem a meta de destinar 0,7% de seu Produto Nacional Bruto (PNB) para projetos de desenvolvimento sustentável em países pobres até o ano 2000. Entretanto, como afirma Peter Pooley, chefe-adjunto da delegação da CEE, há boas chances de se conseguir atingir tal compromisso, se for considerada a média das contribuições dos países europeus.

Alguns, como a Noruega, a Dinamarca e a Holanda, já ultrapassam a marca

dos 0,7%. Outros, como a Espanha, entretanto, mesmo confiando na sua capacidade de ampliar os repases, duvidam que poderão dar tal salto em apenas oito anos.

"A Itália reconhece a necessidade de buscar tal objetivo, mas não tem condições de garantir que poderá alcançá-lo até o fim do século", disse ontem a este jornal o chefe da delegação italiana, Giuseppe Jacoangeli. "Faremos todos os esforços para conseguir o mais cedo possível, mas isso será difícil." Hoje 0,35% do PNB da Itália é o destinado a projetos de desenvolvimento em países pobres, percentagem semelhante àquela reservada pela maioria dos países desenvolvidos.

Caso semelhante ocorre com a Espanha, que duplicou suas contribuições nos últimos seis anos. Hoje ela destina 0,2% de seu PNB, da ordem de US\$ 50 bilhões, participação que, segundo sua delegação, deverá duplicar até o fim da década.

Portugal, por sua vez, apesar de contribuir com a mesma percentagem de seu PNB (US\$ 68,6 bilhões) que a Itália — 0,35% —, parece confiante em sua capacidade de duplicá-la rapidamente. Como presidente da Comunidade Européia, foi Portugal quem sugeriu que a meta fosse atingida até o ano 2000, demonstrando sua intenção de assumir o compromisso.

Segundo a assessoria de comunicações da delega-

ção portuguesa, um dos fatores que ajudarão a elevar o percentual destinado é a reavaliação do valor econômico dos serviços e do trabalho dos técnicos que Portugal destina a países pobres.

O secretário de Estado do Meio Ambiente da Inglaterra, Michael Howard, disse ontem que seu governo ainda não chegou a uma conclusão sobre os compromissos que poderá assumir. A percentagem do PNB inglês destinada a países em desenvolvimento vem caindo lentamente nos últimos anos — de 0,37% em 1982 até 0,27% em 1990, e 0,32% no ano passado, quando 1,8 bilhão de libras foi reservado para tais projetos.

A segurança global do planeta

por Fernando Paulino Neto
do Rio

O secretário-geral da Eco-92, Maurice Strong, afirmou ontem, que se os países industrializados se recusarem a destinar 0,7% de seus PIBs até o ano 2.000 para projetos ecológicos, os itens constantes da Agenda 21 — (documento onde estão as medidas efetivas que devem ser tomadas — não poderão ser completamente implementadas. Para ele, é muito importante que os países industrializados percebam que o que está em jogo é a segurança global do planeta. "O que necessitamos é de uma parceria mundial, com todos ajudando a todos", destacou.

Strong disse ainda que a civilização precisa achar uma saída e que, em seu modo de ver, esta saída é a transferência de tecnologia dos países de Primeiro Mundo para os do Terceiro Mundo. "Acredito que os países em desenvolvimento não devem acelitar qualquer coisa", disse ele. "Para eles, os ricos destroem o meio ambiente e levam os pobres em sua luta pela sobrevivência a poluir", acrescentou.

Procurando ser diplomático, Strong abriu a entrevista coletiva dizendo que

O início da "Guerra Verde"

por Fernando Paulino Neto
do Rio

O presidente do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento, Jacques Attali, disse ontem, em discurso na sessão plenária da Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento, que com o fim da Guerra Fria, agora é a vez da Guerra Verde. Ele sugere que parte dos recursos alocados para defesa passem agora para o meio ambiente.

Para o banqueiro, o principal ponto a se atacar é a reformulação da economia do Leste Europeu.

Segundo ele, os países recém-democratizados e com economia de mercado recente tendem a imitar o modelo de desenvolvimento da Europa Ocidental.

Outro grave problema do Leste Europeu, na visão de Attali, é o fato de nestes países haver sessenta usinas nucleares com tecnologia soviética. Segundo ele, pelo menos dezesseis destas têm sérios problemas de segurança e as outras 44 também precisam modernizar seu sistema de segurança. "Cada uma delas é uma bomba que pode explodir a qualquer momento", destaca.

infelizmente não poderia dar uma visão global do que estava decidido, pois ainda havia algumas questões pendentes, mas que estava muito feliz "com os progressos que foram feitos".

Mesmo defendendo os investimentos dos países industrializados em projetos

tenham qualquer mágica especial para convencer o presidente Bush, mas precisamos reconhecer que ele está vindo ao Brasil e há uma série de outros pontos em discussão com os quais os Estados Unidos concordam."

Strong respondeu ainda perguntas sobre energia e educação. Ele disse que, no Terceiro Mundo, a educação ambiental não será alcançada por cursos sofisticados. "O que temos que dar a estas pessoas é educação básica, noções de civilização", disse ele. Sobre Energia, o secretário disse que a declaração sobre o assunto ainda tem muito pontos divergentes, principalmente sobre a possibilidade da substituição de combustíveis fósseis por outras formas de combustível mais limpa. Posição combatida pelos países produtores, entre eles a Arábia Saudita.

Sempre procurando dar um tom mais geral às suas declarações — "não vou falar de países específicos" —, Strong destacou que a Eco-92 talvez represente a última oportunidade da Terra de conseguir um futuro mais saudável. "É uma oportunidade única a de termos o mundo todo reunido aqui".

ecológicos, "principalmente no Terceiro Mundo". Strong não quis assumir qualquer compromisso de tentar dissuadir o presidente dos EUA George Bush, que chega hoje ao Rio, a assinar a Convenção de Biodiversidade e concordar com alguns pontos polêmicos da Agenda 21. "Eu não

Aprovada a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

por Sérgio Adoodato
do Rio

Os países em desenvolvimento conseguiram, na madrugada de ontem, aprovar na íntegra a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sem qualquer tentativa de oposição por parte dos Estados Unidos, que durante a semana haviam anunciado sua intenção em reabrir o documento para discussão por não concordarem com os termos do artigo que fala sobre o direito dos países do Terceiro Mundo ao desenvolvimento.

A aprovação sem emendas só foi possível mediante uma hábil manobra do presidente do Comitê Principal de Negociação, o embaixador Tommy Koh, de Cingapura, que colocou o debate sobre a declaração como último tema da agenda da reunião que começou às dez horas de ontem e se prolongou até às seis horas da manhã de ontem, horário em que já não havia mais clima e disposição do plenário para mais polêmicas sobre o assunto no qual apenas os norte-americanos tinham restrições. Como os trabalhos do Comitê Principal terminaram oficialmente com essa reunião, o documento, com seus 27 princípios ambientais, foi aprovado por consenso.

Durante a sessão noturna do Comitê Principal, os países chegaram a um acordo sobre o também polêmico tema da biotecnologia e das normas de segurança biológica previstas pela Agenda 21, assunto também entravado pelos Estados Unidos. Os norte-americanos não concordavam com o artigo que previa a responsabilidade internacional por danos causados ao ser humano e ao meio ambiente em decorrência dos processos biotecnológicos. Com isso, os diplomatas mudaram o texto, fazendo-o antever apenas a exclusão possibilidade da adoção de um modelo internacional de legislação que sirva de base para legislações nacionais.

Os países signatários

Até ontem à noite, 46 países haviam assinado a Convenção sobre Clima, que exige 50 assinaturas para ter validade. Existe a intenção formal de mais 137 países de assiná-la. A Convenção sobre Biodiversidade já conta com 54 assinaturas, 24 a mais do que as trinta exigidas. Abaixo a lista dos países signatários: Convenção sobre Clima: Brasil, Bélgica, Noruega, Liechtenstein, Austrália, Islândia, Uruguai, Finlândia, Israel, Nova Zelândia, Holanda, Antígua e Barbuda, Ro-

mânia, Indonésia, Bulgária, Polónia, Itália, Bahrain, Tuvalu, Nauru, Suécia, Áustria, Iugoslávia, Casquistão, Dinamarca, Bangladesh, Luxemburgo, Egito, Vanuatu, Sudão, Equador, Ucrânia, Jordânia, Burundi, Eslovênia, Coreia, Omã, Mônaco, Zaire, Comoros, Nigéria, Lesoto, Vietnã, Butão, China e Trinidad-Tobago.

Convenção sobre Biodiversidade: Turquia, Quênia, Lituânia, Coreia, Burundi, Canadá, Latvia, Myanmar, Ucrânia, Mônaco, Jamaica,

Jordânia, Emirados Árabes, Congo, Zâmbia, Israel, Nigéria, Comoros, Zaire, Croácia, Lesoto, Butão, China, Katar, Brasil, Índia, Holanda, Austrália, Antiga e Barbuda, Polónia, Romênia, Paquistão, Bangladesh, Indonésia, Itália, Bélgica, Liechtenstein, Finlândia, Moldova, Nauru, Botswana, Madagascar, Suécia, Iugoslávia, Tuvalu, Uruguai, Casquistão, Noruega, Bahrain, Kuwait, Egito, Luxemburgo, Sudão, Vanuatu e Equador.

Outra modificação foi a possibilidade de criação de instrumentos jurídicos e códigos de conduta, que também não contavam com a aprovação dos EUA. No lugar, os diplomatas decidiram propor um acordo internacional futuro para reger os procedimentos de segurança biológica, apesar de os países da Comunidade Europeia defenderem restrições mais rígidas.

Outra decisão tomada pelo Comitê Principal foi a exclusão da Agenda 21 de todos os itens que diziam respeito aos problemas ambientais causados pelos conflitos em territórios ocupados, problema que durante a Eco-92 acirrou a disputa entre árabes e judeus. O objetivo das delegações foi evitar que assuntos regionais ocupassem a Agenda 21, que na verdade é uma declaração de intenções para ação do mundo durante o final desta década e o próximo século.

"Estamos trabalhando para retirar o máximo de colchetes (assuntos ainda sem definição) da Agenda 21, para que o documento seja aprovado por consenso no plenário, domingo, no encerramento da conferência", explicou o embaixa-

dor brasileiro Marcos Azambuja.

Os Estados Unidos aceitaram aprovar a idéia da assinatura de uma futura Convenção sobre Desertificação e outra sobre Pesca em Alto Mar. Além disso, os itens sobre transferência de tecnologia também foram definidos ontem por consensos dos delegados, assegurando o princípio de que os países em desenvolvimento precisam ter acesso à tecnologia em bases concessionais, para cumprir as metas globais da Agenda 21 com facilidades de financiamento para remunerar integralmente os países em desenvolvimento, detentores da propriedade intelectual.

A Declaração de Florestas foi o tema mais polêmico do dia, ao lado dos difíceis itens ainda em aberto sobre mecanismos financeiros. Depois da cansativa reunião do Comitê Principal durante a madrugada, 17 parágrafos da Declaração ainda geravam polêmica. Entre eles, estavam os relativos ao comércio de produtos florestais, transferência de tecnologia, obrigatoriedade de relatórios de impacto ambiental para projetos nas florestas, direito ao desenvolvimento das regiões florestais e a possi-

bilidade da adoção de compromissos futuros por meio de instrumentos legais como uma convenção. Na tarde de ontem, 20 delegados reuniram-se com o ministro do meio ambiente alemão, Klaus Töppfer, coordenador da questão, para elaborar um pacote de possíveis soluções ao problema, instrumento usado mais tarde na reunião que começou às 20 horas de ontem, sem prazo para terminar.

Diante da insistência norte-americana e europeia em aprovar a criação de instrumentos legais para obrigar os países em desenvolvimento a assumirem compromissos jurídicos internacionais, o Brasil flexibilizou sua posição. "Aceitamos assinar no futuro uma convenção sobre florestas desde que dê ênfase à cooperação internacional e ao desenvolvimento sustentável dessas regiões", disse o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer. Outro ponto ainda não definido, por oposição dos árabes, é o tema da atmosfera.

O Kuwait e a Arábia Saudita exigem que o petróleo seja considerado uma fonte de energia segura e limpa, conseguindo assim diminuir a força do avanço da energia nuclear.

EUA preparam-se para oposição solitária

Em tom de desafio, o presidente americano George Bush declarou ontem que os EUA estão preparados para se oporem sozinhos ao Tratado da Cúpula da Terra e rejeitarão a pressão para maiores gastos em projetos ambientais, informou a AP/Dow Jones.

"Acabaram-se os dias da abertura indiscriminada dos talões de cheques", afirmou Bush antes de embarcar para o Panamá, rumo à conferência no Rio de Janeiro. O presidente afirmou que esta "determinado a

proteger o contribuinte americano".

Uma violenta onda de críticas contra os Estados Unidos levantou-se na semana passada entre os delegados das 178 nações presentes à conferência e Bush esperava contrabalançar a tensa recepção esperada no Brasil com uma breve, e quem sabe até mais alegre, escala no Panamá, ontem pela manhã.

Mas, na quarta-feira, um soldado americano foi morto e outro ficou ferido, quando três atiradores abriram

fogo contra um veículo militar americano.

Quando lhe perguntaram na quinta-feira de manhã, na Casa Branca, sobre a situação no Panamá, ele respondeu que não "estava minimamente preocupado" de ir para lá. "Seremos recebidos muito bem", comentou.

"Nenhuma outra nação fez mais do que nós, e mais rapidamente, para despoluir a água, o ar ou preservar as terras públicas", disse Bush.

E acrescentou que "a proteção ambiental não pode

estar separada de uma economia em crescimento".

Durante uma sessão de fotos antes de deixar a Casa Branca, um repórter perguntou ao presidente se previa que seria o alvo de severas críticas por parte de outros países na conferência do Rio.

"Não faz mal", respondeu. "Somos os Estados Unidos. Somos os líderes do meio ambiente. Temos dados muito positivos... Eu represento o povo nesta visita."

ECO-92

Brasil precisa de US\$ 400 milhões por ano para cumprir a Agenda 21

por Sérgio Azevedo
do Rio

O Brasil foi o primeiro a assinar os compromissos das Convenções sobre Biodiversidade e Mudanças do Clima Global, no RioCentro, e está atuando com o influente poder de País anfitrião para obter o consenso mundial sobre os itens da Agenda 21, que ainda faltam às nações ricas e pobres e, ontem, faltando três dias para o encerramento da Eco-92, ele começou a contabilizar os recursos necessários e a estudar as novas leis e normas técnicas necessárias para, efetivamente, cumprir tudo aquilo que empossou de forma solene, perante o mundo, durante os últimos nove dias.

"O Brasil precisa investir US\$ 400 milhões por ano, até o final do século, para tornar sua infra-estrutura de ciência e tecnologia capaz de cumprir os princípios ambientais da Agenda 21", calcula o ministro da Educação e secretário de Meio Ambiente, José Goldemberg. Desse total, US\$ 100 milhões deverão ser desembolsados pelo governo brasileiro e o restante pelas fontes de financiamento externas sem contar com o montante — ainda não estimado pelo secretário — a cargo da iniciativa privada.

"A falta de recursos é o principal limite brasileiro para se beneficiar com as duas convenções, que foram bastante generosas com os países em desenvolvimento", avaliou Goldemberg. Para aliviar esse despreparo, o Ministério da Educação e a Secretaria de Ciência e Tecnologia estão negociando com o Banco Interamericano de Desenvolvimento um empréstimo de US\$ 500 milhões, para cinco anos, com o objetivo de reerguer a pesquisa científica no País.

"Com o clima político favorável à preservação ambiental, depois da Eco-92, será mais fácil obter recursos do Tesouro Nacional como contrapartida dos financiamentos externos", disse o secretário, na manhã de ontem, após se reunir com ministros europeus de Meio Ambiente. "A conferência determinou como compromisso dos países ricos a transferência de tecnologias ambientalmente limpas para os países em desenvolvimento, mas precisamos estar preparados tecnicamente para absorver estas técnicas", acrescentou Goldemberg.

Para ser coerente com os itens da Declaração sobre Florestas já aprovada na Eco-92, e com artigos da Agenda 21 e das duas convenções, "o Brasil precisa agir para o Banco Mundial acelerar o repasse de US\$ 1,5 bilhão para a preservação da Amazônia definido pelos países do Grupo dos Sete", advertiu o secretário, personagem que se tem destacado na delegação brasileira por suas posições pouco diplomáticas a respeito de itens mais polêmicos, como uma futura Declaração sobre Florestas, rechaçada pelos países em desenvolvimento. Do total previsto para a Amazônia, só US\$ 250 milhões estão comprometidos pelo Banco Mundial para os próximos três anos.

Para Goldemberg, o País precisa de mais US\$ 100 milhões para "apressar" o projeto de zoneamento



José Goldemberg

ecológico-econômico da Amazônia, que está atrasado e que até o momento recebeu US\$ 20 milhões do Tesouro Nacional. O objetivo do zoneamento, coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, é viabilizar o desenvolvimento sustentável e a ocupação ordenada da Amazônia, seguindo agora os princípios da Declaração sobre Florestas que está sendo elaborada pelas delegações diplomáticas dos 178 países presentes no RioCentro, preservando a soberania dos países que abrigam esses recursos vegetais. A respeito dos compromissos brasileiros com a Convenção sobre Mudança do Clima Global, Goldemberg informou que o Brasil precisa de um programa de US\$ 100 milhões para expandir o uso de biomassa no País, como a madeira de reflorestamento, aprimoramento da tecnologia de consumo de carvão vegetal e basalto de conapara a geração de energia, projeto que teve recentemente US\$ 25 milhões aprovados pelo Banco Mundial (BIRD).

No campo da legislação, a principal preocupação do secretário é a aprovação o mais rápido possível da nova legislação sobre propriedade industrial que passa a reconhecer patentes para produtos farmacêuticos e biotecnológicos no País. "O projeto de lei está há um ano na Câmara dos Deputados, tendo como relator o deputado Nel Lopes, e o governo espera que seja votado até o final deste mês", contou Goldemberg. Segundo ele, "a recusa do Brasil em reconhecer patentes no campo dos produtos feitos a partir da biodiversidade está dificultando no País por exemplo produtos americanos sofisticados, como computadores de última geração".

Outro problema que o Brasil terá de resolver a curto prazo para cumprir as determinações da Eco-92 será a adoção de normas rígidas de segurança biológica capazes de prevenir acidentes durante as pesquisas com seres vivos e o processo de produção de produtos biotecnológicos. Esse tema tem sido nos últimos dias foco de polêmicas no RioCentro entre os Estados Unidos, que querem regras mais flexíveis justificando não poder prejudicar economicamente suas indústrias e não impedir o avanço da ciência e a Comunidade Econômica Europeia, que está exigindo normas mais rigorosas. "O projeto brasileiro, em trâmite no Congresso, não reconhece a patente para seres vivos como plantas e animais de laboratório e isso é um retrocesso, um atraso", lamentou o secretário.

Novos modelos de produção e de consumo

por José Casado do Rio

A reunião de 114 chefes de Estado de governo para discutir um crucial problema de interesse comum, a sobrevivência da espécie humana no planeta, que por alguns momentos chegou a parecer impossível, aconteceu e já virou história. "Um bom começo", definiu o presidente Fernando Collor de Mello, domingo, ao encerrar a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), no Rio.

O fundamental será daqui para a frente, como disse o presidente norte-americano, George Bush, antes de tomar o avião para Washington, no sábado, "Virão compromissos mais sudorosos", previa, por exemplo, o presidente francês, François Mitterrand, em conversa com o chanceler alemão, Helmut Kohl, nos corredores do Riocentro antes das despedidas. "Tivemos aqui o ponto de partida", resumiu o primeiro-ministro português, Aníbal Cavaco Silva,



George Bush

Nenhuma delegação se disse plenamente satisfeita com os resultados da conferência, que podem ser assim resumidos: adoção de duas convenções internacionais (sobre clima e biodiversidade); declarações políticas formais de intenção de proteção ambiental, sem obrigatoriedade jurídica; orientação às nações ricas para futura reserva de até 0,7% de seu Produto Nacional Bruto (PNB) para investimento em programas de redução da pobreza; e compromissos de repasses de US\$ 4 bilhões em recursos novos, nos próximos doze meses, aos países em desenvolvimento para projetos ambientais.

Mas, também, ninguém se declarou completamente insatisfeito com os resultados. A melhor explicação para isso, provavelmente, foi dada pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland: "Já não é possível voltar atrás nos passos dados. O (hemisfério) Norte e os ricos do Sul terão que modificar seus modelos de produção e consumo".

O que virá a seguir, além da submissão das convenções sobre clima e biodiversidade aos mecanismos constitucionais de cada país — no caso brasileiro a aprovação pelo Congresso, seguida de leis regulamentadoras —, vai ser uma ampla negociação, em áreas diferentes e de forma simultânea.

No epicentro disso, estarão as gestões da burocracia diplomática a partir de setembro, quando se reúne a Assembleia da Organização das Nações Unidas.

No Rio, os líderes mundiais decidiram que ali, na ONU, tentarão dar forma consensual a textos complementares, como:

- Uma convenção sobre

crimes ecológicos internacionais, cometidos de forma deliberada, como, por exemplo, na guerra. As ameaças da guerra do Golfo foram inspiradoras.

Apenas os aliados, nesse caso, despejaram sobre o Iraque uma carga de explosivos equivalente a seis bombas atômicas, daquelas que destruíram Hiroshima e Nagasaki, no Japão, na Segunda Guerra Mundial. Todo o ecossistema do golfo foi afetado pelo bombardeio, dos dois lados. "Fomos submetidos a um holocausto ecológico", definiu o xeque Jaber Al-Ahmad Al-Jaber Al-Sabah, emir do Kuwait.

- Uma convenção sobre florestas, bem específica. Na verdade, ela só não foi produzida no Riocentro pelo bloqueio à Malásia, cujas exportações dependem muito de madeira beneficiada. Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, entre outros, estão empenhados.

- Uma convenção sobre água potável, sua administração como recurso econômico e conservação do meio ambiente. França, Espanha,

(Continua na página 13)

em desenvolvimento buscam autonomia para proteção sustentável

Discutiu sobre florestas e áreas que precisam a sustentabilidade de uma futura convenção sobre o tema, transferindo as negociações em compromissos legais de preservação. A proposta do Brasil, de estabelecer o termo "convenção" por uma frase que reflita um futuro mecanismo de estímulo à cooperação internacional para a conservação e desenvolvimento sustentável das florestas, não venceu.

O Brasil e seus aliados também não aceitaram enfatizar a necessidade de preservação da Amazônia pelo fato de a floresta funcionar como reservatório e sumidouro de carbono, nos termos de uma lista de florestas reservadas à absorção de carbono para os países desenvolvidos, os diálogos brasileiros começaram com o Brasil da Amazônia como fixadora de carbono numa relação de produtos e serviços oferecidos pela floresta — como a madeira e seus subprodutos. Os silvicultores e a floresta — que devem ser manejados de forma sustentável para a garantia desses recursos às gerações atuais e futuras.

A Declaração, apesar da forte oposição dos Estados Unidos, assegura às florestas o direito ao desenvolvimento. Os silvicultores que aceitam a potencialidade sustentável ecológica na Amazônia alinharam-se aos bastiões do floresta, costados no relatório "Amazônia sem Fumo", especialmente preparado para as discussões de prevenção da crise de poluição da Amazônia, desenvolvimento e Meio Ambiente para a Amazônia, baseada no Tratado de Cooperação Amazônica, organização multilateral que reúne os oito países da região.

Segundo o documento, assinado pelo diretor para América Latina e Caribe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fernando Zumbado, pelo presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique

Ignézar, e pelo secretário

geral-tesorero do Tratado de Cooperação Amazônica, Luis Carrera de la Torre, o potencial de recursos naturais, madeiras e hidroelétricos representa um patrimônio de mais de US\$ 16 bilhões para os oito países da região. Cerca de 26% do potencial de energia hidroelétrica de Peru e 60% do do Brasil estão em território amazônico e em longo prazo os oito países da região, a agricultura, sendo possível a tecnologia para a sustentabilidade. Além disso, o estoque anual de peixes na bacia amazônica excede 170 mil toneladas ao ano, mais de 10% desse volume é capturado, segundo o relatório.

O documento pede maior compensação financeira e tecnológica para os países amazônicos conseguirem, entre outras coisas, controlar o desmatamento, reduzindo a contribuição da região para o efeito estufa que hoje representa 1% do total de emissões de gases. "Esperamos o custo para reduzir em 10%, o volume de gases causados do efeito estufa com a preservação da Amazônia de US\$ 1 por tonelada de madeira, e o valor para a diminuição das emissões geradas pelas fabricas e usinas das Estados Unidos, no mesmo percentual, é de US\$ 16 por tonelada", informou o relatório, acrescentando, porém, que o desenvolvimento da Amazônia contribuirá com apenas 1% dos gases que causam o efeito estufa.

O Tratado de Cooperação Amazônica propõe a redução em 10% da extração de madeira na Amazônia, com as técnicas de redução de derivados madeireiros para a geração de energia. Sugere, também, a criação de um fundo internacional para o desenvolvimento e proteção da Amazônia, alimentado com a contribuição de US\$ 1 para cada barril de petróleo consumido no mundo.

PERAÇÃO INTERNACIONAL

missão da ONU poderá antir que países ricos upram seus compromissos

Francisca Stella Fagó
de São Paulo

Grupo de trabalho es-
tante designado pe-
mbléia Geral das
Unidas no início
omana começou on-
mentar em Nova
estrutura de uma
missão que o gover-
leiro considera fun-
al para a imple-
ão dos compromi-
ncipalmente os fi-
os, assumidos pelos
industrializados na
ncia das Nações
sobre Meio Am-
e Desenvolvimento,
ho deste ano.

a Comissão sobre
olvimento Sustentá-
a criação está pre-
Agenda 21, o exteri-
rama de ações con-
aprovada na confe-
para monitorar a
entação do progra-
deverá ser subor-
Conselho Econô-
Social das Nações

idendo de como for
a estrutura da co-
o governo brasilei-
parcela importan-
mais membros do
os 77 países menos
lvados acreditam
poderá assegurar o
mento dos compro-
Até porque a Im-
geral até agora é
negativa.
quietante notar
de a Eco-92, ne-
vimento significa-
ermos de recursos
os pôde ser identi-
umo medida com-
om os compromi-
sários à nova par-
ndial que se dese-
culir", discursou o
nistro brasileiro
ações Exteriores,
o Henrique Cardo-
ssão de segunda-
Assembleia Geral
das Unidas. "Preo-
scentemente que,
espago de tempo



Fernando Henrique
Cardoso

ODA, destinados primor-
dialmente a países com
renda per capita ainda
mais baixa que a brasilei-
ra, a atitude dos países ri-
cos no encontro de Munique
causou grande apreensão
no Itamaraty. Até porque,
conforme explicou a este
jornal um diplomata, o
País já estava enfrentando
dificuldades para liberar
recursos havia muito pro-
metidos pelo G-7 para o
Programa Piloto de Con-
servação das Florestas
Tropicais, conhecido como
Programa Piloto da Ama-
zônia, que receberia recur-
sos da ordem de US\$ 1,5 bi-
lhão.

Hoje, de acordo com o di-
plomata, a expectativa é
que o projeto receba um vo-
lume de recursos muito
mais modesto. Até mesmo
a Alemanha, o país que ori-
ginalmente propôs o Pro-
grama Piloto da Amazônia
e era o maior promitente
de recursos, passou a dar
sinais de que iria reduzir a
sua contribuição.

Para agravar a situação,
de acordo com a fonte, o
Brasil ainda passou a en-
contrar dificuldades em li-
berar recursos do Progra-
ma Piloto da Amazônia que
já estavam disponíveis
num fundo especial, cerca
de US\$ 30 milhões. Ele atri-

RESÍDUOS TÓXICOS

Países em desenvolvimento questionam regras para a Convenção de Basileia

Os países em desenvolvimento concordaram, embora relutantes, em aceitar apenas um banimento parcial das exportações de resíduos tóxicos por parte das nações industrializadas. Alguns exigiram um banimento total, na reunião em Piriapolis, no Uruguai, informou a AP/Dow Jones.

"Meu país proíbe totalmente a importação de resíduos tóxicos. Portanto, porque deveríamos esperar qualquer coisa a menos do que a proibição total dessas exportações?", disse A. Ene-Ita, da delegação da Nigéria.

O assunto era o tema central de uma conferência das Nações Unidas, terminada na sexta-feira, da qual participaram delegados de 56 países, a maioria dos quais aprovaram ou ratificaram a Convenção de Basileia de 1989 sobre o transporte de resíduos tóxicos através de fronteiras internacionais e sua disposição. O tratado passou a

vigorar em 1990. Delegados de nações que não assinaram o tratado — como o Canadá — concordaram em banir a exportação de resíduos tóxicos para a reciclagem.

Os delegados dos países que não assinaram o tratado — Estados Unidos e Reino Unido — estão pressionando para a restrição.

Existem cerca de 10 milhões de toneladas de resíduos tóxicos armazenados em todo o mundo, e a produção de novos resíduos tóxicos está aumentando rapidamente.

claro que a maioria dos países em desenvolvimento não quer ser responsável por esses resíduos.

Mostafa Kamel Habib, chefe da delegação egípcia, disse que o tratado é muito restritivo e que os países em desenvolvimento não devem ser responsabilizados por esses resíduos. Ele disse que os países em desenvolvimento produzem cerca de 400 milhões de toneladas de resíduos tóxicos por ano.

DIAGNÓSTICO

Relatório das Nações Unidas apresenta levantamento da situação ambiental no mundo

Os oceanos recebem anualmente 300 milhões de toneladas de esgoto; 15 milhões de toneladas de sedimentos e lama; 11 milhões de toneladas de lixo industrial; 2,3 milhões de toneladas de óleo; 6,5 milhões de toneladas de lixo doméstico; 3,2 milhões de toneladas de petróleo. A maior parte desse material (70%) é plástico, ou seja, demora meio século para ser digerido pelo oceano.

Esses dados fazem parte do relatório "The World Environment 1972-1992" do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que foi entregue ontem pelo representante da ONU no Brasil, Nikhil Chandavarkar, em comemoração ao 20º aniversário do PNUMA, ao ministro do Meio Ambiente, Coutinho Jorge, durante a abertura do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente (ABEMA).

No prefácio do relatório, Mostafa Tolba, diretor executivo do PNUMA, adverte que "o objetivo de harmonizar o desenvolvimento econômico com a qualidade ambiental permanece remoto e esta falta de vontade política não é precisamente algo que me dê satisfação relatar".

O relatório, organizado por Tolba, tem 850 páginas e apresenta um levantamento completo da situação ambiental do planeta, desde a reunião de Estocolmo, em 1972, até hoje. O PNUMA foi criado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972. Nesse período, apenas dez países tinham criado órgãos de proteção ambiental. Hoje mais de 120 países dispõem de ministérios ou departamentos com este fim.

O relatório do PNUMA, que propõe metas prioritárias até o ano 2000, tem na sua primeira parte um resumo dos dez temas ambientais mais importantes, tais como contaminação das águas e do ar, camada de ozônio, e a perda da diversidade biológica. Já a segunda parte do trabalho trata da atuação do homem na biosfera. Diversos problemas são discutidos, como as crescentes demandas de recursos na agricultura,



Mostafa Tolba

o desenvolvimento industrial e o despejo de resíduos tóxicos que ameaçam as condições de vida das pessoas em todo o mundo.

As prioridades de atuação do relatório trazem uma série de medidas reguladoras para 1995. Entre elas está um acordo global sobre os objetivos de reflorestamento para cada década do século XXI em cada uma das áreas preservadas do mundo.

Também estão previstos nas prioridades um acordo internacional para proibir todas as exportações de resíduos perigosos aos países em desenvolvimento e um programa para reduzir a geração desses resíduos. E também um convênio global para troca de informações sobre agentes químicos no comércio internacional e o estabelecimento de um mecanismo intergovernamental para estimativa e gestão do perigo dos agentes químicos.

As medidas para o ano 2000 estão centradas no acordo sobre os meios de assegurar o cumprimento dos tratados ambientais e o estabelecimento de mecanismos institucionais apropriados para verificar sua aplicação.

O relatório ainda traz dados como a duplicação no número de veículos em circulação no mundo nos últimos vinte anos. Já sobre energia, a expectativa é de que se mantido o ritmo atual de consumo as reservas de petróleo esgotem-se em 46 anos, de carvão em 205 anos e de gás natural em 67 anos. Sobre os animais o relatório mostra que a cada dia são extintas trezentas espécies.

Matérias transcritas - 1972

Subdesenvolvimento como forma de poluição

Um artigo do New York Times, criticando uma declaração atribuída ao Ministro do Planejamento do Brasil, em Tóquio, reacendeu a discussão em torno dos problemas ligados à poluição. A controvérsia teve começo com uma declaração do Presidente do Banco Mundial, defendendo um controle dos empréstimos e financiamento da entidade com base na exigência do controle à poluição ambiental. O enfoque do sr. McNamara foi interpretado pelo governo brasileiro como uma velada ameaça aos programas de desenvolvimento dos países não inteiramente industrializados. O embaixador Araújo Castro, na ONU, criticou essa orientação, afirmando que a principal guerra travada é contra a pobreza e não contra a poluição. O editorial do New York Times, tomando ao pé da letra algumas declarações do ministro João Paulo dos Reis Veloso, pretendeu colocar o nosso governo numa posição de indiferença aos perigos da poluição, o que não corresponde absolutamente à realidade. Tudo está a indicar que o grande jornal de Nova Iorque tomou essa posição sem consultar os seus correspondentes no Brasil, que devem ter ciência dos esforços que o poder público vem realizando com vistas a reduzir, gradativamente, os focos poluidores. No nosso Estado, onde há a maior concentração industrial do país, já existe uma política coordenada de proteção das águas e do ambiente, que é executada através da FESB – Fomento Estadual de Saneamento Básico – e SUSAM – Superintendência de Saneamento Ambiental. Em conseqüência, não é concedido alvará de construção de nenhuma fábrica que do projeto não conste a adoção de equipamentos antipoluidores. Afora isso, as autoridades competentes vêm tomando providências no campo da fiscalização, destinadas a compelir os proprietários a dotarem-se dos referidos equipamentos. Os pedidos de empréstimos, consideram a existência ou não das precauções reclamadas pelo FESB e pela SUSAM. Ganha curso ademais, em todo o país, uma consciência de proteção das águas e do ambiente.

O que o New York Times não considerou é que o Brasil se opõe à tentativa de deslocamento do eixo da questão, indiretamente organizado por técnicos e autoridades dos países industrializados, ao proporem a preeminência ao combate à poluição. Neste sentido, os argumentos aduzidos pelo embaixador Araújo Castro são irretorquíveis: “dois terços da humanidade estão muito mais ameaçados pela fome e pela pobreza do que pelos males da poluição. O subdesenvolvimento apresenta em si mesmo uma das piores formas de poluição do meio ambiente humano”. Preocupa o nosso país, como lembrou Araújo Castro, a tendência a dar forte e indevida ênfase nos perigos da rápida industrialização das nações em desenvolvimento, sempre que são abordados os problemas concernentes a poluição do meio ambiente.

Igualmente, o ministro do Planejamento, em nota distribuída à imprensa, colocou a questão em seus devidos termos. O item 2 diz: “Também não devem os países subdesenvolvidos aceitar certos tipos de medidas corretivas que, representando para eles ônus descabido, venham a retardar o seu processo de crescimento. Salvo nas grandes áreas metropolitanas, o tipo de poluição existente em regiões subdesenvolvidas, resulta mais da pobreza, por exemplo, em razão de não terem sido adotados programas de saneamento e racionalização do crescimento urbano do que da intensidade da expansão industrial descontrolada. E será através do crescimento econômico, racional, que tal tipo de poluição se eliminará.

Sentimo-nos muito a vontade para discordar da posição assumida pelo New York Times, fruto, sem dúvida, de uma interpretação incorreta do seu editorialista, porque tendo defendido nestas colunas não só o máximo de rigor no combate à poluição, em

todas as suas formas, como sempre sustentando que a rápida industrialização entre nós se processa em detrimento do desenvolvimento agropecuário, gerando uma série de distorções que o hoje o governo reconhece.

Em síntese, o Brasil não se opõe à discussão, na ONU e em outros organismos internacionais, da ameaça à humanidade configurada na expansão dos focos poluidores em todo o mundo. Com o que não concordamos é com a vinculação do progresso industrial à poluição, daí resultando que o primeiro deveria ser freado para não agravar a expansão da última. Estão certas as nossas autoridades quando lideram, no cenário internacional, a batalha em favor dessa desvinculação, que corresponde aos anseios dos países ainda em processo de industrialização.

Dizem que, por assim procedermos, fazemos a apologia da poluição, como se infere do editorial do New York Times e positivamente baralhar as cousas, confundir o dia com a noite.

Vamos continuar progredindo. É possível conciliar o crescimento econômico com a defesa do meio ambiente.

Será o controle da poluição realmente incompatível com o desenvolvimento econômico?

O Banco Mundial lançou recentemente, um folheto intitulado “O Banco Mundial e o meio ambiente” no qual descreve em detalhes as normas que desde algum tempo vem aplicando para evitar que as obras a serem executadas com seus empréstimos, nos países em desenvolvimento causem prejuízo ao meio ambiente, este é um tema bastante discutido, pois alguns pensam que os países prósperos podem servir-se do pretexto ecológico para reduzir sua ajuda aos países pobres.

A todo momento e de diversas maneiras o homem modelou o seu meio ambiente, para adaptá-lo melhor a seus propósitos. Às vezes, essas inovações tem servido admiravelmente a seus objetivos: por exemplo, as civilizações ao longo dos rios Tigre e Eufrates, sustentadas durante séculos pelo engenho do homem que construiu canais para irrigação de seus campos.

Mas, por outras, essas mesmas criações contribuíram, em larga escala, para destruir o que o homem propunha: as próprias civilizações do Eufrates sucumbiram quando essas mesmas obras de irrigação inundaram as terras com água salobra. É preciso recordar também os males que a urbanização causou aos gregos antigos, os quais muitas vezes eram molestados por infestações de peste em suas cidades.

E cabe também mencionar o caso dos romanos, que com a finalidade de realizar programas urgentes de construção de barcos, devastaram os bosques das colinas, e com isso, inutilizaram muitas de suas terras. As cidades carboníferas de princípios do século XX, descritas por D.H.Lawrence, foram também lugares onde pensar nos “qualitativos da vida”era apenas uma maneira de fugir da realidade.

É evidente que os problemas ambientais são atualmente objeto de preocupação mais imediata que antigamente, pois se agravam à medida que o homem é mais capaz de ocasionar mudanças instantâneas, imediatas e irreversíveis em sua vida.

Se os problemas ambientais não são novos neste século, somente agora se tem consciência de sua existência. As desagradáveis condições de vida só podem ser aceitas com um sentido fatalista quando não há maneira alguma de eliminá-las. Mas quando se estabelecem métodos para controlar os fatores exacerbadores toleráveis da vida do homem, estes se convertem repentinamente em intoleráveis. E quando começam a

ameaçar a própria existência, se descobre que os problemas encerram importância vital. Nesta situação encontra-se a humanidade na segunda metade do século XX.

Nas sociedades mais adiantadas, onde a formação de capital e a tecnologia têm suma importância, a maneira como se utilizam as máquinas ou o seu abuso, repercute principalmente, sobre o ambiente. Por outra, nas sociedades menos prosperas, onde a população e os recursos naturais constituem os fatores primordiais de produção, a atividade do homem e o que ocorre durante a exploração de seus recursos influem diretamente em seu meio ambiente.

Por exemplo, o homem do norte morre de enfisema; o do sul, de esquistossomose. Em um país desenvolvido, constrói-se uma fábrica de polpa de celulose e papel junto a um rio, e o homem se envenena com o peixe tirado desse mesmo rio. No mundo em desenvolvimento, as áreas cultivadas nas zonas do litoral estão protegidas contra enfermidades graças à aplicação de pesticidas, mas o pescador encontra os seus peixes flutuando, ao invés de nadando no mar.

Não obstante, a principal preocupação dos países em desenvolvimento deve continuar sendo o avanço econômico e social. Um problema que num país próspero poderia ser qualificado de crise ambiental, no terceiro mundo possivelmente seria considerado como apenas um causador de moléstias. E como disse recentemente um asiático: “Alguns de nós preferiríamos ver sair fumaça de uma fábrica e homens empregados, a não possuí-la”.

Se um país estéril e em desenvolvimento necessita com urgência de uma represa para irrigação e se sua construção incrementará inevitavelmente a possibilidade de um foco de esquistossomose, o debate sobre tal construção deverá ser focado a partir de um ponto de vista diferente do que no caso de um país rico que tenha menor necessidade de aumentar suas terras agrícolas.

Cada Estado é soberano para determinar seu processo de desenvolvimento interno e para um país, torna-se difícil, tecnicamente, e quase impossível moralmente, impugnar a ordem de prioridade que outro atribua à solução de seus problemas internos.

Por exemplo, no caso da construção da represa, os benefícios que traria a dezenas de milhares de agricultores pobres sopesariam contra o possível agravamento da pobreza de uns poucos. O desenvolvimento econômico não pode ser alcançado sem ocasionar algum transtorno no meio ambiente humano. Mas pode realizar-se de tal forma que se reduzam ao mínimo os efeitos nocivos, tanto sobre o ambiente como sobre a saúde pública e o bem-estar da humanidade.

O RUMO É UM SÓ - Se bem que o homem começou a compreender pouco a pouco que não poderia permitir-se, impunemente, que o meio ambiente continuasse a deteriorar-se, as diversas “catástrofes ecológicas” dos últimos anos desencadearam repentinamente inúmeras medidas corretivas orientadas para pôr fim aos abusos ambientais do século passado.

Os países desenvolvidos já não consideram mais que a contaminação é o preço que se deve pagar pelo progresso, e o mundo em desenvolvimento está agora menos convencido que antes de que não resta outra alternativa ; contaminação ou pobreza.

A função básica do Grupo do Banco Mundial – O Banco Mundial e sua afiliada, a Associação Internacional de Fomento, que concede “créditos em condições concessionárias” e a Corporação Financeira Internacional, que apóia ao setor privado – consiste em preparar e financiar projetos de fomento econômico nos países em desenvolvimento, no mundo.

Esse propósito é hoje primordial e continuará sendo no futuro. O Grupo do Banco segue também a política de prestar cuidadosa e demorada atenção, na planificação de seus projetos de desenvolvimento, e as conseqüências que tenham sobre o meio

ambiente e a saúde e bem estar dos povos afetados. Embora o Banco tenha se interessado no passado pelos efeitos ambientais de suas atividades de desenvolvimento, não contava com um procedimento sistemático para identificar e examinar esses efeitos. E o que é ainda mais importante, não estavam estabelecidos métodos para impedir e atenuar as conseqüências adversas para o meio ambiente. Mas em fins de 1971 se estabeleceu dentro do Grupo do Banco Mundial o cargo de Assessor para Assuntos Ambientais, que foi logo ocupado por James A. Lee, que foi também diretor de Ecologia Humana no Serviço de Saneamento Ambiental da Secretaria da Saúde, Educação e Bem-Estar dos Estados Unidos.

Em menos de 48 horas após sua nomeação, o dr.Lee decidiu que apresentaria à Junta Executiva do Banco, para sua aprovação definitiva, um projeto na África Oriental que interiorizava as extensões de cabos de energia elétrica através de um parque nacional de caça e a curta distancia de um importante albergue para turistas.

Após rápidas consultas com o governo em questão, o traçado dos cabos elétricos foi modificado a fim de contornar o Parque. E o que é mais surpreendente, comprovou-se que a nova ligação – esteticamente mais conveniente - poderia efetuar-se e manter-se a um custo menor que o originalmente previsto.

Segundo o assessor em Assuntos Ambientais do Grupo do Banco, sua tarefa durante os primeiros meses consistiu principalmente em deliberações de ultima hora. Os projetos do Grupo do Banco passam anos em preparação e tramitação, e cada ano centenas deles são formulados sob a base do que se denomina “carteira de projetos”.

Poluição e desenvolvimento: os equívocos

A poluição está se transformando em um setor de divergências entre os países superindustrializados e os envolvidos na batalha do desenvolvimento. A rigor, discrepam uns e outros às causas e às formas de combate a uma das mais terríveis ameaças que pairam sobre o mundo, no século que vivemos. A ânsia de progresso dos povos que aprenderam cedo a utilizar a ciência e a tecnologia em escala ilimitada, produziu, como conseqüência, o fenômeno da poluição do ar, da água, do meio ambiente. Os nefastos efeitos da poluição evoluíram de tal forma que a ONU decidiu realizar uma Conferência sobre ecologia, iniciada em Estocolmo há dois dias, e da qual participam cento e quinze países. Na capital sueca, sem nenhuma surpresa para os observadores mais atentos, afloraram, já nos primeiros pronunciamentos dos representantes de vários países, os principais pontos de controvérsia. A oração do delegado brasileiro, ministro Costa Cavalcanti, da pasta do Interior, teve o condão de ativar as discussões e de evidenciar o apoio da maioria dos conclavistas à tese sustentada pelo chefe da delegação brasileira.

A afirmação básica do ministro Costa Cavalcanti impôs-se ao plenário como lógica de ferro: aos países ricos cabe a maior responsabilidade pela reparação dos danos até agora causados ao meio ambiente, posto que os efeitos maléficos da ação poluidora são decorrentes do esforço que aquelas nações fizeram para acelerar seu progresso de desenvolvimento. A colocação do ministro brasileiro não poderia ser mais feliz e oportuna e não a esperavam os delegados dos países industrializados, que foram a Estocolmo dispostos a reclamar medidas antipoluidoras por parte dos povos em estágio econômico inferior, implicando, algumas delas, na renúncia à utilização de alguns dos mais modernos processos tecnológicos.

Retornou, de fato, o sr. Costa Cavalcanti, a argumentação expedida recentemente pelo ministro do Planejamento, sr. Reis Veloso comentando críticas de importante jornal

norte-americano, que tentou atribuir ao Brasil uma atitude conformista em relação à poluição, ilação apressada do órgão de imprensa que explorou uma frase isolada, em tom de blague, do sr. João Paulo dos Reis Veloso. O que o Brasil sustenta, e com êxito, é que a poluição não pode servir de pretexto para retardar-se a implementação do projeto de desenvolvimento das nações com complexos problemas relacionados à mudança da estrutura sócio-econômica.

A tese de alguns luminares do pensamento dos países superdesenvolvidos é absurda: as nações em desenvolvimento devem ser rigorosas na seleção de seus empreendimentos de infraestrutura, tendo em vista impedir que novos focos poluidores agravem as condições ambientais, tornando mais difícil a vida do homem em sociedade. Ora, não é a poluição ambiental a única ameaça grave que paira sobre a humanidade. A pobreza, com todas as conseqüências, é muito mais comprometedora para o destino da espécie humana, do que a poluição. A pobreza, que leva à miséria; miséria, agente incontrollável do caos.

Propõe, então, o Brasil, com o apoio forte do chamado terceiro mundo que se es em os recursos possíveis, em nível nacional, regional e internacional, preservada a soberania de cada país, na luta sem quartel contra a poluição. A própria tecnologia que aumenta, indiretamente, a poluição da biosfera, põe hodiernamente, ao alcance de qualquer país instrumentos antipoluidores que são usados em muitas partes do mundo.

Em nosso estado, já existem exigências rigorosas no tocante à existência desses equipamentos nas novas unidades industriais.

Opõe-se, todavia, a adoção de medidas precipitadas. “Devemos confiar- disse o ministro em Estocolmo – em que as soluções virão no tempo necessário. Uma atitude sensata e objetiva nos impedirá em cair, seriamente, em ameaças à humanidade, apresentadas de forma exagerada e emocional”. Como negar-se que deter minadas disposições antipoluição são carregadas de exagero e de passionalismo? Se há um risco na caminhada do progresso que pode e deve ser limitado, há, na miséria, não um risco, mas a realidade do desespero, fermentos da tragédia e da ruína.

Concordamos, como fez o ministro Costa Cavalcanti, com o texto da Carta de Estocolmo, deixou o Brasil patente sua concordância com as recomendações do seminário.

E o consenso afigura-se possível graças à ação conciliatória de Maurice Strong, secretário-geral da Conferência, que elaborou um documento que focaliza a ameaça da poluição, de forma realista, e não dramática e passional, como queriam muitos delegados.

Hoje termina conferencia da ONU: criou-se fundo de US\$100 mil para proteger meio-ambiente

ESTOCOLMO (UPI-GM) - A conferencia das Nações Unidas sobre o meio ambiente aprovou, ontem, a criação de um fundo especial de 100 milhões de dólares e um organismo internacional especializado para enfrentar os problemas da preservação do ambiente humano. O presidente da comissão encarregada da criação do fundo, Carlos Rodrigues, do Brasil, declarou que ficou satisfeito com a aprovação e esperava um aumento futuro dos recursos a sua disposição.

“Não esperávamos muito – disse o representante brasileiro em entrevista coletiva – mas as recomendações da conferencia representam o que levaríamos muitos anos para conseguir por outros métodos”

Indagado se os 100 milhões não representavam apenas uma gota d'água, Rodrigues respondeu que preferia falar em um copo d'água e que tinha certeza de que os países desenvolvidos farão contribuições maiores quando o conselho começar a mostrar resultados.

O representante brasileiro afirmou que, para realizar programas de proteção ao meio ambiente, os países em desenvolvimento precisam de novas contribuições dos países ricos, e não apenas as contribuições atuais para o desenvolvimento econômico.

“Receber mais para o meio ambiente e menos para o desenvolvimento não seria interessante para nós” – afirmou.

Rodrigues lamentou que a declaração sobre o meio humano ainda estivesse parada nas comissões de trabalho, afirmando que “ela teria um impacto mundial, pois resume o que os governos devem fazer”

O representante brasileiro ressaltou, porém, que a falta da declaração não diminui as outras realizações da conferência, como a formação do conselho sobre o meio ambiente. Um grupo especial de trabalho está tentando com urgência preparar um texto de resolução que seja ao mesmo tempo aceitável para os Estados Unidos e para a China.

A formação do conselho foi recomendada pela conferência à secretaria geral das Nações Unidas. O corpo teria 54 membros, pessoal próprio e um diretor executivo.

A conferência não recomendou uma sede para o organismo e solicitou que os países interessados em alojá-lo formulem as suas ofertas respectivas no prazo de 30 dias.

O Brasil e outros países preferiam um grupo menor, mas a maioria dos países em desenvolvimento apoiou uma proposta australiana que fixou em 54 o número de membros do futuro conselho.

O secretário-geral da conferência, Maurice Strong, do Canadá, afirmou esperar que o texto da resolução final será entregue para aprovação à sessão de encerramento hoje.

Strong fez essas declarações ao sair de uma reunião a portas fechadas onde procurou acertar as divergências entre norte-americanos e chineses.

BRASIL E ARGENTINA DIVERGEM - O Brasil e a Argentina continuaram divergindo, ontem, na conferência das Nações Unidas sobre o meio-ambiente sobre um projetado dique brasileiro perto da fronteira Argentina e questão continuava em pé enquanto a conferência se aproximava do seu final.

No grupo de trabalho que debate o projeto de declaração sobre o ambiente humano, os dois países sul-americanos travaram uma batalha verbal e apresentaram emendas conflitantes, a fim de reforçar as suas respectivas posições.

O artigo vinte do projeto de declaração final sugere um intercâmbio de informações entre governos a respeito de atividades que possam causar danos ao ambiente fora da sua jurisdição territorial.

ARGENTINA PROPÕE - A Argentina propôs modificações para que na declaração final se estabeleça que as atividades que possam causar danos ao ambiente devem ser informadas a pedido de qualquer das partes interessadas, num prazo razoável... de modo que as partes mencionadas conheçam e julguem por si próprias a natureza e os prováveis efeitos dessas atividades.

BRASIL RESPONDE - Em resposta, o Brasil propôs emendas a outros três artigos para dar ênfase à soberania nacional. A Argentina não conseguiu muito apoio para sua emenda, mas a “questão está longe de haver terminado”, disseram fontes da conferência.

Acredita-se que a preocupação da Argentina a esse respeito está relacionada com os projetos brasileiros de aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, especialmente um dique de dois quilômetros projetado pelo Brasil para Sete Quedas, onde esse país já construiu 22 represas menores e consultaram a Argentina sobre algumas delas.

UM NOVO ENCONTRO: O MESMO TEMA - A conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente recomendou a Assembléia Geral da ONU a realização de uma outra conferência mundial sobre o mesmo tema.

O projeto, apresentado pelo Egito e pela Líbia, foi aprovado por 77 votos a favor, um contra e três abstenções.

A recomendação original propunha a convocação da conferência para 1977, mas o plenário resolveu deixar a data em aberto e não sugerir nenhuma sede para o encontro.

Vitória do bom senso em Estocolmo

A aprovação, contra os votos da China e da França, da moção latino-americana contra a realização de provas nucleares, assinalou em Estocolmo a vitória do ponto de vista brasileiro, falsamente interpretado por um órgão de imprensa sueco, que acusou a Delegação Brasileira de sabotar a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente. O que o ministro Costa Cavalcanti disse ao falar em nome do nosso governo foi que os países ricos são os responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. E, portanto, deveriam eles reparar as conseqüências desses danos. Textualmente: *“Os países que acumularam consideráveis recursos e riquezas às custas de tantos prejuízos para o resto do mundo deveriam, pois, assumir a principal responsabilidade pela adoção de medidas corretivas”*.

Na sua oração, aplaudida pela esmagadora maioria dos delegados presentes, o chefe da delegação brasileira sustentou uma posição realista e construtiva, tendo, a certa altura, alinhado os esforços antipoluidores do Brasil, a demonstrar, de forma cabal, que não defendemos, como dão a entender alguns observadores parciais, uma política de complacência com a poluição. Procurou-se, a esse propósito, criar uma imagem negativa do Brasil.

A vitória da moção latino-americana, com apoio, inclusive, da Índia, veio confirmar que os aplausos, da quase unanimidade das delegações ao pronunciamento do Ministro do Interior, no último dia 6, representavam, realmente, a concordância dos presentes com as nossas teses. Os que pretendem colocar o Brasil numa posição delicada, tirando ilações totalmente absurdas, e as publicando, irresponsavelmente, devem, a estas horas, estar com as cabeças enterradas no chão. É provável que o autor da referida infâmia tenha sido ludibriado em sua boa fé, por algum agente do revanchismo subversivo e eventualmente de passagem pela capital sueca. Custa-nos crer, de qualquer forma, como pode um jornal de um país como a Suécia, veicular tal tipo de acusação, destituída do mínimo de veracidade.

O que está em debate não é o órgão de comunicação sueco. E sim a ameaça que paira sobre o meio ambiente, a progressiva contaminação dos mares e da atmosfera, a erosão ecológica do mundo, enfim. A primeiro-ministro da Índia, sra. Indira Ghandi, reafirmou a essência do pensamento brasileiro sobre a matéria: *“os países ricos não podem esperar que o mundo fique limpo às custas dos subdesenvolvidos”*.

Repousa neste tópico a explicação para as divergências que o combate à poluição vem gerando, entre países amigos e rivais, cada qual assumindo uma posição que se ajusta melhor aos seus interesses. Há economistas nos países superindustrializados que não se conformam com o esforço desenvolvimentista dos países economicamente atrasados. Entendem eles que esses países deveriam renunciar aos mais eficientes instrumentos de progresso para impedir a contaminação ambiental. Curioso é que eles querem que os países em desenvolvimento não façam o que eles fizeram. Essa contraditória posição

leva a diversos raciocínios. Entre os quais o de que os povos desenvolvidos não teriam interesse em que os não industrializados seguissem suas pegadas. Pode ser que este raciocínio não seja legítimo, mas a impressão, a primeira vista, é de que o caráter emocional conferido, em alguns círculos internacionais, ao combate à poluição camufla propósitos que não podem ser confessados.

Como deixarmos de ativar o processo de industrialização, sob o temor de que novas chaminés poderão agravar consideravelmente a ameaça polutora? O Brasil, por exemplo, está atento a esta ameaça e, por isso mesmo, atualizou sua legislação para poder controlar os inevitáveis riscos ao meio ambiente. O que não teria sentido era cruzar a nação os braços e permanecer na expectativa do que poderia acontecer aos outros povos. A opção nacional é por demais clara: combinação dos recursos científicos e tecnológicos a serviço do progresso sócio-econômico e da defesa do meio ambiente.

A Conferência Mundial do Meio Ambiente permitiu ao governo brasileiro expor seus pontos de vista e dissipar dúvidas de pessoas mal informadas ou desinformadas. A soberania de cada país é que dita o que deve ser feito em favor da saúde da população e de suas condições de vida. No plano supranacional, pode a ONU, todavia, estabelecer programas de proteção ecológica, com os quais todos os povos devem colaborar.

Matérias transcritas - 1992

Parceria, não monitoramento

Apenas com relação à administração florestal foram feitos reparos ao documento aprovado na última sexta-feira pela Comissão Interministerial de Meio Ambiente (CIMA), delineando as propostas que serão levadas à última reunião preparatória da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), a realizar-se em junho no Rio. Segundo o representante das Organizações Não-Governamentais (ONG) na CIMA, o Brasil deveria adotar posição mais aberta sobre a política florestal, aceitando o monitoramento internacional e assumindo compromissos preservacionistas. Sem nunca ter adotado uma posição xenófoba sobre este e outros temas ligados à proteção do meio ambiente, entendemos que a opinião manifestada pelo representante das ONG reflete uma visão ultrapassada, a ela se sobrepondo duas considerações fundamentais. Primeiro, o espírito que hoje preside as relações internacionais no tocante às questões ecológicas é o de co-responsabilidade, sob o pressuposto de que será respeitada a soberania das nações. E, segundo, a concepção preservacionista ortodoxa, que dominava grupos de ativistas “verdes” há alguns anos, cedeu lugar ao conceito de “desenvolvimento sustentável”, definido como a busca de harmonia entre o bem-estar da população e a necessidade de conservar a natureza.

O documento da CIMA, que será certamente discutido na reunião de cúpula dos países signatários do Pacto Amazônico, ora em realização em Manaus, focaliza de forma lapidar essas questões. A proposta brasileira para a declaração a ser emitida pela ECO-92 parte do princípio de que as florestas se situam em territórios sob a jurisdição de estados, que ali exercem plenamente a sua soberania, reconhecendo como um imperativo a exploração econômica dos recursos existentes. A esses estados cabe legislar sobre a conservação e o desenvolvimento sustentável das florestas. Em decorrência, o Brasil não pode aceitar nem compensação financeira pela preservação de áreas nem monitoramento internacional.

Não há razão para duvidar da boa-fé do representante das ONG, mas deve-se notar que o seu ponto de vista não coincide com o pensamento externado pela União Internacional de Conservação da Natureza (UICN), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), co-patrocinadores da publicação *Cuidando do Planeta Terra*. “As decisões relativas à alocação de terras florestais e políticas para sua administração”, observam essas instituições, “devem ser baseadas em uma avaliação adequada de todos os valores da floresta. Cada país deveria, pois, fazer uma estimativa econômica dos serviços ambientais, recursos biológicos, madeira e outros produtos fornecidos por suas florestas. Esse estudo permitirá a inclusão de indicadores de sustentabilidade no orçamento nacional.” O Brasil ainda se resente de um planejamento cuidadoso como este e, para isso, recursos externos poderiam, sim, ser bem-vindos. Com relação a Bacia Amazônica, para a qual se voltam as preocupações ecológicas mundiais, pode-se aceitar, como tantos defendem, que grande parte de sua reserva florestal seja mantida em seu estado primitivo, mas seria inconcebível, em uma região pobre proibir toda e qualquer exploração madeireira ou de outros recursos naturais, bem como impedir que as áreas sejam destinadas à agricultura. O caminho para a formulação de um projeto racional para a Amazônia talvez seja reproduzir em grande escala como sugeriu o chanceler Francisco Rezek, o programa-piloto regional que vem sendo financiado pelos sete grandes países industrializados. Dessa forma, poderia ser estabelecido um roteiro para evitar a exploração predatória dos recursos florestais, minerais e hídricos, sem prejuízo do desenvolvimento sustentável. Como não deixa de notar o documento da CIMA, são os países desenvolvidos os principais responsáveis pelo esgotamento da cobertura florestal. Em termos globais, como são também pela emissão de poluentes. A questão crucial, portanto, é parceria não monitoramento ou controle remoto.

Os EUA e a eficácia da ECO-92

Algumas notícias recentes animam a expectativa de que a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a ECO-92) venha a produzir, ao menos em parte, os grandiosos resultados que dela esperamos e desejamos profundamente.

A mais importante dessas novidades, no plano internacional, é a aparente disposição do governo dos Estados Unidos de rever a sua recusa em assinar um documento - a Carta da Terra - pelo qual se comprometeria a limitar as emissões de dióxido de carbono, produzidas em seu território, aos níveis de 1990.

No plano interno, a substituição do secretário nacional de Meio Ambiente, José Lutzenberger, indica a disposição do presidente Fernando Collor de eliminar a falta de sintonia que até agora predominava nesse setor e de conferir à atuação brasileira um sentido mais harmônico e sem dúvida mais produtivo, já que o nosso país pretende, por motivos mais do que justos, ser um dos maiores beneficiários da política a ser traçada pela mencionada conferência.

A mudança da posição norte-americana quanto ao dióxido de carbono é um movimento decisivo para a superação do impasse que, até este momento, ameaça a eficácia da ECO-92.

Quanto à questão específica do controle de gases que, segundo as evidências científicas disponíveis, promovem o irreversível aquecimento da atmosfera - o chamado efeito estufa - a mudança é essencial pelo simples fato de serem os americanos os responsáveis por 25% do total dessas emissões. Sem a adesão deles, portanto, qualquer acordo de li-

mitação perderia a sua operacionalidade.

Existe, porém, um outro fator a ser considerado, pela sua enorme relevância política e estratégica: a liderança que os Estados Unidos exercem hoje no mundo, com grande evidência.

Essa capacidade de influir sobre os rumos dos acontecimentos mundiais, que cresceu enormemente após o desmoronamento do regime soviético, exige dos Estados Unidos e do seu presidente uma postura moral e ética que não condiz, de forma alguma, com a relutância em aceitar um sacrifício que todos os demais países desenvolvidos estão dispostos a realizar em prol das gerações futuras.

Por esse motivo, não apenas o programa de controle do dióxido de carbono ficaria inviabilizado pela recusa norte-americana, mas todo o alcance da ECO-92 seria inexoravelmente diminuído. Não é um exagero afirmar que o próprio propósito do conjunto de nações civilizadas de imprimir um novo rumo ao tratamento das questões ecológicas, de combater a selvageria na utilização e na destruição de recursos naturais, sofreria um sério abalo por não contar com o endosso do país líder no esforço contra o efeito-estufa.

Ao que tudo indica, a alteração da atitude americana encontra um forte apoio no Congresso e na opinião pública. A determinação da redução das emissões de dióxido de carbono aos níveis de 1990 é objeto de um projeto de lei examinado pela Subcomissão de Saúde e Meio Ambiente do Congresso, com grande probabilidade de ser aprovado, principalmente depois que estudos técnicos conduzidos no âmbito da Agência de Proteção Ambiental (EPA) da Academia de Ciências indicaram que isso pode ser conseguido “a baixos custos”.

São igualmente muitas as iniciativas populares que tendem a pressionar Washington no sentido de concordar com a limitação. Os riscos de um aquecimento na atmosfera incluem a destruição de ecossistemas e efeitos tão diretos sobre a vida e a saúde das pessoas como a contaminação de fontes de água potável e aumento das doenças infecciosas.

Por aí se vê que esse tema estará inevitavelmente presente na campanha eleitoral atual, a tal ponto que não é improvável que o presidente Bush acabe superando sua atual decisão e anuncie, finalmente a sua vinda ao Rio para a conferência. Neste caso estará demonstrando aos eleitores americanos e aos demais povos que é capaz de agir como o estadista que todos gostariam de ver no comando daquele grande país.

Reunião preparatória termina, mas subsistem divergências entre países ricos e pobres

A quarta e última reunião preparatória da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Encontro da Terra no Rio terminou na sexta-feira com um desacordo entre os países industrializados e os países em desenvolvimento. Motivo do problema: dinheiro. Quem vai pagar a conta, qual conta, e em que termos, continuam questões abertas que não serão mais discutidas na conferência de junho no Brasil.

“Nós perdemos uma grande oportunidade”, admitiu o secretário-adjunto de Estado Curtis Bohlen, que chefiou a delegação dos Estados Unidos na reunião preparatória. Para ele, a oficialmente chamada Conferência Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente será realizada na data marcada no Rio, mas sem um acordo universal como esperava.

O canadense Maurice Strong, secretário-geral da Conferência, discorda do pessimismo que se seguiu à falta de consenso sobre os recursos para colocar em prática o ideário da

Agenda 21, o programa de ação do Encontro da Terra. “Se você observa o que já se conseguiu até agora, é surpreendente”, argumenta. O conjunto de coisas sobre as quais já concordamos representa um tremendo avanço em termos de conferências internacionais”, acrescenta.

De acordo com o embaixador brasileiro na ONU, Ronaldo Sardemberg, foram negociados na quarta reunião preparatória diversos documentos: a Carta da Terra, cujo texto ainda cheio de parênteses (que indicam divergências) oscila entre uma constituição ambiental genérica e um conjunto de compromissos específicos. Um acordo sobre transferência de tecnologias ambientalmente saudáveis; uma convenção sobre biodiversidade; esboçou-se uma polêmica convenção sobre florestas; e a Agenda 21, além dos termos financeiros.

Bohlen concorda com Strong em relação aos avanços no texto da Agenda 21, a seu ver “maiores do que se poderia imaginar”. Entre os aspectos positivos da reunião preparatória nesse item, os países concordaram em medidas para proteger ecossistemas marítimos e espécies em extinção, por exemplo.

Mas as negociações sobre a Carta da Terra foram um fracasso, com os delegados se mostrando incapazes de alcançar consenso sobre princípios. A questão da transferência de tecnologia ainda esbarra na divergência sobre quem deve recebê-la nos países em desenvolvimento, se governos (como querem os delegados desses países) ou o setor privado (como querem os países detentores da tecnologia).

No caso dos outros documentos, divergências ainda abundam. Os países em desenvolvimento insistem em obter benefícios da engenharia genética desenvolvida a partir de seus recursos naturais (como as florestas). Na questão das florestas, os países em desenvolvimento se recusam a dar ouvidos aos países industrializados, acusando-os de já terem destruído suas próprias florestas.

E a questão básica do dinheiro para assegurar o cumprimento das normas de proteção ambiental da Agenda 21 permanece em aberto. O ex-primeiro ministro do Japão Noburu Takeshita convocou um encontro de “notáveis” em Tóquio, nos próximos dias 15 a 17, para discutir o tema. A ONU estima preliminarmente que os países em desenvolvimento precisam de cerca de US\$ 125 bilhões para limpar seu meio ambiente.

Novo relatório do Banco Mundial indica caminhos para o crescimento sustentável

Dois representantes do Banco Mundial (BIRD) lançaram hoje em São Paulo, o Relatório Mundial de Desenvolvimento de 1992, o décimo quinto de uma série e o terceiro de uma trilogia iniciada em 1990 com o relatório sobre a pobreza e o de 1991 sobre estratégias de desenvolvimento. O novo relatório trata do tema desenvolvimento e meio ambiente e em cerca de trezentas páginas apresenta informações sobre 125 países que ilustram a tese fundamental de que o contínuo e até mesmo acelerado desenvolvimento econômico é sustentável e pode ser consistente com a melhoria das condições ambientais.

Isso, porém, de acordo com o relatório, vai requerer mudanças importantes de políticas, programas e instituições propostas nos diversos capítulos, que tratam de problemas ambientais específicos de países em desenvolvimento e de países ricos.

O lançamento será na manhã de hoje na Fundap – Fundação de Desenvolvimento Administrativo, com a presença do chefe da divisão de ambiente para a América Latina do BIRD, Dennis Mahar, do economista John Dixon, um dos autores do relatório, e do assessor internacional do governo de São Paulo, Luiz Gonzaga Belluzzo.

Água mal tratada, saneamento básico inadequado e deficiente, degradação do solo e

contaminação por poluição, problemas mais característicos dos países em desenvolvimento, são muito mais imediatamente ameaçadores para a vida que os problemas associados à afluência dos ricos, como as emissões de dióxido de carbono (responsáveis pelo efeito estufa), a degradação da camada de ozônio, “smogs” fotoquímicos, chuva ácida e resíduos perigosos mal dispostos. Os países industrializados, diz o relatório, precisam resolver os seus próprios problemas, mas têm também a responsabilidade crucial de ajudar os mais pobres a melhorar as suas condições ambientais.

O Brasil é citado com destaque em pelo menos três partes do relatório: uma que detalha o programa de financiamento aprovado pelo G7, grupo dos sete países mais ricos do mundo, para a preservação da floresta amazônica, que já resultou em um acordo para a liberação de US\$ 250 milhões; outra trata do projeto de colonização de Rondônia (Polonoroeste) que recebeu financiamento do Banco Mundial para a construção da estrada e que, segundo admite o relatório, resultou em grande devastação da floresta; e o programa de Cubatão, como exemplo de esforço na contenção de poluição por um grande pólo industrial.

O relatório dedica atenção especial à comparação entre os problemas dos países pobres e dos ricos e à cooperação necessária para a solução dos problemas ambientais. Os países em desenvolvimento, propõe, precisam ter acesso a tecnologias limpas e aprender lições a partir das experiências de sucesso e de fracasso dos países ricos. Alguns dos benefícios das políticas ambientais dos países em desenvolvimento destinadas à proteção das florestas tropicais e da biodiversidade reverterão em benefício dos países ricos, que segundo o relatório, devem arcar com a parte proporcional de custos.

Os problemas que ameaçam potencialmente o planeta, como o efeito estufa e o aquecimento global, são, de acordo com o relatório, causados pelos altos padrões de consumo dos países ricos e, por isso, o encargo de encontrar e implementar soluções deve ser deles.

O relatório identifica estreitas relações entre o crescimento econômico e a qualidade ambiental e recomenda a análise cuidadosa de custos e benefícios de políticas alternativas tendo em vista incertezas e irreversibilidades associadas a elas. Alguns problemas, como indicam as estatísticas citadas no relatório, reduzem proporcionalmente com crescimento de renda, como é o caso das deficiências de saneamento básico e de tratamento de água. Outras aumentam, como é o caso das emissões de dióxido de carbono.

O que Bush pode fazer pela Eco-92

Terminou o “suspense” sobre o comparecimento ou não do presidente George Bush à Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92). Ao confirmar sua presença no Rio em junho para o Encontro da Terra, o presidente dos Estados Unidos pôs fim às especulações de que não viria por receio de ser “cobrado” por posições mais firmes sobre a questão ambiental. Considerações eleitorais à parte, Bush mostrou compreender que a liderança política de seu país no mundo de hoje é indissociável de uma participação ativa na solução dos problemas globais, hoje menos estratégico-militares do que de convivência harmônica em um mundo ainda cindido por chocantes disparidades de renda e por violentos surtos nacionalistas.

Embora todos concordem que as questões ambientais ultrapassam as fronteiras nacionais e que exigem uma ação coordenada em todos os continentes, é patente a

diferença de enfoque entre os países desenvolvidos, de modo geral, e os países em desenvolvimento quanto às medidas a tomar. As nações industrializadas, que são as que mais poluem, tendem a dar mais ênfase à conservação de recursos naturais ainda existentes no mundo menos desenvolvido. Já as mais pobres preferem deslocar o debate para o âmbito do diálogo Norte-Sul.

Há um terreno comum, entre as duas partes, que pode vir a dar o tom à Rio-92, ou seja, a concepção de desenvolvimento sustentável, permitindo aliar a preservação ambiental às aspirações de crescimento econômico. Estamos convencidos, porém, de que a validade dessa concepção está na estreita dependência da aceitação pelos países industrializados de suas responsabilidades pela resolução de seus próprios problemas ambientais, sobressaindo-se entre eles as emissões de dióxido de carbono, o uso na agricultura de compostos químicos prejudiciais à saúde e a disposição de resíduos tóxicos.

Existem tecnologias capazes de eliminar ou minimizar sensivelmente esses males, mas, certamente, o emprego dessas tecnologias exigirá vultosos equipamentos na remodelagem ou aquisição de equipamentos significando acréscimos de custos.

Para empresas de menor porte, subsídios talvez sejam necessários para a adaptação, pressionando os orçamentos nacionais. Em vista disso, não são difíceis de entender as resistências a programas mais ambiciosos de despoluição nos países industrialmente mais avançados.

Paralelamente, os países em desenvolvimento reivindicam recursos para sanar suas graves deficiências nas áreas de nutrição, saneamento básico e educação, que colocam entre as principais causas pelos danos ao meio ambiente. Parece-lhes injusto que, mantidos os níveis de degradação das condições atmosféricas no Primeiro Mundo, por exemplo, a preservação de florestas tropicais em estado virgem seja considerada condição essencial para evitar bruscas transformações climáticas ou o aquecimento do planeta. E não é por outro motivo que os menos desenvolvidos defendem a realização de outra conferência específica para tratar das florestas.

Nesse quadro, parece-nos que a Rio-92, em que todos depositamos grandes esperanças, corre não apenas o risco de se transformar em palco para a retórica inconsequente em vez de aproximar as nações em torno de objetivos comuns, ela poderia aprofundar o fosso hoje existente nas relações Norte-Sul no tocante às questões ambientais.

Contudo, somos levados a crer que, com a participação do presidente dos Estados Unidos, o Encontro da Terra pode ser poupado dessa frustração. Não exatamente pela força do exemplo dos EUA, como deixa a entender a nota emitida por Bush, mas pela capacidade de articulação de seu país, a única superpotência junto a seus parceiros do Grupo dos Sete (G7), que estarão também representados por figuras de primeiro plano. Deve-se lembrar ainda o reconhecido poder de influência dos Estados Unidos sobre as instituições financeiras internacionais às quais cabe um papel cada vez mais relevante na implementação de uma política ambientalista verdadeiramente global.

Eco-92: o compromisso que se espera

Na véspera da abertura da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, duas atitudes tomadas pelo governo dos Estados Unidos mostram quanto é c a posição de Washington quanto às questões ambientais. Depois de o

Departamento de Estado ter anunciado, no último fim de semana, que o governo americano não subscreverá a convenção sobre biodiversidade, aprovada em Nairóbi (Quênia) por 28 países, entre os quais o Brasil, noticia-se que o presidente George Bush lançará um programa pelo qual serão destinados US\$ 150 milhões por ano para a conservação global e o uso adequado de florestas no mundo. A segunda decisão está diretamente relacionada à primeira. Bush e seus principais assessores, notadamente William Reilly, chefe da Environmental Protection Agency (EPA), podiam prever que a postura de seu governo diante a biodiversidade teria péssima repercussão fora e dentro dos Estados Unidos, e a concessão de uma linha de financiamento seria uma forma de procurar salvar a face.

A decepção geral, porém é iniludível. Se, como se alegou, a convenção de Nairóbi está expressa em linguagem “fortemente inflamada”, o que se esperaria do governa dos Estados Unidos, que envia uma delegação de trezentos técnicos à Eco-92, é que procurasse colocá-la em termos mais aceitáveis sob o seu ponto de vista, mas não, como parece, que se afaste dessa discussão, rejeitando implicitamente os princípios sobre biodiversidade que os países em desenvolvimento desejam ver inscritos na Agenda 21, o grande plano de ação do Encontro da Terra.

É notório que a administração Bush não está disposta a acatar as cláusulas da convenção que obrigam os países desenvolvidos a pagar “royalties” aos países menos desenvolvidos — que detêm as maiores florestas tropicais do mundo, cujo acervo genético é riquíssimo — pelo uso de organismos deles originários na produção de medicamentos ou substâncias químicas. As marcas e patentes por produtos assim desenvolvidos continuariam propriedade exclusiva das indústrias do Primeiro Mundo, que não teriam sequer a obrigação de partilhar com os pobres os novos conhecimentos científicos adquiridos.

Oferecer financiamentos da ordem de US\$ 150 milhões anuais para conservação de florestas, tema que os países em desenvolvimento querem discutir em conferência à parte, não merece nem mesmo a classificação de paliativo (para se ter uma idéia, basta dizer que o custo estimado da Agenda 21 é de US\$ 125 bilhões por ano).

É lamentável que, com gestos como estes, o governo dos Estados Unidos abdiquem tacitamente da liderança que lhe deveria caber em uma ação determinada para reverter a degradação ecológica do planeta. Essa liderança pertenceria aos EUA não apenas por serem hoje a única superpotência, com imensos recursos tecnológicos a seu dispor, mas igualmente por serem o país responsável pelo maior volume de lançamento de poluentes na atmosfera. Ao assumirem um compromisso explícito com o saneamento global, o Estados Unidos trariam consigo os seus ‘parceiros do Grupo dos Sete (G7), desobstruindo a via para o entendimento construtivo com os países mais pobres.

Só os mais idealistas suporiam que US\$ 125 bilhões por ano fossem canalizados para a preservação do meio ambiente, balizada pelo conceito de desenvolvimento sustentável. Mas não seria irrealista esperar que as “Global Environment Facilities”, fundos administrados pelo Banco Mundial (BIRD), tivessem suas dotações consideravelmente reforçadas, como preconiza o chanceler Celso Lafer. Segundo ele, esses recursos, que giram atualmente em torno de US\$ 1 bilhão por ano poderiam ser elevados para US\$ 6 bilhões a US\$ 12 bilhões por ano, estabelecendo um vínculo entre ricos e pobres que poderia evoluir institucionalmente como o principal instrumento para a implementação da Agenda 21.

Contudo, isso somente ocorrerá quando os governos dos EUA e dos países industrializados se convencerem de que uma política global para o meio ambiente não pode ser mais adiada, como esperamos que a Eco-92 comprove.

Meio ambiente e vontade política

Seria enganoso, a nosso ver, esperar que a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ontem aberta pelo presidente Fernando Collor, venha a produzir resultados bombásticos. Decisões relevantes podem vir a ser tomadas no encontro, mas seria ilusório pensar que recursos financeiros de grande monta sejam destinados aos países em desenvolvimento, ajudando-os a vencer a pobreza e abrindo-lhes a oportunidade para desenvolver-se de forma sustentável sem danos ao meio ambiente. E, como mostrou a atitude do governo dos Estados Unidos diante da Convenção sobre Biodiversidade, será muito difícil que as nações industrializadas firmem um compromisso não apenas sobre esse tema mas também sobre questões como exploração florestal, limitações rígidas para a emissão de poluentes que afetam as condições climáticas, etc.

São nítidos os interesses em jogo, de países ou grupos de países, muitos deles claramente explicitados nas negociações Norte-Sul. Muito se terá ainda de avançar no caminho da colaboração entre países ricos e pobres para uma mais justa distribuição de riqueza em escala global. Carlo Ripa Di Meana, comissário da Comunidade Européia para o Meio Ambiente, ausente da reunião do Rio e crítico da indefinição quanto aos temas mais sensíveis, não deixa de notar que os próprios países da CE ainda não fixaram prazo para destinar 0,7% de seu Produto Nacional Bruto (PNB) à assistência oficial ao desenvolvimento, meta fixada em 1970.

Independentemente de seus resultados imediatos, a Conferência ora em realização, em que estão representados 128 países, é importante e merece a extensa cobertura que lhe vem dando a mídia nacional e internacional pelo simples fato de que, como já se disse, o meio ambiente é a questão mais importante no mundo de hoje. Na medida em que a atenção mundial se volta para a Eco-92, aumentará a conscientização sobre os problemas ecológicos, reforçando, ao redor da Terra, a vontade política de dar-lhes solução.

Em um mundo ainda dilacerado pelos nacionalismos, muitas vezes estimulados por movimentos de libertação que se tornaram impossíveis de conter com o fim da bipolarização, acentuam-se as preocupações ecológicas, cada vez menos condicionadas por uma visão estreita do conceito de soberania. Isso representa uma contradição apenas aparentemente. A percepção de que cabe a todos os povos evitar a degradação das condições ambientais não exclui legítimos direitos políticos que não podem ser suprimidos pela barbárie.

Existe, com efeito, um elo entre os anseios de liberdade e os de melhoria da qualidade de vida. Como disse o presidente Collor no discurso de abertura da Eco-92, “o tema do meio ambiente é fruto da era da democracia e liberdade em que vivemos; cresce a partir de movimentos sociais que se multiplicam espontaneamente em toda a parte”.

Os êxitos eleitorais que partidos verdes vêm colhendo em alguns países e a força de grupos ecológicos não partidários em outros são expressão disso. Pode-se prever a partir de reuniões como a do Rio, que as políticas voltadas para a proteção do meio ambiente ganhem o apoio de expressivas maiorias, acima de partidos e organizações, e que os governos sejam levados a agir de forma conseqüente.

Não poderíamos ignorar as fundas repercussões que isso tem e terá sobre a economia. Reflexos no comércio internacional e nos critérios de financiamento das instituições internacionais já são marcantes, prevendo-se que o próprio GATT terá de adaptar-se a uma nova situação. Mas não é só isso: as próprias empresas terão de modificar seus processos de produção, como um número considerável delas já vem fazendo, para

poderem continuar competindo em um mercado global mais limpo e mais justo. As dotações para despoluição e melhor aproveitamento de recursos naturais são em essência, investimentos produtivos. Dentro dessa concepção, os países mais pobres não podem permanecer relegados à meros fornecedores de matérias, mas devem ser vistos pelos ricos como parceiros no desenvolvimento sustentável.

Proteção ambiental é compatível com combate à pobreza, diz Camdessus

O Fundo Monetário Internacional (FMI) – segundo seu diretor geral Michel Camdessus – veio ao Rio para acabar com alguns mitos que ainda pairam na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ECO-92. “A proteção ao meio ambiente é compatível com o crescimento econômico e com o combate à pobreza, desde que todos os países aceitem reestruturar suas atitudes”, declarou ontem pouco após seu encontro com o presidente Fernando Collor.

O programa econômico brasileiro foi justamente citado por Camdessus como exemplo da contribuição que o País pode dar à implantação do desenvolvimento sustentável a nível mundial. Ele elogiou a determinação de Collor em levar adiante uma política que baixe a inflação e crie condições para a estabilização social e o crescimento.

Em seu encontro com o presidente, Camdessus disse que o novo esforço para baixar a inflação não deve envolver o plano monetário, mas a fiscal.

Sobre uma possível contribuição do FMI para a implementação das propostas que serão tiradas da ECO-92, Camdessus diz que o papel do fundo será reestruturar ou reforçar a macroeconomia dos países, de modo a direcioná-las rumo ao desenvolvimento sustentável, pressionar os países interessados em empréstimos ou apenas persuadir os países ricos nesse sentido. O FMI também deverá trabalhar pela transferência hoje destinados a gastos improdutivos - como a indústria bélica — para outros produtivos, diretamente ligados ao desenvolvimento.

“As grandes catástrofes ambientais são cansadas por más políticas de preços, orçamentos e investimentos, entre outras - e é nossa função ajudar os países a tomar o caminho correto, que leve à preservação do meio ambiente para as gerações futuras”, afirmou.

Além de encontrar-se com o presidente Collor, Camdessus falou ao plenário da Eco-92 sobre a necessidade de se aumentar a assistência oficial dos países ricos para o desenvolvimento e de concretizar o mais rápido possível o repasse de 0,7% do Produto Interno Bruto para países pobres.

Três crianças a cada minuto (continuação da 1ª página)

países em desenvolvimento – inclusive entre países, como a Índia, que tem tido políticas demográficas oficiais durante anos”.

Houve, de acordo com o documento das Nações Unidas, o temor de que a discussão de medidas de estabilização da população mundial convergisse para o debate sobre o crescimento demográfico no Hemisfério Sul e, assim, acabasse desviando “a atenção da contribuição do Norte à degradação ambiental em nível mundial, e da sua obrigação de retificar essa situação”.

Ou seja, houve uma clara opção política nesta conferência para concentrar o combate em torno do tamanho da conta a ser apresentada aos países industrializados para um programa mundial de conservação ambiental.

O argumento-chave utilizado – e aceito, por razões diferentes, pela Comunidade Econômica Européia (CEE) e pelo Japão – foi o de que o Hemisfério Norte (os países industrializados) é o maior responsável pela degradação do meio ambiente.

As razões da CEE e do Japão estão em seu confronto com os Estados Unidos pelo comando do processo de desenvolvimento global na virada do século, cujo rumo será definido pelos novos padrões tecnológicos e métodos de produção.

Atualmente, os Estados Unidos acham-se em desvantagem nessa corrida pelo domínio da mercado internacional de tecnologias “limpas”. São responsáveis, por exemplo, por 25% da emissão mundial de dióxido de carbono. Isto é, produzem e lançam na atmosfera diariamente 50% a mais de lixos poluentes do que os seus competidores.

A habilidade diplomática demonstrada pelos governos dos países em desenvolvimento, porém, apenas está redundando no adiamento do debate sobre a estabilidade dos indicadores demográficos.

Chefes de estado, como é o caso do brasileiro Fernando Collor, estão indicando a percepção de que tende a crescer a pressão política dos países industrializados para a adoção de mecanismos oficiais de estímulo à estabilização demográfica em países pobres.

As condicionantes podem começar a surgir depois desta Conferência das Nações Unidas (ONU) – entendem alguns diplomatas brasileiros -, de alguma maneira vinculadas à concessão de créditos para programas ambientais. Sempre em caráter informal.

“Nos próximos 40 anos, a população do mundo terá crescido cerca de 4 bilhões de habitantes”, ponderou Lewis Preston, presidente do Banco Mundial, diante de delegados de todo o mundo, na semana passada, no Riocentro.

Acrescentou: “Para atender às suas necessidades, será preciso dobrar a produção de alimentos; a produção industrial e o consumo de energia triplicarão em todo o mundo e quintuplicarão seu crescimento nos países em desenvolvimento. Isso irá exercer uma forte pressão sobre o meio ambiente”.

O tempo médio de duplicação da população nos países desenvolvidos é de 146 anos, de acordo como os dados mais recentes da ONU. Nos países em desenvolvimento essa média é de apenas 37 anos. Atualmente, 75% dos habitantes dos países em desenvolvimento se concentram nas fronteiras de 10 nações: China, Índia, Indonésia, Brasil, México, Egito, Bangladesh, Paquistão, Vietnã e Nigéria.

Em mais 405 semanas, no ano 2000, haverá 22 megacidades no planeta — todas com mais de 10 milhões de pessoas. Dessas, 18 estarão em países em desenvolvimento e duas delas terão mais de 30 milhões de habitantes.

As projeções são de que ao final desta década 75% da população da América Latina, 42% da África e 27% da Ásia estarão residindo em cidades.

Os problemas são grandes e já estão visíveis no horizonte de curtíssimo prazo. Um deles: vai faltar água.

A Organização Meteorológica Mundial (WMO) está apresentando nesta conferência dados alarmantes. Nos últimos 10 anos, a parte da população mundial atendida com água potável cresceu apenas 5%. O acesso ao saneamento aumentou apenas 3%.

No ano passado, um terço dos habitantes do planeta não tinha água potável e 43% não dispunha de meios de saneamento.

O desempenho de sociedades que, recentemente, combinaram programas demográficos com projetos de saúde, educação, emprego e desenvolvimento agrícola tem demonstrado, que a melhoria nos padrões de qualidade de vida está diretamente relacionada a um nível menor de crescimento populacional.

“O grande mérito de se introduzir uma perspectiva demográfica na totalidade das políticas e a planificação de projetos é que isso introduziria perspectivas históricas e

orientadas para o futuro que são essenciais”, sugere um documento preparado por uma das poucas delegações que se preocuparam em abordar o tema na reunião da ONU, a da Inglaterra.

Alguns apelos isolados estão sendo feitos. “Crescimento populacional explosivo, pobreza e degradação ambiental são parte de um mesmo círculo vicioso”, observou, por exemplo, William Draper III, administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

A ampliação das oportunidades econômicas e de educação às mulheres, ele comenta, “pode ser o melhor contraceptivo”

Um bom exemplo, nesse sentido, seria o que trouxe na bagagem a delegação da Coreia. Nos quadros dos indicadores sociais dos coreanos demonstra-se que, entre 1960 e 1988, a percentagem de meninas que terminaram a escola secundária aumentou de 25 para 86%. Nesse período, a taxa de fecundidade naquele país diminuiu de 5,4 filhos por mulher para menos de 2.

Já no Paquistão, onde a taxa de alfabetização feminina é inferior a 25%, o número médio de filhos é de seis por mulher.

“Os pobres não tem como pagar para sair do atual estado”, complementou Preston. “A única solução é o desenvolvimento ambientalmente responsável. Torna-se necessário incentivar, vigorosamente, os vínculos positivos entre crescimento de renda, redução da pobreza e proteção do meio ambiente”, propôs.

Países em desenvolvimento conquistam autonomia para a exploração sustentável

A Índia, a Malásia e os oito países amazônicos, especialmente o Brasil, o maior deles, dono de um patrimônio na Amazônia equivalente a 1,7 bilhão em madeira, US\$ 1,5 bilhão em minérios e 3 mil espécies de plantas tropicais que geram um mercado biotecnológico externo de US\$ 8 bilhões, foram os vencedores do complicado jogo diplomático dos últimos 12 dias., no RioCentro, que culminou na Declaração sobre Florestas, documento que pode mudar o rumo do mercado de produtos florestais, restaurando uma nova fase de relações comerciais do setor.

Apesar de não obrigar juridicamente os países signatários a cumprirem os compromissos, o documento aprovado pelo consenso das 178 delegações presentes na Conferência da ONU sobre Meio ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) lança princípios políticos e diretrizes internacionais que garantem aos países em desenvolvimento a autonomia para a exploração de seus recursos florestais de forma sustentável.

Para viabilizar esse objetivo, a declaração prevê facilidade para transferência de tecnologias do Primeiro Mundo e acesso a recursos financeiros, indispensáveis para que os países possam obter benefícios econômicos com a floresta, sem devastá-la. “Derrubamos de vez a tese da internacionalização da Amazônia”, comemorou o secretário do meio ambiente, José Goldemberg, garantindo que a declaração foi “extremamente generosa com os países em desenvolvimento”.

Os países em desenvolvimento conseguiram também o consenso mundial para a eliminação das barreiras comerciais para os produtos florestais explorados em bases sustentáveis, seguindo, se possível, métodos de manejo florestal internacionalmente recomendados por organismos multilaterais como a Organização Mundial de Madeiras Tropicais, que reúne os maiores produtores e consumidores de madeira do mundo.

Essa decisão estimula novos projetos de exploração de madeira, celulose e borracha com técnicas que não degradam as florestas e não esgotam os recursos naturais. Além

disso, no futuro, quando as diretrizes forem implementadas pelos mecanismos internacionais de comércio, a declaração beneficiará os negócios externos de empresas como a Aracruz Celulose, que no ano passado exportou 617 toneladas de celulose, vendas que corresponderam a mais da metade de seu faturamento total de US\$ 335 milhões.

“Os princípios comerciais da Declaração sobre Florestas, ao recomendarem o livre comércio para os produtos da floresta produzidos de forma sustentável, derrubam a tese da imposição de embargos e taxas sobre as mercadorias florestais como forma de restringir a produção e evitar o desmatamento”, explica o embaixador Bernardo Pericás, representante do Brasil na comissão técnica que definiu o documento durante a ECO-92.

Os países em desenvolvimento não conseguiram, entretanto que a Conversão Quadro sobre Mudança do Clima Global obrigasse os países ricos, especialmente os Estados Unidos a assumir metas concretas para a redução dos gases causadores do efeito estufa. Também não convenceram os EUA a assinarem a Convenção sobre a Biodiversidade que garante a remuneração dos países ricos em biodiversidade pela exploração econômica de suas espécies e assegura o acesso às tecnologias desenvolvidas a partir desses recursos naturais. Em contrapartida, capitaneados pela Malásia, os países do Sul eliminaram do texto da Declaração sobre Florestas o item que previa a assinatura de uma futura convenção sobre o tema, transformando os princípios em compromissos legais de preservação. A proposta do Brasil, de substituir o termo “convenção” por uma frase que reforçasse um futuro mecanismo de estímulo à cooperação internacional para a conservação e desenvolvimento sustentável das florestas, saiu vencedora.

O Brasil e seus aliados também não aceitaram enfatizar a necessidade de preservação da Amazônia pelo fato de a floresta funcionar como reservatório e sumidouro de carbono, nos moldes de uma lata de lixo reservada à absorção da poluição gerada pelos mais desenvolvidos. Os diplomatas brasileiros conseguiram colocar a função da Amazônia como fixadora de carbono numa relação de produtos e serviços oferecidos pela floresta — como a madeira e seus sub-produtos, os alimentos e a água — que devem ser manejados de forma sustentável para a garantia desses recursos às gerações atuais e futuras.

A Declaração, apesar da inicial oposição dos Estados Unidos, assegurou às florestas o direito ao desenvolvimento. Os números que mostram o potencial dessa exploração econômica na Amazônia circularam nos bastidores do Riocentro, contidos no relatório “Amazônia sem Mitos”, especialmente preparado para as discussões diplomáticas da Eco-92 pela Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente para a Amazônia, formada pelo Tratado de Cooperação Amazônica, organismo multilateral que reúne os oito países da região.

Segundo o documento, assinado pelo diretor para América Latina e Caribe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fernando Zumbado, pelo presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias; e pelo secretário pro-tempore do Tratado de Cooperação Amazônica, Luis Carrera de la Torre, o potencial de recursos minerais, madeireiros e hidrelétricos representa um patrimônio de mais de US\$ 10 trilhões para os oito países da região. Cerca de 78% do potencial de energia hidrelétrica do Peru e 45% do do Brasil estão em território amazônico e um terço dos solos da região é propício à agricultura, sendo porém necessária a tecnologia para o incremento dessa atividade. Além disso, o estoque anual de peixes na bacia amazônica excede 170 mil toneladas ao ano, mas só 10% desse volume é explorado, segundo o relatório.

O documento pede maior compensação financeira e tecnológica para os países

amazônicos conseguirem, entre outras coisas, controlar o desmatamento, reduzindo a contribuição da região para o efeito estufa, que hoje representa 5% do total de emissões de gases. “Enquanto o custo para reduzir em 10% o volume de gases causadores do efeito estufa com a preservação da Amazônia é de US\$ 4 por tonelada de poluente, o valor para a diminuição das emissões geradas pelas fábricas e automóveis dos Estados Unidos, no mesmo percentual, é de US\$ 10 por tonelada”, informa o relatório, acrescentando, porém, que o desmatamento da Amazônia contribui com apenas 5% dos gases que causam o efeito estufa.

O Tratado de Cooperação Amazônica propõe a redução em 70% da extração de madeira na Amazônia com as técnicas de reciclagem de derivados madeireiros para a geração de energia. Sugere também a criação de um fundo internacional para o desenvolvimento e proteção da Amazônia, alimentado com a contribuição de US\$ 1 para cada barril de petróleo consumido no mundo.

Comissão da ONU poderá garantir que países ricos cumpram seus compromissos

Um grupo de trabalho especialmente designado pela Assembleia Geral das Nações Unidas no início desta semana começou ontem a montar em Nova York a estrutura de uma nova comissão que o governo brasileiro considera fundamental para a implementação dos compromissos, principalmente os financeiros, assumidos pelos países industrializados na Conferência das Nações sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em junho deste ano.

Será a Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável, cuja criação está prevista na Agenda 21, o extenso programa de ações concretas aprovadas na conferência, para monitorar a implementação do programa. Ela deverá ser subordinada ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

Dependendo de como for a estrutura da comissão, o governo brasileiro e uma parcela importante dos demais membros do Grupo dos 77 países menos desenvolvidos acreditam que ela poderá assegurar o cumprimento dos compromissos. Até porque a pressão geral até agora é bastante negativa.

“É inquietante notar que desde a ECO-92, nenhum movimento significativo em termos de recursos financeiros pôde ser identificado como medida compatível com os compromissos necessários à nova parceria mundial que se deseja construir”, discursou o novo Ministro brasileiro de Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, na sessão de segunda-feira da Assembleia Geral das Nações Unidas. “Preocupa crescentemente que, no curto espaço de tempo que se segue à Conferência, o tema do meio ambiente se torne menos evidente na agenda das reuniões dos países desenvolvidos. Parece agora receber atenção inferior à merecida em importantes instâncias decisórias”, disse.

A missão do ministro na Assembleia das Nações Unidas é fortalecer uma articulação para afastar o receio criado pelos sinais negativos já detectados pelo governo brasileiro a respeito da limitada disposição dos países industrializados em cooperar com os menos desenvolvidos. Ele teve encontros com o presidente do Grupo dos 77, com o secretário geral da ONU, e com os chefes da delegação dos governos dos Estados Unidos e da Suécia.

As indicações dessas fracas disposições dos países industrializados tiveram início logo após a ECO-92, quando o Grupo dos Sete países mais ricos do mundo (G-7) reuniu-se em Munique, em julho. Eles, que haviam concordado nos últimos minutos da ECO-92 com a redação final do capítulo sobre recursos financeiros da Agenda 21, prevendo o

fornecimento de recursos novos e adicionais para projetos ambientais do Terceiro Mundo, embora sem metas rígidas, vacilavam um mês depois até diante da perspectiva de manter os mesmos níveis da ajuda oficial do desenvolvimento (ODA) dos anos anteriores.

Embora o Brasil não seja grande usuário desses recursos provenientes da ODA, destinados primordialmente a países com renda per capita ainda mais baixa que a brasileira, a atitude dos países ricos no encontro de Munique causou grande apreensão no Itamaraty. Até porque, conforme explicou a este Jornal um diplomata, o País já estava enfrentando dificuldades para liberar recursos havia muito prometidos pelo G-7 para o Programa Piloto de Conservação das Florestas Tropicais, conhecido como Programa Piloto da Amazônia, que receberia recursos da ordem de US\$ 1,5 bilhão.

Hoje, de acordo com o diplomata, a expectativa é que o projeto receba um volume de recursos muito mais modesto. Até mesmo a Alemanha, o país que originalmente propôs o Programa Piloto da Amazônia e era o maior promitente de recursos, passou a dar sinais de que iria reduzir a sua contribuição.

Para agravar a situação, de acordo com a fonte, o Brasil ainda passou a encontrar dificuldades em liberar recursos do Programa Piloto da Amazônia que já estavam disponíveis num fundo especial, cerca de US\$ 30 milhões. Ele atribui essas dificuldades à crise do governo federal durante o processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. A liberação desses recursos depende do cumprimento de exigências adicionais feitas pelo Banco Mundial.

A Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável deverá instalar-se no primeiro semestre do próximo ano e no máximo até julho, quando se reúne o Conselho Econômico e Social da ONU, já deverá ter realizado a sua primeira reunião. No início de suas atividades, ela deverá fazer um amplo levantamento sobre as contribuições financeiras dos países ricos destinadas a projetos ambientais.

Países em desenvolvimento questionam regras previstas na Convenção de Basiléia

Os países em desenvolvimento concordaram, embora relutantes, em aceitar apenas um banimento parcial das exportações de resíduos tóxicos por parte das nações industrializadas. Alguns exigiram um banimento total, na reunião em Piriapolis, no Uruguai, informou a AP/Dow Jones.

“Meu país proíbe totalmente a importação de resíduos tóxicos. Portanto, porque deveríamos esperar qualquer coisa a menos do que a proibição total dessas exportações?”, disse A. Ene-Ita, da delegação da Nigéria.

O assunto era o tema central de uma conferência das Nações Unidas, terminada na sexta-feira, da qual participaram delegados de 56 países, a maioria dos quais aprovaram ou ratificaram a Convenção da Basiléia de 1989 sobre o transporte de resíduos tóxico através de fronteiras internacionais e sua disposição. O tratado passou a vigorar em maio deste ano. Delegados de 28 das 36 nações que ratificaram o tratado – inclusive França, Canadá e Austrália – concordaram em obedecer ao banimento parcial, que cobre virtualmente todos os resíduos tóxicos sem valor reciclável.

Os delegados de outros 28 países que pretendem ratificar o tratado, incluindo os Estados Unidos, disseram estar prontos para aceitar a restrição.

Existem muito poucas informações precisas a respeito da quantidade de resíduos tóxicos gerados a cada ano, embora esteja bem claro que a maior parte dele é produzido pelos Estados Unidos e outras nações altamente industrializadas.

Mostafa Tolba, diretor cujo mandato está se encerrando no Programa Ambiental das

Nações Unidas, estima que este total esteja entre 300 milhões e 400 milhões de toneladas por ano.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)